
Proceedings of the 23rd Conference of the International Observatory on Participatory Democracy

Populist Threats:

Building Democratic Resilience with Participatory Communities

Valongo

17-19 October 2024

Livro de Atas da 23.^a Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa

Ameaças Populistas:

Construir Resiliência Democrática com Comunidades Participativas

Valongo

17-19 de outubro 2024



Título: Livro de Atas da 23ª conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa

Subtítulo: Ameaças Populistas: Construir Resiliência Democrática com Comunidades Participativas

Edição: Câmara Municipal de Valongo

Avenida 5 de Outubro, 160, 4440-503 Valongo

telefone 224 227 900

www.cm-valongo.pt

gabmunicipal@cm-valongo.pt

Coordenação: Susana Gomes, Sónia Sousa Macedo, José H. Rocha

Comité Científico: Fátima Vieira; Giovanni Allegretti; José Carlos Mota; Miguel Silva Graça; Nelson Dias; Priscila Delgado; Zenaida Machado-Ezinteje

URL:



Índice

Notas de Abertura.....	5
Sessão de abertura.....	11
Painel 1: Emoções, participação digital e estado social no populismo e anti-populismo.....	24
Painel 2: Local Resilient Democracy: Participatory Governance in Eastern Europe Amidst Challenges	30
Painel 3: Global Platform for Participatory Democracy.....	33
Painel 4: Orçamentos Participativos de Instituições de Ensino Superior.....	34
Painel 5: Cuidadores do Território.....	37
Painel 6: Environments, Cities, and the Challenges of Our Times	43
Painel 7: Experiências Participativas na América Latina	57
Painel 8: Experiências Participativas em África e Ásia.....	66
Painel 9: Experiências Participativas na Europa.....	72
Painel 10: Tecnologias, Desinformação e Populismo.....	88
Painel 11: Revitalizing Democracy: Powering Youth Participation and Rebuilding Trust in Intermediary Cities.....	96
Painel 12: Inclusão e Diversidade.....	101
Painel 13: Mecanismos de Participação Cidadã em Moçambique: Desafios e Perspetivas	114
Painel 14: The challenges of participatory democracy to AI - The need for a strategy	118
Painel 15: Tecnologias e Desigualdades na Participação Cívica	122
Painel 16: Sistemas de Participação.....	124
Painel 17: On their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes	127
Painel 18: Fostering Democratic Participation and Resilience for Migrants and Community Integration ..	135
Painel 19: Práticas de Governo Aberto Subnacionais.....	142
Painel 20: Envolver os Jovens na Políticas Públicas	145
Workshop 1: European Civic Platform: A Safe Collaboration Space for Citizens, CSOs and Cities	165
Workshop 2: The Challenges of Participatory Democracy to AI - Democratic Aspects of Artificial Intelligence	166
Workshop 3: Creative Designs for Democratic Participation: Legislative Theatre and City Council Meeting	167
Workshop 4: Construindo uma Governança Horizontal: O papel dos Planos de Ação em Governo Aberto na democracia participativa.....	168
Workshop 5: From a centralist and polarized system to a reconciliatory and polycentric decision-marking system.....	170
Workshop 6: The universality of human rights begins at the local level: the third wave of the campaign "GLOBAL 10, 100, 1000 Human Rights Cities and Territories by 2030"	172
Workshop 7: Build the City - Live on the Consul Democracy platform.....	174
Workshop 8: Imaginar el futuro, estrategias participativas para diseñar lugares communes.....	175
Workshop 9: Inclusion in action: Collective intelligence game for inclusion in participatory spaces	177
Workshop 10: Technology to encourage citizen participation	179
Assembleia de Líderes Locais e Regionais.....	180
Mensagem de Encerramento	184
Declaração de Valongo	187



Comité Científico	193
Notas biográficas:	196



Notas de Abertura



A conferência de 2024 do Observatório Internacional da Democracia Participativa – OIDP realizou-se em Valongo, Portugal, de 17 a 19 de outubro, sob o tema “Ameaças Populistas: Construir a Resiliência Democrática com Comunidades Participativas”. O ano de 2024 – ano em que Portugal comemorou os 50 anos do 25 de Abril, uma revolução sem violência que pôs termo à ditadura, restaurou a democracia e instaurou as eleições livres e universais – Portugal, e a cidade de Valongo, foram o local certo para acolher as centenas de participantes oriundos de todo o mundo para debater, refletir e para apresentar propostas inovadoras para construir e consolidar democracias resilientes.

Procurou-se que os fóruns e debates desta conferência se centrassem em identificar as formas e os mecanismos de democracia participativa que melhor defendem as comunidades das derivas autoritárias baseadas na desinformação, típicas de alguns fenómenos populistas. A Conferência foi também uma oportunidade para criar um espaço de debate, para interpretar as ambiguidades e os riscos dos populismos, e para divulgar as virtudes dos mecanismos da democracia participativa como formas de preservar o pluralismo e a defesa do bem comum nas políticas públicas.

Em muitos países, as sociedades democráticas têm sido enfraquecidas por um sentimento de crise que contribui para a redução, quer da legitimidade percebida do sistema político representativo, quer do envolvimento cívico das comunidades na vida dos seus territórios.

O descontentamento com as instituições representativas tem alimentado um círculo vicioso de menor desempenho cívico e de degradação da vida política, podendo ser visto, ao mesmo tempo, como causa e efeito da emergência de diferentes fenómenos populistas. Estes – em várias latitudes do planeta – constroem lógicas políticas com múltiplas ambiguidades. Apesar de os seus discursos incorporarem com frequência reivindicações insatisfeitas e a vontade do povo se aproximar dos decisores, muitos deles promovem um conjunto de práticas exclusivistas e demagógicas que degradam a qualidade das democracias liberais e o equilíbrio entre poderes. Estas derivas colocam em risco o pluralismo e as liberdades individuais e coletivas conquistadas com muitas lutas, impedindo que o espaço público seja o lugar de promoção da igualdade de oportunidades, onde as diversidades se encontram, se conhecem e dialogam.

Os processos participativos, quer pela forma como sintetizam diferentes sensibilidades do tecido social através do interclassismo e da liberdade de expressão, quer pelo modo como articulam as suas decisões com os governos locais e supralocais, são fundamentais para navegar na complexidade política das próximas décadas. Ao procurar o equilíbrio, a tolerância, a sustentabilidade e a moderação, assim como o consenso e o compromisso cívico, a democracia participativa tem as condições para se afirmar e consolidar perante os governos



eleitos como uma referência incontornável para a implementação de reformas que melhorem as comunidades e as instituições de forma transversal e inclusiva.

Ao proporem estratégias de mudança politicamente informadas e adequadas aos recursos existentes para as concretizar, as práticas participativas constituem-se como o cerne das democracias do século XXI.

Através da programação da conferência OIDP 2024, quisemos que se discutisse de que forma as práticas de participação podem fortalecer a criação de identidades democráticas abertas e resilientes e sobre como estas devem abrir as portas às diferenças e combater os discursos excludentes centrados em visões ficticiamente homogêneas e monolíticas.

Refletir sobre como se combate um fenómeno ameaçador que de forma crescente se associa aos populismos excludentes e oportunistas: a forma como verdades e meias-verdades são misturadas em informação distorcida. Estas dinâmicas – muitas vezes sintetizadas como “fake news” – elevam os níveis de ansiedade de mulheres, homens, jovens e idosos facilmente instrumentalizados por atos e discursos populistas, evidenciando o despreço intrínseco de quem as emite pelas pessoas mais vulneráveis e marginalizadas, às quais não reconhecem, nem inteligência para entenderem o que está em causa, nem capacidade para participarem diretamente na construção das soluções para os seus problemas e das suas comunidades.

Há cada vez maior consciência de que muitos instrumentos tecnológicos – das redes sociais aos algoritmos e à Inteligência Artificial – têm contribuído para polarizar os públicos democráticos, semeando dúvidas sobre os sistemas democráticos e mobilizando cidadãos insatisfeitos para apoiar derivas populistas e anti-establishment com crescentes conotações autoritárias. A mobilização de emoções negativas como o medo, a paranoia, o sentimento de permanente agressão tem vindo a promover discursos de ódio que empurram os cidadãos para comportamentos cada vez mais tribais e destrutivos, identificando os que são diferentes, ou pensam de maneira diferente, como inimigos.

Quisemos que a conferência 2024 do OIDP fosse uma oportunidade para explorar os caminhos possíveis para inverter estas tendências, quer através de um urgente e minucioso trabalho para reduzir os riscos que o uso indiscriminado e acrítico da IA representa para os processos eleitorais, a cultura cívica e o funcionamento das democracias, quer para colocar os novos instrumentos digitais ao serviço dos mecanismos de participação cívica e política e da ação coletiva.

Sem prejuízo da análise dos populismos excludentes e do uso distorcido da informação, dos instrumentos digitais e da IA, trabalhámos para que a conferência 2024 do OIDP fosse, acima de tudo, um fórum de debate sobre as transformações progressistas e inclusivas que as práticas da democracia participativa têm levado a cabo um pouco por todo o mundo. Os princípios e as práticas de democracia participativa e deliberativa têm alavancado iniciativas que estão a



fomentar novas formas de empenho cívico e lutas para a defesa do bem comum e da convivência pacífica em todos os continentes. Estes objetivos comuns inspiram e movem as mais de mil cidades, os territórios regionais e as organizações sociais e de investigação que formam o OIDP.

Esta nova geração de políticas locais está no coração de um movimento municipalista que – iluminado também pelo crescente protagonismo da sua componente feminista – vai reimaginando, no plano global, formas renovadas de estruturar o futuro a partir de relações de solidariedade, cooperação, respeito e apoio mútuo entre as pessoas e maior harmonia com a natureza. Com tais objetivos, é preciso conquistar mais cidadãs e cidadãos para novas políticas sustentáveis que impliquem reduções relevantes nos consumos, por forma a proteger os ecossistemas e o direito das gerações futuras. É fundamental promover genuinamente a equidade social e uma vida com mais qualidade e mais oportunidades para todas e todos.

O papel das cidades médias – como Valongo – é absolutamente crítico neste processo em todos os continentes: enquanto locais de ligação entre o mundo rural e o espaço urbano, entre as periferias e os centros de poder político, as cidades médias são, por excelência, espaços de aprendizagem democrática. São nelas que têm florescido algumas das mais promissoras experiências de cocriação e de participação cidadã, de envolvimento comunitário e de democracia representativa.

O maior mérito da democracia participativa é, precisamente, a forma como a intervenção das cidadãs e dos cidadãos, e as suas manifestações de vontade, se entrelaçam com as missões e o trabalho dos serviços públicos locais, regionais e nacionais – e com a ação dos políticos eleitos em cada órgão do Estado. É a capacidade de os cidadãos, através da participação, serem os motores de mudanças estruturais da maior importância.

É por corporizarem integralmente o material genético ancestral das democracias, que os processos participativos representam em si próprios as virtudes dos sistemas democráticos e das suas regras e processos. É precisamente por isso que eles se constituem como escolas de práticas democráticas e, nessa medida, como verdadeiras incubadoras de resiliência democrática e de barreira aos populismos nas comunidades em que funcionam.

José Manuel Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Valongo

Presidente do OIDP 2024



We live in a world in constant transformation, where global challenges demand innovative responses and solutions based on proximity and cooperation. We know that cities and local governments are at the forefront of these transformations, facing challenges such as inequality, the climate crisis, digitalization and migration. In this context, citizen participation is not only a right, but also an essential tool for building more resilient and future-proof communities. It is now more important than ever to commit to participatory democracy as an antidote to autocracy, indifference and false narratives.

United Cities and Local Governments (UCLG), firmly believes in the importance of generating tools and actions that promote democratic learning and resilience. Each local initiative and each experience contributes to enriching the global conversation and strengthening the role of local governments in building more just, inclusive and sustainable societies.

What happens in wonderful places like Valongo has a significant impact on multilateralism. Every step we take towards greater citizen participation, every space we open up for young people to make their voices heard, every effort we make to make our communities more active and informed, is a step further towards a more equitable and democratic world.

Participatory democracy is a fundamental axis for achieving effective and transparent local governance, allowing the voices of citizens to be heard and considered in decision-making.

The creation of spaces for dialogue and mutual learning, where local governments can share experiences, innovations and good practices continues to be instrumental to foster change, solidarity and shared visions.

The fundamental role of the community fostered by OIDP becomes visible during our conferences.

Throughout the Valongo conference, we have seen inspiring examples of how citizen participation can transform communities and strengthen trust. From human-rights-based inclusive initiatives to youth-led activities, each practice of local democracy demonstrates that when people have the opportunity to get involved in decision-making, public policies become more effective, legitimate and closer to the real needs of the people.

I would like to express my deep gratitude to the Mayor of Valongo, José Manuel Ribeiro, and his local team for their warm welcome and for making the 23rd Conference of the International Observatory on Participatory Democracy (OIDP) possible. It has been an unforgettable experience that confirms the place of Valongo on the map of our global municipalist movement for years to come.



I would like to acknowledge the efforts of all those who have made this event possible but above all, the citizens who contribute every day to strengthening democracy in their communities.

Their commitment and dedication are the proof that a more just and inclusive future is possible if we work together. Let us continue building this vision.

Emilia Saiz

Secretária-Geral da United Cities and Local Governments (UCLG)

Secretary-General of United Cities and Local Governments (UCLG)



Sessão de abertura

José Manuel Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Valongo

Presidente do OIDP 2024

[*presidencia@cm-valongo.pt*](mailto:presidencia@cm-valongo.pt)

Antes de mais, boa tarde a todos. Vou falar em português. Vou falar sentado, porque tenho uma lesão, e, portanto, é com enorme esforço que estou hoje aqui.

Mas tinha de estar hoje aqui, porque é um dia muito importante.

É um dia importante para o municipalismo global, é um dia importante para a democracia participativa, é, também, um dia importante para o Município de Valongo, e para mim, em particular.

Faz hoje exatamente 11 anos em que tomei posse como presidente de câmara. Foi em 17 de outubro de 2013, portanto, 11 anos que sou autarca nesta cidade, neste concelho tão engraçado, tão extraordinário.

Eu preparei um conjunto de mensagens que queria ler, e, por isso, pedia a vossa atenção.

Exma. Vice-presidente da Secção Europeia da United Cities and Local Governments, Carolla Gunnarson, muito obrigado por estar cá.

Exma. Secretária-Geral da United Cities and Local Governments, Emilia Saiz, minha amiga, a quem agradeço do coração, estar cá.

Exmo. representante do Congresso das Autoridades Locais e Regionais do Conselho da Europa, Konstantinos Koukas, muito obrigado.

First of all, good afternoon to everyone. I will speak in Portuguese. I'll be speaking seated because I have an injury, and therefore, it's with great effort that I'm here today.

But I had to be here today because it is a very important day.

It's an important day for global municipalism, it's an important day for participatory democracy, and it's also a significant day for the Municipality of Valongo, and for me personally.

Today marks exactly 11 years since I took office as mayor. It was on October 17, 2013 – so, 11 years as mayor in this city, in this extraordinary municipality.

I have prepared a set of messages that I would like to read, and I ask for your attention.

Honorable Vice President of the European Section of United Cities and Local Governments, Carolla Gunnarson, thank you very much for being here.

Honorable Secretary-General of United Cities and Local Governments, Emilia Saiz, my dear friend, thank you from the bottom of my heart for being here.

Honorable representative of the Congress of Local and Regional Authorities of the Council of Europe, Konstantinos Koukas, thank you very much.



Exmo. Keynote Speaker, Professor, Cas Mudde, muito obrigado por estar em Portugal, Valongo, grande Porto.

Exmo. Diretor do Jornal Público, David Pontes, muito obrigado pela presença, é sempre um gosto.

Meus caros maiores, alcaides, presidente de câmaras municipais, vereadores, presidentes de junta e governadores,

Meus caros representantes de organizações da sociedade civil com intervenções em cidades e regiões de todo o mundo,

Meus caros membros de centros de investigação, académicos e estudiosos da política e da democracia,

Meus queridos ativistas da liberdade, defensores dos direitos dos cidadãos,

Meus caros ativistas da democracia, da proximidade, da transparência e da participação dos cidadãos em tantos os países do mundo,

Estimados convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Permitam-me um cumprimento muito especial para o Presidente da Assembleia Municipal, que é a Assembleia onde está representada toda a população, aqui também presente. Para a minha equipa, a quem tenho uma estima muito grande, a Sr.^a Vice-Presidente, os senhores Vereadores, a equipa que organizou este evento, uma equipa muito pequena, mas que trabalha com muita paixão.

As vezes perguntam-me: como fazemos tanta coisa?

Eu digo, com verdade. Nós podemos fazer tudo se tivermos paixão, se tivermos valores, se soubermos o que queremos, mas se tivermos, mais, paixão. E aqui em Valongo nós tentamos fazer o máximo.

Honorable Keynote Speaker, Professor Cas Mudde, thank you for being here in Portugal, Valongo, Greater Porto.

Honorable Director of the Público newspaper, David Pontes, thank you for being here – it's always a pleasure.

Dear mayors, alcaides, local councilors and mayors, presidents of parish councils, and governors,

Dear representatives of civil society organizations working in cities and regions around the world,

Dear members of research centers, academics, and scholars of politics and democracy,

My beloved freedom activists, defenders of citizens' rights.

Dear activists of democracy, proximity, transparency, and citizen participation in so many countries around the world.

Esteemed guests,

Ladies and gentlemen,

Allow me to extend a special greeting to the President of the Municipal Assembly, which is the Assembly representing the entire population, also present here. To my team, whom I hold in great esteem, the Vice President, the Councilors, and the team that organized this event—a small team, but one that works with great passion.

Sometimes people ask me: how do we manage to accomplish so much?

I respond, truthfully. We can do anything if we have passion, if we have values, if we know what we want, but above all, if we have passion. And here in Valongo, we do try to do our very best.



E, portanto, sem eles e sem a paixão que nós (Executivo da Câmara Municipal) tentamos passar para estas equipas não era possível. E foi possível.

E, por isto, neste momento eu tenho de agradecer, porque a palavra é obrigado! e obrigado, é uma palavra muito importante.

O tema que Valongo se propôs discutir nesta 23ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa – as “Ameaças populistas: Construir a Resiliência Democrática com Comunidades Participativas” – foi concebido como resposta a dar ao sentimento difuso de mal-estar que, um pouco por todo o mundo, atravessa as sociedades democráticas quanto aos níveis de envolvimento cívico das comunidades e à própria legitimidade dos seus sistemas políticos.

Esse sentimento de crise está presente um pouco por todo lado. E basta a campanha eleitoral para eleger o próximo presidente dos Estados Unidos da América, a que estamos a assistir em direto, para nos lembrar dele!...

Não quero, no entanto, começar a minha intervenção pelas “sensações” nas democracias!

Quero começar por dar a todos as boas-vindas a Valongo, à Área Metropolitana do Porto e a Portugal!

É para nós um orgulho, e uma grande honra, receber-vos num município, numa região e num país que estão a celebrar 50 anos de liberdade, 50 anos de Democracia, 50 anos de Estado de Direito e de Estado Social.

Portugal está, em 2024, em plena celebração da sua democracia e, também por isso, Valongo empenhou-se totalmente em fazer desta conferência uma grande festa da democracia!

So, without them and without the passion that we (the Municipal Executive) try to relay on to these teams, it wouldn't have been possible. But it was possible.

And for this, at this moment, I have to say thank you, because "thank you" is a very important phrase.

The theme that Valongo set out to discuss at this 23rd Conference of the International Observatory on Participatory Democracy – "Populist Threats: Building Democratic Resilience with Participatory Communities" – was conceived as a response to the widespread sense of unease that, in many parts of the world, permeates democratic societies regarding civic engagement levels and the legitimacy of their political systems.

This sense of crisis is present almost everywhere. The U.S. presidential election campaign we are currently witnessing is a stark reminder of it!

However, I do not wish to begin my speech by focusing on the "sensations" in democracies!

I want to start by welcoming everyone to Valongo, to the Metropolitan Area of Porto, and to Portugal!

It is an honour and a great pride for us to host you in a municipality, a region, and a country that are celebrating 50 years of freedom, 50 years of Democracy, 50 years of the Rule of Law, and of the Social State.

Portugal, in 2024, is in full celebration of its democracy, and for that reason, Valongo has fully committed to making this conference a great celebration of democracy!



Os valores democráticos, a sua promoção e a sua proteção vão ser o centro de todos os debates que vão ocorrer ao longo de três dias de intensa discussão nesta conferência.

É para mim um motivo de particular orgulho dar início a esta conferência hoje, 17 de outubro, no exato dia em que cumpro 11 anos de mandato enquanto Presidente da Câmara Municipal de Valongo.

São 11 anos! Ou seja: 132 meses, com todos os seus dias e muitas noites, ao serviço de todas as pessoas desta extraordinária comunidade. E os meus colegas autarcas sabem, muito bem, ao que me refiro.

Cumpri todos estes dias, cada um deles, com a paixão pela vida que me alimenta todos os dias, e com a consciência precisa de que o poder que exerço não me pertence – é um poder delegado pelos votos, é um poder temporário...

Um poder tão forte quanto transitório.

Um poder que deve ser exercido com muita firmeza – e, ao mesmo tempo, com toda a humildade.

E é importante lembrar que, quando falamos de democracia, falamos de poder, falamos de natureza humana, ou melhor, deveríamos falar mais vezes de natureza humana. É muito difícil perceber a relação entre a natureza humana, e esta construção, extraordinária, que é a Democracia.

Porque a natureza humana é propensa ao poder, à falha... ao poder... a natureza humana fica “deslumbrada” com o poder. não só os políticos! qualquer pessoa fica deslumbrada com o poder.

E aí muitas vezes estão os problemas do nosso sistema. É muito difícil... muito difícil criar um sistema democrático perfeito, porque tem que ver com a nossa natureza humana imperfeita.

Democratic values, their promotion and protection, will be the centre of all the debates that will take place over three days of intense discussion during this conference.

It is a particular source of pride for me to open this conference today, October 17, on the exact day I complete 11 years in office as Mayor of the Municipality of Valongo.

Eleven years! That is: 132 months, with all their days and many nights, in service to all the people of this extraordinary community. And my fellow mayors know very well what I mean.

I have fulfilled every day, each one of them, with the passion for life that fuels me every day, and with the precise awareness that the power I exercise does not belong to me— it is a power delegated through votes, it is a temporary power...

A power that is as strong as it is transient.

A power that must be exercised with great firmness—and, at the same time, with all humility.

And it is important to remember that when we talk about democracy, we are talking about power, we are talking about human nature, or rather, we should talk more often about human nature. It is very difficult to understand the relationship between human nature and this extraordinary construction, which is Democracy.

Because human nature is prone to power, to failure... to power... human nature becomes "dazzled" by power. Not only politicians! Anyone can be dazzled by power.

And there lie many of the problems in our system. It is very difficult... very difficult to create a perfect democratic system, because it relates to our imperfect human nature.



Mas, pelo menos, temos consciência disso! Podemos trabalhar e construir remédios, no sentido de encontrar as melhores práticas para corrigir essa nossa falha. Ou seja, nós acabamos por ter um “bug”, não somos perfeitos, se fossemos perfeitos seríamos anjos e, portanto, seríamos perfeitos não teríamos Guerra.

Estamos de passagem nos cargos – e é nosso dever ético aspirar a que quem nos suceder faça melhor do que nós.

A democracia é uma forma de organização política de tal forma potente que a história da humanidade não conhece, até hoje, nenhuma sociedade em que outro sistema político tenha produzido melhores resultados!

Não falo apenas de resultados morais, éticos, mentais ou simbólicos, como o humanismo, o Estado de Direito, a liberdade religiosa, a ciência ou a cultura.

Falo também de resultados profundamente materiais, como o nível de inovação e de competitividade das economias, a prosperidade social, a qualidade das infraestruturas, a segurança na doença, no desemprego ou na velhice.

A democracia também é, porém, uma flor frágil e delicada, sujeita a ataques, como nos estão a lembrar os populismos autoritários que florescem no interior das próprias democracias ocidentais, fragilizando-as momentaneamente.

Simultaneamente “poderosa” e “frágil”, a Democracia tem de ser cultivada e defendida quotidianamente, todos os dias, a todas as horas e instantes.

Ora, uma das melhores formas de a cultivarmos e de a defendermos é promover dentro da Democracia os mecanismos da participação das cidadãs e dos cidadãos.

But at least we are aware of it! We can work and build remedies to find the best practices to correct this flaw of ours. In other words, we end up having a “bug,” we are not perfect. If we were perfect, we would be angels, and therefore, we would be perfect, and there would be no War.

We are just passing through in our positions – and it is our ethical duty to aspire that those who succeed us do better than we did.

Democracy is such a powerful form of political organization that human history has not yet seen any society where another political system has produced better results!

I am not only talking about moral, ethical, mental, or symbolic results, such as humanism, the Rule of Law, religious freedom, science, or culture.

I am also talking about deeply material results, such as the level of innovation and competitiveness in economies, social prosperity, the quality of infrastructure, and security in illness, unemployment, or old age.

Democracy, however, is also a fragile and delicate flower, subject to attacks, as authoritarian populisms that are flourishing within the very core of Western democracies remind us, momentarily weakening them.

Simultaneously “powerful” and “fragile,” Democracy must be nurtured and defended daily, every hour, and every moment.

Now, one of the best ways to nurture and defend it is to promote within Democracy the mechanisms of citizen participation.



A “Democracia representativa” e a “Democracia participativa” são como duas irmãs gémeas: crescem uma com a outra, aprendem uma com a outra.

Porém, também sofrem uma com a outra!

Se uma é atacada, a outra fica igualmente fragilizada.

E isto traz-nos para o centro desta 23ª Conferência da OIDP e para o tema geral dos nossos debates: os mecanismos da democracia participativa são, em si próprios, condições de possibilidade das democracias num período em que estas estão, em todo o mundo, sob ameaças e ataques populistas!

As democracias representativas serão tanto mais saudáveis quanto incluírem, desenvolverem e alargarem os mecanismos de participação e de intervenção dos cidadãos!

Os mecanismos de democracia participativa melhoram as escolhas políticas, ao mesmo tempo que valorizam e qualificam todos os elementos da comunidade!

Este exercício de soberania por parte do povo não põe em causa a legitimidade democrática que os políticos, eleitos, receberam através do voto!

Pelo contrário, reforça-a! E reforçam, também, a qualidade das políticas públicas.

Isto não acontece por acaso: sucede porque os cidadãos trazem para a discussão e para a decisão política a ciência, o conhecimento baseado em evidências, os métodos académicos, o estudo e a reflexão que são verificados, auditados e escrutinados por outros cidadãos.

Esta participação cidadã baseia a sua intervenção no conhecimento e na ciência, na verdade – e não na desinformação ou nas “fake news”.

“Representative Democracy” and “Participatory Democracy” are like twin sisters: they grow together, learn from each other.

However, they also suffer together!

If one is attacked, the other is equally weakened.

And this brings us to the heart of this 23rd OIDP Conference and to the general theme of our debates: the mechanisms of participatory democracy are, in themselves, conditions of possibility for democracies at a time when they are under threat and attack from populist movements worldwide!

Representative democracies will be healthier as they include, develop, and expand the mechanisms of citizen participation and involvement!

Participatory democracy mechanisms improve political choices while also valuing and qualifying all elements of the community!

This exercise of sovereignty by the people does not undermine the democratic legitimacy that politicians, elected through votes, have received!

On the contrary, it strengthens it! And it also strengthens the quality of public policies.

This does not happen by chance: it happens because citizens bring science, evidence-based knowledge, academic methods, study, and reflection to the political discussion and decision-making, which are verified, audited, and scrutinized by other citizens.

This citizen participation bases its intervention on knowledge and science, on truth—and not on misinformation or “fake news.”



Esta participação dos cidadãos deve ser a base sobre a qual devem nascer as políticas públicas do futuro!

Quanto mais os cidadãos tiverem acesso ao conhecimento, quanto mais liberdade e recursos as universidades e os centros de investigação dispuserem, mais e melhores condições terão as mulheres e os homens de cada comunidade para tomarem as suas escolhas – e para as apresentarem aos políticos eleitos!

A Liberdade, a Democracia e o Desenvolvimento Social só são possíveis, só são viáveis, quando estão baseados no conhecimento e na ciência.

Quando se fundam nos factos objetivos e nas evidências, na inovação! É com estas armas – a verdade, a ciência, o conhecimento – que a nova geração de políticas públicas deve enfrentar os populismos excludentes que ameaçam a saúde dos sistemas democráticos.

Perante problemas complexos, os populismos autoritários impulsionam as emoções e a demagogia. Dissolvem as diferenças entre o que é verdade e o que é mentira. Introduzem doses maciças de agressividade na disputa política. Radicalizam posições e, quase sempre, tratam os adversários como inimigos.

Perante esta realidade preocupante em todo o mundo, devemos refletir aqui em Valongo sobre o enorme potencial dos mecanismos de participação democrática para combater a desinformação, seja ela “online”, pelas redes sociais, seja através dos média tradicionais, como a televisão.

É que é precisamente por terem o material genético original das democracias, que os processos participativos contêm em si próprios as virtudes dos sistemas democráticos e das suas regras e processos!

This citizen participation should be the foundation upon which the public policies of the future are built!

The more citizens have access to knowledge, the more freedom and resources universities and research centres have, the better conditions the men and women of each community will have to make their choices—and to present them to the elected politicians!

Freedom, Democracy, and Social Development are only possible, only viable, when they are based on knowledge and science.

When they are founded on objective facts, evidence, and innovation! It is with these tools—the truth, science, and knowledge—that the new generation of public policies must face the exclusionary populisms threatening the health of democratic systems.

In the face of complex problems, authoritarian populisms stir emotions and demagoguery. They blur the lines between what is true and what is false. They introduce massive doses of aggressiveness into political disputes. They radicalize positions, and almost always treat adversaries as enemies.

In light of this concerning global reality, we must reflect here in Valongo on the enormous potential of democratic participation mechanisms to combat disinformation, whether “online” through social media or through traditional media such as television.

It is precisely because they contain the original genetic material of democracies that participatory processes themselves possess the virtues of democratic systems, their rules, and processes!



Estes processos participativos constituem-se, hoje, como escolas de práticas democráticas e verdadeiras incubadoras de resiliência às “fake news” e à utilização malévola da Inteligência Artificial para manipular as populações.

É nos mecanismos de participação democrática que reside o futuro dos regimes democráticos, do Estado de Direito e do Estado Social!

Uma nova geração de políticas locais deverá ter, por isso, no seu centro o novo movimento municipalista e a centralidade que as mulheres, e o movimento feminista municipalista, representam para o futuro global.

É necessário comprometer os cidadãos com novas políticas sustentáveis que impliquem reduções relevantes nos consumos, por forma a proteger os ecossistemas e a promover genuinamente a equidade social e oportunidades para todos.

Instituições e cidadãos têm de construir um futuro mais fundado na partilha e na solidariedade, onde o crescimento incessante das economias seja gradualmente substituído pela procura de um novo equilíbrio e de uma vida com mais qualidade para todos.

São muitos temas para discutir, com total liberdade intelectual e política, ao longo dos próximos três dias.

Em Valongo – terra de liberdade e de democracia – esta grande conferência internacional integra o início um ano inteiro de comemorações de 50 anos de Democracia Local, a Democracia de Proximidade.

E sobre a Democracia de Proximidade devo dizer, ao nível local, ao nível da proximidade, onde se governa “olhos nos olhos”, é muito difícil vingarem as “fake news”.

These participatory processes are now becoming schools of democratic practices and true incubators of resilience to “fake news” and the malevolent use of Artificial Intelligence to manipulate populations.

The future of democratic regimes, the Rule of Law, and the Social State lies in democratic participation mechanisms!

Therefore, a new generation of local policies must place at its core the new municipalist movement and the centrality that women and the feminist municipalist movement represent for the global future.

It is necessary to engage citizens with new sustainable policies that involve significant reductions in consumption to protect ecosystems and genuinely promote social equity and opportunities for all.

Institutions and citizens must build a future more grounded in sharing and solidarity, where the relentless growth of economies is gradually replaced by the pursuit of a new balance and a better quality of life for everyone.

These are many themes to discuss, with total intellectual and political freedom, over the next three days.

In Valongo—a land of freedom and democracy—this major international conference marks the beginning of a year of celebrations for 50 years of Local Democracy, the Democracy of Proximity.

And about the Democracy of Proximity, I must say, at the local level, at the level of proximity, where governance happens “eye to eye,” it is very difficult for “fake news” to thrive.



Se fizerem essa análise nos municípios, nas cidades, que é onde as pessoas se conhecem, é muito difícil passarem as “fake news”. Porque as pessoas conhecem-se! E (por isso) sabem que as fake news não são verdadeiras, pois, de manhã estiveram com aquela pessoa, de tarde encontraram aquela pessoa, à noite estiveram com aquela pessoa.

E, portanto, é na Democracia de Proximidade que reside uma base, muito forte, para ajudar a dar força à Democracia, no seu todo.

É para nós muito significativo que o OIDP e todas as cidades, regiões e organizações que o compõem, tenham comparecido a esta conferência que, em vez de se realizar numa grande cidade mundial, se realiza nesta edição de 2024 num município médio português.

As cidades e os municípios médios, como Valongo, são fundamentais em processos como o combate às alterações climáticas, ao acolhimento de populações que se deslocam dos espaços rurais, à promoção da inclusão e da justiça social, à oferta da educação e da cultura, à promoção da igualdade de oportunidades e ao bom funcionamento do elevador social!

Sobre este e outros temas, todos nós, portugueses e valonguenses, temos muito a aprender com os participantes nesta conferência e com todas as discussões que vão ter lugar nos próximos três dias.

Disponham de nós para terem à vossa disposição todos os recursos necessários a uma boa discussão e a uma frutuosa troca de argumentos.

Sejam bem-vindos todos!

Tenham todos uma boa conferência!

If we would analyze it (the fake news phenomenon) in municipalities and cities, where people know each other, it is very difficult for "fake news" to succeed. Because people know each other! And (therefore) they know that fake news is not true because they met that person in the morning, saw them in the afternoon, and met them again in the evening.

Therefore, the Democracy of Proximity holds a strong foundation for supporting Democracy as a whole.

It is very significant for us that the OIDP and all the cities, regions, and organizations that comprise it have attended this conference, which, instead of being held in a major global city, takes place in this 2024 edition in a medium-sized Portuguese municipality.

Medium-sized cities and municipalities like Valongo are crucial in processes such as combating climate change, welcoming populations moving from rural areas, promoting inclusion and social justice, providing education and culture, fostering equal opportunities, and ensuring the proper functioning of social mobility!

On these and other topics, we, Portuguese and Valonguenses, have much to learn from the participants in this conference and from all the discussions that will take place over the next three days.

Feel free to rely on us to provide you with all the resources necessary for a good discussion and a fruitful exchange of arguments.

Welcome, everyone!

Have a great conference!



Konstantinos Koukas

Congress Thematic Spokesperson on the European Local Democracy Week

First of all, I want to express my gratitude to the Mayor of Valongo Mr. Jose Manuel Ribeiro and the team of the Conference for inviting me to the 23rd Conference of the International Observatory on Participatory Democracy. As a municipal councilor and former mayor of Mykonos in Greece and as a spokesperson for the European Local Democracy Week, it is of special importance for me to be part of this event.

Why is participatory democracy so crucially important in current times? I believe we can all agree that the rise of populist movements faced by our societies poses a real threat to the very foundation of democracy. These movements thrive on the growing belief that traditional democratic mechanisms such as elections, political parties, and representative institutions, are failing to address citizens' needs. Worse, they claim the whole system is rigged against ordinary citizens, corrupted from the inside out. Populism also creates divisions within society by pushing exclusionary narratives that blame and exclude minorities. It erodes our sense of belonging by turning people against one another. By trampling on key democratic values and the principle of inclusivity, populist leaders fuel a dangerous level of distrust in our institutions and communities. Once that distrust takes root, populist leaders step forward, claiming to be the only champions of the "common citizens" and offering easy answers to complex issues. It is a dangerous path. We must stay vigilant, but more importantly, we must take action.

So, how can we strengthen our democracies to stand up to the dangers of populism? There are many answers to this question, but one is essential. It lies in building participatory communities, where citizens are not just spectators, but active participants in the democratic processes. Participatory democracy goes beyond just casting a vote: it creates a continuous and interactive dynamic where citizens have a direct voice in the decisions that affect their lives. It does not just encourage participation but institutionalizes it. If participation is a permanent part of governance, we can ensure that citizens' voices are heard, and their input is valued.

Thus, participatory democracy is a powerful antidote to populism. It gives citizens a sense of ownership in the political process, addressing the frustrations that populist leaders exploit. When people are actively involved in shaping public policies, they are less likely to feel disconnected or disenfranchised, and more likely to trust democratic institutions. Participatory communities also foster pluralism by creating spaces for dialogue between different groups and ensuring diverse voices are included in the policymaking process. This is where the link between participatory democracy and democratic resilience becomes clear. By institutionalizing mechanisms of participation, we do not only empower citizens but also build a more robust, pluralistic democracy that is better equipped to withstand the threats posed by disinformation, fake news, distrust and populist trends.



When we discuss participatory democracy, we are talking about many practical ways to get citizens more actively involved in decision-making. These can include initiatives such as:

- Participatory budgeting, where community members help determine how public funds are allocated.
- Citizens' assemblies, which give people a space to express their concerns, deliberate on solutions, and make recommendations.
- Digital e-democracy platforms, that make participation accessible to everyone through their electronic devices.
- Collaborative workshops, where residents work alongside policymakers to co-create solutions for specific challenges.
- Youth councils, which amplify young voices in the governance process.

Only to mention some of them:

One initiative that I am especially familiar with - and one that encompasses all these practical implementations of participatory democracy- is the European Local Democracy Week. Organized by the Congress of Local and Regional Authorities, the European Local Democracy Week plays a vital role in promoting events organized by cities and regions with their citizens. It encourages local authorities to implement participatory mechanisms which give citizens the chance to engage with their local governments.

Events and activities can take place throughout the year, with a flagship event during the week of October 15th. Every year, the Congress awards the title of “Partner of the European Local Democracy Week” to recognize local authorities and associations which have organized the most effective activities to sustain local democracy and citizen participation throughout the year.

The city of Valongo has been for many years an active and innovative partner of the European Week. Its engagement has been acknowledged through the awarding of several titles as a “Partner of the European Local Democracy Week.” Every year, the municipality organizes a wide range of activities. Beyond that, in 2024, Valongo has set up children’s councils, offered learning opportunities on local citizenship through courses and exhibitions, organized a community clean-up along the river, and held public sessions to present the Municipal Youth Plan. These are just a few examples of the impactful actions that have been implemented here. I would like to express my gratitude to Valongo and its Mayor for their active involvement in the European Week of Local Democracy.

This conference offers a great opportunity for anyone to learn more about others’ experiences and best practices. And this is exactly also the purpose of the ELDW: to serve as platform for sharing best practices, to learn from each other’s successes and challenges, to help taking creative initiatives as well as to give visibility to cities and regions’ initiatives aimed at promoting the participation of their citizens.



Coming back to the central theme of this conference - how can participatory democracy help us counter populist threats and build democratic resilience -, let me highlight that populism thrives on division, exclusion, and a growing distrust in our democratic institutions, when participatory democracy, by contrast, offers a path toward inclusive governance.

By building participatory communities at the local level, we can create a more resilient democracy. After all, it is at the local level where citizens feel the most direct effects of political decisions. Fostering a culture of participation lays a strong foundation for democratic resilience that can extend to national and international levels. Together, we can build a democracy that can withstand the challenges of populism and upholding pluralism and inclusion. We can demonstrate that democracy is not just a system of government but a set of values that must be actively defended and promoted.

I encourage each of you to take the lessons learned from this conference back to your communities and continue the essential work of building democratic resilience through participation. Let's ensure that democracy remains a system of government that prioritizes the interests of citizens, safeguards their rights, and creates a future where every voice is heard.

I thank you for your attention.



Cas Mudde*

*Investigador e Cientista Político (Stanley Wade Shelton UGAF, Universidade da Geórgia, EUA)
Researcher and Political Scientist (Stanley Wade Shelton UGAF, University of Georgia, USA)*

David Pontes*

*Diretor do jornal Público
Director of the newspaper Público*

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: <https://www.youtube.com/video/ajrtWgbrDJA>

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:* https://www.youtube.com/video/F14yF_D5YDU



Painel 1: Emoções, participação digital e estado social no populismo e anti-populismo

17 DE OUTUBRO

Narrativas das emoções na cultura política dos partidos populistas de direita radical em Portugal e Itália

Cristiano Gianolla

Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra

Investigador

cgianolla@ces.uc.pt

O crescimento da política de direita radical levanta preocupações sobre cenários autoritários e de exclusão, enquanto o populismo é entendido como uma lógica que articula as exigências democráticas e fortalece o envolvimento político. Existe uma falta de investigação sobre as perspetivas democráticas do Populismo de Direita Radical (PRR). Além disso, a crescente literatura sobre estes fenómenos examina geralmente o lado da oferta ou da procura da política, negligenciando a dimensão narrativa que emerge do entrelaçamento dos dois. Esta apresentação tem como objetivo colmatar estas lacunas, utilizando a heurística da “narrativa da emoção” que circula entre os lados da oferta e da procura dos partidos do PRR para examinar a sua cultura política. Partindo do princípio de que o populismo cria identidades sociais através da articulação afetiva das reivindicações populares, o enfoque na “narrativa das emoções” (e não apenas na dimensão narrativa de emoções particulares) permite-nos analisar o modo como objetos sociais e políticos, factos, ideias e cenários geram cultura política. Através de um estudo comparativo de métodos mistos entre Portugal e Itália, esta apresentação avalia as narrativas das emoções dos partidos CHEGA e Fratelli D'Italia (Fdi). O conjunto de dados inclui 14 entrevistas semiestruturadas a deputados e um inquérito original com 1.900 respostas relativas a realidades políticas (sobre o sistema democrático, estruturas de poder, diversidade étnica, história política e papel dos meios de comunicação social) e cenários hipotéticos (sobre autoritarismo, aumento da migração e da diversidade, anticorrupção, securitização do Estado e utilização alargada de referendos). As narrativas das emoções das culturas políticas do PRR geram visões democráticas enraizadas em identidades excludentes com afeto positivo pelo centralismo, autoritarismo e securitização do Estado, em oposição à inovação e participação.



From Inequality to Political Polarization: Analysing the political response to popular demonstrations and the welfare regime transformations in the Brazilian case.

Jaqueline Damasceno

Centre for Social Studies

Ph.D. Candidate

jaqueline Damasceno.jds@gmail.com

This discussion proposal evaluates the relationship between the persistence of inequalities, which led to increasing popular demonstrations in Brazil in 2013, and the deepening political polarization in the following years. This more polarized political scenario influenced the reformulation of the political styles of some of the main actors in the federal executive and legislative branches, who, in turn, responded to the growing dissatisfaction with a restructuring of the welfare regime involving changes in education, health, employment policies, and social security. The assessment strategy employed includes, in addition to the analysis of inequality indicators, the evaluation of political styles through a fuzzy-set qualitative comparative analysis and the proposition of a mechanism that relates political styles to the performance of the indicators, which will be evaluated through a process-tracing analysis. Despite the improvement observed in indicators assessing poverty levels, income redistribution, and the ability of Brazilians to consume goods and services between the 1990s and the early years of the 21st century, the gap between the growing middle class and the top of the income distribution became a factor exacerbating sociopolitical tensions as the effects of the international economic crisis affected income, credit, consumption, and production structures starting from 2012. June 2013 is a crucial point in understanding this process. This date was marked by protests against the increase in urban public transportation fares, which began in São Paulo but quickly spread throughout the country, resulting in acts of occupation of symbolic points in the federal capital. As can be observed in photos from the period, the protests in Brasília addressed various issues regarding dissatisfaction with mobility services, healthcare, education, public security, and issues related to social justice, social rights, overall economic performance, and corruption, among others. In the years following the establishment of the economic crisis, what was observed was an intensification of political polarization, with reflections on social dynamics. Political responses to the crisis revealed the lack of resilience in combating inequalities. They contributed to a growing dynamic of polarization in discussions from both the right and the left, mainly through digital media. The resurgence or intensification of populist movements in contexts such as the one described has been discussed by a series of authors studying the phenomenon in Brazil (Barros & Lago, 2022), Latin America (Alvaredo et al., 2021), but also in other regions (Aslanidis, 2017); (Iversen, 2021); (Moffitt, 2016); (Mudde & Kaltwasser, 2017). For Moffitt (2016), this resurgence goes beyond dissatisfaction with inequalities or political and economic performance. Changes in the representation of political action, facilitated by media evolution, established a new space for interaction—or at least the perception of the possibility of interaction and participation



in the political process—that attracted and captivated the public, making the distant scenario of political events closer to the eyes and understanding of the general public. The Latin American and Caribbean Inequality Review project (Alvaredo et al., 2021) proposed identifying the main mechanisms that could explain why, despite significant structural and socioeconomic changes in the region, the observed levels of inequality are still so significant. The works already published by the team map mechanisms in opportunities, markets, redistribution policies, and the political sphere. The publication by Fergusson et al. (2024) presents essential contributions to this last axis. However, given the scope of the work, although the authors relate populism to some of these mechanisms, they reserve only a marginal space for discussion. Thus, the intention of this discussion is also to continue this problematization, contributing to the deepening of the investigation of this already identified relationship."



A Construção de Espaços Populistas: Pontes para Narrativas Sem Tempo

Manuel João Cruz

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC)

Assistente de Investigação

manuelcruz@ces.uc.pt

É inegável que assistimos a uma erosão democrática a nível global. Isto cria um terreno fértil para o surgimento de fenómenos populistas e radicais que se caracterizam sobretudo pela rejeição do liberalismo. Anteriormente, um caso de excecionalidade, Portugal, a partir de 2019 depara-se com a ascensão do partido Chega liderado por André Ventura. Apesar de uma área em verdadeiro crescimento, os estudos populistas revelam ainda uma lacuna significativa na análise de intervenções parlamentares políticas populistas, especialmente sob a lente dos Estudos Narrativos. Este trabalho procura preencher esta lacuna, ao identificar a narrativa populista a partir do discurso parlamentar de André Ventura quando ainda era deputado único na Assembleia da República durante a XIV Legislatura.

A metodologia empregada baseia-se na análise narrativa de Marie-Laure Ryan, focando-se nas dimensões espacial e temporal da narrativa a 8 intervenções parlamentares do deputado único do Chega na XIV Legislatura portuguesa. A dimensão espacial e temporal é examinada através da semantização do espaço e do tempo a partir de Lotman. Os resultados demonstram como a utilização de deícticos sociais, textuais e gestuais são utilizados para criar espaços populistas situados no espaço, mas algo fragilizados no tempo. A narrativa populista de André Ventura constrói toda a dimensão temporal de modo disfórico, não deixando um espaço seguro para que o leitor se situe e descanse. É, portanto, uma narrativa atemporal sem âncoras estruturais no passado ou hipotéticas no futuro. Esta incapacidade de ancorar a narrativa no passado reflete-se na falta de lógica e coerência nos ataques às instituições, evidenciando a uma identidade política frágil que ainda se estava a desenvolver em 2019. Os resultados revelam também que, embora Ventura procure utilizar estas construções espaço-temporais, acaba por enfrentar dificuldades significativas devido à sua dependência do presente instável, o que torna a sua narrativa emocional e incoerente. As implicações deste estudo sugerem que a compreensão destas fragilidades narrativas é crucial para decifrar as limitações do discurso populista e sua capacidade de mobilização, contribuindo para um melhor entendimento das dinâmicas políticas contemporâneas e dos desafios impostos à democracia liberal.



Um antipopulismo à moda brasileira

Maria Tereza Zolyomy Torres

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Doutoranda

mariazolyomytorres@gmail.com

A pesquisa sociológica dos últimos anos concentrou-se na crise política, encontrando algumas respostas no surgimento do populismo de direita radical – exclusivista – como uma ameaça. Por outro lado, uma parcela significativa das sociedades desenvolveu um sentimento que a princípio pode ser nomeado como oposto ao populismo, o antipopulismo. No intuito de descobrir as características do antipopulismo, o trabalho constrói um caminho qualitativo que tem como base a teoria político democrática desenvolvida inicialmente por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe na Escola de Essex em articulação com estudos que analisam a emergência do populismo de direita radical XXI no Brasil, e a reação antipopulista da última eleição presidencial de 2022.

O Brasil conviveu com vários populismos na sua história, seja com Getúlio Vargas, João Goulart e Lula da Silva pela ideologia de esquerda, seja com Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Fernando Collor pela perspectiva de direita, e mais recentemente com um populismo nomeado como radical ou reacionário com o bolsonarismo. O que ocorreu para que os últimos anos fossem dominados pela lógica bolsonarista foi a concorrência de diversas demandas sociais conservadoras insatisfeitas ou oprimidas pelos governos esquerdistas anteriores liderados pelo Partido dos Trabalhadores.

Contudo, em 2022, a alternância de governo de direita para esquerda se deu de forma diferente. Grupos sociais com suas demandas reprimidas passaram a mobilizar-se e recrutar emoções positivas por meio de cantos, jingles, redes sociais e convocação de jovens eleitores para enfrentar o bolsonarismo. O que instiga a investigação é justamente a análise do antipopulismo brasileiro, mobilizado por movimentos sociais, pela ótica da troca de um governo populista (Bolsonaro 2018-2022) por um governo populista (Lula 2002-2010) com discurso antipopulista (Lula 2022-2026).

O Brasil passou por um período turbulento durante o governo Bolsonaro (2018-2022) em razão da própria vertente exclusivista do discurso, adicionado ao fator sanitário do COVID-19 que acentuou a crise política brasileira. O populismo tem uma capacidade particular de mobilizar emoções para impactar no comportamento político, e o próprio populismo bolsonarista as utiliza fortemente como ferramenta para instigar o povo frente ao inimigo político. Porém, o que se observou foi que havia diversas demandas insatisfeitas de pessoas que não integraram e/ou foram excluídas dos grupos compostos, e estas pessoas mobilizaram-se reagindo socio



politicamente ao próprio populismo. A hipótese construída nesta investigação é de que Lula da Silva, um político historicamente conhecido por ser populista de esquerda, invoca um discurso de reconstrução democrática por meio de um repertório que enfatiza as emoções positivas, convocando uma população deixada à margem por um governo anterior que detinha um discurso nitidamente ligado às emoções negativas do populismo exclusivista.

Os movimentos sociais de 2022 pré-eleitorais cresceram de forma exponencial, dentro e fora da internet, especialmente em razão da esperança de uma eleição que proporcionasse uma reconstrução e união no país novamente. Com essa finalidade, observou-se o ingresso de grupos de eleitores declaradamente não simpatizantes do líder político Lula, porém a convocação por meio das emoções positivas coletivas permitiu o acesso destes aos movimentos antipopulistas brasileiros. É justamente neste ponto que se pode afirmar que os movimentos sociais passaram de simples movimentos de derrota do populismo exclusivista, para movimentos sociais antipopulista. A diversidade de grupos de pessoas com demandas reprimidas e, até mesmo, indivíduos politicamente passivos ou em anedonia, além das fortes emoções reivindicadas, é o elemento caracterizador do antipopulismo brasileiro de 2022.

O antipopulismo possui uma abordagem antagônica em desenvolvimento e é um tema pouco abordado pela bibliografia relevante, especialmente quando observado em conjunto com a categoria de análise e influência das emoções. Nesse sentido, o presente resumo faz parte de uma investigação doutoral que tem o intuito de preencher um vazio doutrinário em que é explorado as emoções no antipopulismo dentro de democracias com recentes participações do discurso populista exclusivista. Os resultados contribuem para a discussão acadêmica dos impactos e reflexos do antipopulismo na sociedade contemporânea e, consequentemente, corroboram com a construção e, em alguns casos, reconstrução de uma resistência democrática multidimensional entre países onde o populismo de direita tem diferentes atuações.



Painel 2: Local Resilient Democracy: Participatory Governance in Eastern Europe Amidst Challenges

DIA 17 DE OUTUBRO

Local Resilient Democracy: Participatory Governance in Eastern Europe Amidst Challenges

(Moderador) Irakli Jgharkava

*ALDA - European Association for Local Democracy
Belarus, Southern Caucasus and Central Asia Coordinator*
irakli@alda-europe.eu

Viorica Tudos*

Anzhelika Pylypenko*

Lusine Aleksandryan

*"Local Democracy Agency" foundation
Director*
ldaarmenia@aldaintranet.org

The Republic of Armenia, having gained independence in 1991, took democracy and human rights path as the main and important pillar for further development both for internal and external policies.

The presentation refers to the democratic developments in Armenia focusing on citizens' participation in decision-making processes, local democracy at the local level, good governance, ALDA contribution in local democracy landscape of Armenia, projects implemented by "Local Democracy Agency" foundation. Armenia has advanced much in local democracy and participation in legal framework with the support of international organisations that contributed with capacity-building activities, high level consultations, exchange studies, conferences.

As defined by Law on Local Self-Government 2 provisions cover the issues for LSG transparency, accountability and publicity and citizens participation. In this regard engagement of citizens in drafting and discussion of 5-year development plan and budget is of vital importance.

Although the forms of citizens' participation have advanced in the communities of Armenia the elections are still considered by the citizens as the main form of participation.



Public hearings on 5-year development plan and annual budgets, mostly in urban communities are held according to the procedures defined by law and the level of citizens' participation varies. In the capital and in two other big cities the public hearings are held referring also to other community issue with the active participation of civil society organizations. Meetings with the citizens on behalf of community leader are held either on weekly or monthly rolling basis.

"Local Democracy Agency" foundation was established in 2012 and registered in April 2013 in Gyumri, Armenia at the initiative of European Association for Local Democracy and Congress of Regional and Local Authorities of Council of Europe.

European Association for Local Democracy /ALDA/ was established in 1999 at the initiative of the Council of Europe to promote local democracy, good governance and citizens' participation.

ALDA is a membership-based organisation gathering over 300 members, including local authorities, associations of local authorities, and civil society organisations, coming from more than 45 countries in the enlarged Europe.

ALDA is funded through membership fees, as well as project funding from the European Commission, the Council of Europe and other public and private donors.

As a core element, ALDA supports citizens and groups of citizens in their initiatives aimed at improving their local context, building bridges with local authorities to make the change real.

Among ALDA's key priorities is to coordinate and support the network of the Local Democracy Agencies (LDAs), which are self- sustainable, locally registered NGOs acting as promoters of good governance and local self-government, with which ALDA collaborates in many activities.

LDA foundation is a non-profit making organization with the goal to promote citizens participation and good governance at the local level. Among its main priorities are to foster the capacities of local authorities and civil society in citizens' participation, support participative practices in the development of local and sustainable tourism, reinforce regional cooperation, empower youth and women in media, democratic and community development initiatives and reforms. Furthermore, the cooperation with the Ministry of Foreign Affairs of Germany, the Council of Europe, CSF of Eastern Partnership, USAID, Black Sea NGO Forum, Romanian FOND, UNDP, American "Paros" foundation, Communities Finance Officers Association and the European stakeholders promoted the implementation of many initiatives in the field of local democracy, participative decision-making, nature protection and youth empowerment.

In cooperation with ALDA "Local Democracy Agency" foundation enlarged its network to other LDA's both in Eastern Partnership countries and Balkans. Through different projects and initiatives in cooperation with ALDA community development, women and youth empowerment, promotion of transparency and accountability of local authorities became possible in Armenia. Partnerships with foreign counterparts and local stakeholders, embassies, cooperation supported



by ALDA greatly influenced the implementation of LDA Armenia mission and achieving its main priorities through interesting and unique proposals.

With support of ALDA and in cooperation with Gyumri Youth Palace Local Democracy Agency foundation in Armenia recommenced the series of performances entitled "Local Authorities-interactive theatre". Based on the previous success of the format to transfer the knowledge, laws on LA and citizens' participation in an interactive and motivating way the target will be schools in Gyumri, especially the pupils from the elementary schools. The first pilot schools were #7 and 30 schools, 3rd grade pupils. The enthusiasm and joy of the schoolchildren was great as they were able to participate in elections simulation and petition and their voices were heard. As stated by the teacher "The format and content was well-elaborated enabling the children reach the point without the long, boring and traditional lessons and feel a part of community, as a citizen".

The project is very ambitious and based on the great outcomes it is foreseen with ALDA to extent to other schools of the same region and other regions. The format is novelty and quite varies from the traditional forms of capacity-building, education and advocacy.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=Hd_jY4Lb5PQ

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:* <https://www.youtube.com/watch?v=Rf3Os3W84fo>



Painel 3: Global Platform for Participatory Democracy

DIA 17 DE OUTUBRO

Global Platform for Participatory Democracy

Arnau Monterde

Barcelona City Council

Brazil Government

amonterde@bcn.cat

Carla Bezerra

Director of Participation and Democratic Innovation

Director of Digital Participation and Network Communication

carla.bezerra@presidencia.gov.br

Decidim is a citizen participation platform to organise democratic processes. It was created by Barcelona local government in 2015 in collaboration with Open University of Catalonia. Decidim has experienced significant growth in the last seven years, expanding to 450 democratic organizations and involving 4 million participants. Notable organizations, cities and regions such as Barcelona, Helsinki, Brazil, New York, Greenpeace and the European Commission have successfully integrated Decidim into their participatory processes. The title of this roundtable will be: global platform for participatory democracy. We aim to deepen our understanding of the various applications and future challenges of Decidim. Our discussion will include the views of representatives from Brazil and Barcelona. Together we will explore how Decidim is transforming citizen participation and address the obstacles it may face in the future.



Painel 4: Orçamentos Participativos de Instituições de Ensino Superior

DIA 17 DE OUTUBRO

Orçamentos Participativos de Instituições de Ensino Superior

António Barbot*

School of Education, I.P. Porto.

Assistant Professor

antonioarbot@ese.ipp.pt

Paulo Delgado*

Instituto Politécnico do Porto

Presidente do Conselho Pedagógico

pdelgado@ese.ipp.pt

Susana Lopes*

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Vice-Presidente do Conselho Pedagógico

slopes@ese.ipp.pt

António Fragoso*

Universidade do Algarve

Professor Catedrático

aalmeida@ualg.pt

Sílvia Viegas*

Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve (CIAC/UAlg)

Investigadora

sbviegas@ualg.pt

Soraia Gonçalves*

Politécnico do Cávado e do Ave

Pró-presidente Gestão Académica e Qualidade

soraia@ipca.pt

Orçamentos Participativos das Instituições de Ensino Superior – Democracia que transforma.

Os Orçamentos Participativos das Instituições de Ensino Superior (OPIES) visam, à semelhança do que sucede com os OP noutros domínios (Dias et al., 2021; Dias et al. 2022),



implementar a participação na vida cívica e na governança das organizações educativas e contribuir para o desenvolvimento do sentido de identidade e inclusão de toda a comunidade académica. Trata-se de envolver os estudantes, docentes e não docentes em processos de tomada de decisão, de acordo com os princípios da transparência das contas públicas, em prol do bem comum, do respeito pelas escolhas diferentes e do aumento de confiança na gestão da instituição.

Os OPIES têm por referência os valores de um modelo democrático na gestão das IES, e a importância da participação dos atores, com especial destaque para os estudantes, na vida da academia, enquanto pressuposto fundamental para a melhoria do ambiente académico e da sua eficácia e capacidade de inovação (Lansdown et al., 2014). Os OPIES são processos de aprendizagem da cidadania, através da dinamização e participação em atividades que convisibilizem para a construção de um sentido de identidade e de inclusão de toda a comunidade (Esteban & Novella, 2018; Ferrão, 2022).

Os OPIES permitem que qualquer membro da academia submeta propostas que são discutidas em público e decidem, através do seu voto, onde será investida parte do orçamento da IES. As propostas apresentadas são objeto de análise técnica e validação e podem ter uma multiplicidade de objetivos: a melhoria dos espaços e equipamentos, o desenvolvimento da investigação, formação e cultura, a relação com a comunidade através da intervenção social, pedagógica, desportiva ou cultural, entre outros.

A construção, apresentação e discussão da proposta constitui um exercício de cidadania crítica. As propostas validadas são colocadas à votação e implementadas após a sua aprovação, pelos órgãos decisores, que as incluirão nos seus planos de atividades e promoverão a sua execução. Regra geral, os proponentes da(s) proposta(s) vencedoras deverão participar ativamente na execução das atividades.

Esta mesa-redonda tem por objetivo apresentar as experiências em curso na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, no Instituto Politécnico do Cávado e Ave e na Universidade do Algarve; comparar processos, mecanismos de financiamento e os resultados obtidos em cada contexto; partilhar os desafios que se colocam para o desenvolvimento no futuro dos OPIES em Portugal e identificar possibilidades futuras de cooperação.



* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link:
https://www.youtube.com/watch?v=RA9ikss_XUc&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=18 .

** The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:*
https://www.youtube.com/watch?v=RA9ikss_XUc&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=18



Painel 5: Cuidadores do Território

DIA 17 DE OUTUBRO

Cuidadores do Território

Nelson Dias

Associação Oficina, Presidente

nelson@oficina.org.pt

Apresentação do livro "Cuidadores do Território", uma publicação que visa dar destaque e enquadrar, do ponto de vista conceptual, as práticas participativas de gestão de bens públicos, promovidas por Autarquias em Portugal.



Idosos Saudáveis e Ativos

Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino

Município de Torres Vedras, Vereadora

filipasilva@cm-tvedras.pt

A apresentação visa enquadrar o programa Idosos Saudáveis e ativos no quadro das políticas de desenvolvimento territorial preconizadas pelo município de Torres Vedras, explicitando o seu racional, propósito, modelo de governança e de gestão e impacto.



Tutores de Cascais

Zilda Maria Espedita Costa da Silva
Município de Cascais, Administradora

Ana Rita Martinho Guimarães Moreira
Município de Cascais, Gestora de Projeto
frita.moreira@cascaisambiente.pt

O Programa Tutor do Bairro foi criado em 2009 com o objetivo de os munícipes poderem participar na melhoria da qualidade de vida dos seus bairros, ao monitorizar o espaço público ao nível do estado da limpeza urbana, recolha de resíduos, espaços públicos verdes urbanos, espaços de jogo e recreio, calçadas, pavimentação, iluminação, estacionamento, viaturas abandonadas na via pública, segurança pública, animais errantes, entre outras situações. Ao mesmo tempo, estes são a ser um veículo de educação/sensibilização junto dos restantes munícipes. Por um lado, pretendeu-se fomentar a cidadania, com a participação dos munícipes na gestão do espaço público (que é das pessoas) na perspetiva de um serviço de proximidade. Por outro lado, pensou-se testar uma nova forma de sensibilizar a população, quer para problemas ambientais, quer para outras questões específicas do bairro. Em síntese, o programa assenta na necessidade de se criarem comunidades locais dinâmicas, participativas e atentas ao seu espaço natural e construído e à preservação dos mesmos. Cada Tutor de Bairro é escolhido pela Cascais Ambiente, mediante apresentação de uma proposta do próprio. O regulamento do Tutor do Bairro estabelece direitos e deveres, entre outros princípios, enquadrando a ação dos tutores de acordo com os elevados padrões de qualidade e de transparência da Cascais Ambiente, que assentam na competência, rigor e excelência dos serviços. Como o Tutor é um interlocutor privilegiado entre a população local e os serviços da Autarquia, os pedidos feitos por estes são considerados prioritários pelos serviços, agilizando a sua resolução. O sucesso deste programa é ilustrado não só pelo número de participantes no programa (número de tutores), como também pelo aumento na qualidade do serviço prestado pela Autarquia. Assim, o programa foi iniciado com 54 Tutores de Bairro, estendendo-se hoje a um total de 246 tutores, que asseguram a cobertura de 236 bairros, o que corresponde a 6.000 ha do concelho de Cascais. Ao todo os Tutores do Bairro asseguram a manutenção e preservação de 93 parques infantis e espaços de jogo e recreio; 23 hortas comunitárias, 3 vinhas e 2 pomares comunitários; 126 ha de áreas verdes (jardins); uma rede viária na ordem dos 1.140 km. A área de abrangência do programa chega aos 93.257 alojamentos e 175.707 habitantes. Desde que o programa foi lançado, foram efetuados pelos Tutores do Bairro cerca de 25.000 pedidos de intervenção no espaço público, sendo que a taxa de resolução das situações ultrapassa os 90%. Devido ao forte interesse dos munícipes, o Programa Tutor do Bairro será alargado a novas áreas, nomeadamente aos trilhos e aos rios. Será igualmente verificada a viabilidade de alargamento a todas as Praias do Concelho de Cascais.



Projeto Plantar Lousada

Rodrigo Almeida

Município de Lousada, Coordenador do projeto

rodrigoal.lousada@gmail.com

1. Introdução, O Projeto Plantar Lousada é uma iniciativa ambiental inovadora, com o principal objetivo de promover a sustentabilidade ecológica e a regeneração de ecossistemas, através da plantação de árvores autóctones e da sensibilização ambiental, envolvendo ativamente a comunidade local. Lançado pela Câmara Municipal de Lousada, este projeto integra-se numa estratégia mais ampla de valorização ambiental, posicionando o município como um exemplo no combate à perda de biodiversidade e na luta contra as alterações climáticas através da resposta à necessidade urgente de conservar e restaurar florestas nativas, contribuindo para a recuperação dos solos, o aumento da biodiversidade e a melhoria da qualidade do ar e da água.

3. Objetivos do Projeto Os objetivos do Projeto Plantar Lousada podem ser agrupados em três grandes áreas: ambientais, sociais e educacionais. Objetivos Ambientais: Restaurar áreas florestais degradadas através da plantação de árvores nativas. Contribuir para o aumento da biodiversidade local, criando habitats para a fauna e flora autóctones. Melhorar a resiliência dos ecossistemas face às alterações climáticas, promovendo a conservação dos solos e dos recursos hídricos. Reduzir a pegada ecológica do município, compensando as emissões de carbono através de sequestro natural. Objetivos Sociais: Envolver a comunidade local, incluindo escolas, associações e empresas, na plantação de árvores e na recuperação ambiental. Promover o voluntariado ambiental como forma de fortalecer o sentido de cidadania e responsabilidade ecológica. Reforçar a identidade local através da valorização do património natural, incentivando o turismo sustentável. Objetivos Educacionais: Sensibilizar a população para a importância da conservação da natureza e da biodiversidade. Integrar a educação ambiental nas atividades escolares, criando uma geração de cidadãos mais conscientes e proativos em relação às questões ambientais. Desenvolver competências práticas nos participantes, como plantação, gestão florestal e conservação de espécies.

4. Metodologia e Ações O Plantar Lousada tem sido implementado através de uma abordagem prática, baseada na colaboração da autarquia, escolas, voluntários, associações ambientais e empresas. Plantação de Árvores Autóctones: O principal foco do projeto é a plantação de árvores nativas, como o carvalho, o castanheiro, o sobreiro e outras espécies adaptadas às condições ecológicas da região. Estas árvores são plantadas em áreas degradadas ou onde se pretende aumentar a diversidade florestal. Até à data, já foram plantadas milhares de árvores, com o apoio de voluntários e parceiros. Reabilitação de Linhas de Água: Uma parte significativa das atividades do Plantar Lousada está relacionada com a proteção e reabilitação de linhas de água, como rios e ribeiras. A recuperação da vegetação ripícola



(vegetação das margens) ajuda a estabilizar os solos, prevenir a erosão e melhorar a qualidade da água, além de fornecer habitats essenciais para diversas espécies. Envolvimento da Comunidade e Voluntariado: O envolvimento da comunidade local é uma das chaves para o sucesso do projeto. Ao longo do ano, são organizadas atividades de plantação abertas à população, incluindo crianças, jovens, adultos e seniors. Estas ações são complementadas por campanhas de sensibilização nas escolas, de forma a que as crianças aprendam desde cedo a importância de preservar a natureza. Os projetos Plantar Lousada no seu Quintal e o Plantar Lousada no Natal são dois exemplos concretos de como esta iniciativa tem conseguido expandir o seu impacto, envolvendo ainda mais a comunidade local e promovendo o comércio local. Monitorização e Manutenção: O sucesso de um projeto de reflorestação depende também do cuidado e monitorização das áreas plantadas. O Plantar Lousada implementa um plano de monitorização contínua para garantir que as árvores plantadas crescem de forma saudável e que as áreas reflorestadas continuam a desempenhar as suas funções ecológicas. As atividades de manutenção incluem a remoção de espécies invasoras e controlo de vegetação.

5. Resultados Obtidos Desde o seu início, o Plantar Lousada tem alcançado resultados significativos, tanto em termos ambientais como sociais. Impacto Ambiental: Até ao momento, foram plantadas mais de 127 mil árvores autóctones, o que contribuiu diretamente para o aumento da biodiversidade e para a melhoria da qualidade ambiental no concelho. A recuperação de áreas florestais degradadas e de zonas ribeirinhas influencia a fauna local, promovendo o regresso e movimentação de espécies pelo território. Envolvimento da Comunidade: O projeto tem conseguido mobilizar um grande número de voluntários, desde cidadãos individuais até empresas e escolas. Através das ações de plantação e voluntariado, centenas de pessoas participaram ativamente na regeneração ecológica do concelho, criando um verdadeiro movimento de sensibilização e responsabilidade ambiental. Educação Ambiental: Outro aspeto importante tem sido a integração da educação ambiental nas atividades escolares. O Plantar Lousada trabalha em estreita colaboração com as escolas locais para desenvolver programas educativos, que incluem não só a plantação de árvores, mas também workshops e atividades de sensibilização sobre a importância da conservação dos ecossistemas.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=RA9ikss_XUc&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=18 .

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link: https://www.youtube.com/watch?v=RA9ikss_XUc&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=18*





Painel 6: Environments, Cities, and the Challenges of Our Times

DIA 18 DE OUTUBRO

De la Transformation du Manioc à l'Amélioration du Cadre de vie et de l'Environnement des Villages de Cocody, Cas de Blockhaus

Albert Fernand Okéké Yapi

Mairie de Cocody

Point Focal Convention des Maires pour l'Afrique Subsaharienne (CoMSSA)

yapifernand@gmail.com

Le present projet soumis par l'Association des Femmes Atchans des 6 Villages de Cocody, accompagne par le Groupe de Travail de la Convention des Maires pour l'Afrique Subsaharienne (CoM SSA), entite de la Mairie de Cocody, qui s'inscrit dans le cadre de l'amelioration des conditions de vie et de travail de la population des quartiers et villages de Cocody et de la protection de l'environnement. Les principales activites de ces zones de Cocody restent la production et la commercialisation de l'Attieke et autres produits du manioc, puis la vente de poissons seches. Malheureusement il y a une problematique liee à leurs principales activites causant un souci d'hygiene a leur environnement et cadre de vie et aussi une insuffisance dans le rendement d'activite generatrice de revenu. De ce fait ce projet de developpement durable, vient à point nomme pour faire face au chomage grandissant dans les quartiers et villages de Cocody et à la degradation de l'environnement. Les populations, dans le cadre des activites economiques menees, ont souvent recours a des pratiques traditionnelles qui malheureusement ont un impact negatif sur leur environnement. Les consequences qui en decoulent generalement touchent plusieurs domaines notamment, la sante, la pauvreté, le chomage et evidemment l'environnement. Ce projet de developpement durable vise donc a rendre plus ecologique, la transformation du manioc en nourriture local a savoir l'Attieke, a la creation d'emplois durables pour les Jeunes, les Femmes par la preservation de l'environnement tout en developpant des activites generatrices de revenus qui boostent l'economie locale. En plus il permettra d'organiser les femmes et jeunes filles en Groupement d'Interet Economique (GIE) ; de faire de la transformation du manioc une activite economique et surtout ecologique par l'amélioration de la cuisson de "l'Attieke" et de sa chaine de production ; d'insérer dans la chaine de production des materiels efficaces et efficaces utilisant moins les bois de chauffe et autres derives nuisibles a l'environnement ; de recuperer les effluents et dechets issus du traitement du manioc pour en faire du BIOGAZ, reutilisable pour la cuisson de l'Attieke ; d'offrir une opportunité de formation et renforcement de capacite aux femmes dans l'utilisation du materiel de cuisson intervenants dans le processus de fabrication de l'Attieke et dans le respect de l'environnement ; de creer des



emplois durables et vert pour les Jeunes, les Femmes par la preservation de l'environnement tout en developpant des activites generatrices de revenus efficaces et efficientes qui boostent l'economie locale ; de repliquer le projet dans les dix (10) villages cotiers de la commune de Cocody. D'ici fin 2025, au moins 02 villages seront concernees, 50 % des Jeunes hommes et 50 % des Femmes de ces villages, jouiront d'un emploi durable. Des economies d'echelle resilientes seront enregistrees au profit de tous et avec un environnement protege.

Etat des lieux

La fabrication de l'Attieke depuis plus de 40 ans par la population autochtone des villages cotiers de la commune de Cocody a considerablement detruit la cadre de vie et environnemental.

Constats

Problemes d'assainissement, de gestions de dechets, de pollution atmospherique et des baies lagunaires, de nuisances malodorantes. Dans le cadre du PAAEDC, un comite de pilotage comprenant tous les acteurs socioeconomiques du village et un conseil de sage avec a la tete le Chef du village ont ete mis en place pour adresser ensemble les problemes precites afin de revoir et ameliorer le modele de fabrication de l'Attieke. Ceci participera a faciliter les programmes de planification urbaine et villageoise integres impulses par le conseil municipal.

Ce projet vise a rendre plus ecologique, la transformation du manioc en nourriture local a savoir l'Attieke, a la creation d'emplois durables pour les Jeunes, les Femmes par la preservation de l'environnement tout en developpant des activites generatrices de revenus qui boostent l'economie locale. Ce projet participe a l'atteinte des objectifs de resilience et de reduction des émissions de gaz a effet de serre de la commune de 203 445,7 tCO₂eq/an dans le cadre de l'elaboration et la mise en œuvre du Plan d'Actions en faveur de l'Acces a l'Energie Durable et Climat (PAAEDC) de la commune; qui est lui-meme un axe strategique de notre Plan de Developpement local.

L'Innovation

Construction d'une unite de production avec une chaîne de fabrication constituee de machines et materiels qui sont fabriques en Cote d'Ivoire pour remplacer toutes les taches manuelles effectuees par les femmes; responsables des dechets polluants qui seront transformes en biogaz par deux(2) biodigesteurs.

Les resultats attendus

Les femmes et jeunes filles des communautes villageoises sont organisees en structures socioeconomiques ; Ces femmes et jeunes filles sont formees a l'utilisation du materiel de production ecologique et sensibilisees aux notions environnementales et de lutte contre le rechauffement climatique ; Fabrication et installation des outils de productions efficaces, efficientes et respectueux de l'environnement tel que par exemple le four ou foyer ameliore ; Reduction significative de l'utilisation des bois de chauffe tres emetteurs de CO₂ grace a l'amelioration du



processus de cuisson ; Reduction du nombre de bonbonnes de gaz butane grace a l'amelioration du processus de cuisson ; Production de Biogaz avec les dechets produits par l'activite et reutilisable pour la cuisson, graces aux deux Biodigesteurs ; Une amelioration des activites existantes et une emergence de nouveaux emplois durables ; Un cadre de vie des populations assaini et embelli ; En moyenne 200 femmes et jeunes filles du village beneficiaires sont suivies et encadrees par une ONG ; Autonomisation de la femme, reduction de la pauvreté, economie circulaire, respect et protection de l'environnement de travail, protection de l'environnement, de la biodiversite et des ecosystemes, amelioration de la sante et la bonne gestion de l'eau et de l'assainissement; Implementation d'un modele de developpement local, soutenable, respectueuse de l'environnement et moins emetteur de gaz à effet de serre; Repliquer le projet dans les dix (10) villages cotiers de la commune de Cocody,

Sur le plan technique,

Le projet permet l'utilisation de machines fabriquees en Cote d'Ivoire qui le long de la chaine de production favorisent une production efficace, efficiente, respectueuse de l'environnement et facilitant une economie circulaire avec l'utilisation des epluchures et effluents pour la fabrication de biogaz pour sa reutilisation dans la cuisson.

Sur le plan social,

Le cadre de vie est devenu plus sain et fait bon vivre avec une production d'Attieke plus rentables, offrant des revenus plus conséquents.

Sur le plan organisationnel,

Les femmes et jeunes filles productrices d'attieke sont organisees en Groupement d'Interets Economiques (GIE), favorisant la mutualisation des forces, des biens et ressources, leur donnant ainsi la personnalite juridique de pouvoir beneficier ou postuler a des prets bancaires,

S'agissant de la portée territoriale,

Il s'exécute dans le village de BLOCKAUSS, il pourra s'étendre dans les 10 villages de Cocody, au niveau national, sous-regional et regional.

Sur le plan de la méthode et du mode opératoire,

Modele replicable a grande échelle

Sur le plan economique,

Ce projet economiquement viable avec la creation de futures unites de production.

Sur le plan de la gouvernance,

Projet porte par la Chefferie et accompagne par la Mairie de Cocody avec la participation de tous les acteurs du tissu socioeconomique du village.



les eventuels freins, limites, contraintes (internes ou externes) au développement du projet,

la lourdeur administrative, le manque de financement reel pour la mise en œuvre du projet, les biodigesteurs qui pourraient etre pas assez efficaces ou puissants pour produire du biogaz avec un véritable potentiel de cuisson.



Empowering youth to boost environmental citizenship and democratize climate-related public policy design in Portugal for a just green transition

Sabrina Vieira Fialho

ICS - Universidade de Lisboa

Researcher | PhD candidate

sabrinafialho@edu.ulisboa.pt

Concerns about climate change have long existed. Despite half a century of conferences propped by resonant warnings from the scientific community, world leaders' promises did not suffice to contain greenhouse gas emissions and keep Earth's average surface temperature under safe thresholds. While climate change shows undeniable signs of cascading side effects raising the alarm beyond borders, a "widespread malaise about politics" (Black & Walsh, 2019) is menacing healthy democracies. Portugal is not immune to this conjecture. Although the country's vulnerability to climate change is inevitably being unleashed with the impact of droughts in the Algarve now making headlines, such matters were barely debated by the main candidates during the political campaign in 2024, even when climate activists invaded one of the debates being broadcast via public TV Channel RTP1. For the past years, state-led decisions have dominated climate policy with very little success. It is therefore not surprising that their effectiveness is now being challenged and that we are witnessing growing civic pressure to act. To fully decarbonize our society and meet the Paris Agreement by significantly reducing greenhouse gas emissions and limiting the global temperature increase by 1.5°C when compared to pre-industrial levels (UNFCCC, 2015), "rapid and widespread citizen involvement" is vital (Fernandes et al., 2020). Research about "experimental governance" has been gaining importance over the past years, with more authors arguing for the engagement of citizens, beyond conventional stratagems and formal institutions. This "bottom-up approach" contributes to the inclusion of "interests and ideas" from citizens into "local and urban climate politics" (Purdon, 2015; Kythreotis & Mercer, 2020). Citizen-led initiatives encouraged by cities and municipalities can indeed contribute to a higher sense of belonging and contribute to developing climate citizenship at the local scale. Children, who will most suffer the long-term impacts of climate change, should be included in participatory movements and meaningfully contribute to policymaking. They should be treated as equal partners to define the future they aspire to, in the name of inter-generational justice. The "collective power that young people can have in communicating their views and pushing for policy change from those in power" cannot be ignored (Kythreotis & Mercer, 2020). Although there is an "explosion of concern amongst governments and public institutions regarding young people's engagement in the democratic process and their willingness and ability to contribute to the political and civic fabric" (Black & Walsh, 2019), it has yet to materialize in concrete and consistent mechanisms. Children's role in shaping climate-related public policies is non-existent or very limited and there is a disconnect between legislation and practice, in addition to a "normative hiatus in the international



instruments” meant to foster the public participation of children in climate change matters (Dozsa, 2023b). Despite Roger Hart’s efforts to develop a Ladder of Children’s Participation back in 1992 (UNICEF, 1992), the situation does not seem to have evolved much and children’s role remains underacknowledged, underappreciated, and often undermined by tokenism (Dozsa, 2023b). A feeling of being let down is described by the young Portuguese who state that their “opinions and political participation are not valued by society” (Silva et al., 2020). In parallel, we are witnessing more radicalized actions from young climate activists in Portugal, risking lawsuits for criminal offenses and, in some cases, formal convictions (Público, 2024). This is a time when questioning the status quo becomes critical to boost youth engagement in defining the future. “The emergence of (...) new civil politics of climate change (mass disobedience marches, school strikes, etc.) has forced different levels of government to rethink how policy is created and implemented. The climate litigation case brought to the ECHR by Portuguese children who were heavily impacted by the wildfires in Pedrógão is a testament to growing discontentment among Portuguese youth. Although the ECHR concluded that “there were no grounds in the Convention for the extension of their extraterritorial jurisdiction”, it won’t prevent any young person from pursuing legal avenues in Portugal. The national “Lei de Bases do Clima” approved in 2021 is far from having been implemented and there is much to be done. To avoid what would be a tragic clash of generations over responsibilities for the state of affairs, young people need to be actively participating in the transition to a fully decarbonized society. If we are failing our children, aren’t they right to use every available (institutionalized) means to force governments to act? If voting is an act excluding anyone below the age of 18, how can children be heard and influence climate-related policymaking? In the school year 2023/2024, I have asked children aged between 9 and 19, across the country what they would do if they were given a magic wand or superpowers. The question was not framed in the context of a climate-related research, it was a wide-open question for children to answer freely. From the 1.372 responses obtained, 25% were related to the environment. This research contributed to confirm that environmental issues are one of children’s top priorities in Portugal. So, if it takes about 25% of the world population to drive “large-scale social change”, as Centola argues (Centola, 2018), then the young Portuguese could leverage this influence to shift the balance of power in their Favor. Children and young people are often seen as “seismographs of the future, warning beacons of social and cultural change” (Johansson, 2017): this tells us a lot about what the younger generation aspires to. Children have a role to play in shaping climate-related policymaking in Portugal and it is up to us to create inclusive mechanisms that will allow them to meaningfully engage in such matters. There is a growing number of examples of youth civic engagement and political will, which could inspire policymakers in Portugal to drive fundamental changes to the current status quo, allowing children to actively contribute to a just green transition.



Zero Waste Practices

Ahmet Pekyatırmacı

Selçuklu Municipality

Mayor

disiliskiler@selcuklu.bel.tr

Zero Waste Practices

The Municipality carries out various projects to achieve zero waste targets. Efforts are focused on separate collection of packaging waste, waste batteries, electrical and electronic waste, textile waste, pharmaceutical waste and organic waste at source. In this context, 542 zero waste collection points were established in the district and 947 zero waste collection cages were placed. In addition, waste batteries in the district have been collected at source since 2010 and electronic wastes have been collected regularly since 2013.

Information and Training Activities

The Municipality organises various information and training activities to raise awareness on zero waste. Annually, information activities are carried out in approximately 60,000 houses, zero waste information activities are organised for students in schools and approximately 10,000 students are reached. In addition, municipal staff are regularly trained to raise awareness on zero waste.

Selçuklu Environment and Zero Waste Council

In 2021, the Selçuklu Environment and Zero Waste Council was established to raise environmental awareness and instil this awareness in future generations. Within the scope of this council, various activities are organised; activities such as garbage collection, cloth bag distribution and nature walks are carried out in parks and picnic areas. At the same time, 12,200 saplings were planted in the Community Forest created with environmental volunteers between 2021-2024.

My Waste Box Project

This project encourages citizens to collect recyclable waste separately at home. Wastes are collected at certain points and TL is charged to citizens' "My Waste Box" cards in return for these wastes. Between 2022-2024, 8,000 members participated in the project and approximately 900 tonnes of recyclable waste was collected.

Compost Project



Compost is produced using organic wastes collected from the municipality's park and garden works, neighbourhood bazaars and markets. In 2022-2023, 4,060 tonnes of compost products were obtained from this project. In order to increase the production capacity, it is planned to establish a new compost production facility with a capacity of 10,000 tonnes/year.

Schools Compete for Zero Waste Project

This project aims to raise environmental and zero waste awareness in schools. Students participate in the competition by bringing their waste to their schools and schools that collect the most waste are rewarded. Within the scope of the project, 211,220 kg of recyclable waste was collected in 2022-2024.

Selçuklu 2nd Hand Bazaar Project

This project was initiated to ensure the reuse of surplus goods. Citizens can sell their belongings at the bazaar organised once a month, thus preventing waste and protecting nature.

Taking Steps for Nature Project

This project regularly carries out environmental cleaning activities in neighbourhoods to draw attention to environmental pollution and raise environmental awareness. These activities, carried out together with environmental volunteers, aim to raise awareness of protecting the environment and keeping it clean.

Zero Waste Awards

The Municipality has won several awards for its zero waste efforts. These include the best sustainability award for the Composting Facility and the Local Authorities Best Practice award for the My Waste Box project.

Zero waste practices and projects stand out as important steps towards environmental protection and sustainability in Selcuklu Municipality.



MISIÓN ENERGÍA - Esplugues 2030

Oliver José Peña Estévez

Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat
Tercer teniente de Alcalde. Ámbito de Acción de Gobierno de Ciudadanía y Ciudad de
Derechos.
participacio@esplugues.cat

El proyecto "Misión Energía Esplugues 2030" surge ante el reto de aumentar la participación ciudadana en temas medioambientales. A pesar de los esfuerzos locales por promover la sostenibilidad, involucrar a los ciudadanos en iniciativas de largo plazo sigue siendo un desafío. Este contexto es el que ha motivado la creación de esta iniciativa, basada en los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) y en línea con la Agenda Urbana 2030. El proyecto MISIÓN ODS, antecesor del actual, fue un proyecto innovador que tuvo como objetivo principal sensibilizar a la población sobre la importancia de adoptar hábitos sostenibles, promoviendo la participación activa de la ciudad. Ahora, con MISIÓN ENERGÍA, se ha querido dar un paso más para centrarnos en la transición ecológica,

Para lograrlo, "Misión Energía" emplea dos herramientas clave: la gamificación y la realidad virtual. La gamificación, una técnica que utiliza dinámicas de juego en contextos no lúdicos, se aplica para incentivar la participación y el compromiso ciudadano. A través de simulaciones y desafíos interactivos, los participantes pueden experimentar cómo sus acciones cotidianas, como el uso de energía o el reciclaje, pueden impactar positivamente en el medio ambiente. Esto convierte conceptos abstractos en algo tangible y entretenido, facilitando la comprensión y motivando a las personas a cambiar sus hábitos.

Por otro lado, la realidad virtual ofrece una experiencia inmersiva que permite a los ciudadanos visualizar el futuro de Esplugues en 2030. Mediante el uso de gafas de realidad virtual, los participantes pueden ver cómo sería la ciudad si todos adoptáramos prácticas más sostenibles. Este tipo de simulaciones muestran escenarios tanto positivos como negativos, dependiendo de las decisiones que se tomen. Por ejemplo, pueden visualizarse las consecuencias de continuar con un consumo energético irresponsable o, por el contrario, los beneficios de reducir las emisiones de CO2 mediante el uso de energías renovables. La capacidad de "experimentar" estos futuros posibles tiene un gran poder para generar conciencia, al convertir la información en algo emocionalmente impactante.

En la experiencia de realidad virtual que forma parte del proyecto, se cuenta con la colaboración de Googaz, una empresa especializada en soluciones inmersivas. Durante la actividad, los participantes se sumergen en un entorno simulado a través de gafas de realidad virtual, donde exploran diferentes escenarios que les muestran el impacto de sus hábitos de



consumo. La presentación incluye la proyección de un video adaptado específicamente para este formato.

Al finalizar la actividad, se realiza una presentación de los resultados obtenidos durante el proyecto en Esplugues. En este espacio, se analiza cómo las decisiones tomadas por los participantes dentro del entorno virtual afectaron variables como las emisiones de gases de efecto invernadero o el consumo energético. Esto permite visualizar de forma clara el impacto que pueden tener las acciones individuales cuando se aplican de forma colectiva, destacando la importancia de que todos se sumen a la transición hacia un futuro más sostenible.

Para cerrar la presentación, se abre un turno de preguntas y respuestas, donde los asistentes tienen la oportunidad de expresar sus dudas, reflexiones o comentarios sobre la experiencia vivida y el proyecto en su conjunto. Esta interacción final busca generar un diálogo constructivo sobre la importancia de la acción ciudadana en la lucha contra el cambio climático y la transición hacia un modelo energético más responsable.

Este proyecto tiene como misión no solo informar, sino también transformar la percepción ciudadana respecto a la crisis climática, mostrando que cada pequeño gesto puede tener un gran impacto en el futuro de la ciudad y del planeta.

Este proyecto demuestra la importancia de utilizar métodos cada vez más innovadores para fomentar la participación y la implicación ciudadana en cuestiones críticas como la sostenibilidad. Herramientas como la gamificación y la realidad virtual no solo facilitan la comprensión de conceptos complejos, sino que también generan un vínculo emocional y personal con los temas abordados, algo que los métodos tradicionales no siempre logran. En un contexto en el que la participación ciudadana es clave para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible, estas nuevas tecnologías se presentan como aliados indispensables para involucrar a la comunidad de manera activa y efectiva, transformando la forma en que las personas perciben su papel en la construcción de un futuro más sostenible. Utilizar estos enfoques innovadores no solo mejora la experiencia educativa, sino que también impulsa una mayor responsabilidad y compromiso con el entorno.



A reference framework of choices for designing democratic innovations

Isabella Rusconi

DINÂMIA'CET - Centre for the Study of Socioeconomic Change and the Territory ISCTE -
University Institute of Lisbon
Assistant Researcher
isabella_rusconi@iscte-iul.pt

Despite growing participatory enthusiasm and the inclusion of participation in urban political agendas (European Union, 2022; United Nations, 2015, 2017), there is a significant gap in the study of the efficiency and impact of so-called democratic innovations (DIs) that focus on urban planning and governance. (Baioocchi & Ganuza, 2017; Jacquet et al., 2023; Swyngedouw, 2005). Democratic innovations are understood here as “processes” (Elstub & Escobar, 2019) and/or “institutions specifically designed to increase and deepen citizen participation in the political decision-making process” (Smith, 2009, p. 5).

This gap can be explained by an optimistic ideal of democratic theory, by a tendency to focus on the successes of initiatives and neglect the failures and, finally, by a methodological issue, since most research refers to single case studies and there is little approach in the field of comparative politics (see Jacquet et al., 2023).

In an attempt to contribute to reducing this gap, a theoretical-methodological framework has been developed, based on a critical literature review, to analyse the institutional design choices of DIs (Rusconi et al., 2024b, 2024a). This framework consolidates the dimensions and variables of analysis to which DIs can be subjected, and makes it possible to observe how design choices can respond (or not) to achieving the goals of inclusion (Cornwall & Coelho, 2007; Smith, 2009), transferring power to people (Harvey, 2008), distributing socio-spatial justice (Fainstein, 2014; Fung, 2015), and improving the relationship of trust between people and government institutions (Falanga, 2020; Fung, 2015).

It is hoped that this analytical tool will make it possible to guide the design choices of an DI and to make recommendations for increasing people's capacity to influence decisions that affect their lives and communities. At the same time: i) to understand the dimensions that define the 'rules of the game': what is participated in, who participates, how they participate; ii) to analyse the relationship between institutional design and the expected outcomes of participation; iii) to compare different institutional designs; and iv) to relate institutional design to its use, i.e. interaction with contextual dimensions, while assessing its potential for institutionalisation.

It is a tool designed to be open, flexible and adaptable, to keep pace with advances in the field of comparative research on democratic innovation, and to be open to contributions from practitioners, activists, planners, designers, technicians, academics and politicians.



Understanding the design choices of DIs can help pave the way for radical transformations in democratic institutions and the creation of direct participation structures for regular and democratic urban planning and governance.

References:

Baiocchi, G., & Ganuza, E. (2017). *Popular Democracy and the Paradox of Participation*. Stanford University Press.

Cornwall, A., & Coelho, V. S. P. (2007). Spaces for change?: the politics of citizen participation in new democratic arenas. *Spaces for Change?: The Politics of Citizen Participation in New Democratic Arenas*, 1–29.

Elstub, S., & Escobar, O. (2019). Defining and typologising democratic innovations. *Handbook of Democratic Innovation and Governance*, 11–31. <https://doi.org/10.4337/9781786433862.00009>

European Union. (2022). *New European Bauhaus*.

Fainstein, S. S. (2014). The just city. *International Journal of Urban Sciences*, 18(1), 1–18. <https://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643>

Falanga, R. (2020). Participatory Design: Participatory Urban Management. January, 449–457. https://doi.org/10.1007/978-3-319-95717-3_7

Fung, A. (2015). Putting the Public Back into Governance: The Challenges of Citizen Participation and Its Future. *Public Administration Review*, 75(4), 513–522. <https://doi.org/10.1111/puar.12361>

Harvey, D. (2008). The right to the city. *Soziale Kämpfe in der neoliberalen Stadt*. *New Left Review*, 1(3–4), 184–185.

Jacquet, V., Ryan, M., & van der Does, R. (Eds.). (2023). *The Impacts of Democratic Innovations*. ECPR Press - European Consortium for Political Research.

Rusconi, I., Nogueira, F., Paio, A., & Mota, J. C. (2024a). Democratic Innovations in Urban Governance: a comparative analysis of participatory practices in three mediterranean cities. In *Game Changer? Planning for Just and Sustainable Urban Regions*. 36th AESOP Conference Book of Abstracts (p. 303). AESOP, Science Po.

Rusconi, I., Nogueira, F., Paio, A., & Mota, J. C. (2024b). Designing Democratic Innovations in Urban Planning and Governance: A Comparative Analysis Framework. In [Manuscript in preparation].



Smith, G. (2009). Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation. In Theories of Institutional Design. Cambridge University Press. <https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511609848>

Swyngedouw, E. (2005). Governance innovation and the citizen: The Janus face of governance-beyond-the-state. Urban Studies, 42(11), 1991–2006. <https://doi.org/10.1080/00420980500279869>

United Nations. (2015). Sustainable Cities and Communities,. <https://unric.org/pt/objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis-2/>

United Nations. (2017). New Urban Agenda - Habitat III.



Centering community voices to reduce food waste

Lyndsay Gavin

City of Durham

Innovation Manager

lyndsay.gavin@durhamnc.gov

The City of Durham employed a community-centered design approach to developing a curbside food waste collection and composting program. This presentation will focus on why the City chose to examine this problem from an environmental, financial, and social perspective and will illustrate how participatory design and resident feedback was incorporated throughout every stage of program design. Results of prototyping, piloting, and a randomized controlled trial will be presented.



Painel 7: Experiências Participativas na América Latina

DIA 18 DE OUTUBRO

(Moderadora) Priscila Delgado de Carvalho

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Professora

prisciladcarvalho@gmail.com

Córdoba: de la escucha al gobierno participativo

Juan Domingo Viola

Municipalidad de Córdoba

Secretario de Participación Ciudadana y Juventud

juandomingoviola@gmail.com

La ciudad de Córdoba viene siendo un faro de la participación ciudadana en la Argentina y en la región. Estamos buscando cambiar el paradigma en la forma de gestionar. La noción misma de participación ciudadana viene quedando atada a una idea de “escuchar”. Queremos pasar de la escucha al gobierno participativo. Nuestro modelo de gestión participativa busca alcanzar los más altos niveles de involucramiento ciudadano. Para lograrlo, contamos con los institutos de participación ciudadana (Presupuesto Participativo Barrial, Presupuesto Participativo Joven, Juntas de Participación Vecinal) y un proceso de descentralización (primero, con los CPC y ahora con los Centros Operativos que dependen de estos). Estas son las bases que le permiten al Estado Municipal trabajar en conjunto con instituciones y vecinos para definir el futuro de la ciudad, teniendo las herramientas y el personal cerca de cada problemática barrial. Desde esa base, buscamos ir por más, incluyendo a todos los actores barriales bajo una noción de Comunidad, por eso valoramos y potenciamos la tarea de los centros vecinales. Mediante el Régimen de Autogestión Barrial, estamos avanzando hacia un modelo mediante el cual los vecinos también pueden participar no sólo de la deliberación sino de la gestión y ejecución de soluciones y obras.

En la gestión anterior pudimos, aún durante la pandemia y pese a la recesión, desarrollar obras que transformaron la ciudad. En estos tiempos tan complejos queremos invitar a la ciudadanía a ser parte de la administración de los recursos y de las decisiones. No queremos imponer verdades reveladas. Proponemos un modelo de ciudad inclusivo en el que cada vecino tenga voz y voto; y también la posibilidad de involucrarse. Los invitamos a conocer nuestras políticas en materia de participación ciudadana.



Centros de Participación Comunal (CPC): Los CPC nacieron en los años 90 durante la gestión del intendente Rubén Américo Martí. Se trata de edificios en los que los vecinos pueden realizar trámites municipales y provinciales como así también recibir capacitaciones, talleres culturales y actividades deportivas. En una ciudad de 576km² urbanizados de extensión, resultaron claves para la descentralización administrativa del municipio. En la gestión anterior, de Martín Llaryora, se inauguraron 3 nuevos CPC y durante la gestión actual de Daniel Passerini se inaugurarán 2 más, para llegar entonces a la cifra de 18 CPC extendidos por la ciudad. Además, a partir de esta gestión, estamos implementando un esquema de atención extendida por las tardes y los sábados por la mañana, con 4 CPC abiertos cada tarde y cada sábado de manera rotativa.

Centros Operativos (COP): En una ciudad tan extensa no podíamos seguir dependiendo de las áreas centrales para poder abarcar la cantidad inmensa de obras y servicios que la ciudad requiere. Fueron 13 Centros Operativos que inauguró Martín Llaryora en su gestión, para dotar a cada CPC de las soluciones para los barrios. Gracias a esto, los CPC dejaron de ser sólo ventanillas de reclamos y de trámites para pasar a ser el lugar desde donde surgen las soluciones. No es casual esta decisión: se integraron los centros operativos a cada CPC para que sean también parte del sistema de participación ciudadana. Que los vecinos sepan que pueden contar con ellos para las problemáticas de cada distrito. Durante esta gestión estaremos ampliando la cantidad de tareas que realizan los COP dotándolos de mayor cantidad de herramientas, insumos y maquinaria, fundamentalmente preparándolos para la acción frente a las inclemencias climáticas.

Participación ciudadana

Presupuesto Participativo Barrial (PPB)

Las instancias se abren, año a año, para que los vecinos puedan encontrarse, plantear sus inquietudes y elegir la concreción de determinada obra pública barrial. Durante el 2024 realizamos los talleres de Presupuesto Participativo Barrial en 50 barrios de la ciudad. Con el PPB, durante la gestión anterior, se realizaron 304 obras elegidas por los vecinos, tales como refacción de plazas y paseos, pavimentación de calles, iluminación y colocación de reductores de velocidad, entre otras.

Presupuesto Participativo Joven (PPJ): Hemos diseñado un proceso deliberativo y permanente para los jóvenes de la ciudad que busca incluirlos en la toma de decisiones. Entendemos que la Comunidad Organizada se fortalece cuando cada sector de la sociedad tiene la oportunidad de expresar sus necesidades y aspiraciones, permitiendo que los jóvenes formen parte de la construcción y ejecución de las políticas públicas. Los proyectos se presentan por cada jurisdicción de CPC y los jóvenes deben contar con el aval de alguna institución de su distrito. En el año 2023 se realizó el plan piloto y, a partir de 2024, el PPJ quedó establecido como ordenanza municipal.



Juntas de Participación Vecinal (JPV): Las instituciones barriales tienen la posibilidad de colaborar con el municipio en la planificación distrital y en la demarcación de prioridades, estableciendo anualmente el “Plan de Mejoramiento Distrital” que elevan al municipio. Las Juntas de Participación Vecinal se integran en la órbita de cada uno de los CPC y son su órgano deliberativo.



La política pública de participación ciudadana en el Valle del Cauca: Una iniciativa de Gobierno Abierto

Liza Rodriguez

Gobernación del Valle

Secretaria General

lnrodriguez@valledelcauca.gov.com

La Gobernación del Valle del Cauca ha propendido en los últimos 8 años por la implementación de acciones para avanzar en la generación de confianza de la ciudadanía, el acercamiento de los grupos de valor, la generación de instancias de participación, y por supuesto, la puesta en marcha de diversos canales para mantener a la comunidad informada de los programas, iniciativas y proyectos que de alguna u otra manera incidan en el mejoramiento de su calidad de vida.

A partir de la formulación del Plan de Desarrollo Departamental “Liderazgo que transforma” 2024 – 2027 se inició una cruzada por revalorar los procesos de participación ciudadana, generando iniciativas de Gobierno Abierto que permitan robustecer la implementación del Modelo Integrado de Planeación y Gestión a través del cual se pretende dirigir, planear, ejecutar, hacer seguimiento, evaluar y controlar la gestión de las entidades y organismos públicos con el fin de generar resultados que atiendan los planes de desarrollo y resuelvan las necesidades y problemas de los ciudadanos, con integridad y calidad en el servicio.

En ese orden de ideas la Administración Departamental ha avanzado en la generación de acciones específicas en cada una de las dimensiones enmarcadas en el concepto de gobierno abierto: Rendición de cuentas, transparencia y participación cívica.

Entre las acciones para avanzar en una rendición de cuentas permanente; nos encontramos implementando los conversatorios ciudadanos, mecanismo a través del cual hemos cubierto la participación de la ciudadanía en el Plan de Desarrollo Departamental con una participación histórica de 60 mil personas, además de haber visitado con este mecanismo 17 municipios del Valle del Cauca en 8 meses de desarrollo de la estrategia.

En términos de transparencia de la gestión pública, se ha robustecido el SIGESI como herramienta tecnológica que permite realizar un seguimiento en tiempo real a las solicitudes ciudadanas, así como también la evolución en el cumplimiento de las mismas.

Sobre la dimensión de participación cívica; el Departamento del Valle avanza en 3 iniciativas específicas: Fortalecimiento del Consejo de Participación ciudadana, formulación de la política de participación ciudadana y el presupuesto con participación de la ciudadanía a través del cual han votado más de 80 mil vallecaucanos.



Para la formulación de la política pública de participación ciudadana, desde enero de 2024 se buscaron aliados estratégicos implementadores del proceso, como la Comisión Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas - CEPAL, Ministerio del Interior, Departamento Nacional de Planeación, Fundación Konrad Adenauer Colombia, Observatorio Internacional de la Democracia Participativa (OIDP), Fundación Hanns Seidel, y Fundación Domopaz; logrando firmar convenio con la CEPAL en mayo de 2024.

Dentro de la metodología para el desarrollo de los lineamientos técnicos para la participación ciudadana se avanzará en 5 momentos:

Momento 0 o Momentum,

Momento 1: conocimiento de la realidad

Momento 2: marco funcional de la política

Momento 3: diseño básico de lineamientos y de la política

Momento 4: agenda de capacitación o formación

Momento 5: diseño alineado de la política.

Con todo lo anterior y en relación con el desarrollo de un verdadero Gobierno Abierto, la administración ha transitado de una visión centrada en el gobierno hacia una visión centrada en ciudadano.



La observación electoral y su alcance hacia el Desarrollo Democrático y la integridad

Claudia Isela Guzman Gonzalez

IDDECO Internacional

Presidenta Regional para Latinoamérica y Europa

presidencia@iddeco.org

La mayoría de las experiencias de los procesos electorales se encuentran solo acotados al proceso y su observación el día de la jornada electiva.

Desde la perspectiva de nuestros ejercicios y metodología de observación electoral ofrecemos una perspectiva de 360 grados, desde la que abordamos la relevancia de la integridad en cada etapa del proceso, realizando recomendaciones de corto, mediano y largo plazo para la mejora y la calidad de la democracia desde una óptica orientada a la función pública, que promueva su eficiencia y eficacia, así como su relevancia en el desarrollo de los países tiendo su aplicación y aterrizaje en propuestas de soluciones para gobiernos confiables, democráticos y sostenibles, pues los datos, recomendaciones y cajas de herramientas construidas en nuestros reportes aportan información obtenida en cada etapa del proceso electoral, por lo que los alcances de la observación y la aplicación pueden comprender no solo los comportamientos electorales, sino la comprobación de los resultados basados componentes que son de utilidad hacia la administración y gestión pública, una vez que la ciudadanía ya ha emitido su voluntad en las urnas y que manifiesta con ello no solo su interés de representación sino el cumplimiento de expectativas de un buen gobierno.

La observación con perspectiva de Desarrollo Democrático promueve la participación ciudadana en los procesos electorales, genera procesos de construcción de ciudadanía y también puede afirmarse que afianza y profundiza el respeto de los derechos políticos y de las libertades civiles. Lo relevante es que lo realiza antes durante y después de la elección. Siendo un instrumento hacia el diseño de Planes de Desarrollo locales y agendas ciudadanas de construcción de ciudadanía.

Para lograrlo, basamos nuestros resultados en enfoques, datos y pilares. Los que se sostienen en las dimensiones del Desarrollo Democrático. A continuación un breve apunte.

Tendencias en el estudio de la calidad e integridad electoral

El estudio de la calidad electoral ha evolucionado a lo largo del tiempo, dando lugar a diversos enfoques analíticos que abordan el fenómeno desde múltiples perspectivas. Estos enfoques son cruciales para comprender las complejidades de los procesos electorales y para identificar las áreas que requieren mejora para asegurar elecciones libres, justas y transparentes.



A continuación, se describen las principales tendencias analíticas en el estudio de la calidad electoral y su relevancia:

1. Aproximaciones Legalistas:

o Descripción: Este enfoque se centra en el análisis del fraude electoral, entendido como la violación directa de la normativa electoral nacional. Los estudios legalistas suelen concentrarse en el día de las elecciones, examinando las irregularidades que ocurren durante el proceso de votación y conteo de votos.

o Relevancia: La fortaleza de esta aproximación radica en su capacidad para identificar y diagnosticar problemas específicos en la implementación de la normativa electoral. Sin embargo, su visión limitada, enfocada principalmente en el día de las elecciones, puede dejar de lado las malas prácticas que ocurren antes o después de los comicios, lo que reduce su capacidad para ofrecer una evaluación completa de la calidad electoral.

2. Aproximaciones desde la Administración Pública:

o Descripción: Este enfoque atribuye los problemas del proceso electoral a la mala administración pública. Los estudios en esta vertiente analizan la eficiencia técnica y logística de los procesos electorales, incluyendo la capacidad de los funcionarios electorales, el diseño de las papeletas, y la organización de los centros de votación.

o Relevancia: Este enfoque es particularmente útil en contextos donde los problemas delictivos son menos frecuentes y la calidad electoral depende más de la eficiencia administrativa. Sin embargo, al concentrarse en aspectos técnicos, puede subestimar la gravedad de las irregularidades que afectan más directamente la equidad y transparencia del proceso electoral, especialmente en contextos donde la corrupción y el fraude son más prevalentes.

3. Aproximaciones desde la Teoría Democrática:

o Descripción: Este enfoque es teórico y filosófico, centrado en la justificación de las buenas prácticas electorales como fundamentales para una democracia consolidada. Los estudios teóricos abordan conceptos como la calidad del vínculo representativo entre ciudadanos y políticos, la transparencia, y la inclusión en los procesos políticos y electorales.

o Relevancia: Aunque esta vertiente proporciona una base sólida para entender por qué es crucial mantener altos estándares de calidad electoral, su falta de conexión con enfoques más prácticos o normativos puede limitar su aplicabilidad. Sin embargo, sigue siendo fundamental para desarrollar marcos teóricos que guíen el diseño y la evaluación de las instituciones electorales.

4. Aproximaciones desde la Integridad Electoral:



o Descripción: Este enfoque integral considera el ciclo electoral completo, combinando análisis normativos, empíricos y comparativos. Se enfoca en diagnosticar las deficiencias electorales y proponer soluciones de políticas públicas. Incluye metodologías como el análisis estadístico de resultados electorales (electoral forensics), la observación electoral comparada, y encuestas de opinión pública.

o Relevancia: La aproximación desde la integridad electoral es especialmente valiosa por su capacidad de ofrecer una evaluación holística de la calidad electoral, abarcando todas las etapas del proceso y proporcionando comparaciones entre diferentes contextos nacionales. Este enfoque permite identificar tanto problemas estructurales como coyunturales, facilitando la formulación de políticas que mejoren la integridad y la legitimidad de los procesos electorales.

De esta forma, cada enfoque analítico aporta perspectivas únicas que son esenciales para una comprensión completa de la calidad electoral. Mientras que algunos enfoques se centran en aspectos específicos del proceso, como el fraude o la administración, otros, como el enfoque de integridad electoral, buscan una visión más amplia y comparativa. La integración de estos enfoques es crucial para abordar los desafíos que enfrentan las democracias modernas en la celebración de elecciones justas y transparentes, pero sobre todo la administración pública hacia un buen gobierno.

Integridad Electoral y Justicia Electoral

La integridad electoral y la justicia electoral son dos pilares fundamentales e interdependientes en el sostenimiento de un sistema democrático robusto y legítimo. La integridad electoral se refiere a la calidad y credibilidad de todos los procesos relacionados con las elecciones, asegurando que se realicen de manera justa, libre y transparente. Por su parte, la justicia electoral se enfoca en los mecanismos legales y procesales destinados a proteger estos procesos, garantizando que se cumplan las normas y principios constitucionales que sustentan la democracia.

La conexión entre ambos conceptos es evidente: sin integridad electoral, las elecciones no pueden reflejar fielmente la voluntad del pueblo, y sin justicia electoral, no existen los medios necesarios para corregir irregularidades y sancionar violaciones a la normativa electoral. En esencia, la justicia electoral actúa como el guardián de la integridad electoral, asegurando que todas las etapas del ciclo electoral se desarrollen conforme a los principios democráticos, y que cualquier infracción sea debidamente abordada y rectificada.

Bajo este marco, considerando no solo la legitimidad de las personas que son votadas sino la integridad del proceso, es que aportamos bases y datos que aplicados a la administración pública resultan una plataforma hacia el futuro de una democracia basada en valores, principios, pero sobre todo hacia el impulso de la promoción de la participación ciudadana sostenida, activa, al alcanzar la comprobación de resultados y evaluación de la función pública una vez que ejerce su gobierno. Los alcances de la construcción de instrumentos basados en las lecturas de los resultados obtenidos de los informes faculta que sea posible diseñar herramientas de política



pública que garanticen no solo un ejercicio de poder, sino la buena administración en el encargo de sus gobiernos.

Lourdes Tiban*

Perfecta del Gobierno Autónomo Descentralizado Provincial de Cotopaxi
lourdes.tiban@cotopaxi.gob.ec

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=6-NDduvTbYM&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=12>.

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:* <https://www.youtube.com/watch?v=6-NDduvTbYM&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=12>



Painel 8: Experiências Participativas em África e Ásia

DIA 17 DE OUTUBRO

(Moderador) **Bachir Kanouté**

OIDP AFRIQUE

Secrétaire Général

bachirkanoute@oidp-afrique.org

Participation citoyenne et gouvernance locale

Alain Ramanana

Institut National de La Décentralisation et du Développement local

Directeur General

ramananafanomezantsoa@gmail.com

À Madagascar, la loi organique 2014-018 régle les compétences, l'organisation et le fonctionnement des Collectivités Territoriales Décentralisées (CTD), ainsi que la gestion de leurs affaires propres. Elle stipule que l'exercice de ces compétences et attributions doit être à la fois participatif et transparent. Pour atteindre cet objectif, les CTD doivent mettre en place une Structure Locale de Concertation (SLC). Cette structure facilite la concertation en réunissant divers acteurs dans un processus collectif où ils échangent, parfois de manière contradictoire, afin de parvenir à des décisions et actions publiques qui bénéficient à tous. L'espace de dialogue et de consultation ainsi créé permet de proposer des solutions et de garantir une participation inclusive de tous les acteurs du développement, qu'ils soient publics ou privés. La SLC sert également d'outil pour la définition, l'orientation, la mise en œuvre et le suivi-évaluation des politiques publiques de la Collectivité.

Les objectifs de la SLC sont les suivants :

- Établir un lien entre les acteurs pour promouvoir et mettre en œuvre la décentralisation, le développement local et la participation citoyenne.
- Offrir aux acteurs locaux des opportunités pour contribuer activement au développement local.
- Responsabiliser les différents acteurs dans la mise en œuvre des politiques publiques.
- Renforcer la cohésion sociale et culturelle en favorisant une expression collective des besoins et demandes liés à une bonne gouvernance, fondée sur des mécanismes participatifs de prise de décision.



- Promouvoir la démocratie locale pour renforcer l'appropriation des actions et politiques menées.

- Proposer des idées et des suggestions pour enrichir le processus décisionnel au niveau des Collectivités.

La mission de la SLC, dans le cadre du développement territorial, comprend :

- La consultation, l'information, la participation et le suivi des réalisations de la Collectivité.
- La contribution à l'harmonisation des interventions et au partenariat.

La Structure Locale de Concertation (SLC) revêt une importance capitale dans la gouvernance locale pour plusieurs raisons essentielles :

Renforcement de la Démocratie Participative : La SLC joue un rôle central en facilitant la participation des citoyens et des acteurs locaux aux processus décisionnels. En favorisant un dialogue ouvert et inclusif, elle contribue à une gouvernance plus démocratique et à une meilleure représentation des intérêts communautaires.

Accroissement de la Transparence : En assurant une communication régulière et transparente entre les différents acteurs locaux, la SLC améliore la visibilité des décisions et des actions entreprises. Cela renforce la confiance des citoyens dans les institutions locales et aide à prévenir les pratiques de corruption.

Promotion de la Cohésion Sociale : La SLC crée un espace propice à l'expression collective des besoins et des attentes des communautés locales. En encourageant le dialogue et la coopération entre différents groupes sociaux, elle contribue à renforcer la cohésion sociale et à résoudre les conflits de manière constructive.

Renforcement de la Responsabilité et de l'Engagement : En impliquant activement les acteurs locaux dans la définition, la mise en œuvre et le suivi des politiques publiques, la SLC renforce leur responsabilité et leur engagement. Cette participation accrue assure une meilleure qualité des projets et des services offerts.



L'expérience des collectivités locales du Burkina Faso sur le budget participatif et les pratiques de transparence budgétaire : cas de l'indice de transparence budgétaire de CIFOEB

Drissa Ouattara

Centre d'Information, de Formation et d'Etudes sur le Budget (CIFOEB)

Chargé des programmes

[*drissacite@gmail.com*](mailto:drissacite@gmail.com)

Notre communication sera basée sur les expériences de CIFOEB dans l'accompagnement des collectivités pour le développement de mécanismes et approches de participation citoyenne et de transparence. En effet, le CIFOEB est une organisation de la société civile de droit burkinabé dont la mission est de promouvoir la bonne gouvernance au Burkina Faso. Dans la conduite de sa mission de promotion, le CIFOEB travaille à faire participer les populations notamment les plus vulnérables dans la gestion publique surtout dans les collectivités locales.

Dans le cadre de la présente communication, quatre grands aspects seront abordés :

- 1- Les fondements de la participation citoyenne au Burkina Faso,
- 2- Les pratiques de participation citoyenne (mise en œuvre du budget participatif).

Dans la mise en œuvre des politiques publiques de développement, les budgets publics sont des instruments privilégiés pour une meilleure prise en compte des besoins des citoyens. Leurs élaboration et exécution doivent obéir aux principes de bonne gouvernance pour traduire au mieux les aspirations des populations. Ce processus budgétaire devrait être davantage ouvert à l'ensemble des citoyens. Ainsi, le budget participatif (BP) apparaît comme une pratique d'administration visant à promouvoir les principes de bonne gouvernance au niveau des collectivités territoriales. L'approche budget participatif procure des avantages en matière de bonne gouvernance économique et sociale. C'est un important outil de démocratisation des collectivités locales et un appui supplémentaire à la décentralisation et à la responsabilisation des élus locaux vis-à-vis des populations. Dans le cadre de cette communication il sera fait l'état des lieux du budget participatif de quelques collectivités du Burkina Faso ainsi que les défis y relatif.

- 3- La contribution de la société civile (nationale et internationale) à l'exercice de la démocratie locale (cas de l'indice de transparence budgétaire de CIFOEB)

L'Indice de Transparence Budgétaire (ITB) du CIFOEB est un outil conçu pour évaluer le niveau de transparence, de participation et de responsabilité dans la gouvernance locale notamment la gestion des finances locales au Burkina Faso. Cet indice est élaboré par le CIFOEB pour mesurer la disponibilité, l'accessibilité et la qualité des informations budgétaires mises à disposition du public par les collectivités locales. L'objectif principal de l'ITB est de promouvoir la transparence dans la gestion des finances locales au Burkina Faso, en mettant en lumière les forces et les faiblesses du processus budgétaire. L'indice vise également à encourager les



réformes nécessaires pour améliorer la gouvernance financière et à renforcer la confiance des citoyens dans la gestion des fonds publics.

4- Comment envisager la participation citoyenne au Burkina Faso dans un contexte de crise sécuritaire et de désinformation grandissante ? La participation citoyenne est un pilier essentiel de la démocratie et du développement local, mais elle devient particulièrement complexe dans un contexte de crise sécuritaire et de désinformation, comme c'est le cas au Burkina Faso. Pour envisager cette participation de manière efficace, plusieurs approches stratégiques peuvent être adoptées mais cela nécessite une approche multidimensionnelle qui renforce la sécurité, combat la désinformation, et s'adapte aux réalités locales. Cela passe par l'utilisation stratégique des technologies numériques (Civitech).



Participation démocratique inclusive

Salissou Mahamane Mourtala

Masons of Education

CEO

salissou_10@yahoo.fr

1. Défis Actuels de la Participation Citoyenne

- Faible implication des citoyens dans les processus décisionnels.
- Obstacles : analphabétisme, accès limité aux outils numériques, méfiance envers les institutions, inégalités de genre, etc.
- Exemple de l'initiative de budget participatif à Arlit (2020), illustrant les premiers pas vers une plus grande inclusion.

2. Le Numérique comme Levier pour une Participation Citoyenne Inclusive

- Comment les technologies numériques peuvent ouvrir des canaux de participation pour des populations éloignées et marginalisées. (Modèles : People Powered, OGP)
- Cas d'étude : Utilisation du réseau social What's App dans le processus de consultation pour le budget participatif à Arlit et Facebook pour la communication grande publique.
- Implication des jeunes et des femmes dans les décisions locales grâce au réseau social What'sApp à travers les comités de suivis élus par leurs pairs dans les 23 quartiers.

3. Exemple de Succès : Contrat Social sur l'Hygiène et l'Assainissement dans la commune urbaine d'Arlit

- Présentation de l'initiative avec UNICEF Niger en 2022 à Arlit.
- Rôle des citoyens dans la conception, la mise en œuvre et le suivi du contrat social.
- Résultats obtenus : amélioration des conditions sanitaires et renforcement du lien citoyen-gouvernement local.

4. Recommandations : Redéfinir la Démocratie en Afrique

- Encourager les gouvernements africains à adopter des approches participatives intégrant le numérique.
- Renforcer la formation des citoyens, notamment les jeunes et les femmes, à l'utilisation des outils numériques pour influencer les décisions locales.
- Importance de collaborations avec des partenaires tels que l'UNICEF Niger pour des projets durables.

5. Conclusion et Appel à l'Action

Résumé des points clés : la démocratie participative, l'importance du numérique, et l'inclusion.

- Appel aux participants pour être des acteurs de ce changement en Afrique.



Institutionalizing People's Participation in Local Governance: The Experience of Ormoc City

Nolito Quilang

Local Government Unit of Ormoc City

City Councilor/Majority Floor Leader

nquilang@gmail.com

People's participation is a recent phenomenon in Ormoc City. Prior to 2016, there were only less than 15 CSOs who applied for registration and found interest in partnering with government. The number accredited is not enough to meet the standard number of CSOs in city development council and to deploy to various policy bodies. Legal framework for people's participation is limited only to accreditation processes. Beginning in 2016, when there was a change in administration, there was also a change in political environment with more policy and special bodies created and where CSOs willingly reach out to government for partnership endeavors. CSOs found to be actively engaged in the following areas of cooperation: identifying issues and problems, policy development, capacity building, local development planning, project implementation, and project monitoring. Efforts were then directed at institutionalizing people's participation through passage of an ordinance mandating programs and strategies for sustainability of partnership and participation initiatives. The presentation then concluded with discussion on challenges and insights.

Rufino D'Almeida*

Mayor, Municipality of Bohicon, Republic of Benin

rufinodalmeida@yahoo.fr

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link:
<https://www.youtube.com/watch?v=pmEfeGOgCjM&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=14> .

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:*
<https://www.youtube.com/watch?v=pmEfeGOgCjM&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=14>



Painel 9: Experiências Participativas na Europa

DIA 18 DE OUTUBRO

Participa311: innovación democrática en la Diputación de Barcelona

Bru Aguiló Vidal

Diputación de Barcelona

Asesor en Innovación Democrática y Participación Ciudadana

aguilovb@diba.cat

La Plataforma Participa311 es una herramienta de participación ciudadana basada en Decidim, un software libre, abierto y colaborativo. Está diseñada para desplegar y gestionar procesos y espacios de participación ciudadana híbridos (digitales y presenciales), con el objetivo de abrir nuevas vías para la democracia directa, la deliberación y la colaboración en el diseño y coproducción de políticas públicas. Esta plataforma facilita la cooperación entre la ciudadanía y las instituciones.

Actualmente, Participa311 está implementada en 116 plataformas distribuidas en 110 municipios, 3 Entidades Municipales Descentralizadas y 2 Consejos Comarcales de la provincia de Barcelona. Esto significa que el 35% de los entes locales de la provincia ya cuentan con una instancia de la Plataforma Participa311, que se basa en el proyecto público-común Decidim.

Además, la Diputación de Barcelona ha creado la Comunidad311, un espacio dedicado al encuentro y colaboración del personal técnico de los municipios de la provincia que se encarga de las políticas de participación ciudadana e innovación democrática.

En esta charla abordaremos el impacto político y metodológico de Decidim en las experiencias de Innovación Democrática Híbrida en la provincia de Barcelona. En este contexto, presentaremos tanto la estrategia de la Plataforma Participa311 como la de su comunidad, así como sus fortalezas y los retos que identificados.



European Participatory Experiences

Niamh Kelly

Belfast City Council
Engagement Officer

kellyniamh@belfastcity.gov.uk

Belfast 2024 is an ambitious new creative programme which gives people the opportunity to celebrate Belfast in new and exciting ways, imagining and inventing the future of our post-conflict city 26 years after the Good Friday Agreement was signed. The programme is full of new events, artworks and initiatives co-created with artists and citizens that respond to the themes of People, Place and Planet.

As part of Belfast 2024, a new cultural participatory budgeting scheme was introduced as a way for individual, groups, neighbours, friends, schools and so on to come up with their own ideas to be part of this creative programme. This scheme is called the Bank of Ideas, and it received over 100 submissions early this year. It threw open the definition of what creativity can be and highlighted how it exists in people's daily lives and across identities - in music, baking, recycling, community spaces, exercise and movement. The process to apply was made simple, accessible and even enjoyable - with a focus on building confidence, capacity and collaboration among applicants.

Decision making was handed over to local people to decide what creative activity they wanted to fund in their local area and how they would distribute £50,000 of investment across the city, making citizens co-curators of this programme. This process was achieved through an in person voting event, which transformed the Belfast City Hall into a market of creative people and proposals making tangible participatory democracy in an engaging and symbolic way.

In this short presentation, I will reflect on some of the key priorities of the scheme and what this translated to in terms of the participatory experience, some learnings and recommendations for cultural participation.



Trans-national participation in the framework of the EU Macro-regional Strategies: the example of the EU Strategy for the Danube Region

Stefan August Lütgenau

Foundation for strong European Regions, Foster Europe

Director

luetgenau@foster-europe.org

Trans-national participation in the framework of the EU Macro-regional Strategies: the example of the EU Strategy for the Danube Region.

Macro-regions and macro-regional strategies (EU-MRS) as an innovative tool of EU cohesion-, neighbourhood-, and enlargement policy cover almost all candidate states of the EU. Introduced in 2011, EU-MRS increasingly became the subject of political science consideration and analysis. EU-MRS involve 20 EU Member states and 9 non-member states with a population of more app. 200 Mio.

Based on the place based- and open, multi-stakeholder approach, EU-MRS - by definition build - on participative governance, both in planning and implementation. In theory, EU-MRS could be an important factor in promoting participative governance in the EU and in EU candidate states.

This opens the door to a broad-based participative approach to EU-Cohesion and EU-Enlargement policy. EU-Cohesion policy is, by a budget of 372,6 bn Euro (2021-2027), one of the major items of expenditure in the EU budget, is shaping directly the living conditions of million Europeans. At the same time, EU-Cohesion policy is one of the most visible and influential elements of EU policy in member states.

EU-Enlargement policy is addressing seven candidate states with some 55 m inhabitants in the EU-MRS area.

In both cases, Cohesion and Enlargement, the participative elements address both the national (and where existing regional) level as well a transnational level, even beyond the traditional cross border approach of European Grouping of Territorial Cooperation (EGTC).

We want to examine if and how this this normative claim realised in political day to day business and analyse which factors block or promote the participatory governance of MRS. One of the four existing MRS, the Danube Region Strategy, EUSDR, is the one with the highest degree of diversity of state and non-state actors. In addition, the EUSDR includes the highest number of candidate states with MN, SRB, BiH, MD, UA. Following the EU reports all candidate countries need to reform and progress in the area of democracy and participation on national, regional and local level. Next to this some EU-member states show significant deficits in their democratic processes, structures and checks and balances.

MRS and especially the EUSDR have a focus on the regional and local level in terms of impact, while the governance and planning is predominantly inter-governmental, including the EU-Commission (DG Regio).



Are MRS and especially the EUSDR potential change makers in supporting, developing, and fostering participative structures and processes on the local and regional level?

What are the blocking, what the supporting factors with regard to civil society participation?

How can participation be organised with no or almost nor common public sphere and language?

Literature:

S Gänzle, J Mirtl (2019), Experimentalist governance beyond European Territorial Cooperation and cohesion policy: macro-regional strategies of the European Union (EU) as emerging 'regional institutions'? Journal of European Integration 41 (2), 239-256

S Gänzle, J Mirtl (2017 a), Experimentalist governance in a multi-level environment: the EU's macro-regional strategies for the Baltic Sea and Danube Regions. 10.4337/9781786435002.00016. S Gänzle, J Mirtl (2017 b) The macro-regional strategies of the European Union: Experimentalist governance in times of crisis, Interact

J. Mirtl (2017 a) in: Stead, Dominic & Abels, Gabriele & Gänzle, Stefan & Mirtl, Jörg & Moodie, John & Kull, Michael & Giacometti, Alberto & Morf, Andrea & Bramanti, Alberto & Schneider, Gábor & Lindberg, Gunnar & Rispling, Linus & Sielker, Franziska & Chilla, Tobias & Veskovic, Miroslav & Haller, Moritz & Danson, Mike & Vonhoff, Katja. (2017). Interact Making the most of macro-regions eBook

F Sielker, J Mirtl Sielker (2017). Positioning EU Macro-regions – When Sectoral Policies Meet Cohesion Policy. European Structural and Investment Funds Journal. 3/2017. 223-234, 2, 2017

J Mirtl (2017 b) Sechs Jahre EU-Strategie für den Donaauraum-ein Plädoyer für nüchternen Optimismus. - Suedosteuropa-Mitteilungen, 2017

F. Sielker (2017), Macro-Regional Integration: new scalespaces and governance for Europe? <https://www.housing.qld.gov.au/initiatives/place-based-approaches>

Sielker, Franziska. (2016). New approaches in European governance? Perspectives of stakeholders in the Danube macro-region. Regional Studies, Regional Science. 3. 88-95. 10.1080/21681376.2015.1116957

Stead, Dominic & Sielker, Franziska & Chilla, Tobias. (2015). Macro-regional Strategies: Agents of Europeanization and Rescaling?. 10.1007/978-1-137-50972-7_5. Positioning EU Macro-regions—when sectoral policies meet cohesion policy

Stefan Gänzle and Kristine Kern, 2016: A 'Macro-regional' Europe in the Making. Theoretical Approaches and Empirical Evidence, January 2016, DOI:10.1007/978-1-137-50972-7, Edition: Palgrave Studies in European Union Politics

Gabor Schneider and Stefan Lütgenau (2014): Tapping the full potential of Macro Regional Strategies- Enhanced bottom-up participation and Multi-Level Governance in the Baltic and Danube Macro-Regional Strategies, Eisenstadt, 2014.



European Participatory Experiences

Mehmet Ballazhi

Municipality of Hani i Elezit

Mayor of Municipality

mehmet.ballazhi@rks-gov.net

Good day to all attendees. My name is Mehmet Ballazhi, the Mayor of the Municipality of Hani i Elezit, located in the Republic of Kosovo. Hani i Elezit is a municipality dedicated to the active involvement of its citizens in decision-making processes and the development of projects aimed at improving their daily lives. In this presentation, I will focus on the experiences of Hani i Elezit in citizen participation, aligning them with European practices and standards.

The Municipality of Hani i Elezit is a member of the Council of Europe and has been awarded the European Prize for Excellence in Governance. This achievement is the result of implementing a range of practices that have included citizens in critical processes such as community evaluations. Besides engaging citizens, elected representatives and municipal officials have also contributed to this success. We have addressed 12 key areas including: representation, efficiency and effectiveness, transparency, innovation and readiness for change, sound financial management, accountability, the rule of law, ethics, sustainability, human rights, cultural diversity, social cohesion, and accountability. We completed a comprehensive questionnaire with approximately 100 questions that reflected democratic and good governance practices, leading to this significant accolade.

Case Study: The City Park Project in Hani i Elezit

One of the most significant projects is the construction of the new City Park in Hani i Elezit. This park represents an investment aimed at improving the quality of life for our citizens and serves as an exemplary case of citizen participation throughout all stages – from the initial idea to implementation. The organization of open meetings and public consultations allowed citizens to share their opinions and ideas, ensuring the process aligned fully with European practices of local democracy and transparency.

Upon completion of the project, we collaborated with local NGOs to establish a Social Audit Team to monitor the project's execution. Twenty-two citizens participated in this monitoring effort, which ensured a sustainable impact on Hani i Elezit. The park has become a significant venue for all age groups, including the elderly, mothers with children, youth, students, and artists who use it for various events, including national and international festivals.

Establishment of Local Councils

Another crucial aspect of citizen participation is the establishment of Local Councils. Through this mechanism, we guide our policies by including citizens in meetings and considering their recommendations. These councils serve as a bridge between citizens and the municipal administration, helping address their needs and requests. The feedback and insights provided by the councils are instrumental in shaping and improving our municipal policies and services.

Conclusion:



The Municipality of Hani i Elezit successfully applies participatory practices that are fundamental for the development of local democracy and are in line with European experiences. By involving citizens in decision-making and project implementation, we are building a stronger, more sustainable, and more cohesive community.

In the following sections and throughout the presentation, you will see the realized projects and development stages. We invite you to visit Hani i Elezit, a small but highly promising municipality with significant development potential.

Thank you for your attention!



Janus face of civic participation - legal and practical participatory experiences from Poland

Wojciech Firek

Jagiellonian University in Kraków | Democracy in Practice Association

PhD Candidate | President of the Association

wojciech.firek@doctoral.uj.edu.pl

The main purpose of the speech is to present civic participation from European, and Polish perspective in two interrelated aspects: legal and practical. First, idea of civic participation will be presented as a one of the elements of a democratic state under the rule of law. Nowadays in Europe, civic participation is considered a universally desirable social value, because it has relevant positive social effects. Participation raises the level of legitimacy of public authorities, enables citizen control and realises in practice the idea of public governance, according to which public problems should be solved through deliberation by people from different sectors of the state. Therefore, participatory institutions, especially when implemented at the local level, complement the classical idea of representative democracy and influence the public law system. Then, in the second aspect (practical), participation will be characterized on the example of several Polish institutions (case-study), including: civic advisory bodies, local civic initiative and new e-consultation of legislation. The examples will showcase the Polish perspective and different types of government: from local to national. The above two aspects conclude that participation has a Janus-face. It can be a shield for active citizens, but it can also be a sword for politicians, when participation is only a tool to legitimize previously made decisions. Therefore, in state under the rule of law civic participation always must be based on law. Otherwise, participation can be exploited by politicians and lose its social and constitutional value.



Rastreamento de interações entre governos e cidadãos nas redes sociais durante processos eletrônicos de tomada de decisão

Lucas Rohan

ICNOVA (Instituto de Comunicação da Nova)

Investigador

lucasrohan@gmail.com

O uso das plataformas de redes sociais no âmbito político é uma realidade há, pelo menos, uma década. Em geral, são parte de estratégias de marketing digital de campanhas eleitorais ou são utilizados por políticos para influenciar os media. No entanto, os programas de participação cidadã são o ambiente através do qual os cidadãos podem interferir nas decisões dos governos. Assim, analisamos a presença dos programas Lisboa Participa (Portugal) e Montevideu Decide (Uruguai) nas principais plataformas (Facebook, Twitter, Instagram e Youtube). Rastreamos publicações sobre os programas nos perfis oficiais das duas administrações municipais no Twitter nos últimos 10 anos. Identificamos que aquelas que geraram interações apresentam maior engajamento, descobrimos um padrão de mais publicações coincidindo com o período de votação dos Orçamentos Participativos das cidades e observamos que o tipo de conteúdo publicado passou de apenas textos e links externos para publicações com elementos como imagens e vídeos.



Comunidades Inteligentes (e Inclusivas): Objetivo e Metas ao alcance de todos

Isabel Celeste Fonseca

*JusGov, Centro de Investigação em Justiça e Governação,
Escola de Direito da Universidade do Minho
Professora Associada com Agregação
isabel.uminho@gmail.com*

§0. Introdução

O conceito de smart city apareceu na década de oitenta do século passado, ligado aos problemas de urbanização crescente e a preocupações de sustentabilidade e de gestão eficiente de recursos, continuando, nesta última década, a ser um conceito associado à descarbonização e à redução das emissões de gases com impacto na alteração climática. Os antigos problemas que fizeram nascer a cidade inteligente e as antigas questões mantêm-se lamentavelmente na atualidade: a população urbana continua a aumentar em relação à população rural, sendo comumente afirmado que mais de 60% da população mundial vive agrupada em volta de núcleos urbanos e que é possível que 70% da população seja urbana, em 2050.

As cidades têm, na verdade, um grande impacto no desenvolvimento económico e social dos países e começam a ocupar um lugar destacado no panorama mundial, contando com poder económico, político e tecnológico. Constituem verdadeiros ecossistemas onde as pessoas vivem e trabalham, onde as empresas desenvolvem a sua atividade e no âmbito das quais são prestados numerosos serviços públicos. São, ainda, grandes centros de consumo de recursos, estimando-se que sejam responsáveis pelo consumo de 75% da energia mundial e pela produção de 80% dos gases responsáveis pelo efeito de estufa.

Contudo, se o conceito de smart city surge associado, portanto, a esta preocupação de implementar territórios e comunidades sustentáveis, hoje, está em transformação e está, sobretudo, ligado às Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC), propondo no seu desenho a utilização ao máximo da high-tech, de software, de algoritmos e ferramentas de Inteligência Artificial (AI), de IoT, e de Digital Twins for Predictive Maintenance .

É neste contexto, precisamente, das cidades governadas por dinâmicas de servidores e serviços digitais, em que o atendimento físico na entidade administrativa é substituído pela Plataforma, pelo website e pela App descarregada em smartphone, que se impõe refletir sobre os infoexcluídos. Impõe-se sobretudo pensar nos idosos a que falta tanto a infraestrutura como a literacia suficiente para manter a ligação aos serviços públicos e a satisfação das respetivas pretensões fundamentais de acesso à saúde ou outras de natureza social.

O que quer que seja ou venha a ser a cidade do futuro, seja mais do tipo verde-sustentável ou mais digital-TIC, aquilo que é absolutamente importante é que a cidade seja desenhada a partir das pessoas e para as pessoas que nela habitam, colocando-as no centro das opções dos tecnólogos, dos políticos e dos juristas, para que as pessoas tenham qualidade de vida,



alcancem o pleno desenvolvimento humano e sejam felizes, sendo finalmente certo que ninguém pode ser dela excluído ou afastado, seja por falta de literacia digital, seja por ausência de infraestrutura adequada, seja ainda em razão de fragilidades de ordem económica ou quaisquer outras que em nada podem justificar que se deixe alguém para trás, como como se afirma na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Especialmente quando se sabe que existem hoje cerca de 700 milhões de pessoas com mais de 60 anos, sendo certo que se estima que este número dobrará até 2025, chegando a dois bilhões em 2050. Assim, quando se estima que os idosos serão 20% da população global, em 2050, e que mais de 40% da população provavelmente terá mais de 60 anos de idade, de acordo com os dados mais recentes das Nações Unidas, importa estar atento aos desafios que para a geração Y a transição digital pode vir a significar.

Portugal será um dos países da União Europeia (UE) com maior percentagem de idosos e menor percentagem de população ativa em 2050, segundo dados do Eurostat. As projeções da população 2004-2050, divulgadas recentemente em Bruxelas, traçam um cenário em que a percentagem de idosos portugueses praticamente duplicará entre 2004 (16,9% da população) e 2050 (31,9%). Segundo o Departamento de Estatística da União Europeia (UE), os países do sul da Europa registarão as percentagens mais elevadas de pessoas com mais de 65 anos a partir do meio do século, bem como a menor quantidade de trabalhadores. Em 2050, Portugal será o quarto país da UE a 25 com maior percentagem de idosos, só ultrapassado por Espanha (35,6%), Itália (35,3%) e Grécia (32,5%). "Os países mediterrânicos continuarão a verificar uma baixa taxa de natalidade, conjugada com uma esperança de vida longa e com saúde", justificou, em conferência de imprensa, o Diretor da Unidade de Demografia do Eurostat, Konstantinos Giannakouris.

Em suma, é neste cenário que importa pensar em soluções em que as tecnologias devem ser aliadas na promoção das cidades inclusivas e não em novos modos de exclusão e isolamento.

§1. As cidades Inteligentes: conceitos e dimensões de inteligência

É imperioso começar por dizer por que é inevitável o estudo das cidades nos nossos dias, invocando os célebres números: estima-se que mais de 60% da população mundial vive agrupada em volta de núcleos urbanos e que, em 2050, 70% da população seja urbana, sendo certo que também se estima que os idosos sejam 20% da população global, em 2050. Aliás, as projeções da população 2004-2050, divulgadas recentemente em Bruxelas, traçam um cenário em que a percentagem de idosos portugueses praticamente duplicará, entre 2004 (16,9% da população) e 2050 (31,9%). As cidades são, portanto, grandes centros de consumo de recursos, sendo indicado que sejam responsáveis pelo consumo de 75% da energia mundial, e são também quem mais produz lixo e resíduos, estando na origem da produção de 80% dos gases que causam o efeito de estufa. E começam a revelar desigualdades sociais e demográficas muito sérias.



Por outro lado, se assim é, a verdade é também outra: as cidades são polos de desenvolvimento económico, têm grande responsabilidade pelo bem-estar da população e concentram grande parte das ofertas de trabalho, educação, equipamentos culturais, serviços públicos e privados. As cidades são verdadeiros ecossistemas onde as pessoas convivem e trabalham, as empresas desenvolvem atividades e uma infinidade de serviços são prestados. Por isso, as cidades estão hoje no centro do debate, podendo afirmar-se que o século XXI será o século das cidades, dada a potencialidade e os riscos que lhe são associados.

Quem estuda as cidades inteligentes e sobretudo procura mapear os indicadores de implementação de cidades inteligentes, sabe que a construção das Cidades Inteligentes começa por acudir a propósitos ecológicos e de sustentabilidade ambiental. Contudo, hoje, já não dispensa a estratégia de transição digital, que pressupõe um conjunto de indicadores diversos, a incluir os territórios inteligentes e a georreferenciação interoperativa, o e.government e a e.governance, que obriga a concretizar modelos de back-end data base systems, isto é sistemas inteligentes de recolha de dados, através de sensores, drones ou câmaras e a criação de um cérebro ou um banco central local de dados (big data) para a tomada de decisão assente em dados atuais; exige a concretização de sistemas aberto de dados (modelo open connectivity and free movement of data), que recolhem, tratam em sentido estrito, analisam e disponibilizam dados, com interoperabilidade nacional e europeia, garantindo simultaneamente reutilização.

A implementação de cidades neutras concretiza a digitalização dos modelos de governação e dos modelos de relação entre os entes públicos e os munícipes. É um facto que a transição digital tem sido acolhida como prioridade na Europa, no contexto da efetiva implementação do Mercado Único Digital e da criação do Espaço Europeu Comum de dados.

A Transição Digital da Governação Pública das Administrações Públicas integra o Plano de Ação para a Transição Digital, aprovada pela Resolução n.º 30/2020, em Conselho de Ministros, no dia 21 de abril, e faz parte do Programa do XXIII Governo Constitucional, e a e.governance e a sensorização são realidades em construção em todo o espaço nacional.

De norte a sul, assistimos à governação local assente em Back-end Data Base Systems, e a uma governação assente no modelo “DIKW” (Data-Information-Knowledge-Wisdom). Do mesmo modo, a e.procedimentalização, o relacionamento através de websites, e de plataformas digitais e a administração local em linha são já recorrentes. As autarquias têm cada vez mais websites interativos, onde disponibilizam diverso tipo de informação, sendo certo que em alguns casos, são autênticos portais local de dados abertos já com indexação ao portal nacional de dados abertos, sendo certo que em breve este será indexado ao Portal Europeu de dados abertos.

Ademais, os munícipes estão cada vez mais sujeitos aos sistemas inteligentes e a ferramentas de lot, bem como a decisões administrativas em cujos processos intervêm algoritmos, existindo, portanto, a respetiva utilização para a definição de perfis e para a decisão automatizada, sendo já frequente a tomada de decisão através de Inteligência Artificial, com função preditiva para os domínios da mobilidade, trânsito e do estacionamento.

Enfim, a implementação de cidades, hoje, já não passa sem a existência de modelos de governação inteligente, o que pressupõe a recolha de dados e a decisão pública com análise em



tempo real, e, portanto, já deve acolher a utilização AI e sobretudo de aplicação de algoritmos, tanto para análise e sistematização como para a decisão administrativa automatizada, sobretudo quando possível — o que deve ser restringido, parece-nos, aos momentos de total vinculação administrativa —, como para a preparação da decisão administrativa local com intervenção do decisor humano, nos casos de decisão discricionária, ou, pelo menos, para a análise preditiva com vista à decisão posterior do agente humano .

Sem prejuízo, importa evidenciar que a concretização dos modelos de cidade de proximidade digital apresenta muitos desafios, sendo, aliás, entre nós, inúmeros os obstáculos à implementação das cidades digitais, a começar, por exemplo, em aspetos demográficos das cidades rurais e do interior do país, onde é notória a falta de literacia digital da população mais idosa, a continuar nas fragilidades técnicas ao nível do cumprimento de obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD, Regulamento Europeu (UE)2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, aplicável em Portugal desde finais de 2018, que veio a ser executado em Portugal pela Lei n.º 58/2019 de 08 de agosto). Lembrar, ainda, as fragilidades da infraestrutura digital, incluindo os lugares e os espaços sem acesso à internet, e as dificuldades de acesso pelos munícipes à rede digital, a merecer soluções de acesso gratuito em pontos diversos da cidade ou a oferta de aparelhos de acesso.

Importa lembrar, por exemplo, que já existe operacionalização de sistemas inteligentes, nos domínios, designadamente, da mobilidade, da iluminação pública, da monitorização da qualidade do ar, do trânsito e do estacionamento, da gestão da água, que permitam a recolha de informação e a decisão pública em tempo real, mediante a utilização de IoT e eventualmente de AI, sendo ainda existente a utilização de decisões totalmente automatizadas em processos administrativos.

Contudo, se assim é, a verdade é que é rara a informação, a explicação, a justificação e a responsabilização pelo uso de sensores, drones, câmaras, que alimentam os sistemas e a decisão automatizada. Aqui importa relembrar algumas medidas especiais sempre que um sistema de inteligência artificial for desenvolvido para finalidades públicas, de entre as quais, algumas a montante, da sua utilização. A Ferramenta de Avaliação de Risco irá traduzir os valores e princípios de AI Responsável, sendo esta ferramenta indispensável à antecipação e mitigação de riscos em sistemas com AI de forma global e nas cinco dimensões: Responsabilização, Transparência, Explicabilidade, Justiça e Ética. De entre essas, evidencia-se o dever de ser disponibilizada informação, por exemplo, no site da entidade que dela fará uso. Trata-se de uma medida de controle público, de responsabilização (accountability) e de transparência, que, concretamente, deve fornecer informações claras quanto: i) ao facto de tal sistema estar a ser desenvolvido, incluindo informações sobre sua finalidade e possíveis locais de uso e populações afetadas. Também a jusante, outras medidas devem acompanhar o respetivo uso, funcionamento e ciclo de vida, como a informação dos abrangidos e explicação de utilização, a monitorização, a elaboração de relatórios e a transparência através da publicação, acesso a informação pelos abrangidos por decisões automatizadas tomadas. Não esquecer a criação de entidades de monitorização e a manutenção do controlo humano nos



sistemas, de onde se destaca a revisão humana de decisões automatizadas e a capacidade de reverter e corrigir decisões automatizadas.

A bem ver, o tema encerra as dificuldades e os desafios gerais da Governação Pública do Séc. XXI e traduz alguns dos dilemas do pensamento jurídico da Era atual, dita Era Digital, e dos paradoxos que lhe assistem e que dizem respeito, por um lado, à digitalização dos modos de viver em comunidade e à intensificação da aplicação das TIC à Governação Pública e, por outro, a intensificação da regulamentação de medidas de salvaguarda de direitos e da necessária blindagem da privacidade das pessoas singulares e da segurança das instituições, sobretudo dos mais vulneráveis, devendo ser combatido todo o tipo de hiato digital .

A cidade inclusiva do ponto de vista digital é aquela que garante o acesso e a utilização das tecnologias da informação e da comunicação a todos os seus cidadãos, com base em cinco requisitos essenciais: i) disponibilidade de Internet, ii) disponibilidade de equipamentos, iii) promoção de literacia digital, iv) apoio técnico permanente e, finalmente, v) e recursos que promovam a participação ativa.

§3. Desafios de literacia digital.

É certo que a cidade inteligente (sustentável e digitalizada) não se constrói toda de uma vez só e a sua implementação depende de múltiplos fatores, de entre os quais se inclui a tecnologia disponível, aspetos demográficos, geográficos e culturais locais, a dimensão da cooperação e colaboração em rede público-privada, tanto do ponto de vista da partilha da inovação como do financiamento, e as políticas prioritariamente acolhidas pelo decisor político para a cidade (que são vulgarmente limitadas ao tempo da duração do mandato político).

Do mesmo modo a noção de smart city está intrinsecamente relacionada com o direito a viver com qualidade de vida na cidade e o direito a aceder facilmente ao serviço público local, participar na tomada da decisão pública e obter soluções em tempo real para o perigo e a catástrofe, sendo certo que as escolhas das soluções dependem sobretudo dos tecnólogos e dos políticos.

Voltamos ao início desta escrita e à preocupação já há algum tempo partilhada: se a transição digital deve ser encarada como o motor de transformação do país em geral e de cada uma das cidades portuguesas, em particular, importa que as pessoas sejam o centro das decisões e das escolhas, sendo certo que qualquer solução só pode ser tida como boa decisão se for inclusiva e equitativa. E, por conseguinte, o primeiro pilar de atuação pública prende-se com a necessária criação de condições para que todos possam enfrentar os mesmos desafios digitais. Parece-nos, pois, que o fosso digital pode combater-se de várias formas, umas mais institucionalizadas e outras assentes em laços de solidariedade intergeracional, por exemplo. Iniciativas e Programas Educativos e de Literacia Digital em Portugal para Pessoas Idosas há várias. E o Plano de Ação para Colmatar a Desigualdade de Género nas Tecnologias Digitais é outro bom exemplo. As Comunidades Criativas para a Inclusão Digital são, finalmente, bons modelos a seguir. Estas, as Comunidades Criativas para a Inclusão Digital (CCIDs), que já têm alguma expressão no território nacional, consistem em comunidades que têm como objetivo



promover a inclusão digital, respondendo às necessidades de grupos específicos de pessoas, nas suas comunidades. A criação de uma rede público-privada de centros educativos (instituições de solidariedade social, lares de idosos, instituições de solidariedade social, universidades, grupos de jovens voluntários) é disso exemplo, operacionalizando medidas concretas para combater a exclusão das pessoas idosas devido à falta de literacia digital, como por exemplo, através do desenvolvimento de ações de comunicação sobre a promoção e a explicação das cidades inteligentes para as pessoas idosas, e, em particular, para as mulheres com mais de 65 anos, através de iniciativas alegres e simples, em conferências, workshops, publicação de textos e desenhos em revistas e jornais locais e através de distribuição de brochuras. Vamos explicar cada uma das diferentes modalidades.

Em boa verdade, as cidades devem incluir nas suas estratégias de transformação digital a Educação Digital, a Inclusão Digital e a Capacitação e Literacia Digital, devendo dirigir-se especialmente ao público frágil, que inclui dois importantes grupos: i) as crianças e jovens do ensino básico (compreendendo o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, correspondendo, por isso, ao 1.º até ao 9.º ano de escolaridade); ii) e, ainda os idosos (particularmente as Mulheres) com mais de 65 anos.

Na verdade, a construção de uma sociedade digital deve ser orientada para o cidadão que apresenta, naturalmente, vulnerabilidades de literacia digital, mas também para as crianças e jovens, pois, além da formação adquirida, que se repercutirá ao longo do seu percurso, são os jovens que serão os sensibilizadores para a mudança dos seus familiares e da comunidade em geral, podendo alcançar-se o tecido social adequado, do ponto de vista da literacia digital, para a fruir e desfrutar da cidade inteligente.

Assim, a Educação Digital é um importante veículo para dotar as crianças e os jovens das competências digitais necessárias à sua plena realização pessoal e profissional. Deste modo, acompanhando e completando a integração transversal das tecnologias nas diferentes áreas curriculares do ensino básico em particular, julgamos que se poder fazer mais, visando a melhoria contínua da qualidade das aprendizagens e do desenvolvimento do sistema educativo através da adoção de medidas, algumas inovadoras e outras resultantes do aproveitamento da experiência acumulada. Assim, a partir de uma lógica pedagógica é possível desenvolver atividades lúdicas, de reflexão e de aprendizagem seja através de jogos, de desenhos e de workshops, de forma a promover o conhecimento daquilo que é a cidade inteligente, as TIC e as demais valências das cidades do futuro.

Por seu lado, a Inclusão Digital através da Capacitação e Literacia Digital são absolutamente necessárias. Começamos por evidenciar que uma cidade digitalmente inclusiva é aquela que garante que todos os seus munícipes tenham acesso e utilizem tecnologias de informação e comunicação, tendo por base cinco pré-requisitos essenciais: disponibilidade de internet, disponibilidade de equipamentos, literacia digital, suporte técnico permanente, recursos que promovam a participação. Neste contexto, importa voltar a fazer referência às Comunidades Criativas para a Inclusão Digital (CCID), que já encontram alguma expressão no território nacional, e consistem em comunidades que pretendem promover a inclusão digital, respondendo às necessidades de determinados grupos de pessoas das suas comunidades.



No fundo o que estamos aqui a lembrar nesta matéria, e muito à semelhança das CCID, é que importa fazer um esforço e uma interligação entre os agentes locais, as IPSS, os lares e os centros de dia, de forma a capacitar os mais idosos de competências digitais que, aliás, já encontra alguma concretização em alguns municípios que desenvolvem uma maior literacia digital nos mais idosos.

De facto, as autarquias devem aprofundar mais projetos educativos de inclusão digital de idosos, enquanto população em risco de exclusão digital, que inclua conteúdos formativos simples de forma a contribuir ativamente para a formação em competências digitais básicas. Neste alinhamento, devem desenvolver-se projetos de inclusão digital assentes numa rede municipal de jovens voluntários e de centros como IPSS e lares em que os conteúdos básicos formativos abrangidos podem ser, de entre outros, a criação de correio eletrónico, a capacidade de pesquisa online, a consulta e utilização de serviços públicos online e o acesso a redes sociais. Outros bons exemplos do necessário, aqui fica: explicar como consultar sítio Web de um organismo público; como aceder a um serviço público em linha; como marcar uma consulta médica; como obter uma receita de medicamentos; como criar uma conta numa rede social; como enviar uma mensagem de correio eletrónico; como descarregar uma aplicação num smartphone e sobretudo o que são dados pessoais, que direitos tem sobre esses dados pessoais e como pode exercê-los.

Em suma, advogamos a realização de ações de sensibilização sobre as TIC e as cidades inteligentes em lares, IPSS e centros de dia através de atividades lúdicas, muito à semelhança do que deve realizar também com os mais jovens, sendo um método semelhante. Importa ainda salientar que, a concretização de pilares de atuação neste domínio poderá ser reforçado as seguintes atividades: i) desenvolvimento e acompanhamento de uma Rede Municipal de centros educativos para crianças até 12 anos (Escolas e Instituições de Solidariedade Social, Universidade do Minho); ii) desenvolvimento e acompanhamento de uma Rede Municipal de jovens voluntários que colaborem em iniciativas de capacitação de maiores de 65 anos; iii) Elaboração de livros pedagógicos para crianças sobre a descoberta da cidade inteligente e sobre a Internet e proteção de dados pessoais; iv) a Elaboração de ações de comunicação sobre a promoção de cidades inteligentes para idosos: (através de textos/desenhos semanais nos media locais; v) Iniciativas híbridas (online e presencial) de formação (relativa a sites dos centros, App do voluntário e redes sociais).

Importa, em suma, ajudar os mais idosos a compreender as mudanças em curso: i) as novas formas de mobilidade urbana disponíveis na cidade, o que implica explicar: como se consulta os horários do transporte público em linha; como se compra online o bilhete de viagem em linha; como se compreende a visualização do geoportal e a demora no trânsito; o sensor e o radar.

Estas medidas, que vão sendo concretizadas no norte do país, estão a contribuir para a formação de adultos com mais de 65 anos em competências digitais básicas, reduzindo assim a percentagem da população que não usufrui dos benefícios da digitalização em vários domínios, incluindo as comunicações, o acesso à informação e a utilização de serviços públicos digitais. A



"TIC sénior" é uma Agenda de iniciativas que incluem conteúdos de formação simples (como a criação e a gestão de uma conta de correio eletrónico, capacidades de pesquisa em linha, consulta e utilização de serviços públicos digitais, acesso a serviços como o homebanking ou o acesso às redes sociais) estão a acontecer, são reais e combatem a solidão, permitem o acesso a serviços públicos digitais locais e possibilitam às pessoas mais velhas acompanhar os novos ritmos de vida comunitária sustentável.

À semelhança de William Shakespeare, que interroga "O que é a cidade senão as pessoas?", também encerramos o texto concluindo que a cidade inteligente não pode ser implementada sem a cumplicidade das pessoas que nela habitam, dos jovens e adultos, das mulheres e dos imigrantes, dos residentes na sede do concelho e dos que habitam as zonas mais rurais, e, em particular, daqueles que podem ter dificuldade em acompanhar o processo de mudança, como são as crianças, as mulheres e os maiores de 65. Todas as Agendas de transformação digital ditam que o processo em curso se realiza de forma sustentada e inclusiva, no sentido de que ninguém deve ser deixado para trás. Porque a vida é para ser vivida por todos, todos, com alegria.



Painel 10: Tecnologias, Desinformação e Populismo

DIA 18 DE OUTUBRO

Democracy Local: How Do We Build a Planetary Community Around Self-Governance by Everyday People?

Joe Mathews

Democracy Local
founder-publisher-columnist
joemmathews@gmail.com

Too often, when people around the world talk about democracy, they are not really talking about democracy. They are talking about national elections.

But elections are only one tool of democracy. And most democracy on this planet is practiced not at the nation-state level, but at the local level.

The world needs a learning community focused on local democracy, and all the relationships, processes, and tools it requires.

Democracy Local seeks to fill that void.

It is new and fledgling. And it will need the attention, thinking, and ideas of everyone here, and of people everywhere who are engaged in democracy at the local level, to succeed.

It is an open community--not a business, not an enterprise, not an NGO/, but a network, devoted to local democracy.

Democracy Local is a publication, to which anyone may contribute stories, ideas, photos, videos, artwork, fiction, or other content. It is a convener of events, including events comparing the cities of Barcelona and Bogota on local democracy practice, and comparing Belfast and Los Angeles on governing locally in divided communities. Democracy Local is building a community of scholars devoted to local democracy and governance. Democracy Local is launching an effort to collect data on local democracy from all over the world, to make comparisons better, and to identify best practices of local governance.

Democracy Local does not seek to compete with, or to replace, other media devoted to local democracy. It seeks to partner with and assist such media, including by making its content available for republication free of charge.

Democracy Local is a labour of love by journalists and the locally engaged around the world. Its website is hosted in Germany. Its editor-columnist is in Los Angeles. It has published pieces from Kashmir to Keelung.

Democracy Local is using AI to make its articles available in eight languages so far (all languages before long). It is open to everyone. Its stories, its data, its events are all free and accessible.



Do you have a story of local democracy, an example, a data point, a bit of scholarship, or something else to share about local governance that might have meaning for someone on the other side of the world? Please be in touch.



The power of Utopian Thinking in Education for the development of political awareness in young citizens

Olga Almeida

Escola Secundária de Valongo

Teacher

olga.almeida@esvalongo.org

This conference presentation will detail our journey and the transformative impact our program has had on students across diverse school environments.

In an era defined by rapid societal changes, increasing challenges namely in the increase of populisms that jeopardy Democracy and Human Rights., the need for innovative educational outreach programs has never been more significant. Since 2009, our Utopian Project has been challenging students from all over the country to “imagine 2100”. In order to build this “ new world”, the students benefited from the support of scientists from different areas of University of Porto. In the first meeting held in Escola Secundária de Valongo, the event joined about 1000 students from different parts of the country. This experience proved that sharing Utopias and listening to others, students become conscious of common predominant themes, such as forms of social equality, justice, freedom and governments that care for common good, harmony and Planet Earth. Although this project has suffered several transformations, the principle remained the same: imagining a better world by solving present problems using Utopian Thinking.

In 2020 we accepted the proposal of the United Nations Summit subjected to Sustainable Development and aiming the renewal of political commitment about sustainable development. Pan- Utopia was born to spread the topic either in primary or secondary schools asking students to debate, find models of different economic activities that respect Environment. A group of researchers of the project organized a database with activities for teachers all over the world and young students were asked to shoot a small video with transformative actions in their communities or original songs claiming the protection of environment. All these materials were presented in the UN.

Nowadays we are developing this Utopian Outreach Project “Valongo, a Utopic town” that was initiated in 2014 with a Protocol celebrated by FLUP, Câmara de Valongo and Escola Secundária de Valongo, whose goal is fostering creativity, critical thinking, and community engagement among students from various socioeconomic backgrounds. Our interdisciplinary approach integrates arts, sciences, and social activism, encouraging students to envision and pursue their ideal futures. Through workshops, mentorship, and collaborative community projects, participants have developed essential skills in leadership, problem-solving, collective work and care for the others.

Over the past decade, we have engaged over 5,000 students in 50 schools nationwide. Through qualitative and quantitative assessments, we have observed significant improvements in participants’ academic performance, self-esteem, and community involvement. Student



testimonials illustrate profound personal growth and a newfound sense of agency, with many alumni participating in their community, questioning the present to improve the Future.

This presentation will explore the methodologies employed in our outreach program, the partnership strategies with schools and community organizations, and the measurable outcomes achieved. Additionally, we will discuss the challenges confronted and the lessons learned, providing insights mostly policymakers interested in implementing similar initiatives. By highlighting the intersecting themes of imagination, collaboration, and empowerment, we aim to inspire others to reimagine educational possibilities and foster positive change in the lives of students and their communities. Following the motto of the UN in Rio Climate Summit “think global, act local” we believe to transform communities where utopian ideals transcend into tangible realities.



The Civic Innovation Fellowship: A Participatory Framework to Bolster Collaboration& Trust In Government

Sheba Najmi

Code for Pakistan
Founder & Executive Director
sheba@codeforpakistan.org

In recent years, civic technology has become a powerful tool for enhancing citizen engagement and communication with government decision-makers. Digital platforms promote transparency, which can lead to trust between citizens and government institutions. These platforms allow for the sharing of data, providing information, and encouraging citizen participation, thus mobilizing collective intelligence to solve community problems. However, as the private sector continues to innovate rapidly, public institutions are left behind, which creates a gap between the public's expectations and the government's ability to meet those needs, leading to a decline in trust. Addressing this gap requires co-creating public services that meet citizens' needs where they are. Evidence suggests that such collaboration enhances service quality and raises trust in government, which in turn rebuilds democratic values. Initiatives like Code for Pakistan (CfP)'s Civic Innovation Fellowships exemplify this approach by involving citizens and government stakeholders in co-creating public services, thereby enhancing trust and collaboration.

The Civic Innovation Fellowship, led by CfP, represents a comprehensive participatory framework designed to bolster collaboration and trust between citizens and government institutions. Over the past decade, CfP has successfully implemented three major Fellowship Programs: the Khyber Pakhtunkhwa (KP) Civic Innovation Fellowship in partnership with the KP provincial government, the Gilgit-Baltistan (GB) Government Innovation Fellowship in collaboration with the GB provincial government, and the TECH-NIH Fellowship at the federal level in partnership with the National Institutes of Health (NIH) and its division, the Transformation and Excellence Center for Health (TECH). These programs aim to address public service challenges through a model of co-creation, emphasizing citizen engagement, transparency, and government capacity building. The KP Civic Innovation Fellowship serves as a prominent example, showcasing the dynamics and methodology employed to create impactful public services through collaboration.

The KP Civic Innovation Fellowship is a six-month program that pairs 20 full-time software developers, designers, researchers, and content strategists with government departments in the KP province. This partnership is facilitated by the Khyber Pakhtunkhwa Information Technology Board (KPITB), a government department that helps ensure alignment with governmental needs and objectives. The 20 Fellows work closely with various government departments to understand and address citizen needs, employing human-centered design and participatory methodologies to create digital public services. Mentors and trainers guide and support the Fellows throughout



the program. Additionally, training is provided to government officials to raise their skillset and ensure sustainability of the work.

The Civic Innovation Fellowship framework encompasses several processes that contribute to its overall success:

1. The Fellowship places a strong emphasis on involving citizens in the creation of solutions. Both by engaging citizen technologists, known as Fellows, and involving community members in the co-creation process, the program brings a sense of ownership and empowerment. Citizens become active participants in shaping public services, leading to increased satisfaction and trust in government institutions. This participatory approach not only enhances the quality of public services but also enhances the relationship between citizens and government.

2. Another significant component of the Fellowship framework is the promotion of open data, transparency, and accountability. Through the creation of open data portals and the publication of open data sets, the program encourages government departments to make their data publicly available. This transparency not only encourages trust between citizens and the government but also enables government departments to collaborate and to leverage and improve upon the open-source solutions created during the Fellowship.

3. A third key aspect is the training and capacity building of government officials. By introducing modern, user-focused, and participatory methods, the Fellowship aims to transform the culture of government departments, making them more citizen-centered, open, and collaborative. This shift in mindset and approach leads to more efficient and transparent processes, saving time and resources for both citizens and government officials, and ultimately improving the relationship between citizens and government.

In conclusion, the Civic Innovation Fellowship represents a framework that empowers citizens, strengthens collaboration, and enhances trust between citizens and government. By engaging skilled technologists and government officials in a structured and collaborative process, the program creates a space where innovative ideas thrive and practical solutions are co-created to address public challenges. The Fellowship's emphasis on citizen engagement, transparency, and government capacity building leads to improved public services and enhanced citizen satisfaction. Ultimately, this framework serves as a model for promoting a more open, participatory, and inclusive government that is responsive to the needs of its citizens. Through its successful implementation, the program has successfully co-created 45 public services in collaboration with 31 government departments, benefiting 1.5 million users and saving more than 120,000 government hours. The program has also trained over 400 government officials, enhancing their capacity to deliver citizen-centered and transparent services. These achievements highlight the transformative potential of collaborative efforts between citizens and government in addressing public needs and promoting trust.



Resposta a ciberataques na Era dos Deepfakes e da Desinformação

Bruno Castro

VisionWare SA

Fundador & CEO

bcastro@visionware.pt

Os últimos anos têm sido marcados por avanços significativos na qualidade e realismo dos deepfakes cujos algoritmos têm vindo a aprimorar a capacidade de representação das leis físicas, desde pequenos detalhes de movimento, a sombras. Se, atualmente, são já difíceis de distinguir, com os avanços do futuro custa até imaginar o grau de dificuldade de distinção que se aproxima. Essa proliferação de conteúdo deepfake aliado ao desafio da sua deteção, levantará questões sobre a autenticidade de qualquer conteúdo que encontraremos online e terá ainda o potencial de minar a confiança na informação tal como a compreendemos nos dias de hoje.

Os deepfakes não só utilizados para espalhar informações falsas online e manipular a população, são também cada vez mais aplicados em ataques de engenharia social, tornando-os muito mais difíceis de detetar e sendo por isso uma das tendências mais perigosas do cibercrime.

No futuro, enfrentaremos uma paisagem digital onde os atores maliciosos já conseguem criar imagens, vídeos e até mesmo áudios falsos de maneira convincente. Este fenómeno, aliado à globalização do ciberespaço e à tendência natural humana de crença nos seus sentidos, levanta sérios desafios para os indivíduos, organizações e Estados.



Leveraging AI and Smart Service Directories to Combat Populism with Accurate Information

César Silva

WireMaze

eGov Evangelist

cesar.silva@wiremaze.com

This session will delve into the critical role that artificial intelligence (AI) and smart service directories can play at the local level in countering populist narratives. It aims to demonstrate how these technologies can ensure the dissemination of accurate and reliable information, thereby fortifying democratic resilience against the surge of populism. Objectives

1. Understand the Role of AI in Fighting Disinformation: The session will explore how AI technologies can be leveraged to detect and mitigate the spread of false information. Participants will gain insights into the mechanisms through which AI identifies misinformation patterns, flags potentially harmful content, and aids in the dissemination of fact-checked data.
2. Implement Smart Service Directories: A key focus will be on the implementation of smart service directories that provide citizens with easy access to accurate information and essential services. These directories can serve as centralized hubs where users can find verified data on local governance, public services, and community events, thus reducing the influence of populist misinformation.
3. Enhance Civic Engagement: The session will discuss innovative ways in which AI tools can be utilized to foster greater citizen participation and trust in local governance. By enhancing civic engagement, AI can help create a more informed and active citizenry, essential for a healthy democracy.
4. Promote Transparency: Highlighting the role of AI in promoting transparency, the session will showcase how AI-driven solutions can streamline government operations and communication. Transparent processes and open access to information are crucial in building public trust and countering the opaque tactics often employed by populist movements.
5. Showcase Success Stories: Real-world case studies will be presented where municipalities have successfully employed AI and smart service directories to combat populist threats. These examples will provide practical insights and best practices for other regions looking to implement similar strategies.



Painel 11: Revitalizing Democracy: Powering Youth Participation and Rebuilding Trust in Intermediary Cities

DIA 18 DE OUTUBRO

REVITALIZING DEMOCRACY: POWERING YOUTH PARTICIPATION AND REBUILDING TRUST IN INTERMEDIARY CITIES

(Moderator) Cécile Roth*

Testimony and Remarks

Emilia Saiz*

Secretary General

United Cities and Local Governments (UCLG)

Nelly Ouassenan*

Deputy Mayor of Cocody

Co-President of the IOPD for Gender Equality

Orlando Rodrigues

Município de Valongo, Vereador

Valongo é um concelho em que valorizamos muito a participação dos jovens.

Em Valongo entendemos que a Democracia enfrenta hoje desafios e pressões alarmantes a nível mundial. O autoritarismo está em expansão, as liberdades cívicas têm sido desafiadas e as alterações climáticas têm pressionado os sistemas democráticos. Embora tenhamos de defender o planeta, temos também de proteger as nossas liberdades e isto significa afetar recursos necessários para lutar contra a ignorância e a desinformação.

A inversão desta tendência exige a alocação de recursos e de tempo para a sua implementação. Considerando que se trata de um desafio intergeracional, o envolvimento de jovens é um fator decisivo para o seu sucesso, pois sabemos que o nível de confiança das pessoas jovens nas instituições políticas é menor do que nas pessoas mais velhas. Ouvimos dizer com frequência que os jovens têm baixo nível de interesse e informação política, são apáticos em relação a estas



questões e que não estão interessados em participar. Por outro lado, é frequente que as pessoas mais velhas se dececionem sobre a forma como percecionem a participação dos jovens, como um ativismo de sofá, a assinatura de petições online, a mera publicação de posts, vídeos e imagens nas redes sociais, o que mostra uma forte falta de conhecimento pelas novas formas de participação.

É importante salientar que a participação dos jovens é diferente da dos mais velhos, são novas formas que os mais velhos desconhecem. Também não é invulgar que as pessoas jovens afirmem que não gostam de política, embora estejam envolvidas em causas, movimentos, projetos, iniciativas, na questão da emergência climática, nos direitos humanos, na crise migratória no Mediterrâneo, entre outras ações relevantes e que são muito importantes para os jovens. Ou seja, os jovens, ao contrário do que os mais velhos pensam, têm uma ação cívica em relação àquilo que são as suas grandes causas, a favor do planeta e das pessoas.

É inegável que existe uma diferença entre gerações na forma de participação, noções distintas sobre o papel da política, perceções de urgência diferenciadas. É inegável o declínio da participação entre as pessoas jovens nas formas mais convencionais de participação política, mas também o aumento de outras formas de participação cívica como o ativismo das manifestações de protesto, o boicote dos espaços eleitorais, a participação online. E, portanto, esta é a nova forma de participação e a forma de participação que os jovens têm.

Valongo tem investido muito na promoção da participação cidadã, destacando-se iniciativas como: a semana Europeia da Democracia Local, que Valongo realiza anualmente. O Orçamento Participativo EU Conto!, que é um orçamento para os trabalhadores do Município. O Conselho das Crianças, inspirado nas ideias do psicopedagogo italiano Francesco Tonucci. O Valongo 4.0: o Futuro construído pelas crianças e pelos jovens de Valongo, no qual os jovens de Valongo participaram ativamente no processo participativo da 2.^a revisão do Plano Diretor Municipal de Valongo, através de iniciativas que permitiram envolver crianças e jovens na discussão do Plano Diretor Municipal de Valongo, um documento estratégico fundamental. A Eleição dos Pequenos Grandes, entre outras iniciativas.

No que diz respeito à participação dos jovens, temos ainda um projeto que acarinhámos que é o Orçamento Participativo Jovem, que é uma das nossas grandes políticas dirigidas a jovens e visa ser uma escola de participação jovem no concelho, um motor de inovação e de inclusão das preocupações e das propostas dos jovens, dos 6 aos 35 anos, no Orçamento Municipal e na Política Municipal. Atualmente, com um orçamento anual de 250 mil euros, são anualmente concretizados 25 projetos, cada um deles com 10 mil euros. Este Orçamento Participativo está agora na sua 11.^a edição, ou seja, temos já 11 anos de implementação de projetos e, orgulhosamente, temos uma taxa de implementação de 100%. Isto quer dizer que os jovens têm a garantia de que, concorrendo e sendo os mais votados, os projetos são efetivamente implementados.

Aquando do 10.^o aniversário do Orçamento Participativo Jovem, Valongo iniciou um estudo de avaliação de impacto, relativamente aos hábitos e às práticas de participação política dos jovens. Relativamente a esta iniciativa, existem algumas conclusões a destacar: a indiferença ou a falta de opinião relativamente ao estado da democracia e a confiança nas instituições democráticas são posições dominantes entre os inquiridos. É mais negativa a perceção relativamente ao desempenho do governo, que alguns associam a corrupção, em contraste com a confiança elevada nas instituições europeias e também nas instituições locais pela noção de proximidade de um desempenho maior e sem sobressaltos. Ou seja, os jovens valorizam mais a instituição local. Apesar do distanciamento em relação à política, os jovens valorizam formas de se envolverem civicamente que são diferentes daquelas das gerações anteriores. Para além disso, aqueles que revelam estar mais alerta sobre o que se passa na esfera pública declaram mais prontidão para se envolverem mais frequentemente numa maior diversidade de atividades cívicas. Há, assim, uma maior confiança no sistema político-partidário e nas instituições de governo local por parte dos jovens. As formas tradicionais de participação política são naturalmente pouco expressivas entre os inquiridos. Nas outras formas de participação mais ajustadas aos padrões etários da maioria dos inquiridos, destaca-se a discussão e a partilha de conteúdos nas redes sociais, pertencer a uma associação e fazer voluntariado, além de assinar petições públicas. Estas são, assim, outras formas de participação e as preferidas pelos jovens. Os jovens que se percecionam a si mesmos como



politicamente participativos, equacionam-no a partir da sua participação na esfera pública, e, por isso, não se enquadram no tipo de participação que é descrita na literatura sobre este tema.

Para além disso, temos outros projetos como é o caso do «Empoderar Vozes Jovens», um outro projeto local de educação não formal de participação. Existe ainda o «Somos Decisores», uma experiência que fazemos também com jovens, que inclui outros municípios, com o é o caso do município de Almada. E, por último, temos ainda um outro projeto que tem a ver com a participação de jovens, em que envolvemos os jovens e convidamos que estes participem na consulta pública acerca do Plano Municipal da Juventude. Este é um processo em que envolve os jovens no documento estratégico e que congrega todas as iniciativas feitas, com e para os jovens. Este documento está a ser finalizado, pois está em consulta pública e este plano é o resultado de um processo participativo e colaborativo construído em cerca de 9 meses, tendo por objetivo de consulta pública o Plano Municipal da Juventude e está alinhado com todos os documentos estratégicos a nível nacional e europeu. E, portanto, resulta de um processo participativo de construção que desde o início foi acompanhado pelo grupo de desenvolvimento do plano, composto por diversas entidades locais reconhecidos na área da Juventude. A metodologia adotada focou-se na colaboração e inclusão de diversas perspetivas, assegurando uma abordagem holística e abrangente. Recorreu-se a um leque variado de instrumentos de recolha de dados qualitativos e quantitativos, incluindo a observação direta, a pesquisa documental, grupos focais e auscultação com vários intervenientes jovens e com propriedade sobre o tópico. Envolveu mais de 1000 jovens de todas as freguesias e mais de 100 profissionais ligados ao movimento associativo e também à equipa da Juventude do município de Valongo.

Concluindo, em Valongo valorizamos muito o processo participativo dos jovens, porque entendemos que os jovens têm um papel ativo e tem uma voz que nós devemos ouvir.

Diogo Silva*

Member of the Youth Council Valongo

Pedro Carneiro*

Valongo's Representative in the Metropolitan Youth Strategic Group

Tiago Cabral*

Valongo's Representative in the Metropolitan Youth Strategic Group

Nuno da Cruz*

Investigador Principal / Senior Associate

Universidade de Aveiro / London School of Economics (LSE)

dacruz@ua.pt

With a focus on intermediary cities, this session will aim to discuss the contributions of more empowered youth actors to local democracy and multilevel urban governance in decentralized city systems, and identify opportunities to strengthen local democracy and trust through enabling youth participation.



The session will count on the participation of local government officials from different intermediary cities worldwide, the International Observatory of Participatory Democracy (IOPD) and the UCLG Forum of Intermediary Cities, as well as partners. The session is part of UCLG's activities within the Next Generation Urban Governance in Intermediary Cities Project (NextGenC), which brings together the London School of Economics (UK), ICESI University (Colombia), and Los Andes University (Colombia), along with Despacio and UCLG.

This session will contribute to nurturing discussions on rebuilding trust in local governance through meaningful youth engagement. By providing a space to share experiences and insights on youth participation in local and regional governments, the session will also contribute to a joint strategy around the implementation of the commitments related to the UCLG Pact for the Future on participation and trust, and joint advocacy towards key international milestones such as the World Forum of Intermediary Cities to be held in Cuenca in January 2025, and paving the way towards the World Social Summit in November 2025.

Lina Maria Martinez Quintero*

Director of POLIS, Observatory of Public Policy, ICESI University

Carola Gunnarsson*

Councilor of SALAR (SWEDEN), UCLG Special envoy for Freedom, Solidarity and Fighting Violence Against Local Political Leaders

Oliver Peña Estévez*

Councilor, Esplugues de Llobregat

Adria Duarte*

*Coordinator of the Technical Secretariat,
International Observatory on Participatory Democracy*

Sofia Carvalho*

Município de Valongo, Estudante

Mariana Oliveira*

Município de Valongo, Estudante

Friederike Fleischer*

Los Andes University

Arlindo Cesário Ngozo

Município de Gondola



As cidades intermédias, que fazem o papel de ligação entre o rural e o urbano constituem acima de tudo uma oportunidade para a mudança e revitalização da democracia por possuírem, no contexto de meu país e do meu município em particular, uma população maioritariamente jovem.

É necessário que os municípios redobrem seus esforços e recursos para trazer de volta a cidadania que algumas vezes é colocada de lado como “a tarefa dos outros”, começando pelo governo local, que está mais próximo dos cidadãos e cidadãs.

É necessário que não se limite apenas nos espaços consultivos para jovens mas construir cidades e vilas mais democráticas com o compromisso de todos.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: www.youtube.com/video/znrBaOllCm8.

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link: www.youtube.com/video/6GRo3GboT98.*



Painel 12: Inclusão e Diversidade

DIA 18 DE OUTUBRO

REGARD-Sénégal : Renforcer les Droits et la Participation des Groupes Vulnérables pour une gouvernance territoriale inclusive au Sénégal

Khadim Rassoul Gueye

OIDP Afrique

Chargé de Projets

khadim@oidp-afrique.org

Malgré l'abondance des ressources naturelles présentes dans les régions du Sud du Sénégal, les populations locales, notamment les femmes, les jeunes et les personnes handicapées, continuent de vivre dans des conditions de grande vulnérabilité. Cette situation est aggravée par les tensions croissantes entre ces populations et les sociétés opérant dans ces régions. Plusieurs facteurs expliquent cette situation, tels que le manque de transparence dans la gestion des ressources, le faible niveau d'employabilité des jeunes, la faible rémunération des emplois disponibles, et une contribution limitée des entreprises implantées à l'économie locale.

En outre, en dépit de l'existence de réformes institutionnelles telles que le renforcement de la citoyenneté, la reconnaissance de nouveaux droits (comme le droit à l'information sur les ressources naturelles) et la valorisation du capital humain, les stratégies et politiques de Responsabilité Sociétale des Entreprises (RSE) ne prennent pas suffisamment en compte les droits des groupes vulnérables. Cela conduit à l'émergence de signes avant-coureurs de conflits, principalement dus aux revendications communautaires portées par les jeunes qui se sentent privés de leurs ressources locales sans contrepartie adéquate et sans perspectives d'avenir.

Face à ces défis, l'organisation Enda ECOPOP, en collaboration avec l'Observatoire International de la Démocratie Participative (OIDP) Afrique et avec le financement de la Fondation Hewlett, a lancé en 2023 l'initiative REGARD-Sénégal. Ce projet, déployé dans six communes des régions de Kolda (Kolda), Tambacounda (Bélé et Dialocoto) et Kédougou (Khossanto, Madina Baffé et Tomboronkoto), vise à améliorer la gouvernance territoriale inclusive et durable par le biais d'une participation citoyenne renforcée, en mettant l'accent sur l'inclusion des groupes vulnérables dans l'espace civique.

L'initiative REGARD-Sénégal cherche à renforcer la participation active des groupes marginalisés dans les processus de décision locaux, facilitant ainsi un dialogue constructif entre les autorités locales, les entreprises et les citoyens. Cette approche inclusive repose sur la



reconnaissance de l'importance de la participation des citoyens pour une gouvernance plus transparente et équitable, et pour assurer que les bénéfices du développement atteignent réellement les communautés locales.

Bilan après une année de mise en œuvre

Après une année de mise en œuvre de l'initiative REGARD-Sénégal, plusieurs réalisations ont été notées. Voici un aperçu des principaux résultats, bonnes pratiques, contraintes rencontrées et leçons apprises :

Réalisation 1: Établissement de partenariats avec les autorités locales

Dès le début du projet, Enda ECOPOP a œuvré pour établir des partenariats solides avec les autorités locales des six communes ciblées. Des conventions-cadres de partenariat ont été élaborées pour formaliser l'engagement des communes en faveur d'une gouvernance territoriale inclusive et durable. Ces conventions précisent les rôles et responsabilités de chaque partie et soulignent l'importance de la collaboration pour atteindre les objectifs communs. Elles ont été signées lors de l'atelier national de lancement et de cadrage méthodologique du projet.

Réalisation 2: Cartographie des entreprises minières et autres acteurs locaux

Une cartographie des entreprises locales a été réalisée afin d'identifier les principaux acteurs économiques qui pourraient jouer un rôle crucial dans le projet. Cette cartographie ne s'est pas limitée aux entreprises minières, mais a également inclus d'autres types d'entreprises capables de contribuer au développement territorial par le biais de leurs politiques de Responsabilité Sociétale des Entreprises (RSE). Les informations recueillies permettront de mieux mobiliser le secteur privé pour soutenir les initiatives de développement local. Cette première cartographie sera complétée par une étude de référence sur la contribution du secteur privé local aux mécanismes de développement mis en place par l'État.

Réalisation 3: Campagnes d'information et de sensibilisation

Afin d'assurer une bonne compréhension et une appropriation du projet REGARD-Sénégal par les communautés locales, des ateliers d'information ont été organisés dans chacune des communes d'intervention. Ces ateliers visaient à présenter le projet aux acteurs locaux, à partager le plan de travail opérationnel, et à recueillir les avis et suggestions des parties prenantes. En tout, 140 participants ont assisté à ces ateliers, incluant 28 femmes, 112 hommes et 42 jeunes. La présence des autorités administratives, des élus locaux, des agences régionales de développement (ARD), du Service Régional de Promotion du Développement Territorial (SRPDT), et des représentants des associations de femmes, jeunes et personnes handicapées a permis d'établir un dialogue constructif et de renforcer l'engagement communautaire.



Réalisation 4: Évaluation des performances des communes en matière de gouvernance inclusive

Des ateliers d'évaluation des performances ont été organisés dans chaque commune cible en utilisant l'outil Système de Mesure des Performances des Collectivités Territoriales (SMPCT), sensible aux objectifs de développement durable, notamment l'ODD 16. Ces évaluations, qui ont impliqué 155 participants (35 femmes, 120 hommes et 31 jeunes), ont permis de mesurer l'efficacité de la gouvernance locale dans trois domaines : la gouvernance économique et financière, la capacité de pilotage institutionnel, technique et financier, et la participation citoyenne dans la gestion des affaires locales. Les résultats ont montré des variations importantes entre les communes, avec certaines obtenant de faibles scores en gouvernance économique, tandis que d'autres ont montré une forte capacité de pilotage institutionnel et technique. Ces évaluations ont aidé à identifier les points forts et les domaines à améliorer dans chaque commune.

Réalisation 5: Formation des facilitateurs sur le budget participatif sensible aux thématiques de genre, enfants, jeunes et personnes handicapées

Une session de formation a été organisée du 22 au 31 août 2023 pour renforcer les capacités des facilitateurs et conseillers des communes sur la mise en œuvre du budget participatif (BP) sensible aux questions de genre, enfants, jeunes et personnes handicapées. Au total, 18 facilitateurs ont été formés. Cette formation combinait des sessions théoriques, des travaux pratiques, des discussions en groupe et des ateliers pilotes, et avait pour objectif de préparer un groupe de compétences capable de garantir une mise en œuvre efficace et inclusive du BP. À l'issue de la formation, un plan d'action a été élaboré pour guider la mise en œuvre du BP dans les communes ciblées.

Réalisation 6: Mise en œuvre du budget participatif dans les communes d'intervention

Après la formation des facilitateurs, Enda ECOPOP a accompagné quatre des six communes cibles (Kolda, Bélé, Dialocoto, et Tomborokoto) dans la mise en œuvre du budget participatif. Le processus a suivi plusieurs étapes clés :

1. Préparation et lancement du processus : Des rencontres ont été organisées pour partager des informations avec les parties prenantes et sensibiliser les conseillers municipaux à l'importance du BP. Des émissions de radio ont également été diffusées pour sensibiliser la population (comme à Tomborokoto). Les communes ont pris des délibérations pour formaliser le lancement du processus et déterminer le montant alloué au processus.

2. Tenue des foras de zones : Ces foras, organisés dans chaque zone des quatre communes, ont permis de rassembler 777 participants (482 hommes, 295 femmes et 255 jeunes), incluant des représentants des GIE, ASC, chefs de village, agriculteurs, imams, CCJ, APE, CDS, pêcheurs, CGE, et éleveurs. L'objectif était d'identifier et de prioriser les besoins des populations



locales, en portant une attention particulière aux enjeux de genre, des enfants, des jeunes et des personnes handicapées.

3. Organisation du forum des délégués : Ce forum a réuni 159 participants (123 hommes, 36 femmes et 38 jeunes) et visait à restituer les besoins identifiés lors des foras de zones et à définir de manière consensuelle les actions prioritaires à mettre en œuvre.

4. Tenue des forums communaux : Ces forums, souvent organisés en même temps que les Débats d'Orientation Budgétaires (DOB), ont réuni les maires, les conseillers municipaux, les facilitateurs du BP, les délégués de zones, les services techniques, les PTF, les ARD, et Enda ECOPOP. Leur objectif était de valider les priorités identifiées et de mettre en place un comité de suivi pour assurer la mise en œuvre effective du BP.

5. Vote du budget : La dernière étape consistait à voter le budget, intégrant ainsi les priorités des populations dans la matrice budgétaire des communes. Cela a permis de s'assurer que les besoins exprimés par les citoyens soient pris en compte de manière transparente.

Les secteurs prioritaires identifiés dans le cadre du budget participatif incluent :

- Santé
- Éducation et formation
- Hydraulique
- Promotion de la croissance économique
- Culture :
- Voirie et WASH (eau, assainissement et hygiène)
- Jeunesse et sport
- Élevage et agriculture

Le budget participatif (BP) mis en œuvre dans les quatre communes du projet REGARD-Sénégal a permis de renforcer la participation citoyenne et la démocratie locale. Parmi les points forts, on note l'engagement des conseils municipaux, qui ont activement soutenu le processus, ainsi que l'implication des représentants des zones, qui ont aidé à identifier les besoins prioritaires des populations lors des foras zonaux. La collaboration positive des populations a démontré une volonté commune de participer au processus décisionnel. L'accent mis sur l'inclusion, notamment la participation des associations de personnes handicapées, a favorisé une approche sociale équitable. La traduction des interventions en langues locales a permis de garantir une meilleure compréhension et participation de tous.



Cependant, des contraintes ont émergé, comme le manque de volonté politique et les lenteurs administratives dans certaines communes, notamment à Sabodala et Khossanto. Les tensions communautaires et socio-politiques, accentuées par les élections présidentielles, ont retardé certaines activités. Pour surmonter ces obstacles, il est recommandé de démarrer le processus de BP plus tôt, d'impliquer davantage les organisations de la société civile, les organisations communautaires de base, et l'Agence Régionale de Développement, et d'encourager les communes partenaires à formaliser leur engagement à travers des arrêtés municipaux.

Réalisation 7: Création de cadres de participation locale et d'espaces de dialogue citoyen

Dans chaque commune d'intervention, des cadres de participation locale représentatifs sont en train d'être mis en place pour favoriser le dialogue sur les questions de gouvernance territoriale et pour assurer un suivi du processus de budget participatif.

À Tomboronkoto, par exemple, un cadre territorial de concertation a déjà été instauré. Dans les autres communes, les autorités municipales sont en train de finaliser ces cadres de participation. De plus, des Espaces de Dialogue et d'Interpellation Citoyenne (EDIC) ont été organisés pour encourager des échanges directs entre les administrateurs et les administrés. Ces espaces visent à renforcer la transparence et la responsabilité des dirigeants locaux en permettant aux citoyens, y compris les femmes, les jeunes et les personnes handicapées, de s'exprimer sur la gestion des affaires locales.

Par exemple, le 7 mai 2023, la commune de Kolda a organisé une journée d'interpellation citoyenne. Cet événement, organisé en collaboration avec le Forum Civil de Kolda et le projet REGARD-Sénégal, a permis au maire de présenter un bilan détaillé de la gestion de la commune pour la période 2022-2023. Les citoyens ont eu l'occasion de poser des questions et d'exprimer leurs préoccupations, renforçant ainsi la transparence et la redevabilité dans la gestion communale. Plus de 71 personnes ont interpellé le maire, qui a répondu en détaillant 31 réalisations antérieures et en annonçant 32 projets futurs pour la commune.

Réalisation 8: Formation des OCB de femmes, jeunes et personnes handicapées sur le Développement Organisationnel et le Renforcement Institutionnel (DORI)

Dans le cadre de la mise en œuvre des activités du projet REGARDS, une session de formation s'est tenue du 27 Mai au 08 Juin 2024 respectivement dans les communes de Madina Baffé, Khossanto et Tomboronkoto (Kédougou), Bélé et Dialocoto (Tambacounda) et Kolda (Kolda), à raison de 02 jours par commune. La formation portait sur le développement organisationnel et le renforcement institutionnel des organisations communautaires de base (OCB) de femmes, jeunes et personnes handicapées. Ont pris part à cette formation : les sous-préfets ou leurs adjoints, les Maires ou/et leurs adjoints, les secrétaires municipaux, les représentants des organisations de jeunes, de femmes et de personnes handicapées, l'ARD et



le staff d'ENDA ECOPOP. L'objectif global de la session de formation était d'appuyer le développement organisationnel et le renforcement institutionnel (DORI) des OCB de femmes, jeunes et personnes handicapées de la commune. A termes, cette session de formation, qui a allié théorie et exercices pratiques, a permis de renforcer le niveau d'information et des connaissances théoriques et pratiques des participants sur le DORI ; d'initier les participants aux techniques de diagnostic Organisationnel (déterminer les points forts, points faibles, opportunités, menaces d'une association) et d'élaboration d'un plan de renforcement de capacité des OCB mais aussi d'identifier leurs besoins spécifiques, etc. En perspective, il conviendra d'assurer le suivi post-formation des OCB formées.



Ville Plurielle, Action Interculturelle

Amira Khammassi Mesona

*Association Internationale de Démocratie Participative
et Patrimoine "AID Patrimoine"*

Présidente

mesona.amira2@yahoo.com

Présentation « Ville Plurielle, Action Interculturelle » vise la promotion d'une action collective visant le développement de l'interculturalité dans nos communes:

Dans un contexte mondialisé où les échanges culturels se multiplient, l'interculturalité est devenue un enjeu central pour nos villes. Elle encourage l'échange et l'interaction entre différentes cultures, elle favorise la compréhension mutuelle, facilite l'intégration dans une société donnée et elle joue un rôle important dans la construction d'une identité culturelle ouverte et plurielle en favorisant la construction d'un avenir commun basé sur le dialogue et la coopération interculturelle.

Cependant, l'interculturalité peut entraîner des défis et des conflits, notamment en raison des différences culturelles, des barrières linguistiques et des divergences de valeurs. Il est donc essentiel de mettre en place des politiques et des initiatives visant à promouvoir le respect mutuel, le vivre ensemble, la tolérance et la cohésion sociale.

L'association Internationale de la démocratie participative et patrimoine AID Patrimoine, association à but non lucratif régie par la loi du 1er juillet 1901, créée le 24 février 2023 à Saint Rambert d'Albon - France, a pour objectif la promotion de l'interculturalité et la démocratie participative au niveau national et international. Parmi ses activités l'organisation des activités culturelles intercommunales au niveau national et international ; des rencontres pour promouvoir la culture participative ; des rencontres et des ateliers sur le thème du patrimoine naturel et culturel ; organiser des visites guidées des sites et monuments, etc...

Les activités qui visent le développement de l'interculturalité sont basées sur trois axes:

- La valorisation du patrimoine de sa ville (saint Rambert d'Albon), en mettant en place des activités culturelles en coordination avec la mairie, la société civile (implication des jeunes du quartier politique de la ville, (jeunes d'origines étrangères)
- Valoriser son identité, le patrimoine de son pays d'origine
- Créer des échanges interculturels internationaux (projets de coopération internationale)



Pour sa programmation de l'année 2024, l'association a organisé les activités suivant une approche participative en collaboration avec la mairie de Saint Rambert d'Albon et le centre culturel Rosa Parks.

Actions encourus:

Au niveau national:

→ Coordonner un plan d'action en partenariat avec la ville de Saint Rambert d'Albon qui vise le développement du sentiment d'appartenance à la ville et faciliter l'inclusion socioculturelle de la population d'origine étrangère.

Pour mettre en œuvre un plan d'action favorisant l'interculturalité dans la ville de Saint Rambert d'Albon, AID Patrimoine a organisé un débat : « Saint Rambert, une ville, une histoire » qui a eu lieu le 22 mai 2024 au centre social Rosa Parks, impliquant les enfants, les jeunes, les villageois et les membres du conseil municipal dans la planification des actions et la réalisation de ce débat.

L'objectif est de:

→ Promouvoir le travail collaboratif entre la société civile et la Mairie pour favoriser la cohésion sociale et l'interculturalité dans la ville

→ Renforcement de l'implication des jeunes et des enfants dans la vie sociale

→ Renforcer le sentiment d'appartenance à la ville chez les enfants et les jeunes d'origines étrangères », qui appartiennent au quartier politique de la ville ; atelier créatif « Je dessine ma ville »

Au niveau international:

« Projets de coopération internationale »

Interculturalité (dialogue nord-sud) : Projet de partenariat Franco-tunisien initié par l'organisation d'une visio-conférence "Le Patrimoine, Levier de Rayonnement territorial", qui a eu lieu le 13 avril 2024 à 10h.30 durant laquelle : Mme Maryse SANCHEZ (conseillère de la mairie de Saint Rambert d'Albon a présenté le "Palais Facteur Cheval" Hauterives, présenté la ville de Saint Rambert d'Albon et le palais de Roussillon. Mme Hayet BAYOUDH : EX-Maire de Carthage (2018-2023) a présenté la ville de Carthage et son site touristique et Mme Neila HAMMAMI : Ex-conseillère municipale (ville de La Marsa, Tunisie) a présenté la ville de La Marsa... d'autres échanges sont prévues pour le mois de septembre...



Sustainable Democratic Innovations: a theoretical and empirical review

Roberto Falanga

Institute of Social Sciences, University of Lisbon

Assistant Researcher

robertofalanga0107@gmail.com

Sustainable Democratic Innovations: a theoretical and empirical review

Democracy is under increasing threat from multiple fronts. On one hand, multiple crises threaten social cohesion and governmental capacity to respond to growing and complex societal problems such as runaway socioeconomic inequalities and climate change. This has led to dissatisfaction with representative institutions and increasing distrust between voters and elected officials. On the other hand, the increase of political polarization and the rise of far-right populist movements, in large part fuelled by the aforementioned discontent, threatens the legitimacy and capacity of key democratic institutions such as the electoral process, the media, the separation of powers and the rights of the opposition.

This negative feedback loop has led some to posit that democracy is undergoing a severe stress test that could lead to its demise. In this context, many have argued that Democratic Innovations can be part of the solution since they purportedly seek to bring citizens closer to the policy- and decision-making process thus making institutions more responsive, transparent and accountable. These innovations can be defined as institutions or processes that employ deliberative and/or participatory means to increase and diversify citizen's participation in public affairs with the overarching goal of improving the quality of democracy by tackling specific contextual deficits.

In this communication we present key findings of the first ever documented review of Democratic Innovations with a specific focus on how they interact and complement goals of social and environmental sustainability. In addition to reviewing the scientific literature, we produced an extensive dataset of Democratic Innovations in Europe. This dataset is composed of over 1300 cases from all European countries, spanning the 1970s to the present, gathered from publicly accessible sources.

The results of our analysis underscore the transformative potential of DIs to promote democratic legitimacy and social cohesion. However, their success hinges on inclusive designs, institutional integration, and ongoing evaluation to mitigate barriers to participation and maintain democratic quality.

Through a Scoping Review, we identified relevant insights about three main typologies of Democratic Innovations: deliberative mini-publics; participatory budgeting; collaborative and participatory governance. Such typologies were chosen according to the international scholarly



debate and documented analysis worldwide. The analysis combined the angle of institution and citizen-led participation which was paired by a critical assessment of the emerging role of e-participatory tools and processes in Europe in the last few decades.

From an empirical perspective, our database allows drawing significant insights of Democratic innovations and their spatial distribution in Europe, their scale of governance as well as the more significant policy areas. It provides an original contribution to the literature of citizen participation through practices and events of participatory and deliberative democracy by bringing together data from multiple open-access sources collecting these practices.

We believe that the knowledge produced from our research can offer meaningful insights to policymakers, researchers, and practitioners at the OIDP Conference and beyond. Considering the critical sociopolitical context in which Democratic Innovations are being implemented, our outcomes can provide actionable inputs for participatory and deliberative policy and decision-making.



Refugiados e imigrantes, e o acesso à habitação em Portugal. Políticas, práticas e participação cidadã.

Sílvia Leiria Viegas

*Centro de Investigação em Artes e Comunicação,
Universidade do Algarve (CIAC/UAlg)
Investigadora
sbviegas@ualg.pt*

Em Portugal, os refugiados e os imigrantes forçados, tal como ocorre com outros grupos em situação de vulnerabilidade, encontram muitos problemas habitacionais. A dificuldade de acesso à habitação condigna aumentou significativamente após a Covid-19, e agravou-se desde então de forma geral (Viegas, 2022). A AML apresenta uma expressão muito acentuada, enquanto as cidades médias e de pequena dimensão e as zonas rurais assumem contornos próprios. Assim, a Covid-19 também configurou um ponto de viragem nas narrativas públicas sobre a integração destes migrantes, com a dureza da vida quotidiana a contrastar com as mensagens positivas de bom acolhimento dominantes na esfera nacional (Santinho et al., 2020a, 2020b).

Esta charneira temporal coincidiu com a recente tentativa governamental de implementação de políticas e instrumentos públicos habitacionais, previamente desenhados para o longo prazo. Esta apresentação segue a linha do artigo de Viegas e Santinho (2025) escrito sobre o tema em debate. O seu objetivo é enquadrar de forma resumida: os paradigmas urbanos e habitacionais de exclusão em vários contextos e localidades (turistificação, gentrificação, captação de capital estrangeiro, periferização, exploração rural, etc.); dimensões políticas que afetam a estrutura global de apoio a refugiados e imigrantes forçados; e a importância dos vários atores na busca de abordagens locais e alternativas situadas. Outro objetivo é apresentar a experiência de trabalho ativista e de colaboração no Fórum Refúgio Portugal. Trata-se de uma plataforma informal fundada por antigos refugiados que articula auto-representações e investigadores académicos envolvidos em processos de integração. O Fórum Refúgio tem como missão apoiar e dialogar com pessoas em situação de vulnerabilidade e procura, de forma resiliente e resistente, influenciar algumas perceções dominantes, erradas ou equívocas, sobre estes migrantes a partir das suas vivências pessoais. Visa, desta forma, ajudar a transformar práticas de exclusão frequentes (Viegas, 2023). Sublinha-se aqui que o seu papel é muito importante no atual momento de crescimento de ameaça populista e democrática. Neste contexto, será feita uma sistematização dos problemas entretanto identificados, das narrativas governamentais e das propostas estruturais, ao mesmo tempo sublinhando-se a importância da participação cidadã na construção de uma sociedade diversa e intercultural. A apresentação conclui sublinhando que investir nas cidades médias e de pequena dimensão e nas zonas rurais pode contribuir para aquietar a pressão da AML, ao mesmo tempo criando oportunidades noutros locais, contribuindo para um maior equilíbrio regional. É, pois, importante prestar atenção às



experiências e percepções locais, negativas e positivas, uma vez que revelam tendências e oportunidades.

Santinho, C., Rebelo, D., Cardoso, S. (2020a). Covid-19, The 'Undercover' Portuguese Asylum System, and Its Jerry-Riggings. <https://www.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2020/06/covid-19>

Santinho, C., Rebelo, D., Cardoso, S. (2020b). A covid-19 e o descortinar das práticas do sistema de asilo português. <https://www.publico.pt/2020/05/31/opiniao/noticia/covid19-descortinar-praticas-sistema-asilo-portugues-1918690>

Viegas, S. (2022). Refugiados de África e do Médio Oriente em Portugal: notas sobre o acesso à habitação e direito à cidade, Revista CIDADES, Comunidades e Territórios, 45, 39-54. <https://journals.openedition.org/cidades/6506>

Viegas, S. (2023), Refugiados e espaços de inclusão. Entrevista com Alexander Kpatue Kweh, Revista LAJE, dossier Cidades Africanas, Cidades, Raças e Emergências na África e na Diáspora, 1(3), 98-123. <https://periodicos.ufba.br/index.php/laje/article/view/58329/30804>

Viegas, S. Santinho, C. (2025, submetido), Refugee housing policy in Portugal. Public narratives and everyday practices. In Rauhut, Daniel and Gruber, Marika (Eds.), Refugee Housing in Rural Europe. Edward Elgar Publishing.



Participatory initiatives towards inclusion in Sweden

Ulrika Stöök

Swedish Association of Local Authorities and Regions (SALAR)

Senior advisor

ulrika.stook@skr.se

In this session you will hear about three initiatives to promote inclusion in Sweden. We will present three different ways to address this issue, strategic, local and targeted to a specific group. The examples will come from a larger cities and rural areas from different parts in Sweden.

1) Dialogue in a complex issue, with the example of the city of Stockholm, who have made a process around safety in a deprived area of the city.

2) Participatory budgeting targeting activities with youth in the small city of Fagersta in Sweden. The youth are involved in the whole process, from suggestions to final result.

3) Participatory budgeting concerning rural development in the municipality of Uppsala.



Painel 13: Mecanismos de Participação Cidadã em Moçambique: Desafios e Perspetivas

DIA 18 DE OUTUBRO

"Pensar a nossa Cidade" - Promoção de cidadania participativa em crianças e jovens

Julião Zacarias Gueze*

ANAM

Secretario Geral

juliaogueze@anamm.org.mz

Algumas das formas de participação cidadã nas Autarquias de Moçambique

1. Orçamento Participativo (OP) – que consiste, em reuniões de propositura das necessidades coletivas de cada Autarquia.
2. Audiências Públicas - Encontros por diversos motivos, nomeadamente, planeamento urbano municipal, toponímia, divisão administrativa, elaboração e/ou revisão de Códigos de Posturas, entre outros.
3. Participação nas sessões das Assembleias Municipais - com objetivo de deliberar sobre matérias de interesse publico.
4. Conferências temáticas nas cidades - Cujo objetivo é debater e elaborar propostas de políticas públicas, nas áreas de mobilidade, educação, saúde básica, gênero, segurança pública, meio ambiente e assistência social.
5. Espaços radiofónicos e de empresa – para publicação de balancetes de Receitas Próprias, acompanhar as licitações entre outras informações previstas pela Lei das finanças Autárquicas.
6. Espaços de consulta documental – para efeitos de análise da Conta de Gerência, Balanço de Plano Autárquico Municipal.
7. Observatório Municipal – para efeitos de acompanhamento das metas municipais e monitoria das políticas públicas da cidade.
8. Ferramentas digitais - meio com licenças livres e códigos abertos disponíveis que contêm informações específicas e auxilia no controle social.

ANAMM, A VOZ UNIDA DOS MUNICIPIOS DE MOÇAMBIQUE



Rede Moçambicana de Orçamento Participativo

João Carlos Gomes Ferreira*

Associação Nacional dos Municípios de Moçambique

Presidente

pedro.laice@yahoo.com

A Rede Moçambicana de Orçamento Participativo (REMOP) teve a sua criação efetiva aquando da realização do Seminário Nacional sobre a Governação Municipal Participativa em Maio de 2016, na Cidade da Matola, evento este organizado pela ANAMM e que antecedeu a 16ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP);

Neste Seminário, foi eleito por unanimidade (53 Municípios) o Município de Maputo para a primeira presidência rotativa da REMOP para o biênio 2016/2018.

Entre os seus objetivos constam:

A promoção de encontros dos Municípios Moçambicanos que possuem visão e iniciativas de Democracia Participativa.

O reforço da gestão pública transparente com participação ativa do munícipe nos processos de Governação Municipal.

Reunir e divulgar princípios, iniciativas, reflexões e experiências de OP em Moçambique.

Que mecanismos a ANAMM através da REMOP pode e tem promovido para o aprofundamento da participação cidadã? Um dos esforços da ANAMM é a promoção da participação digital, na era da transformação digital e a digitalização dos serviços municipais.



Rede Moçambicana de Orçamento Participativo

Jovial Setina da Cruz*

Município da Vila de Homoíne
Presidente do Conselho Municipal
pedro.laice@yahoo.com

O Município da Vila de Homoíne tem pouco de um ano da sua implantação, faz parte dos 12 municípios criados em Agosto de 2023 e com apenas 10 meses de funcionamento.

Perante os desafios impostos pela sua recém criada estrutura de governação, como é que o município se integra na rede e de que forma garante a participação cidadã no processo de governação?

Que mecanismos o município adotou para a inclusão e participação cidadã na governação local.



Práticas de Democracia Participativa no Município de Maputo

Ana Luísa Massingue*

*Conselho Municipal de Maputo
Diretora Municipal de Descentralização e Boa Governação
ana.luisa2473@gmail.com*

A Democracia Participativa, pressupõe, envolvimento do munícipe na governação local, de modo a garantir, transparência na governação, sem deixar ninguém para trás. Daí a Necessidade de criação de várias plataformas de participação das comunidades na governação.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: www.youtube.com/video/znrBaOIlCm8

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link: www.youtube.com/video/6GRo3GboT98*



Painel 14: The challenges of participatory democracy to AI - The need for a strategy

DIA 18 DE OUTUBRO

(Moderator) Giovanni Allegratti

*CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
Principal Researcher*

giovanni.allegretti@ces.uc.pt

The main speaker will be the representative of the organization/city that will win the new ODP award "DURABLE PARTICIPATORY PRACTICES 4 ECOLOGICAL TRANSITION", while the per-to-peer interviewers: Sophie Guillain (Facilitator, RES PUBLICA, France); Marco Meloni (researcher, Southemoton); the politician and the civil servant will be chosen lately, among representatives of local governments that confirm their presence in Valongo Title: Overcoming challenges of ecological transition: a peer-to-peer learning opportunity from a long-lasting sound practice.



The rise of AI urbanism in post-smart and autonomous cities

Miguel Valdez

The Open University

Senior Lecturer

miguel.valdez@open.ac.uk

There is considerable speculation about what the impact of the highly advanced forms of urban Artificial Intelligence (AI) expected in the near future. We note that robotics and other autonomous systems are already being deployed in the public realm of towns and cities, and even the relatively limited forms of machine learning available today have considerable impact and pose challenges for governance and inclusion in increasingly technified urban environments.

In this contribution we will discuss the introduction of a small fleet of delivery robots to Milton Keynes, an English city located some 100 kilometers north of London. We will attend to the role of robots as part of the response to the Covid pandemic in 2020 to contrast the nature of the forms of support that could be provided by robots, by government and by civil society. We will then study the significant expansion of the robot fleet in recent years and what the case of Milton Keynes may reveal about the design and governance of a city of multiple intelligences.

The case suggests that the introduction of robots has potential to make significant improvements to the sustainability, resiliency and inclusion of cities but also raises important questions as non-human agencies and intelligences reshape the city:

How do they effect who gets what? By what mechanisms of power? How can we plan for and govern these technologies to avoid unintended outcomes in which AIs exceed our governance capacities?

As we research the questions above, we note that AI introduces non-human intelligences and agencies to the city, which are challenging to govern because they are opaque and not fully designed or controlled by humans. However those intelligences and agencies can be expected to act in ways shaped by the foundations of their computational logics, which are partially shaped by the factory and partially by the smart city.

Robots were first deployed in structured environments such as factories and warehouses. As developments in urban artificial intelligences (AIs) and robotic systems transform thinking about the future infrastructure, design and planning of cities, there is a risk that cities will be reshaped into factories to accommodate robotic ways of relating to the world.



Robots can also be deployed on the basis of capitalistic logics of smart city projects and rely on advanced digital infrastructures. Consequently, there is a risk that they will reinforce spatial or economic exclusion, e.g. they are not accessible in areas without suitable infrastructure, or the delivery fee may not be affordable to those who need them.

We conclude on a more hopeful note as we acknowledge that the potentially negative outcomes of urban AI are not inherent to the technology but arise from design and governance choices regarding the system and its relation to cities. We call for an anticipatory and reflexive approach to deployments of AI in cities with attention to their impacts and outcomes in context.



Propuestas para la alianza entre las instituciones democráticas y los habitantes resistentes de las ciudades rebeldes a la invasión de la IA

Cesare Ottolini

*International Alliance of Inhabitants
coordinador global*

glob.coord.iai@habitants.org

Es grave y preocupante el rápido paso de las "ciudades inteligentes" a las "ciudades autónomas", más bien, "ciudades secesionistas", porque están fuera de la jurisdicción nacional y son ajenas a los Estados parte que han ratificado los tratados internacionales de derechos humanos. Neom City, Arabia Saudí, 500.000 millones de dólares de inversión, es sólo un ejemplo de cómo el objetivo del gobierno de estas ciudades es su rentabilidad, ya no sólo un presupuesto equilibrado, lo que en última instancia resta poder a los ayuntamientos y a otras instituciones democráticas, ya de por sí debilitadas. Al estar propiciando este verdadero ataque de fondo contra la democracia, que dejaría sin efecto real cualquier discurso sobre democracia participativa, sobre políticas sociales redistributivas, menos aún sobre presupuestos participativos o sobre el derecho a la ciudad.

De hecho, la creciente omnipresencia de la IA parece dirigirse en la dirección insostenible de un futuro "totalmente urbanizado" del mundo: una irresponsabilidad ética de la IA impulsada por quienes poseen sus mecanismos y la gobiernan con el objetivo de maximizar los beneficios mediante políticas extractivistas de rentas basadas en el "capitalismo cognitivo" que encienden un desarrollo urbano ilimitado, con el riesgo de contribuir aún más al fracaso del Objetivo de Desarrollo Sostenible nº 11: Lograr que las ciudades y los asentamientos humanos sean inclusivos, seguros, resilientes y sostenibles.

¿Las instituciones democráticas, las universidades, las organizaciones sociales, tienen conciencia y están preparadas para este inquietante desafío a la democracia participativa?

¿Cómo conectar y dar impacto a los análisis y propuestas que están desarrollando redes internacionales de autoridades locales junto con universidades, como el MILA, redes sociales como la Alianza Internacional de Habitantes, y la misma ONU-Hábitat?

El objetivo de la mesa redonda es iniciar la construcción de una plataforma compartida de instituciones democráticas, organizaciones sociales y académicas para el intercambio, conocimiento, análisis, formación e instrumentación en redes locales/internacionales capaces de comprender y enfrentar los desafíos de la IA defendiendo la democracia participativa, los derechos humanos y ambientales.



Painel 15: Tecnologias e Desigualdades na Participação Cívica

DIA 18 DE OUTUBRO

Technologies and inequalities in civic participation

João Baracho

CDI Portugal

Diretor-Executivo

joao.baracho@cdi.org.pt

Ana Alves

Women in Tech

Sónia Files

Portugal Inovação Social

Emerência Teixeira

Professora

O Centro de Cidadania Digital de Valongo (CCDV) é o resultado de um novo conceito de SmartCities onde os próprios cidadãos, de forma colaborativa, apropriam-se das ferramentas digitais e propõem soluções para a sua comunidade, tornando a cidade mais inteligente, mais humana e mais participativa.

Tem como missão o combate da exclusão digital e a promoção da participação cívica e de cidadania. Num mundo em mudança acelerada, como aquele em que vivemos, a exclusão digital perpetua e fomenta a alienação dos indivíduos podendo tornar-se no novo analfabetismo do séc. XXI.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link:
<https://www.youtube.com/watch?v=qxAyzM3p8Ws&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=19>



** The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:*
<https://www.youtube.com/watch?v=qxAyzM3p8Ws&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=19>



Painel 16: Sistemas de Participação

DIA 18 DE OUTUBRO

Sistema de Participação de Cascais

Isabel Xavier

*Câmara Municipal de Cascais
Diretora de Departamento e Vereador de cidadania
isabel.xavier@cm-cascais.pt*

José de Almeida

*Câmara Municipal de Cascais
Vereador de cidadania
isabel.xavier@cm-cascais.pt*

Cascais Participation System (CPS) is a comprehensive framework established by the Municipality to promote civic engagement and participatory governance, including several initiatives aimed at involving citizens in decision-making processes, fostering and sustaining meaningful civic engagement in politics, including that of young people, women or minorities.

The diversification of community involvement initiatives has prompted the Municipality to restructure its organisation, establishing a specialized team dedicated to designing and implementing participatory processes. These processes are coordinated with other municipal services.

With a decade of experience in leading these initiatives and aware of the challenges it faces, including:

- Transitioning from participatory practices to participation as public policy,
- Fostering a culture of participation across all services.

Cascais has decided to implement the system, aiming to replace the experimental approach and the multiplication of civic engagement practices with an integrated strategy. It promotes a systemic vision and ongoing efforts to democratize public policies, offering both services and citizens a framework of unity, coherence, and strategic thinking for deepening local democracy.

The CPS seeks to provide an organized view of the various forms of civic participation, placing citizens at the center and allowing them to decide how they wish to exercise their citizenship.



Participa mais em Rede: O Sistema de Participação da Rede Social de Cascais

Teresa Vicente

Município de Cascais
Técnica Superior de Sociologia
teresa.vicente@cm-cascais.pt

"Participa mais em Rede" is the title of the presentation aimed at showcasing the ongoing process of the Participation System of the Cascais Social Network. This system, based on inter-institutional collaboration, aims to raise awareness of participatory processes, expand opportunities and spaces for participation, and strengthen the connections between initiatives promoted by the Social Network Partnership Networks through the projects and actions they implement. This approach views both individuals and organizations as co-promoters of integrated social development, acting as partners in the local governance structure represented by the Social Network.



Lessons and experiences from Reykjavík

Guðný Bára Jónsdóttir*

City of Reykjavík

Project manager

Sigurlaug Anna Jóhannsdóttir*

City of Reykjavík

Democracy advisor

saj@reykjavik.is

Lessons and experiences from Reykjavík.

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link:

<https://www.youtube.com/watch?v=qxAyzM3p8Ws&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=19>

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link:*

<https://www.youtube.com/watch?v=qxAyzM3p8Ws&list=PL2R5wqcd3ITQiGOoBdBBXwiigxKOaPgZL&index=19>



Painel 17: On their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes

DIA 19 DE OUTUBRO

Insurgent budgeting: Towards an ecology of citizenship

(Moderator) Celina Su

City University of New York

Professor

celinasu@gmail.com

Drawing upon a decade of fieldwork on the City Council participatory budgeting process in New York City, Su examines how youth worked to (1) Lower the age of eligible participation from 18 to 11, (2) contest prevailing logics of neoliberal austerity/ scarcity by refusing to compete against other groups for certain PB projects, and (3) take logics from “invented” spaces and sneak them into “invited” spaces like PB through specific, “under the radar” projects like all-gender bathrooms, menstrual justice campaigns, and youth-focused housing policy labs.



On their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes

Andrés Falck

Coglobal

Executive Director

andresfalck@coglobal.es

Can we carry out participatory democracy processes with children? Our experience in schools with kids ages 10-12 shows that they commit in public decision making and prove to be fair and responsible in their choices. Furthermore, our research shows that participants increase their institutional trust, psychological empowerment and acquire democratic skills and culture. Randomized selection, deliberation, intersectionality and playful dynamics are features that may increase the transformations we experience when participating with children.



On Their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes

Ben Palmquist

*Partners for Dignity & Rights
Program Director*

ben@dignityandrights.org

Hello. My name is Ben. I'm here from the United States, where I work with an organization called Partners for Dignity & Rights and focus on the connections between participatory governance and social movement organizing. We are particularly focused on how poor people, people of colour, young people and other stakeholders who are marginalized by traditional governance can gain formal and informal power in policy decisions, policy implementation and administrative governance.

Rather than talking about a single example of a youth participatory democracy effort, I thought I'd start us off with a broader perspective. I want to share three principles that help guide our work, and briefly discuss five arenas that we're seeing youth involved in participatory democracy in the United States.

First, here are the three principles or goals that guide our work, and how I think these apply to youth participatory democracy:

Universal human wellbeing and rights: The purpose of governance should be to make sure that everyone's fundamental needs are met, and that everyone is given meaningful participation in governing the systems that shape our lives. This means youth should be involved in every arena in which they have a direct stake: education, healthcare, housing, transportation and mobility, climate change, etc.

Equity: Existing governance processes and governance outcomes have structured the world in unfair, inequitable ways that typically break down along gender, race, class, age and other lines. Participatory governance should be designed with equitable processes that center the participation and leadership of communities facing the injustices and, importantly, should produce equitable outcomes that help improve outcomes for young people and their families in the real world.

Distributed power: Participatory governance must give participants real, meaningful power: which is to say, enough power to actually change what policy choices are made and how these policies are implemented. This means young people's role cannot be symbolic: youth must be given enough power to change policy and governance.

Overall, I want to emphasize that a big part of what these models emphasize is not just process—it's not enough to have a great participatory governance process, no matter how well-



designed and executed it is. That's important, but we also need to make sure we're changing real-world outcomes as a result of youth participation and participatory governance: fulfilling people's human rights, advancing equity and distributing governing power.

These principles guide all of our work. I now want to share five participatory governance models in which we're seeing significant youth participation across the U.S.: participatory budgeting in schools, restorative justice programs, Community Schools, advisory committees and participatory research.

Participatory budgeting:

Cities: Participatory budgeting for U.S. cities typically involves youth by lowering the age of participation beneath the legal voting age of 18. The city of Boston recently took things a step farther by creating a citywide participatory budgeting process for youth between the ages of 12 and 22. The city set aside \$1 million for projects chosen by the youth, and tasked participants with identifying community needs, proposing solutions, and voting on projects to fund." More than 3,000 youth voted. They decided to fund bus shelters, street and sidewalk improvements, sports facilities, free Wi-Fi, free menstrual products, and heating, cooling and water fountains in schools.

In schools: In the state of Arizona over 75,000 students in about a dozen school districts have participated in participatory budgeting processes within their schools. The students developed ideas for 65 investments that have gotten \$455,000 in investment from their school districts in recent years, and over 800 students have gotten more deeply involved as leaders on steering committees to help shape the process.

Restorative justice in schools

We anchor a nationwide coalition called the Dignity in Schools Campaign in which youth, parent and teacher organizations are pushing school districts to stop punishing students for behaviour problems, and instead introducing restorative justice models in which students, parents, teachers and principals work together to address bad behaviours together and to build a safe, supportive school community for everyone. When there's a behavioural incident at school, a "circle" of students, parents, teachers and principals sit down together, work through what happened, repair harms done to anyone and address the root cause of the problem. This effort has an important equity focus, since U.S. school districts are extremely segregated by race and class, and harsh punishment of students like expelling them from school is mostly carried out against Black, Native and Latino students.

Community Schools

A number of U.S. school districts have begun implementing "community schools" in which a steering committee made up of administrators, teachers, students and families work together to manage the school. Often they focus on figuring out social services to support students and their



families. Over the last five years, a number of school districts in California including Los Angeles and San Diego have been implementing community schools with promising results.

Advisory/steering committees

A number of local and state governments convene advisory committees to advise legislators or public agencies on different matters that young people have a direct stake in. Sometimes these committees are mostly made up of adults but include one or two seats for youth. For example, the city of San Francisco convened an 11-member board called the Children, Youth and Their Families' Oversight and Advisory Committee that reserves two seats for people under 18 and 1 seat for someone 10 to 25. In other cases, government convenes an all-youth advisory council or board. The U.S. Environmental Protection Agency, for example, National Environmental Youth Advisory Council, and the U.S. Centers for Disease Protection have youth advisory councils.

Participatory research

Governments sometimes involve young people in doing participatory research either to guide policy or monitor its effectiveness. For example, Department of Children and Youth in the city of Richmond, California, involves young people in conducting community needs assessments to help guide the city's governance.

Overall, I would say that the primary goal is usually to help educate and train young people to be active participants in a democratic society, and I think most of these efforts have done a good job of that. A second goal that I don't think has gotten enough attention is to give young people real legal and political power to shape policy decisions and policy outcomes that affect their lives. That can be challenging, of course. One of the necessary requirements for implementing any participatory democracy process successfully is to make sure that all the key stakeholders are bought in: youth, elected officials, government staff, teachers, parents, etc. That can be a big challenge, so one thing I'm excited to hear from the rest of our presenters is how they were able to build support behind their efforts.

Thank you.



Youth Participation

Isabel Luciano

*Participatory Budgeting Project
Director of Training & Curriculum Design
isabel.marluciano@gmail.com*

Isabel will add to the rest of the panellist's perspectives on how we can design ways for youth to meaningfully lead in their democracy and avoid the tokenism that can take place with many traditional methods of community engagement.

Drawing on her experiences resourcing youth in New York City & Seattle to design & lead their own community engagement innovations through dedicated youth programs that support their city's participatory budgeting process, Isabel will share the ways in which these types of programs can formalize youth leadership in their communities, and lead to meaningful and impactful participation. Isabel will explore the ways in which paid youth programs that give young people a specific role in their public participation process can help to amplify their views and provide a concrete avenue to implement their ideas, leading to more equitable participation.



On their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes

Katy Rubin

*Legislative Theatre
Creative Civic Strategist
katy@katyrubin.com*

I will address a recent participatory policy-change project led by young people, using Legislative Theatre, digital democracy, and participatory research to improve youth mental health services in the north of England. I will speak on the design of a Legislative Theatre process, the specific policy outcomes of that project, the legacy, and challenges and learnings, specifically addressing the power imbalance between young people and policymakers in multi-stakeholder processes. I will also address opportunities for capacity building among young people in participatory democracy processes, to ensure that such processes are youth-led.



On Their Own Terms: Centering Youth in Participatory Democratic Processes

Zoë Wilkins

People Powered

Climate Democracy Associate

zoe@peoplepowered.org

We ask how participatory democratic processes can go beyond mere inclusion of historically marginalized constituents, especially youth. Longitudinal studies show that democratic participation can help youth to develop more democratic attitudes, interest in community life, and problem-solving/ deliberation skills, with consequences for engagement later in life. Still, youth sometimes express feeling tokenized, articulating that they can be used as “poster children” to forward adult-set agendas more than their own. They express that while they are finally given formal opportunities to voice their concerns and make political claims, they are not truly listened to. How can youth navigate and help to shape participatory democratic processes, such as people’s assemblies, participatory budgeting, youth councils, legislative theatre, and urban planning processes? What strategies meaningfully center youth and historically marginalized stakeholders in participatory processes?



Painel 18: Fostering Democratic Participation and Resilience for Migrants and Community Integration

DIA 19 DE OUTUBRO

Fostering Democratic Participation and Resilience for Migrants and Community Integration - Advocacy and Combating Misinformation in Post-EU Election Europe

Mohammed Mustafa

*ALDA - the European Association for Local Democracy
Project Manager - Migration hub coordinator
mohammed@aldaintranet.org*

Giulia Sostero

ALDA - the European Association for Local Democracy

Overview:

Migration and mobility have long played pivotal roles in shaping societies, bringing both enrichment and challenges that require nuanced understanding and strategic responses. As part of ALDA's commitment to advocating for migrants' rights and promoting community integration, this panel session will explore the critical theme of democratic resilience through the participation of migrants and the creation of inclusive communities in Europe, especially in the wake of the EU Elections. The discussion will also delve into the impact of misinformation on migration narratives and how coordinated advocacy efforts can counteract these challenges.

Session Description:

In light of ALDA's 2024-2028 strategy focusing on migration through Coordinated Action for Migrants' Rights and Community Integration Advocacy. The session will feature three expert speakers and a moderator who will discuss the current landscape of migrant participation in European democratic processes and strategies for fostering inclusive communities. They will reflect on the implications of the recent EU Elections, sharing insights on how the outcomes influence migrant inclusion and community integration.

Objectives:

Examine Migrants' Participation in Democratic Processes:



Explore the engagement of migrants in democratic systems and the importance of their active involvement in local and EU-level governance.

Discuss the barriers to migrant participation and potential solutions to enhance their engagement in the democratic process.

Promote Inclusive Communities in Europe:

Highlight successful examples of community integration initiatives from various EU regions and local actors.

Share best practices and lessons learned from projects and initiatives which aim to involve migrants in democratic processes and support their integration.

Address Advocacy in the Era of Misinformation:

Analyse the impact of misinformation on public perceptions of migration and the challenges it poses to migrants' rights.

Discuss coordinated advocacy strategies to combat misinformation and promote accurate narratives about migration.



Insights on the current state of migrant participation in democratic processes post-EU Elections.

Maddalena Alberti

ALDA / ADL Zavidovici

Director

maddalena.alberti@adl-zavidovici.eu

In a vibrant democracy everyone can take part in political and social life. People with diverse origins and cultural backgrounds are an inseparable part of European society. But these New Europeans face many barriers that hinder their ability to have a say in decisions that affect them daily. Based on analysis of interviews and workshops conducted with European citizens with migrant background in this panel will be illustrated key obstacles to the civic and political participation of new Europeans aiming to promote the meaningful, comprehensive participation of migrant stakeholders in policy making.

The political, civic and societal participation of New Europeans is rapidly emerging as key challenge for the EU and the functioning of European democracy in diversifying societies: European democracies are undermined by excluding significant parts of their population from civic and political participation.

High barriers to obtaining citizenship of the country of immigration often mean that residents remain without active or passive voting rights, and therefore without democratic representation, for decades. Further, for various reasons, when immigrants naturalise they tend to participate less in elections and regular political decision-making through engagement in parties and the winning of democratic mandates.

While inclusive citizenship policies and measures to facilitate and encourage electoral participation remain crucial to close the participation gap, deliberative forms of political participation offer alternative ways for migrants to influence political decision-making and represent their interests as residents.

Early possibilities for civic and political participation, based on an emerging sense of belonging to the new country, arguably reinforce the integration process and long-term inclusion. Even more, developing truly effective integration policies require the active involvement of the beneficiaries of these policies. It does not come as a surprise, then, that migrant leaders and representatives of migrant-led initiatives mostly refer to forms of deliberative participation when asked what constitutes 'meaningful participation',

But deliberative, participatory democracy is far from being a substitute form of political participation for immigrant populations lacking full citizenship rights. On the contrary, open government, democratic governance and direct citizen involvement are crucial for reviving democracies that suffer from decreasing electoral participation and falling levels of trust in



democratic institutions and political parties. Meaningful stakeholder and citizen engagement in policymaking holds the promise to make public governance in general more legitimate, accountable and transparent.

New Europeans – people of diverse migrant backgrounds residing in Europe – therefore have much to offer decision and policy making processes, not only those that relate directly to migrants but others as well. These individuals can provide input based on first-hand experiences and their own expertise, gather feedback directly from and develop links with those within their communities, and identify gaps and priorities that policy makers should be aware of.

At present, however, many New European communities remain underrepresented in decision-making processes. In order to make the most of what New Europeans have to offer, their participation needs to be properly promoted: appropriate space should be made for their input, consolidation of their skills and knowledge must be supported where needed, and efforts must be made to celebrate their integration and overcome harmful narratives and structural inequalities, ensuring that newcomers are received as equals.

Despite the development of numerous initiatives that aim to facilitate and promote the involvement of migrant stakeholders in policymaking at local, regional, national and European levels many of these individuals continue to face barriers that hinder their ability to have a say in decisions that affect them on a daily basis. These barriers range from very practical obstacles, including inaccessible funding and a lack of information, to issues of trust and transparency at decision making levels, all contributing to the participation gap.



Fostering Democratic Participation and Resilience for Migrants and Community Integration - Advocacy and Combating Misinformation in Post-EU Election Europe

Monica Corrigan

Aequalitas

President

monica.corrigan@aequalitas.pt

Migration and mobility have long played pivotal roles in shaping societies, bringing both enrichment and challenges that require nuanced understanding and strategic responses. As part of ALDA's commitment to advocating for migrants' rights and promoting community integration, this panel session will explore the critical theme of democratic resilience through the participation of migrants and the creation of inclusive communities in Europe, especially in the wake of the EU Elections. The discussion will also delve into the impact of misinformation on migration narratives and how coordinated advocacy efforts can counteract these challenges.

Session Description:

In light of ALDA's 2024-2028 strategy focusing on migration through Coordinated Action for Migrants' Rights and Community Integration Advocacy. The session will feature three expert speakers and a moderator who will discuss the current landscape of migrant participation in European democratic processes and strategies for fostering inclusive communities. They will reflect on the implications of the recent EU Elections, sharing insights on how the outcomes influence migrant inclusion and community integration.

Objectives:

1. Examine Migrants' Participation in Democratic Processes:

- Explore the engagement of migrants in democratic systems and the importance of their active involvement in local and EU-level governance.
- Discuss the barriers to migrant participation and potential solutions to enhance their engagement in the democratic process.

2. Promote Inclusive Communities in Europe:

- Highlight successful examples of community integration initiatives from various EU regions and local actors.
- Share best practices and lessons learned from projects and initiatives which aim to involve migrants in democratic processes and support their integration.



3. Address Advocacy in the Era of Misinformation:

- Analyse the impact of misinformation on public perceptions of migration and the challenges it poses to migrants' rights.
- Discuss coordinated advocacy strategies to combat misinformation and promote accurate narratives about migration.



**Fostering Democratic Participation and Resilience for Migrants and Community
Integration: Advocacy and Combating Misinformation in Post-EU Election Europe.**

Isber Sabrina*

Heritage for Peace

President

esper.1985@yahoo.com

Use of cultural heritage for intercultural dialogue with refugees and immigrants.* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: www.youtube.com/video/nHm4DqgRlx0

** The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link: www.youtube.com/video/0cBcBKx6eho*



Painel 19: Práticas de Governo Aberto Subnacionais

DIA 19 DE OUTUBRO

Um panorama global de ações de Educação Política/Cidadã na OGP local

Gisele Craveiro

COLAB-USP (Universidade de São Paulo)
Investigadora Principal
giselesc@usp.br

Patrícia Marques

COLAB-USP (Universidade de São Paulo)
Coordenadoria de Governo Aberto

Diego Ramalho

Estado de Goiás
Gestor Público

Felipe Costa

Município de Osasco
Diretor do Departamento de Governo Aberto
e Fortalecimento da Cidadania

No Brasil, assim como em vários países, os efeitos da polarização nacional são sentidos não somente nas Mídias sociais ou na esfera pública, mas no nível local onde as políticas se efetivam no dia a dia da cidadania. Nesse mesmo contexto, algumas iniciativas inovadoras de governo aberto buscam construir confiança, colaboração e melhores usos dos recursos e serviços públicos. Neste painel será feita uma discussão sobre a importância de iniciativas de educação política para cidadania e processos colaborativos no contexto local como resposta à integração do tecido social a partir da participação, transparência e accountability.

Em um primeiro momento será dado o panorama atual de ações de educação política a partir da análise de todos os planos de ação de governos subnacionais na Open Government Partnership como também serão apresentados e discutidos os aprendizados de iniciativas



brasileiras que alcançaram adesão popular em grande escala, perenização ao longo de vários governos ou ambas as qualidades.

Na sequência, a Prefeitura da cidade de São Paulo apresenta três iniciativas de formação em diversos contextos, desde escolas até repartições públicas: (i) Programa Agentes de Governo Aberto, que realiza oficinas híbridas sobre temas de governo aberto, conduzidas por formadores locais com conhecimento comprovado, gratuitas e certificadas para todos os participantes; (ii) o curso Governo Aberto na Prática, direcionado principalmente a servidores públicos e conselheiros participativos, que explora o uso do Design Thinking para desenvolver políticas públicas centradas no usuário e (iii) Juventude em Governo com uma abordagem gamificada com o jogo ""E se eu fosse prefeito(a)?"", que simula a administração de uma cidade utilizando princípios de governo aberto.

Abordagens gamificadas e outros recursos também serão apresentados pela Controladoria Geral do Estado de Goiás, onde foi criado o ecossistema de participação cidadã, alicerçado em iniciativas como o programa Estudantes de Atitude e o Programa Embaixadores da Cidadania. Essas ações são fundamentais para engajar jovens e cidadãos em processos de educação política e participação ativa, promovendo um ambiente de colaboração e responsabilidade pública. Por meio desses programas, o objetivo é fortalecer a cultura democrática local, ampliando o envolvimento da sociedade civil na construção de políticas públicas e na fiscalização da gestão governamental, garantindo assim uma maior transparência e accountability desde a base.

E também teremos o caso da participação social no orçamento apresentada pela Prefeitura de Osasco que propõe uma estratégia de engajamento e fortalecimento da cidadania e do regime democrático, centrada na participação ativa da comunidade no planejamento estratégico e orçamentário do município. A partir do ciclo orçamentário, que inclui o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), busca capacitar os cidadãos para que contribuam de forma eficaz na tomada de decisões. Para isso, foram desenvolvidos novos formatos de dinâmica participativa, cartilhas e materiais educativos em linguagem simples e acessível, facilitando o entendimento das complexidades do orçamento público e do planejamento de planos estratégicos. Complementando essas ações, foi implementada a oficina ""Contando as Contas"", uma iniciativa de educação cidadã voltada para a compreensão e o acompanhamento do orçamento público, incentivando a empatia entre as pessoas, sensibilidade social e uma participação popular mais proativa.

O objetivo deste painel é proporcionar uma visão abrangente e crítica sobre como a abertura governamental pode contribuir para a melhoria da governança e para o fortalecimento da democracia desde o nível local também em diálogo com a plateia e aportes práticos brasileiros ou conceituais vindos de outras regiões.





Painel 20: Envolver os Jovens na Políticas Públicas

DIA 19 DE OUTUBRO

How to ensure (young) citizens' participation in policy in a sustainable and structural manner?

Roel Camps

*City of Antwerp - Youth Department
Expert Participatio, Voice-in and Advisory bodies
roel.camps@antwerpen.be*

The presentation provides insight into the development of the current approach to implementing the policy for consultation and participation of children and young people in the city of Antwerp.

It discusses themes such as the broad youth policy, participation as a means, the Take Over Nightlife experiments, the digital participation tool 'OOR', and the structure of advisory councils.

The presentation focuses on the concept 'Wisdom of the crowds' and how this is applied in youth participation in Antwerp. It emphasizes the importance of involving young people in policy and decision-making, and the development of the participation platform OOR 3.0. This platform enables all citizens to participate autonomously in the city's policy.

It describes the implementation of the phenomenon 'Wisdom of the Crowds' in 2012 and the first general policy line for youth participation in 2013.

The phenomenon of Wisdom of the Crowds stimulated to make digital consultation successful through the creation of 10 guidelines for (digital) participation. In 2017, decentralization was introduced, meaning that the city was no longer allowed to define a city-wide vision for the nine districts. In 2021, the city-wide policy was cancelled, but in 2022, a new and improved city policy for youth participation was introduced.

The core of the presentation focuses on the 'Take Over' events, which promote bottom-up participation by bringing young people into conversation with policymakers on topics such as nightlife. It also describes the role of 'OOR' as a digital participation tool used in top-down participation projects. The presentation emphasizes the importance of diversity in advisory boards and describes how lottery is used to reach a diverse group of young people.



Finally, the presentation discusses the general youth policy of the city of Antwerp, which focuses on five themes: space, future, social inclusion, safety and leisure. The policy aims to support children and young people in all aspects of their lives and development, and encourages cooperation between different domains of life in the interest of children and young people.

The three pillars of the participation policy for youth in the city of Antwerp are:

1. Bottom-up participation: This means that citizens or members of advisory boards can inform and inspire the policy about what is going on in the city. It can also mean that a target group asks to organize participation.

2. Top-down participation: This means that the city itself organizes participation for all citizens about the policy and its implementation. For example, in the redevelopment of a square, street or development of a service or leisure offer.

3. Advisory bodies for youth: The existing advisory boards for students, youth work and after-school care and activities have been integrated into an overarching youth council, for which a new advisory board for young people was also established. The functioning of this youth council must be monitored and possibly adjusted, taking into account the input of the first generation of young people who shape the advisory council.

These pillars are designed to give a voice to the large proportion of the population that does not have the right to vote, and to ensure that all policy areas and levels of government take into account the lives of children and young people. The participation policy has recently been renewed to support and strengthen these goals.

Pillar 1 – Bottom-up participation

Children, teenagers and young people can enter into direct dialogue with policymakers and thus allow them to include the world of children and young people in their vision and policy development. In this way, children and young people can inspire and advise the city council on their world of life from the bottom up. The subjects and themes come from the children and young people themselves.

Various methods can be used for this. Take over (a method in which young people are given the opportunity to freely give ideas and opinions to the city council on a specific theme) and youth reporters are two examples, but new working methods can always be developed.

Take over

“Take Over” refers to a methodology developed by the city of Antwerp to give young people the opportunity to directly engage in dialogue with policymakers. The goal is for young people to inspire policymakers and provide insight into their world and what is happening in their environment. This process is bottom-up and uses a tailor-made methodology for each participation. It is structured so that young people grow during the process and are prepared for



a meeting with policymakers and politicians. Young people learn to distinguish between facts and opinions, which also contributes to goals related to civic awareness and media literacy.

There are also specific initiatives such as ""Take over G.I.R.L."" that focus on making public sports spaces more inclusive for girls. This project involves various city services and external partners to allow young people to engage in dialogue with aldermen and share their insights with policymakers.

In addition, there are interactive participation moments such as ""Students Take Over"" where Antwerp students can think along about the city's student policy by delving into various components of the Antwerp Student Survey. These initiatives demonstrate the city of Antwerp's commitment to actively involving young people in shaping policy and improving their living environment.

Pillar 2 - Top-down participation

With top-down participation, the city determines which topic or project it wants to question young people about: a project, redevelopment of a square, arrival of a youth center, etc. This can also be done using various methods (surveys, focus discussions, research, etc.). OOR, a digital tool for surveys in participation projects, can be used for a number of these methods.

Pillar 3 - Advisory bodies

The city of Antwerp has four advisory bodies for youth.

In order to realize the content of the youth council as imposed by the decree on local youth policy, the Antwerp youth council is composed of four advisory bodies:

- Advisory council for Antwerp youth: the advisory body of individual, committed Antwerp youth
- Advisory council for Antwerp students: the advisory body of students in higher education in Antwerp
- Advisory council for Antwerp youth sector: the advisory body of voluntary and professional youth work and youth work initiatives in Antwerp
- Advisory council for child in action: this is the content of the mandatory 'Local partnership for after-school care and activities'

These four advisory bodies work in addition to the existing consultation and participation opportunities that the city of Antwerp organizes for children and young people.

Advisory body assignment

The four advisory bodies have the assignment to deliver qualitative advice. This assignment is twofold:



- provide spontaneous advice (bottom-up) on their own initiative (about the living environment of children and young people in the city);
- provide advice at the request of the city (top-down).

The four youth advisory bodies are established to ensure the involvement and participation of children, young people, students, delegates and representatives of local youth work initiatives in policy preparation, in the development of municipal services and in the evaluation of policy.

The youth advisory board is composed by drawing lots, in order to guarantee the diversity of Antwerp's youth.

General Youth policy

The youth service of the city of Antwerp puts children and young people in all their facets on the agenda of residents, organizations, boards and administrations in the city and the districts. We have an eye for all aspects of the life and development of children and young people. To increase their development opportunities, we connect different life domains. We also encourage others to work together from this perspective, in the interest of children and young people.

In everything we do, we pay attention to the participation of children and young people. This ranges from tailor-made communication, co-creation to (co-)ownership, advice by youth, top-down and bottom-up participation. Children and young people can express their opinion on urban policy in an open, accessible, transparent and permanent way. Where possible, they initiate it themselves.

Based on a broad youth policy, the city puts itself on the map as a hub of knowledge and expertise regarding children and young people, from operational to strategic level.

We are putting ourselves on the map as a hub within the city, the nine districts and at Antwerp organizations. We also play this role in a targeted manner in Flanders and internationally. We develop and share knowledge and expertise; connect actors; make the voice of children and young people count; give (and take) them a platform; respond to new trends and societal challenges; formulate policy advice.

We are a service center for the districts in the city. We support them in the realization of a local youth and youth work policy.

Within a broad youth policy, we focus on five themes that match the most important needs of, for and by children and young people in the city:

- Space – towards a city with sufficient quality indoor and outdoor space where children and young people can play, be themselves and meet;
- Future – towards a city where children and young people get to work with their competencies and talents;



- Social inclusion – towards a city where all children and young people can grow and feel part of their neighborhood and the city;
- Safe – towards a city where children and young people feel physically, socially and mentally safe, both at home and abroad;
- Leisure – to a city where every child and young person will find a leisure offer tailored to his or her needs.



Ciclo de Auscultação "Nova Voz às Juventudes"

Paula Cardoso

Divisão da Juventude, Câmara Municipal de Gaia

Técnica de juventude

paulacardoso@cm-gaia.pt

O projeto NOVA VOZ À(S) JUVENTUDE(S) promoveu o diálogo jovem entre vários interlocutores: jovens, decisores políticos e peritos em políticas de juventude, para potenciar a participação jovem, a cidadania europeia, a aprendizagem não-formal, o trabalho de juventude de qualidade e a construção de parcerias. Consideramos que foram desenvolvidas competências pessoais e sociais, através da participação ativa dos jovens grupo-motor em todas as fases do projeto; de comunicação, de liderança, de reconhecimento de oportunidades que promoveram a participação ativa dos jovens. Foram, ainda, trabalhadas: a capacidade de agir e pensar criticamente no contexto local, regional, nacional e europeu e o conhecimento sobre políticas da juventude, com a aprendizagem sobre o processo de tomada de decisões e como podem os jovens participar ativamente na construção das mesmas. O grupo-motor de jovens foi capacitado com ferramentas de educação não formal, que permitiu o apoio na facilitação das atividades.



Democratic Aspects of Artificial Intelligence

Anders Nordh

SALAR

Developing manager

anders.nordh@skr.se

Background

The development in artificial intelligence (AI) is moving fast and is changing and influencing society on many levels. AI is a transformative technology that has an impact on society at large, not just as a technological innovation. Its development affects, for example, how information is created and used, how decisions are formed and taken and, by extension, democracy.

In many municipalities, people are thinking about how to use AI to meet the big challenges they are facing. Many have high hopes that AI can streamline and raise the quality of municipal operations.

In municipalities, AI can be used, for example, to:

- develop the municipalities internal processes and working methods such as system monitoring, logistics, handling and compilation of documents and much more.
- developing the municipalities' service offering, streamlining and improving working methods, contacts with users, customers, patients, citizens and other actors as well as the exercise of authority
 - All other AI that occurs in society also has a major impact on municipalities, for example
 - teachers who have great challenges to assess and grade student assignments
 - politicians affected by fake news, deep-fakes, influence campaigns and much more

This also means that trust in the democratic systems and institutions is ultimately affected. Therefore, AI is an important issue for democracy.

When new technology makes its entrance there are as always pros and cons.

AI is dependent on the data it is trained on and the values that are fed as the basis of the algorithms. There is a risk that AI services that are not consciously trained on data cleared of discriminatory biases and anti-democratic beliefs, or that they are based on values that do not consider human rights or democratic principles and therefore result in an outcome that damages democracy and trust.

The use of AI can also add things that are positive for the municipalities' operations and to strengthen democracy, for example:

- by compiling and making complex material available to more people
- testing different scenarios



- detecting anomalies to reduce incorrect and criminal use of public resources.

For this workshop we will focus on AI as an enabler of democratic processes.

This workshop can be seen as an initial step before the roundtable discussion that comes in the session, 17:45 - 18:30 which focuses on the Need for a Strategy for using AI in Participatory Democracy. One of the goals is to explore interest and opportunities to start building a shared platform of democratic institutions.



O orçamento participativo da UAlg e a participação dos estudantes

Amanda São Vicente

Universidade do Algarve

abvicente@ualg.pt

Daniel Pereira

Universidade do Algarve

a70706@ualg.pt

António Fragoso

Universidade do Algarve

aalmeida@ualg.pt

A implementação do neoliberalismo tem-se feito nas últimas décadas de acordo com os seus princípios fundamentais: o ataque ao estado Providência (Mishra, 1999) e à intervenção estatal em numerosas áreas da vida para restaurar/ promover o poder dos mercados, bem como a intensa privatização (Youngman, 2000), a imposição do “mercado livre” global (Berthoud, 1999), etc. Mas a implementação do neoliberalismo tem conhecido, também, muitas versões diferentes em várias zonas do globo e tem funcionado de forma desigual em termos sectoriais.

Desta forma, é importante refletir sobre o significado da implementação do neoliberalismo no Ensino Superior (ES) e nas suas instituições. A entrada do neoliberalismo no ES fez-se através dos seus correlatos da privatização na educação, sintetizados em dois grandes princípios: primeiro, a mercantilização pressupõe que as ofertas de formação podem ser organizadas como uma vulgar troca de mercado (Fejes & Olesen, 2016). Passo a passo, o ES foi-se tornando agressivo nesse mercado de aprendizagem, e as Instituições de Ensino Superior (IES) começaram a competir pelos seus “públicos” – progressivamente transformados em “clientes” dos serviços que adquiriam. O segundo princípio tem que ver com a individualização, isto é, com a responsabilização do indivíduo em relação aos outros pilares sociais, estado e mercado. Gradualmente, vão abandonando as relações coletivas dos estudantes em relação ao mercado e ao próprio estado, estudantes que passam a ser encarados como os únicos responsáveis pelas suas escolhas educativas e formativas e pelos caminhos que trilharam.

Isto teve enormes consequências, por exemplo, na visão do conceito de “empregabilidade” neoliberal, introduzido sobretudo através do memorando da União Europeia sobre a educação, a formação e a aprendizagem ao longo da vida, centrada na competitividade e nos métodos e estratégias para assegurar a empregabilidade, no contexto de uma economia dita do



conhecimento (Lima & Guimarães, 2011). O memorando concede uma importância central ao conceito de “oportunidades de aprendizagem”, ressaltando a ideia de que a aprendizagem ao longo da vida não só afetará todos, mas fá-lo-á de forma perfeitamente individualizada (Lima, 2007). Como sublinha o autor, nas orientações neoliberais do novo mercado de aprendizagem estas “oportunidades de aprendizagem” emergem transformadas em vantagens competitivas, o que significa um novo posicionamento solitário do indivíduo face ao mercado de trabalho.

Em suma, o princípio da responsabilização do indivíduo tem mudado a forma como a ES superior é encarada discursivamente e as suas práticas implementadas. A aprendizagem está a tornar-se um assunto privado ou pessoal, perdendo as suas dimensões coletivas, enquanto a tendência é reforçada pelas pressões do mercado no sentido da privatização (Finger & Asún, 2003). Assim, estes dois princípios têm guiado a implementação do neoliberalismo no ES, reforçando a construção e a perceção pública de que o ES é atualmente um mercado de aprendizagem. Aliás, a sobrevivência das IES depende da sua capacidade de vender os seus produtos (aprendizagem, investigação e serviços) e de competir neste mercado de aprendizagem. Não é, pois, surpreendente que os estudantes tenham começado a comportar-se em conformidade. Além disso, perderam objetivamente poder nas IES, e os recém-chegados são socializados num habitus (cf. Bourdieu, 2011) que os integra como clientes e não como participantes.

No entanto, nada disto funcionaria com uma ES financiada largamente pelo Estado, nem com uma gestão das IES de forma democrática e independente. Ora, as IES Portuguesas tinham hábitos de gestão e funcionamento democráticos. Alguns exemplos simples: os Reitores eram eleitos democraticamente por representantes de todos os atores sociais da academia; o Senado Académico era um grande órgão deliberativo e mesmo os restantes órgãos de gestão não concentravam o poder de decisão como hoje. Em 2007 foi publicada a Lei que hoje regula as IES, o Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), inspirado na Nova Gestão Pública (Hood, 1991). O RJIES obrigou à adoção de modelos de gestão privada, provocando a extinção de órgãos deliberativos, concentração de poder, diminuição de poder dos estudantes, entre outros (Veiga, 2014). Alterou significativamente as dinâmicas de participação democrática nas universidades comprometendo, assim, a diversidade e a inovação local (Cornito, 2021; Araújo et al., 2018). A introdução de práticas de mercado no setor público também enfrentou resistência, especialmente no que diz respeito à preservação da autonomia académica e à integridade das IES (Nóvoa, 2018; Mineiro, 2022). Tudo isto sem prejuízo de que possa ter trazido, também, benefícios significativos, como sustentam Amaral et al. (2023). Embora não haja investigação robusta sobre os efeitos da implementação do RJIES no ES, o facto é que entre os estudantes – que juntamente com os funcionários não-docentes perderam representatividade e voz nas decisões – a passividade e o absentismo parecem ter-se tornado a norma, suplantando na maioria das IES os 90% (Mineiro, 2022). A participação entre os estudantes, anteriormente tão natural quanto orgânica, transformou-se num problema sério no ES.



Neste sentido, o Orçamento Participativo (OP) surge como uma resposta inovadora para reverter essa tendência de centralização e resgatar a participação da comunidade académica, particularmente dos estudantes, na tomada de decisões (Cabannes, 2018). A primeira experiência de OP em Portugal ocorreu em 2002. Hoje em dia, cerca de 46% dos municípios do país já implementaram ou estão em processo de difundir essa forma de participação cidadã (Dias & Júlio, 2019). Em 2017, surgiu o primeiro OP a nível nacional, e em 2018 o primeiro processo regional. Isto faz de Portugal o primeiro país do mundo com OP a todos os níveis (Dias et al., 2018). Em Portugal, o OP é visto principalmente como uma forma de criar uma democracia de proximidade e uma nova fonte de legitimidade política (Dias & Allegretti, 2009). No entanto, os OP são muito diversificados e os seus objetivos são muito variados: a eficiência da alocação de fundos públicos (Falanga, 2023), a redistribuição de recursos socioeconómicos, a restauração da confiança/identificação dos cidadãos com as políticas e instituições (Falanga & Lühmann, 2020), a reintegração de minorias e cidadãos descontentes nos processos políticos e administrativos; ou a promoção da educação cívica ou de atitudes democráticas (Schneider & Busse, 2019) – potencialmente fundamentais para o ES.

Participar num OP envolve a compreensão e a reivindicação dos nossos direitos enquanto cidadãos, a análise da realidade social e a compreensão dos problemas que nos rodeiam, o trabalho com os outros e a capacidade de compreender quais são os “melhores” contributos para o bem comum. Assim, Bretas (1996) argumenta que o OP ensina a criação de novas formas de pensar e o reconhecimento da importância da participação em grupo, alargando a consciência dos cidadãos. Talpin (2011) descreve o desenvolvimento de competências cívicas de cidadãos ativamente envolvidos em casos de OP na Europa. Montambeault (2016) mostra que, a nível individual, podem surgir múltiplas trajetórias de cidadania entre os participantes. O OP promove a transformação de uma cultura política de passividade e dependência e a aprendizagem de procedimentos de médio e longo prazo (Fedozzi et al, 2015; Lühmann, 2014). Entre as capacidades que o OP potencialmente desenvolve, encontramos a capacidade de ouvir, argumentar e persuadir (Fischer & Moll, 2000). A capacidade de analisar, avaliar e sintetizar informação de forma racional desenvolve potencialmente o pensamento crítico (Pedone, 1986). Num estudo sobre se a participação significa aprendizagem mútua, Nez (2016) observou a formação política e técnica dos cidadãos e que as principais fontes de aprendizagem provinham de discussões com outros participantes. O OP pode, assim, promover a aprendizagem de uma série de competências que são importantes para os processos coletivos de tomada de decisão e para o reforço da democracia (Bretas, 1996). Pode ainda, pelo menos potencialmente, promover a cooperação entre todos na tentativa de enfrentar a privatização e individualização que ameaçam as IES (Cabannes, 2018).

Em 2023, a Universidade do Algarve iniciou um processo de OP (neste momento na sua segunda edição), destinando 80.000€ para financiar projetos que promovessem o bem-estar coletivo, com o objetivo de melhorar a participação democrática da comunidade académica (entre outros). Nesta comunicação iremos focar-nos nas perspetivas dos estudantes,



especialmente nos que apresentaram propostas, sobre o primeiro ano do processo: o que os motivou a participar? O que aprenderam durante o processo? Quais são as suas reflexões críticas sobre a metodologia, os resultados e as expectativas futuras? Poderá o OP contribuir para melhorar a participação da comunidade académica e a qualidade da democracia no ES? Nesta comunicação explicaremos como foi estruturado e como funcionou o processo.

O nosso estudo é inspirado pela investigação qualitativa (cf. Denzin & Lincoln, 2017; Schwandt, 2011): tentámos compreender em profundidade as perceções dos estudantes que construíram e submeteram propostas para a edição de 2023 do OP da nossa universidade. Para tal foram desenhados guiões de entrevistas semi-estruturadas (Amado, 2017). Estes guiões foram submetidos ao responsável do RGPD na nossa instituição; e o desenho de toda a investigação foi aprovado pela comissão de ética da Universidade do Algarve. Foram realizadas até hoje nove entrevistas presenciais aos proponentes que se dispuseram a falar connosco. As entrevistas foram transcritas e está em curso a análise de conteúdo (Schreier, 2012) dos textos resultantes, para compreender o significado inerente à informação recolhida junto dos entrevistados. Em vez de construir um sistema de codificação antecipadamente, estamos a procurar padrões emergentes de significado (Krippendorff, 2013) que nos possam ajudar a construir categorias. A procura de padrões de significado envolve duas fases: primeiro, efetuar uma análise de conteúdo inicial por entrevista; numa segunda fase iremos cruzar e comparar todos os padrões para chegar a uma interpretação integrada.

Na nossa comunicação iremos apresentar os resultados da análise das entrevistas tentando, na medida do possível, dar uma resposta analítica às questões que formulámos anteriormente.



Somos Decisores! Não somos apenas vozes!

Paula Fontinha

*Câmara Municipal de Almada
Chefe Divisão de Juventude - Departamento de Desporto e Juventude - CMA
appfontinha@cma.m-almada.pt*

Moira Praça

Câmara Municipal de Almada

O Município de Almada, em parceria com o Município de Valongo, a Psientífica Associação e a Associação Novo Mundo, realizou o projeto “Somos Decisores! Não apenas vozes!”, financiado pelo Programa Erasmus + com o propósito de contribuir para que os jovens tivessem várias experiências de participação democrática, tornando-os cidadãos mais ativos e promotores de propostas de projetos, atividades e recomendações às políticas de juventude a nível local, nacional e europeu.

Realizamos 8 Laboratórios de Democracia, em cada localidade, com entrevistas a decisores políticos, colegas, familiares e investigação sobre políticas de juventude em nível local, nacional e internacional.

Através destes laboratórios foram criadas as redes sociais do projeto onde estão registadas as entrevistas realizadas: https://www.instagram.com/somos_decisorespt/
https://www.youtube.com/@SomosDecisores_pt

Bootcamp – Jovens Caminham com a Democracia! Valongo e Águeda

Esta mobilidade proporcionou ao grupo o contato com decisores políticos ao entrevistarem o Presidente da Câmara Municipal de Valongo, José Manuel Ribeiro e o Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel Oliveira, entre outros.

Os Jovens e a Europa - Mobilidade a Bruxelas

Explorar o Parlamento Europeu, conhecer e entrevistar duas eurodeputadas portuguesas, Isabel Santos e Marial Manuel Leitão Marques. Visitar o Parlamentarium, a sede da “Urbanfoxes” e entrevistar Bran Dewolfs. Conhecer o “Bureau International Jeunesse” com Laszlo Foldi, coordenador do “Democracy Reloading”.

Encontro Nacional de Jovens Decisores em Almada (Portugal)

Organizaram o Encontro Nacional de Jovens Decisores, que contou com a presença da Presidente de Almada, do Vereador da Juventude, de Deputados Municipais, da Diretora Regional do Instituto Português do Desporto e Juventude e da Vice-Presidente da Área Metropolitana do Porto.



Total de participantes (jovens, técnicos, decisores políticos, parceiros locais): + de 200.



Orçamento Participativo Jovem- Massamá e Monte Abraão

Pedro Alexandre de Oliveira Brás

União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Presidente

pedrobras@uf-massamamabraao.pt

O Orçamento Participativo Jovem (OPJ) da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão foi lançado em novembro de 2019 com o objetivo de promover uma participação informada, ativa e construtiva dos jovens munícipes, promovendo um desenvolvimento pessoal e social, adequando as políticas públicas aos interesses dos Jovens Participantes.

Neste projeto, pretende-se que os jovens estejam no centro das decisões, assim a cada nova edição, em grupo os jovens definirão as principais regras das Normas de Participação do OPJ. Atualmente o OPJ é destinado aos jovens que frequentam as turmas do 7.º ao 12.º ano, numa faixa etária aproximada de 12 -17 anos e tem uma dotação anual de 21 000,00 € para executar os 3 projetos mais votados.

Passamos a enumerar as várias fases: 1.ª fase - os jovens, em equipas de 2 a 5 elementos, criam, debatem e votam propostas em sala de aula e/ou através dos Spots da Freguesia (Encontros Participativos), com o objetivo de ser selecionadas as propostas mais votadas que passarão à 2.ª fase do projeto; 2.ª fase do OPJ – Batalha das Propostas – Os jovens votam em papel numa urna tradicional nas suas duas propostas favoritas, por forma a selecionar as 3 propostas mais votadas de cada uma das escolas que seguirão para a fase seguinte. 3.ª fase – Na Análise Técnica do OPJ, a equipa constituída por representantes das escolas, jovens alunos, parceiro Mypolis e um colaborador da Junta de Freguesia, analisa as propostas finalistas e valida todas as que estejam de acordo com as Normas de Participação; 4.ª Fase- Votação Final- Os jovens votam em formato digital nas suas duas propostas favoritas por forma a selecionar as 3 propostas mais votadas que serão vencedoras e executadas; 5.ª Fase- Festa da Democracia- Apresentação dos Resultados do OPJ no qual são premiamos jovens, equipas, escolas, uma vez que associado à participação encontra-se a gamificação desde a 1.ª fase do projeto.

Em suma, desde a 1.ª edição, cerca de 7011 jovens criaram 879 propostas, votaram 300, elegeram 17 projetos vencedores. Destacamos os 10 projetos vencedores e executados, num valor aproximado de 54 000,00€: torneios de: Paint Ball e Tiro com Arco; sensibilização sobre os maus-tratos e com a realização de uma Feira de Bem estar Animal; criação de um estúdio multimédia/rádio escolar); realização de vários workshops: primeiros socorros; autodefesa; programação; educação sexual e a doação de 250 cabazes com bens alimentares a famílias de alunos carenciados.



Planear as políticas de juventude com e para pessoas jovens

Marta Daniela Costa

Município de Valongo

Chefe da Divisão de Juventude

mdcosta@cm-valongo.pt

Um Contexto de Participação

Num mundo em que a participação de jovens nos processos de tomada de decisões é cada vez mais reconhecida como fundamental para uma democracia saudável, o Plano Municipal de Juventude de Valongo constitui um exemplo de como a governação inclusiva e influenciada por jovens pode moldar as políticas públicas. Este plano, concebido para orientar as políticas locais relacionadas com a juventude de Valongo durante a próxima década (2024-2034), foi desenvolvido através de uma abordagem participativa abrangente que envolveu mais de 1000 pessoas, entre jovens e profissionais. O principal objetivo era cocriar um plano dinâmico que não só refletisse as aspirações da juventude, mas também abordasse os seus desafios específicos.

O processo foi iniciado em resposta às tendências locais e internacionais, em particular o II Plano Nacional para a Juventude (II PNJ) e a Estratégia Europeia para a Juventude (2019-2027), que enfatizam a participação ativa de jovens na vida democrática. Alinhado com esta visão, o Município de Valongo procurou conceber um plano baseado no contributo direto das pessoas jovens, garantindo que as suas vozes estivessem na vanguarda do processo de tomada de decisão. O desenvolvimento deste plano foi parcialmente apoiado pelo programa Erasmus+, especificamente através do projeto KA154, “Empoderar as Vozes Jovens”, que facilitou várias atividades participativas.

Estrutura do processo participativo

Para garantir a participação mais ampla e diversificada, foi utilizada uma combinação de estratégias de envolvimento virtuais e presenciais. O processo desenrolou-se ao longo de nove meses, durante os quais foram utilizados vários métodos para envolver participantes.

1. Consulta online: Envolver a juventude digitalmente

Uma componente fundamental do processo participativo foi o inquérito online, que foi lançado na página do município. Este inquérito permitiu que jovens expressassem as suas opiniões e dessem o seu contributo sobre o que consideravam ser as questões e prioridades mais importantes para a juventude de Valongo. Um total de 808 jovens responderam ao inquérito, fornecendo um conjunto de dados que ajudou a identificar as principais dimensões e objetivos estratégicos do plano.

2. Envolvimento presencial: Sessões de Auscultação



Para além do inquérito online, foram organizadas 11 sessões de consulta presenciais e virtuais para envolver diretamente jovens. Estas sessões foram realizadas com mais de 200 jovens participantes, representando vários contextos socioeconómicos e níveis de escolaridade. O principal objetivo era proporcionar um espaço para jovens refletirem sobre os desafios que enfrentam, debaterem potenciais soluções e discutirem as oportunidades que gostariam de ver desenvolvidas na sua comunidade. Ao facilitar estes diálogos, as sessões não só recolheram dados qualitativos vitais, como também permitiram que os participantes sentissem que tinham uma palavra a dizer na definição das políticas públicas do seu município.

3. Consulta a Profissionais e Líderes

O desenvolvimento do Plano Municipal para a Juventude também incluiu o contributo de mais de 100 profissionais e líderes de áreas relacionadas com a juventude. Em janeiro de 2024, um inquérito online dirigido a profissionais recebeu 77 respostas, recolhendo informações sobre os desafios e oportunidades daqueles que trabalham diretamente com o público jovem. Isto ajudou a garantir que o plano final incorporasse as perspetivas de educadores, assistentes sociais e líderes de associações de jovens, entre outros, integrando assim os seus conhecimentos especializados no processo de desenvolvimento de políticas relacionadas com a sua área de atuação.

4. O papel do Grupo de Desenvolvimento

O processo foi orientado por um Grupo de Desenvolvimento, que incluía representantes de várias entidades locais, tais como escolas, associações de jovens e departamentos municipais. Este grupo desempenhou um papel fundamental na validação dos resultados, no aperfeiçoamento das metodologias e na garantia de que os objetivos do plano estavam alinhados com as realidades locais e com as aspirações das e dos jovens envolvidos. O Grupo de Desenvolvimento também ajudou a fomentar a sinergia entre os diferentes intervenientes, promovendo uma abordagem holística da política de juventude.

5. Abordagem metodológica e coconstrução

O processo de construção do plano foi definido pela sua metodologia de coconstrução. Em vez de impor um quadro de cima para baixo, o processo foi estruturado de forma a permitir ciclos contínuos de feedback entre jovens, os profissionais e decisores envolvidos. As seguintes metodologias foram fundamentais para esta abordagem:

A. Métodos não formais

A utilização da educação não formal foi uma estratégia fundamental para promover a cidadania ativa entre jovens. Ao empregar métodos participativos, o processo assegurou que as pessoas jovens não se limitassem a dar contributos, mas que se empenhassem ativamente como agentes por direito próprio. Esta abordagem ajudou a desenvolver um sentimento de apropriação entre as pessoas participantes,



que sentiram que as suas contribuições eram verdadeiramente valorizadas na definição das prioridades do plano.

B. Observação e feedback contínuo

Para além das consultas virtuais e presenciais, o processo incluiu a observação direta e a análise de provas documentais. Isto permitiu a recolha de dados quantitativos e qualitativos, garantindo que o plano fosse informado por diversas perspetivas. Além disso, em cada fase do processo, os resultados das consultas foram partilhados com as pessoas participantes e as demais partes interessadas. Este processo iterativo permitiu o aperfeiçoamento contínuo do plano, assegurando que este se mantivesse relevante e respondesse às necessidades da comunidade.

C. Integração com as políticas nacionais e europeias

O Plano Municipal de Juventude não foi desenvolvido de forma isolada. Está alinhado com estratégias nacionais e europeias mais alargadas, incluindo o II Plano Nacional para a Juventude (2021-2024) e a Estratégia Europeia para a Juventude. Isto assegura que o plano aborde os desafios locais, mas também contribua para objetivos mais amplos, como a promoção do envolvimento de jovens nos processos democráticos e a promoção da inclusão social em toda a Europa.

Principais resultados: Um plano alinhado com as necessidades das pessoas jovens.

O processo participativo culminou num plano estratégico que define as principais prioridades das políticas de juventude em Valongo para os próximos 10 anos. O plano está estruturado em torno de 7 áreas estratégicas e 3 dimensões transversais, refletindo o vasto leque de questões levantadas durante as consultas. Cada área estratégica inclui objetivos e ações específicos a serem implementados ao longo de períodos de dois anos, com um sistema integrado de monitorização e ajustamento contínuos.

1. Educação e formação

Uma das principais prioridades identificadas por jovens e profissionais foi a necessidade de melhorar o acesso a uma educação e a uma formação profissional de qualidade. O plano inclui medidas para promover a educação inclusiva e as oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que prepararão os jovens para os desafios atuais e futuros.

2. Emprego e espírito empresarial

O plano também enfatiza a importância do emprego e do empreendedorismo para jovens. Para fazer face às elevadas taxas de desemprego entre a juventude, o plano propõe parcerias com empresas locais, estágios e programas de orientação. Estas iniciativas têm por objetivo dotar jovens das competências e redes necessárias para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho.



3. Cidadania ativa e participação cívica

A promoção da participação cívica foi um tema importante nas consultas. O plano propõe a continuação e a expansão de iniciativas como o Orçamento Participativo Jovem e o Conselho Municipal da Juventude, assegurando que jovens tenham voz ativa na tomada de decisões a nível local. Estas estruturas serão reforçadas para promover uma governação mais inclusiva e empenhada.

4. Saúde e bem-estar

Dada a crescente preocupação com a saúde mental entre as pessoas jovens, o plano dá prioridade a iniciativas que promovam estilos de vida saudáveis e prestem apoio à saúde mental. Isto inclui a expansão do acesso aos serviços de saúde e a criação de programas centrados na prevenção de comportamentos de risco.

5. Habitação e emancipação

A questão da emancipação e o desafio do acesso à habitação a preços acessíveis também foram destacados como preocupações críticas. O plano inclui medidas para aumentar o acesso das pessoas jovens a programas de habitação e para lhes fornecer informações sobre como navegar no mercado da habitação.

6. Sustentabilidade e mobilidade

O plano reflete as fortes preocupações ambientais expressas pelos jovens durante as consultas. Inclui ações para promover transportes sustentáveis, incentivar a utilização de transportes públicos e melhorar os espaços verdes do município.

7. Cultura e lazer

Garantir que jovens tenham acesso a um vasto leque de atividades culturais e de lazer foi outro objetivo fundamental. O plano propõe um maior apoio a eventos culturais, atividades desportivas e a criação de espaços mais inclusivos para jovens socializarem e interagirem com os seus pares.

Impacto esperado e etapas futuras

Espera-se que o Plano Municipal de Juventude de Valongo tenha um impacto significativo na população jovem local, promovendo a educação, o emprego, a saúde e a cidadania ativa. O plano também fomenta uma relação mais próxima entre jovens e as autoridades locais, assegurando que estes participam ativamente na definição do seu futuro.

A abordagem estruturada e interativa adotada em Valongo será essencial para acompanhar os progressos, permitindo um feedback e uma adaptação contínuos. O ciclo de revisão bienal garante que as ações podem ser ajustadas em resposta às necessidades emergentes, tornando o plano um documento vivo que evolui com a comunidade que serve.



Um modelo de governação participativa

O processo participativo utilizado para desenvolver o Plano Municipal de Juventude de Valongo representa um modelo de governação liderada por jovens que pode ser reproduzido noutros contextos. Ao integrar as vozes das pessoas jovens no centro da tomada de decisões e ao promover a colaboração entre jovens e profissionais, Valongo estabeleceu um padrão para a elaboração de políticas inclusivas.

Este caso demonstra o poder da integração de ferramentas virtuais, consultas presenciais e métodos de educação não formal para criar políticas que não só reflitam as necessidades da população, mas também capacitem as pessoas para se apropriarem do seu futuro. As lições aprendidas com a experiência de Valongo podem servir de roteiro para outros municípios que pretendam envolver a juventude com quem trabalham de forma significativa e com impacto.



Workshop 1: European Civic Platform: A Safe Collaboration Space for Citizens, CSOs and Cities

DIA 18 DE OUTUBRO

Stefan Sindelar

European Capital of Democracy NPO
lt@innovationinpolitics.eu

Laura Thomas

European City Network Manager
lt@innovationinpolitics.eu

In times where Europe's resilience is put to test by democratic backsliding, Russian aggression, and possibly strenuous transatlantic relations, the European Civic Platform (ECP) brings together civil society organizations, cities, and citizens (3Cs) to provide a safe and secure environment for information, cooperation, co-creation, and engagement. It encourages civic and democratic participation and fosters open and inclusive societies based on EU values, fundamental rights, and the rule of law throughout Europe. This newly adapted platform serves as a central hub for information, engagement, exchange, and contribution. It's used to facilitate engagement and networking within and between the specific user groups, provide training and resources to improve their efficiency and safety, and host hybrid workshops to co-create indicators for the state of the European civic space. It can accommodate bilateral and group discussions; provides space to share insights and resources; and allows us to reach a large number of committed individuals through surveys and information campaigns.



Workshop 2: The Challenges of Participatory Democracy to AI - Democratic Aspects of Artificial Intelligence

DIA 18 DE OUTUBRO

Anders Nordh

Swedish Association of Local Authorities and Regions (SALAR)

anders.nordh@skr.se

Giovanni Allegretti

CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Principal Researcher

giovanni.allegretti@ces.uc.pt

The main speaker will be the representative of the organization/city that will win the new ODP award "DURABLE PARTICIPATORY PRACTICES 4 ECOLOGICAL TRANSITION", while the per-to-peer interviewers: Sophie Guillain (Facilitator, RES PUBLICA, France); Marco Meloni (researcher, Southemoton); the politician and the civil servant will be chosen lately, among representatives of local governments that confirm their presence in Valongo Title: Overcoming challenges of ecological transition: a peer-to-peer learning opportunity from a long-lasting sound practice.



Workshop 3: Creative Designs for Democratic Participation: Legislative Theatre and City Council Meeting

DIA 18 DE OUTUBRO

Aaron Landsman

Perfect City

Artistic Director

landsman.aaron@gmail.com

Katy Rubin

Legislative Theatre

Creative Civic Strategist

katy@katyrubin.com

How do we perform politics, and who gets to play which roles? Katy Rubin and Aaron Landsman offer a glimpse into ways we can use simple tools from theatre and other art forms to change the narrative and design of government meetings, policymaking, and organizing. We will share active, thoughtful creative tools from theater and design that activate citizens and communities around common challenges. The session starts with exercises from Rubin's longtime practice of Legislative Theater, which has been used to rally communities around the world in achieving transformational policy goals. Landsman will lead a demonstration of Avoidance Mapping, a participatory exercise that helps people identify barriers to belonging within a city or neighborhood. Both leaders will offer case studies for how their approaches have led to specific actions and policy developments in cities internationally. The session will include small group conversations that help participants see possibilities for integrating creative activities into civic action.



Workshop 4: Construindo uma Governança Horizontal: O papel dos Planos de Ação em Governo Aberto na democracia participativa

DIA 17 DE OUTUBRO

Patrícia Marques dos Santos

*Prefeitura Municipal de São Paulo
Coordenadora de Governo Aberto
governoaberto@prefeitura.sp.gov.br*

Bruno Venâncio de Abreu Costa

*Prefeitura Municipal de São Paulo
Assessor Técnico
governoaberto@prefeitura.sp.gov.br*

Em um mundo em que a ascensão do populismo, e de movimentos de tendência autoritária e centralizadora é uma realidade palpável, se torna cada vez mais necessário o emprego de ferramentas institucionais que permitam a expansão de uma governança horizontal, participativa e inclusiva. Se contrapor a exclusão, a formação de bolhas de opinião e grupos com poder centralizado, é fundamental para a defesa da democracia, principalmente através da oferta de espaços participativos amplos, diversos e estruturados. A agenda de Governo Aberto é uma resposta a esta necessidade, principalmente quando se olha para os Planos de Ação em Governo Aberto, instrumento co-participativo, abarcando poder público e sociedade civil, que almeja identificar áreas da administração pública que podem ser aprimoradas através da promoção dos pilares da abertura governamental - transparência, participação social, responsividade, e inovação e tecnologia - a partir de uma metodologia estruturada e bem definida, o que garante diálogo e responsividade das partes envolvidas.

Os Planos de Ação são compostos de três etapas nucleares:

Co-criação - Etapa que se define a metodologia de co-criação do Plano, ou seja, a estrutura para se identificar as áreas de interesse temática para a abertura, quais os desafios que se almeja enfrentar, como serão delimitados, quais serão as soluções, e como serão propostas e acordadas entre as partes envolvidas. Também abarca o momento de co-criação, ou seja, o processo de identificação destes desafios e proposta de soluções por meio de processo amplo e participativo, contando a participação de especialista do poder público e sociedade civil;

Implementação e monitoramento - Etapa em que se começa a implementar os compromissos assumidos. Para garantir a conformidade, a qualidade e um ritmo adequado de abertura governamental, este processo é realizado concomitantemente ao monitoramento mensal;



Avaliação - Etapa final em que um órgão independente não envolvido no Plano, realiza uma avaliação do processo em termos de participação social, qualidade das entregas e impacto gerado;

Enquanto simultaneamente oferece uma estrutura bem definida em etapas claras, os Planos de Ação em Governo Aberto podem ser adaptados às necessidades de cada localidade, sendo assim um mecanismo flexível de abertura governamental e democracia participativa. Uma vez que a metodologia é co-criada, os compromissos acordados devem ser realizados em um período de tempo definido e sua implementação monitorada continuamente. É possível que cada realidade regional seja considerada, a partir de um acordo entre a Sociedade Civil e o Governo, de modo que a implementação seja possível de acordos com os potenciais daquele governo ou região em questão.

Nesta oficina, será apresentada as experiências de localidades brasileiras na metodologia de co-criação de seus Planos de Ação, ou seja, como foi o processo de engajamento e construção colaborativa do processo de abertura governamental, quais as estratégias utilizadas para mobilizar a administração pública e sociedade civil, e como as áreas de interesse foram acordadas e trabalhadas.

Em um segundo momento, os participantes serão desafiados a pensarem em como criariam uma metodologia de co-criação de um Plano de Ação em Governo Aberto, através de uma dinâmica participativa em grupos, cada qual trabalhando com um caso. Estes casos vão abarcar cenários de governos nacionais, regionais e locais, cada qual apresentando um diagnóstico de desafios, demandas e potenciais daquela localidade. Caberá aos presentes estabelecerem como trabalharão este caso, pensando em transparência, participação cidadã e accountability.

Ao fim, espera-se que os participantes tenham como aprendizado da oficina um conjunto de ideias basilares quanto aos caminhos e elementos essenciais para a construção de um Plano de Ação em Governo Aberto factível de ser aplicado em sua localidade. Conhecendo sua estrutura, tendo uma noção dos desafios e estratégias se tornará mais atraente aos quais elaborar Planos de Ação em Governo Aberto, ou aprimorar suas estratégias de governo aberto em suas localidades.



Workshop 5: From a centralist and polarized system to a reconciliatory and polycentric decision-marking system

DIA 17 DE OUTUBRO

Carla Güell Font

Socia de Resilience

Dissenyo y coproducción de políticas públicas rurales y gobernanzas comunitarias

carla@resilience.earth

Oscar Gussinyer Galceran

Resilience Earth SCCL Oscar Gussinyer; cofundador y socio de Resilience

Experto en dissenyo regenerativo

carla@resilience.earth

La tendencia global del aumento de la extrema derecha y de las amenazas populistas es indiscutible, igual que el hecho, que mayoritariamente los orígenes de estos movimientos y el populismo, tiene sus cunas en los territorios rurales. Desde un análisis desde las ruralidades, entendemos que el motivo no es aleatorio. También entendemos que este motivo queda lejos de juicios acerca de las capacidades y reflexiones de las ruralidades. Entendemos que el motivo, tiene que ver con el punto de colapso al cual está llegando un sistema de toma de decisión altamente centralista urbano; un sistema que a generando durante décadas claras externalidades negativas a las comunidades rurales, dejándolas de lado o definiendo sus políticas desde los centros de poder urbanos.

Este taller propone cambiar la perspectiva de análisis de esta situación. Sugiere ver el auge de la extrema derecha y el populismo no solo como una amenaza, sino como una consecuencia, que nos permite identificar la causa real de violencia estructural, lo cual en sí mismo es un punto palanca, una oportunidad para realmente darle la vuelta al sistema actual.

Conocemos ya bien que el sistema político necesita cambiar desde su raíz a sus fundamentos, evolucionando privilegios y moviendo hacia un espacio más abierto, participativo y distribuido. Si entendemos este cambio de perspectiva hacia una mirada más sistémica, entendemos como la ultraderecha es un claro síntoma de las externalidades negativas, por lo tanto, es necesario la apertura democrática y la evolución del sistema hacia formas más distribuidas y policéntricas de toma de decisión.

El avance de la ultraderecha no se puede parar, pero se puede transformar a través del diálogo y la escucha, el voto a la ultraderecha es un grito de frustración, y el hecho de intentar pararlo genera más frustración, por lo que solo lo hace crecer. Si queremos disminuir la frustración, debemos abrir espacios vinculantes para distribuir la toma de decisiones con una perspectiva subsidiaria, y permitir a las ruralidades evolucionar según sus propios criterios. Este diálogo calma la tensión, la negación a este diálogo escalará el conflicto. Este es uno de los



principales pilares, para la evolución de la democracia, la salud comunitaria y la resiliencia territorial, para seguir cultivando el futuro y regenerar el presente.



Workshop 6: The universality of human rights begins at the local level: the third wave of the campaign "GLOBAL 10, 100, 1000 Human Rights Cities and Territories by 2030"

DIA 18 DE OUTUBRO

Benedetta Cosco

*United Cities and Local Governments
Policy Officer - Focal Point for Social Inclusion
b.cosco@uclg.org*

Geraldina Safira Bonifácio

*Município da Vila de Boane
Presidente do Conselho Municipal
pedro.laice@yahoo.com*

Hélder Bento Namburete

*Conselho Municipal da Cidade de Maxixe
Presidente da Assembleia Municipal
pedro.laice@yahoo.com*

Human rights are both challenges and enablers for achieving a just, democratic and sustainable world in the face of systemic economic, social, political and ecological crises.

At the international level, human rights are at the center of the New Urban Agenda, the UN 2030 Agenda - which seeks "to realize the human rights of all" - and its Sustainable Development Goals (SDGs).

LRGs that have integrated human rights into their local action have been able to respond to the COVID-19 crisis more effectively, for instance example by ensuring the protection of women victims of violence; providing access to vaccination for migrants; access to education; and fostering solidarity and caring towards the most vulnerable people. Human rights are also a source of inspiration for inclusion and social innovation, creating new areas of action to respond to local demands and realities, ranging from intercultural dialogue and peace to climate action and digital rights.

In this framework, the cities of Barcelona, Grigny, Gwangju, Mexico City, Utrecht and Vienna, which launched an international call to invite the 100 pioneer cities and territories to commit to human rights through the Global Campaign "10, 100 1000 Human Rights Cities and Territories by 2030".

Promoted in the context of the activities of the UCLG Committee on Social Inclusion, Participatory Democracy and Human Rights, this Global Campaign aims at gathering 1000 Local



and Regional governments (LRG's) from all over the world by 2030 to strengthen the global movement of Human Rights Cities and Territories.

The Panel will aim at presenting the Campaign and opening an interactive dialogue with Portuguese Cities with a focus on their Human Rights Initiatives, with the aim of joining the Campaign to scale-up their efforts.



Workshop 7: Build the City - Live on the Consul Democracy platform

DIA 18 DE OUTUBRO

Jens Kimmel

*Consul Democracy Foundation
Network Coordinator
jens@consuldemocracy.org*

Diego Calvo

*Enreda Coop
CTO*

We welcome you to this live and participatory demo exercise of the Consul Democracy platform. During this session we will use the platform to propose and select answers to the question:

What can we and our governments do to strengthen democracy now?

We will use Consul Democracy's demo version for this, which can be viewed online:

<https://demo.consuldemocracy.org/>

Don't forget to bring your laptop because we will be working together online.

Format:

- introduction of Consul Democracy
- introduction of workshop idea and format
- hands-on explanation of platform use and role assignment
- democratic process (debate - proposals - evaluation - selection/voting)
- presenting results

One part of the group will be assigned as 'citizen user' and the other part will be assigned 'government administrator' or 'evaluator'. Citizen users will be invited to propose 'citizen proposals' and answers to the question above; government administrators and evaluators will track, moderate and evaluate these contributions, followed by a final result.



Workshop 8: Imaginar el futuro, estrategias participativas para diseñar lugares comunes

DIA 18 DE OUTUBRO

Andrés Barrios Arenas

Centro de Estudios Aplicados

Director

andres@centrodeestudiosaplicados.org

Las metodologías de prospectiva permiten encontrar un entendimiento colectivo sobre un lugar común que compartiremos todas las personas, sin importar nuestra procedencia o circunstancias: el futuro. Tener un acuerdo colectivo sobre las utopías que queremos impulsar, y las distopías que queremos evitar, nos permite diseñar acciones en el presente que permitan acelerar o evitar dichos escenarios posibles, permitiendo consensuar un entendimiento común desde historias que nos cuentan las distintas realidades alternativas plausibles que podemos llegar a vivir ante el desarrollo de distintas vías de acción.

El diseño de futuros requiere de una amplia participación para su diseño, que involucre las experiencias, deseos, vivencias y creencias de la sociedad en toda su diversidad, de manera que el futuro diseñado no deje a nadie de lado, por lo que es importante generar metodologías y estrategias que permitan ampliar y contrastar los aportes, generando cuantos escenarios futuros sean suficientes para permitir contar todas aquellas historias que nos inspiran a generar las acciones que impulsen cambios transformadores a un nivel amplio.

Con el propósito de festejar los 200 años de fundación del estado de Nuevo León, México, la Secretaría de Participación Ciudadana realizó un evento denominado “Las y los 200 de Nuevo León” en el que utilizando los principios de la democracia deliberativa se eligieron a 200 personas para reflexionar durante 3 días sobre el pasado, presente y futuro de Nuevo León (<https://participacionciudadana.nl.gob.mx/lasylos200denl/>).

Para la reflexión del futuro se diseñó junto con las personas que impulsan el Centro de Estudios Aplicados un juego de cartas llamado “Imaginar el futuro” usando como base las metodologías de prospectiva y de gamificación que permitió el diseño colectivo de 25 escenarios de futuros posibles para el estado de Nuevo León en el año 2034.

El juego concebido en tres etapas lleva de la mano a las personas para abrir su pensamiento creativo hacia las posibilidades de cambio derivadas de aquellas grandes fuerzas que modificarán nuestras vidas desde la perspectiva de la naturaleza, política y sociedad, economía, cultura, tecnología, y ética y espiritualidad, como pueden ser el cambio climático, las criptomonedas, los videojuegos colaborativos, la concentración de la riqueza o las nuevas



enfermedades, entre otros. Durante una segunda etapa se aterrizan estas fuerzas a escenarios imaginando cómo afectan a sistemas complejos en los que se desarrolla nuestra vida diaria, como son la educación, movilidad, organización vecinal, modelos de familia, etc. En una última ronda se elaboran historias sobre Personas, actividades o cosas típicas de la vida del estado de Nuevo León, permitiendo crear elementos narrativos de manera colectiva para imaginar cómo sería un día común dentro de 10 años con dichas transformaciones.

El juego busca que las personas elaboren tanto escenarios utópicos como distópicos, de manera que sirvan como inspiración para tomar acciones en el presente para alentar o evitar dichos futuros.

Durante el desarrollo del juego se reconoce al futuro como un lugar común que será compartido por todas las personas participantes, sin importar su contexto o procedencia, lo que provoca la creación de lazos de empatía y preocupación por lo común.

En el taller propuesto se expondrá a detalle sobre el diseño de futuros como herramienta de activación para procesos de transformación, la metodología utilizada para el diseño del juego, los principales hallazgos de su aplicación, y se jugará una versión adaptada para el público globalizado de la conferencia.



Workshop 9: Inclusion in action: Collective intelligence game for inclusion in participatory spaces

DIA 18 DE OUTUBRO

Andrea Cervera Robles

Extituto de Política Abierta

Coordinadora de proyectos de Inteligencia Colectiva

andrea@extituto.org

"En un escenario de auge de gobiernos populistas en América Latina, en el que la democracia se encuentra en crisis y los derechos humanos son violentados constantemente, emergen preocupaciones sobre cómo crear espacios públicos y políticos que cumplan con los principios de inclusividad y diversidad. ""Inclusión en acción"", es un juego creado por Extituto de Política Abierta con su programa de Inteligencia Colectiva, que permite a funcionarias/os públicas/os, tomadoras/es de decisiones y organizaciones de la sociedad civil compartir experiencias y hacerse preguntas que habiliten la ideación colectiva de soluciones para el acceso, participación y permanencia de grupos históricamente subrepresentados en esferas de participación ciudadana; como lo son las mujeres, la población LGBTIQ+, los pueblos originarios indígenas, comunidades afrodescendientes, personas en situación de discapacidad, migrantes, personas con capacidades diversa, entre otros.

El juego es un activador de conversaciones, reflexiones e intercambio de experiencias que dan como resultado soluciones estratégicas frente a casos previamente identificados; buscando siempre que las estrategias sean replicables y adaptables para ser impulsadas en diferentes contextos sociales y culturales.

Esta herramienta nace de otras experiencias de laboratorio y experimentación de Extituto, que ponen sobre la mesa métodos innovadores para la creación colectiva enfocadas en la inclusión.

- Libro: "Del Sur: Democracias y deliberación" - Capítulo 5: Deliberación para la inclusión, inclusión para la deliberación. (<https://www.extituto.org/libro-del-sur-democracias-y-deliberacion/>)

- Libro: "Ciudadanía permanente para la incidencia política" (<https://www.extituto.org/ciudadania-permanente-para-la-incidencia-politica/>)

- Página web: Toolkit de Género (<https://www.toolkitgenero.extituto.org/>)

Identificamos en la Conferencia del Observatorio Internacional de la Democracia Participativa - OIDP 2024, una oportunidad para continuar fortaleciendo los lazos entre



tomadoras/es de decisiones, funcionarios/as públicos y organizaciones de la sociedad civil, para que colectivamente puedan construir respuestas ante los retos que vivimos como sociedad.



Workshop 10: Technology to encourage citizen participation

DIA 18 DE OUTUBRO

Irati Arejita

GOOGAZ en colaboración con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat
Co-fundadora de Googaz
participacio@esplugues.cat

Iñigo Iturrioz

GOOGAZ en colaboración con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat
Co-fundadora de Googaz
participacio@esplugues.cat

Garazi Uriarte

GOOGAZ en colaboración con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat
Co-fundadora de Googaz
participacio@esplugues.cat

"El objetivo del taller es explorar cómo las tecnologías y la realidad virtual (RV) pueden potenciar la participación ciudadana en proyectos y decisiones comunitarias. La dinámica busca equilibrar la información con la participación activa de los asistentes, fomentando la interacción y el diálogo.

La voluntad del taller es ver las posibilidades que ofrece la tecnología, especialmente el papel de la RV, mostrando cómo puede transformar la participación mediante visualizaciones y simulaciones. El taller presenta una introducción teórica sobre las tecnologías actuales que facilitan la participación ciudadana, como aplicaciones móviles y redes sociales, y se discuten ejemplos exitosos de su implementación.

La demostración práctica incluye la proyección de un video en RV y la interacción directa con gafas de RV. Luego, los asistentes se dividen en grupos para discutir cómo aplicar estas tecnologías en sus comunidades. Cada grupo identifica un problema comunitario y propone una solución tecnológica o basada en RV, destacando los beneficios esperados.

En la fase final, cada grupo presenta sus ideas y se fomenta el debate. El taller concluye con un resumen de los puntos clave, recursos adicionales, agradecimientos y la recopilación de feedback."



Assembleia de Líderes Locais e Regionais

Emilia Saiz*

*Secretária-geral das Cidades Unidas e Governos Locais (UCLG)
Secretary-General of United Cities and Local Governments (UCLG)*

Paulo Esteves Ferreira

*Município de Valongo Vereador
paulo.ferreira@cm-valongo.pt*

Meus caros representantes de autoridades locais e regionais de todos os países representados nesta conferência,

Caros convidados,

Senhoras e Senhores,

Tal como o Presidente José Manuel Ribeiro disse na sessão de abertura, foi um prazer – e uma grande honra! – receber em Valongo políticos eleitos, líderes locais e regionais como vós, juntamente com representantes de organizações e académicos.

Nesta Conferência que juntou 43 nacionalidades, reunimos:

16 países de África:

África do Sul

Argélia

Burkina Faso

Benim

Camarões

Chade

Costa do Marfim

República Democrática do Congo

Gabão

Quénia

Marrocos

Moçambique



Madagáscar

Nigéria

Senegal

Zâmbia

7 das Américas:

Argentina

Brasil

Colômbia

Equador

Estados Unidos da América

México

Venezuela

16 da Europa:

Arménia

Áustria

Bélgica

Espanha

França

Grécia

Geórgia

Itália

Irlanda

Islândia

Luxemburgo

Kosovo

Portugal

Polónia



Moldávia

Suécia

Ucrânia

Reino Unido

3 da Ásia:

Irão

Filipinas

Turquia

Foi fundamental ouvir a voz daqueles em quem o povo delega, através do seu voto, a função de representar as suas vontades de mudança e de progresso.

O grande princípio que estrutura toda a atividade do OIDP é que os mecanismos de democracia participativa melhoram as escolhas políticas, reforçam a confiança das populações no sistema político, trazem para a política muitas pessoas que habitualmente não participam nas atividades públicas.

Nestes três dias da conferência do Observatório em Valongo foi sublinhado que as iniciativas participativas – entre as quais os Orçamentos Participativos – são cruciais para corrigir, e para equilibrar, assimetrias sociais e económicas nas nossas comunidades.

Esta nossa 23ª Conferência sublinhou também as potencialidades dos mecanismos de democracia participativa como antídoto contra as derivas autoritárias, sendo também uma oportunidade para promover a preservação do pluralismo e a defesa do bem comum.

Os governos das cidades de todo o mundo têm de ter isto presente: não há democracia sem literacia cívica, sem a participação dos cidadãos, sem inclusão, sem diálogo entre a democracia representativa e os mecanismos de participação dos cidadãos.

Há uma nova geração de políticas locais que é preciso implementar, com maior participação de mulheres e de intervenientes de todas as gerações e grupos sociais.

É preciso envolver mais os cidadãos por forma a promover genuinamente a equidade social e oportunidades para todos.

O Poder Local e os cidadãos têm de construir um futuro mais fundado na partilha e na solidariedade, em que o crescimento das economias seja acompanhado de maior equilíbrio e mais qualidade de vida.

Os mecanismos de participação levam todos os participantes a sentirem mais confiança nos processos democráticos e a tornarem-se agentes ativos da transformação e da mudança.

Muito obrigado a todos!



Carolla Gunnarsson*

*Vice-Presidente da Secção Europeia da UCLG
Vice-President of the European Section of UCLG*

Lluís Rabell*

Councillor of Barcelona and IOPD Secretary General

Mario Mancino Valdivieso*

Perfecto de Loja y Representante de la CONGOPE

Nelly Ouasseman*

Co-president of the IOPD for gender equality

2nd Deputy Mayor of Cocody

* Os intervenientes apresentaram as suas intervenções oralmente, não existindo, por isso, um texto escrito das mesmas. Contudo, a gravação integral da sessão está disponível através do seguinte link: https://youtu.be/33d7LiE_2KQ?feature=shared .

* *The speakers delivered their remarks orally, and therefore, no written text is available. However, the full recording of the session is accessible via the following link: https://youtu.be/33d7LiE_2KQ?feature=shared .*



Mensagem de Encerramento

Foi para Valongo um privilégio – e um grande prazer – poder usufruir das intervenções que muitos de vós fizeram nestes três dias de sessões.

Com 44 nacionalidades diferentes, com tantos municípios, governos locais e organizações, a qualidade da participação foi notável!

Foi um privilégio poder usufruir da vossa inteligência, do vosso amor à democracia, do vosso amor à liberdade!

Muitos pontos importantes foram levantados nestes três dias de trabalhos.

Gostava de salientar um que foi levantado logo na sessão de abertura, primeiro pela Emilia Saiz, depois pelo Cas Mudde.

Foi-nos chamado à atenção que, no nosso trabalho diário de democratas empenhados – seja como políticos eleitos, seja como cidadãos participantes – não nos podemos ficar pelo lado tecnocrático, produtivo e eficiente dos sistemas democráticos.

É este lado – eficiente e prático – que nos permite tirar pessoas da pobreza, ter avanços na Saúde, na Educação, no bem-estar das populações ou na defesa do Ambiente.

Mas trabalhar este lado – ou seja: conseguir resultados concretos para melhorar a vida das pessoas – não nos pode afastar do lado idealista da democracia, da dimensão poética da política!

As pessoas precisam de ter sonhos coletivos por que lutar!

Precisam de ter “poesia política” para elevar os seus espíritos e os seus ânimos.

Ou seja – como Cas Mudde nos exortou aqui mesmo há dois dias – precisamos de voltar a ter trabalho ideológico!

Precisamos de voltar à filosofia política para construir as novas narrativas ideológicas que são precisas para fazer frente aos populismos.

Precisamos de novas ideias, novas propostas ideológicas para fazer frente aos extremistas de direita e de esquerda, aos nativistas, aos racistas, aos negacionistas das alterações climáticas!

Precisamos de mais política, de mais ideologia, de mais filosofia e de mais poesia para construir cidades melhores e regiões melhores.

Em suma: para construir um mundo melhor!



Gostava também de vos dizer que os governos das cidades e das regiões devem consultar com mais frequência os jovens e integrá-los mais nos processos de decisão.

Os jovens das respetivas comunidades têm de ser mobilizados para definir ações concretas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas em cada município ou região.

Outra proposta que me pareceu muito interessante, foi a de articular processos participativos entre cidades de diferentes continentes: cidades europeias com cidades africanas ou latino-americanas, por exemplo, ou cidades mais desenvolvidas da Ásia com outras de territórios menos ricos do mundo.

Os processos participativos locais, ou envolvendo cidades de países diferentes, devem ser postos ao serviço do desenvolvimento comum e da melhoria efetiva, quer das condições materiais da população, quer da qualidade da vida política – da vida democrática – de cada município ou região.

Os processos participativos defendem-nos do ataque, da pressão, da luta contra “o outro” que os populismos excludentes, os movimentos de extrema-direita e de extrema-esquerda, movem no interior dos nossos sistemas democráticos.

Os processos participativos são a forma de construirmos nos nossos sistemas democráticos a “nova visão”, a “boa narrativa” que Cas Mudde nos disse ser necessária para ligar a democracia liberal ao coração das mulheres e dos homens.

Os processos participativos são uma boa forma de despejarmos tolerância, inclusão, conhecimento, abertura sobre as “minorias ruidosas” dos populismos excludentes!

Iremos fazê-lo com cada vez mais mulheres!

Com cada vez mais jovens!

Com cada vez mais seniores!

Com todos eles, iremos resistir aos populismos excludentes e aos outros perigos que ameaçam as democracias liberais!

Termino com uma palavra para Córdova, onde se irá realizar a 24.^a Conferência do Observatório em 2025.

É uma cidade notável, como uma história e um património incomparável!

É também um exemplo de cruzamento de culturas e, nos dias de hoje, de integração dessas mesmas culturas.

A sua mesquita, que também é uma catedral, representa hoje os valores do respeito, da integração e da tolerância que são a marca inconfundível dos processos participativos democráticos.



Na hora da despedida, quero dizer-vos que estão muitíssimo bem entregues a Córdova, quer a organização da próxima conferência, quer a defesa das nossas causas!

Obrigado e até sempre!

José Manuel Ribeiro*,

Presidente da Câmara Municipal de Valongo

Presidente do OIDP 2024

* Texto lido pela Sr.^a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Valongo, Ana Maria Rodrigues, na sessão de encerramento da 23.^a Conferência do OIDP, em 19 de Outubro de 2024.



Declaração de Valongo

Ameaças Populistas: Construir Resiliência Democrática com Comunidades Participativas

Declaração de Valongo: Processos participativos constroem verdadeiros ecossistemas de resiliência democrática. São, por isso, barreiras eficazes a populismos excludentes e oportunistas

Na 23ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP), realizada em Valongo, Portugal, de 17 a 19 de outubro de 2024, concluiu-se que as regras, os métodos e as dinâmicas democráticas próprias dos processos participativos – *nos quais os políticos eleitos articulam de forma transparente as suas decisões com as escolhas dos cidadãos envolvidos* – proporcionam comunidades mais desenvolvidas e sustentáveis, melhor informadas e mais inclusivas.

Numa discussão que envolveu eleitos locais e regionais, movimentos cívicos, organizações internacionais, académicos e ativistas, resultou evidente que os processos de participação democrática constroem verdadeiros ecossistemas de resiliência democrática. São, por isso, barreiras eficazes a populismos excludentes e oportunistas.

A dinâmica própria dos processos participativos coloca em diálogo duas legitimidades democráticas – a do voto e a da participação cidadã – e faz nascer, de forma natural, estratégias de mudança politicamente informadas e adequadas às necessidades e aos recursos disponíveis em cada cidade ou região para serem concretizadas. Os processos participativos tendem a sintetizar diferentes sensibilidades do tecido social através do seu interclassismo e cruzamento de gerações, promovendo a comunicação entre elas e a liberdade de expressão.

As práticas participativas afirmam-se por isso, cada vez mais, como pontos centrais das democracias do século XXI. Elas favorecem o equilíbrio, a tolerância, a sustentabilidade e a moderação, assim como o consenso e o compromisso cívico. São também uma oportunidade para implementar as transformações necessárias para cumprir as agendas globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A melhor forma de implementar reformas que melhorem as comunidades e as instituições de forma transversal, inclusiva e sustentável é, pois, através de processos participativos.

Desafios para o Futuro:



As sessões e os debates da 23.^a Conferência do OIDP organizaram-se à volta de seis temas:

- **Inteligência Artificial e Desinformação**
- **Tecnologia cívica**
- **Transição Ecológica e Ambiente**
- **Inclusão e Diversidade**
- **Participação, Transparência e Governação Aberta**
- **Populismos**

Inteligência Artificial e Desinformação

A tecnologia e, em particular, a Inteligência Artificial (IA), são instrumentos com enorme potencial para democratizar o acesso a mais elementos da realidade e à complexa forma como estes se articulam entre si. A IA pode aumentar o acesso à informação e a compreensão informada dos cidadãos sobre os assuntos públicos.

Ao reunir informação fidedigna e articulando-a de forma sofisticada e inovadora, a Inteligência Artificial pode contribuir decisivamente para inovar nas políticas públicas, para racionalizar a distribuição de recursos, para escrutinar eleitos e candidatos e, também, para avaliar com dados objetivos os impactos reais das decisões políticas tomadas. Bem aplicada, a IA pode aumentar a racionalidade das opções, favorecendo a ponderação e moderando os extremos.

O preocupante papel das redes sociais na propagação de fake news e de desinformação, revela, contudo, um enorme potencial malicioso da tecnologia através de manipulação de informação, de imagens e de comportamentos humanos, na utilização da IA. Toda a sociedade – e em particular os governos locais e regionais – têm de se preparar para enfrentar os riscos que a IA representa: riscos para a segurança, riscos para as eleições, riscos para o funcionamento das democracias e, em geral, para uma compreensão e avaliação limpa e objetiva da realidade.

A IA pode tornar-se também um desafio perturbador da democracia participativa ao determinar a governos locais a tomada de medidas baseadas em critérios cegos de eficiência ou racionalidade económica, que conduzam a soluções injustas e imponham obrigações que esvaziam instituições de consulta e participação democrática. É imperioso, por isso, não perder de vista o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 11 das Nações Unidas – “Tornar as cidades e os aglomerados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” – preservando a democracia participativa da irresponsabilidade ética da IA e salvaguardando as políticas sociais redistributivas, os orçamentos participativos e o direito à cidade.



Para lidar com o desenvolvimento tecnológico da IA são necessários cuidados acrescidos de responsabilização, de gestão de riscos, de supervisão pública e de transparência, designadamente no acesso obrigatório aos algoritmos das plataformas de IA utilizados em processos públicos de participação, além de políticas de empoderamento dos cidadãos, através do reforço da educação e informação que promovam eleitores exigentes, conscientes, autónomos e com capacidade crítica para analisar a realidade e distinguir informação fidedigna da desinformação. Só com estratégias robustas de reforço da cidadania e de regulação, os estados poderão manter a IA como uma ferramenta ao serviço da resiliência democrática das comunidades, preservando o seu enorme potencial de inovação.

Tecnologia cívica

A desmaterialização dos meios de consulta e de participação popular, incluindo o voto eletrónico, são processos que os governos locais e regionais devem assumir como opções políticas, disponibilizando recursos e promovendo debates públicos sobre o tema, de modo a captar mais cidadãos para a participação democrática.

A passagem para um suporte digital, quer de registos (como cadernos eleitorais), quer do acompanhamento de assembleias consultivas ou deliberativas, pode ser um instrumento inestimável para assegurar a maior participação dos cidadãos em escolhas que lhes dizem respeito. Esse potencial é particularmente relevante para as novas gerações, que são nativas digitais, ou para comunidades que residem em áreas mais afastadas dos órgãos públicos ou das assembleias.

Para que as tecnologias possam ser colocadas ao serviço da participação cidadã, são necessários investimentos relevantes no desenvolvimento de soluções e na aquisição de material informático e de infraestruturas tecnológicas, assim como na contratação e formação de técnicos competentes. São necessárias redes com nós centrais em servidores seguros, e ligações fiáveis que suportem a troca de dados em dois sentidos, sem congestionamentos.

Se bancos, hospitais, tribunais, plataformas de transmissão de vídeo, redes de equipamentos da indústria e transportes são hoje exemplos de digitalização segura e com elevada operacionalidade em todo o mundo, a verdade é que os processos eleitorais ou de auscultação pública são tão ou mais delicados para o funcionamento da democracia e, por isso, muitíssimo sensíveis: falhas nestes domínios terão sempre grandes proporções políticas, legais e mediáticas.

A 23ª Conferência OIDP apela a todos os governos locais e regionais democráticos que invistam consistentemente em ferramentas tecnológicas acessíveis e em Cibersegurança, garantindo a universalidade de acesso a sistemas e a meios adequados para prevenir e detetar erros, falhas de software e de cobertura de rede – ou mesmo “bugs”. É fundamental construir



tecnologias cívicas amigáveis e intuitivas, bem como resistentes à pirataria informática, às violações de dados e a outras ameaças cibernéticas.

Transição Ecológica e Ambiente

Três conclusões avultaram numa conferência que reuniu representantes de países da Europa, de África, das Américas e da Ásia:

- Só se alcançará uma transição ecológica justa com o envolvimento e a participação das populações em todas as decisões, única forma de evitar reações populistas contrárias às políticas de combate às alterações climáticas. É preciso combater o negacionismo que tenta enfraquecer a agenda do Green Deal, comprometendo os governos locais e a opinião com avanços nesta matéria.
- Os países desenvolvidos, nomeadamente a Europa, os Estados Unidos e o Japão, têm de intensificar as suas políticas de controlo de emissões poluentes para cumprir as metas do Acordo de Paris;
- Os países em desenvolvimento, nomeadamente a China e a Índia, têm de parar de aumentar as suas emissões.

O maior índice “per capita” registado pelos países ocidentais não pode desvalorizar um facto: uma parte do planeta está a reduzir emissões, outra parte está a aumentá-lo. Este desequilíbrio tem de ser travado.

Há dois caminhos para o fazer. O primeiro é o de uma redução generalizada dos consumos e a promoção de modos de vida mais saudáveis e sustentáveis em todos os territórios, única forma de alcançar a neutralidade carbónica em 2050.

O segundo caminho, e que é o que faz mais justiça à história, deve ser constituído por políticas de apoio dos países mais ricos aos países em desenvolvimento em África, na Ásia e na América Latina, para que estes estados e as suas comunidades acelerem a sua transição energética e comecem a diminuir, quanto antes, a respetiva pegada ambiental.

Neste processo, a atuação ao nível da escala dos governos locais é essencial, assim como é fundamental incentivar a introdução de mecanismos participativos direcionados a soluções verdes. Os Orçamentos Participativos Verdes, tal como novas formas de auscultação popular para encontrar soluções que mitiguem as alterações climáticas, são contributos imprescindíveis para atingir os objetivos desejados em tempo útil.

Inclusão e Diversidade

Os processos participativos são a chave para ultrapassar o sentimento generalizado de crise política sentido nas democracias, quer quanto à legitimidade dos sistemas representativos,



quer quanto ao envolvimento cívico efetivo das comunidades na vida dos seus territórios. Apesar de os discursos populistas incorporarem com frequência reivindicações insatisfeitas e a vontade do povo se aproximar dos decisores, muitos deles promovem um conjunto de práticas exclusivistas e demagógicas. Porque na realidade os populismos não são amigos da democracia!

É preciso travar estas derivas que colocam em risco o pluralismo e as liberdades individuais e coletivas conquistadas com muitas lutas. É o caso dos direitos das mulheres, das minorias étnicas, dos cidadãos racializados e das comunidades LGBTQ+. O espaço público tem de ser defendido como o lugar de promoção da igualdade de oportunidades, onde as diversidades se encontram, se conhecem e dialogam.

Participação, Transparência e Governança Aberta

As questões que os processos participativos introduzem na prática política das comunidades são elementos centrais para o debate público informado que é necessário fazer sobre a reforma das instituições e a proteção dos eleitos locais face a pressões externas e a ameaças.

A forma como a intervenção e a vontade das cidadãs e dos cidadãos se articula com as decisões políticas tomadas pelos eleitos e executadas pelos serviços públicos, tem de ser transparente e facilmente acessível ao escrutínio público. Do mesmo modo, os órgãos municipais e regionais devem construir novas formas de prestação de contas, regulares e transparentes, que sejam também elas acessíveis aos cidadãos.

A participação, a transparência, a prestação de contas e a avaliação dos resultados são elementos centrais para, nesta década 2020-2030, recriar a confiança nas instituições e no exercício da cidadania, contribuindo de forma decisiva para o reforço da resiliência democrática.

Populismos

É vital para a sobrevivência de sociedades democráticas combater através da participação dos cidadãos, de mecanismos de transparência e também da prestação de contas, o modo como os populismos excludentes misturam a verdade com a mentira em fluxos de informação distorcida.

Estas dinâmicas – muitas vezes sintetizadas como “fake news” – elevam os níveis de ansiedade de mulheres, homens, jovens e idosos facilmente instrumentalizados por atos e discursos populistas. A mobilização de emoções negativas como o medo, a paranoia ou o sentimento de permanente agressão, tem vindo a promover discursos de ódio que empurram os cidadãos para comportamentos cada vez mais tribais e destrutivos, identificando como inimigos os que são diferentes ou pensam de maneira diferente.



O combate a este fenómeno tem de ser feito com a intensificação dos mecanismos democráticos de participação, pelo valor próprio dos seus processos que respeitam a diferença, pelo pensamento plural e pela partilha e discussão de informação fiável antes das tomadas de decisão. A abertura e transparência dos mecanismos participativos, bem como o seu carácter inclusivo e transversal, são o melhor antídoto para a manipulação e para a mentira, promovendo a confiança nas instituições e no sistema democrático e contribuindo para a paz social.

Conclusão

No encerramento da Conferência OIDP 2024, os seus participantes constataam que os mecanismos de democracia participativa melhoram as escolhas políticas, um contributo que será colocado na agenda da United Cities and Local Governments – CGLU, contribuindo para aprofundar os princípios fundamentais da proximidade, da descentralização e da liderança política democrática.

O exercício de poder que as práticas participativas representam permite um desenvolvimento mais inclusivo das comunidades, mais plural, mais informado e mais transparente.

O exercício de soberania por parte do povo não põe em causa a legitimidade que os políticos eleitos recebem através do voto. Pelo contrário, complementa-a e enriquece-a, elevando a vida democrática.

Os processos participativos são aliados dos poderes locais e regionais na construção de comunidades resilientes e resistentes aos populismos excludentes e oportunistas.

Valongo, 19 de outubro de 2024



Comité Científico

Fátima Vieira

Fátima Vieira é Vice-Reitora para a Cultura e Museus da Universidade do Porto e Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde leciona desde 1986. Foi Presidente da Utopian Studies Society / Europe entre 2006 e 2016, tendo sido galardoada, em 2013, com o Larry E. Hough Distinguished Service Award, instituído pela associação americana e canadiana Society for Utopian Studies, e, em 2023, com o Lifetime Achievement Award da Utopian Studies / Europe. É coordenadora do Polo do Porto do CETAPS – Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, onde lidera a linha de investigação Mapping Utopianisms e o projeto de extensão universitária Valongo, Cidade Utópica. Tem assumido também a coordenação de vários projetos financiados pela FCT na área do pensamento utópico.

Giovanni Allegretti

Arquiteto, urbanista e investigador sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pesquisa principalmente sobre processos participativos e práticas de cidadania insurgente. Atualmente, coordena o Projeto Europeu “PHOENIX: the Rise of Citizens’ Voices for a Greener Europe” em 10 países. Foi copresidente da Autoridade Independente para a Garantia e Promoção da Participação da Região da Toscana (Itália), no mandato 2014-2019. Como consultor, tem trabalhado em mais de 50 países para o Banco Mundial, o Conselho da Europa, a CGLU, a UNDESA e várias agências de cooperação nacionais. É membro da equipa do Projeto transnacional “UNPOP – Desvendando o POPulismo: Comparando a formação de narrativas emocionais e seus efeitos no comportamento político”.

José Carlos Mota

Professor Auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e investigador do GOVCOPP. Foi o Diretor do Mestrado em Planeamento Urbano e Regional (2016-2020). Tem estado envolvido em vários projetos de investigação nacionais e internacionais sobre planeamento participativo de base territorial. Tem vindo a dinamizar várias iniciativas cívicas em prol das cidades e da cidadania.



Miguel Silva Graça

Arquiteto. Doutorado em Urbanismo e Ordenamento do Território, pelo IUU-UVA, Espanha. Mestre em Administração Pública, pelo ISCTE-IUL, Portugal. Licenciado em Arquitetura, pela FAUTL, Portugal. Chefe de Divisão de Planeamento, Estudos e Projetos, da Autoridade Tributária e Aduaneira, desde 2023. Investigador integrado do Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente da Universidade de Coimbra (CITTA– UC), desde 2011. Técnico Superior do Alto Comissariado para as Migrações, de 2017 a 2023. Técnico Especialista do Gabinete da Secretária de Estado da Inovação e Modernização Administrativa, no XXII Governo Constitucional, de 2020 a 2022. Assessor para as áreas da Participação Pública e Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, de 2018 a 2020. Assessor para as áreas da Habitação e Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2007 e 2017. Autor de diversas publicações e artigos, em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Dinamarca, Grã-Bretanha, E.U.A, México, Brasil, Grécia, Chipre, Albânia, Turquia e Filipinas.

Nelson Dias

Licenciado em Sociologia e Mestre em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ambos pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Título de Especialista atribuído pelas Escolas Superiores de Educação de Coimbra, Guarda e Santarém. Tem desempenhado funções de consultor para a conceção, implementação e avaliação de processos participativos, trabalhando com mais de três dezenas de autarquias, com os Governos de Portugal, Brasil e Cabo Verde, com as Nações Unidas e com o Banco Mundial, este último com intervenções diretas em Moçambique, México e Federação Russa. Tem sido convidado a proferir conferências e outras apresentações públicas, alusivas ao tema da democracia participativa, em cerca de 60 países. Foi consultor da Associação Nacional de Municípios de Moçambique para a conceção da Estratégia Nacional de Governação Municipal Participativa, em 2017. Em Portugal, foi responsável pela criação da Rede de Autarquias Participativas, em 2014, mantendo-se como seu coordenador até à atualidade. Consultor da Comunidade Intermunicipal do Algarve para criação da Estratégia de Qualificação Profissional dos dezasseis municípios da região para o período de 2021 a 2023.

É consultor do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. para a elaboração das Linhas Estratégicas para a Promoção da Participação Jovem em Portugal (2021-2022). Foi consultor do Governo Federal do Brasil para a conceção de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Cidades de Médias Dimensão. É docente convidado da Escola Superior de Educação de Coimbra, desde 2009, responsável por lecionar a Unidade Curricular “Planeamento e Organização de Projetos”, do Mestrado de Educação de Adultos e Desenvolvimento Local e do Mestrado de Educação e Lazer. É membro fundador da Associação Oficina, entidade do terceiro setor dedicada aos temas da democracia participativa e do planeamento e avaliação de



políticas públicas. É autor e coordenador de diversos livros, entre os quais se destacam “Esperança Democrática” e “Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos”.

Priscila D. Carvalho

Priscila D. Carvalho pesquisa atores coletivos em processos de construção (e desconstrução) democrática, com ênfase em movimentos e sindicatos rurais. Atualmente, é professora do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da mesma universidade. É uma das coordenadoras do projeto LAProtesta, sobre eventos de protesto na Argentina, Brasil e Chile, no INCT Instituto da Democracia. Participou de pesquisas e projetos de extensão sobre inovações participativas em municípios e autonomia económica das mulheres. Doutora em Ciência Política, graduou-se em Comunicações.

Zenaida Machado-Ezinteje

Zenaida Machado-Ezinteje é jornalista e pesquisadora com mais de 20 anos de experiência cobrindo assuntos africanos. Atualmente trabalha para a organização internacional de defesa de direitos humanos, Human Rights Watch (HRW), como pesquisadora sénior da Divisão Africana, onde para além de investigar e documentar abusos de direitos humanos, advoga para cumprimento das leis de direitos humanos e do direito humanitário internacional. Antes, trabalhou vários anos, como jornalista e produtora da BBC World Service e BBC Africa, em Londres, tendo produzido programas de televisão e rádio de destaque, incluindo o Focus On Africa e o Network Africa. Trabalhou também para Rádio Moçambique, em Maputo, onde iniciou a sua carreira jornalística, e foi responsável pela criação do primeiro website e redação de notícias online daquela instituição. Possui uma vasta experiência como pesquisadora e consultora nas áreas de direitos humanos e negócios, extremismo violento, operações contra terrorismo, mulher em zonas de conflito, assim como direitos civis e políticos. Entre as várias pesquisas em que participou, constam “O próximo a morrer: Abusos das forças de segurança do Estado e da Renamo em Moçambique”, “Lei de Imprensa em Africa: um estudo comparativo legal”, “Além da Radiodifusão: O futuro das emissoras estatais na África Austral”, e outros.

Machado-Ezinteje é licenciada em Tradução pela Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, e mestre em Mídia e Desenvolvimento pela Universidade de Westminster em Londres.



Notas biográficas:

Aaron Landsman - Is a New York-based theater artist, teacher and organizer. He is a recent Guggenheim Fellow, ASU Gammage Residency Artist and Princeton Arts Fellow. Landsman is the artistic director of Perfect City, an organization that uses the tools of theater and design to innovate civic engagement and organizing in communities. Landsman's work has been presented extensively in NYC, regionally and abroad. His 2012-14 project City Council Meeting, created with Mallory Catlett and Jim Findlay, was presented in five US cities. The project spawned the book *The City We Make Together*, a course at Princeton and a curriculum for communities. Landsman is a Lecturer at Princeton and has taught at and guest lectured widely.

Ahmet Pekyatırmacı - Born in Konya in 1971. He graduated from Selçuk University, Faculty of Engineering and Architecture, Department of Civil Engineering in 1993. He was elected as a member of the Selçuklu Municipality Council in the local elections held in 2009. In the local elections of 2014, he assumed the duties of a member of the Selçuklu Municipality Council and a member of the Konya Metropolitan Municipality Council. As of December 2014, he was appointed as the Deputy Mayor of Selçuklu Municipality. Upon the election of Selçuklu Mayor Uğur İbrahim Altay as the Mayor of Konya Metropolitan Municipality, he was elected as the Mayor of Selçuklu on May 12, 2018. Ahmet Pekyatırmacı, who was re-elected as the Mayor of Selçuklu in the March 31, 2019 Local Administrations General Elections, was also re-elected as the Mayor of Selçuklu in the March 31, 2024 Local Administrations General Elections.

Albert Fernand Okéké YAPI - Ivoirien, Pere de 2 enfants, Expert en Financements des (CDN) de la Frankfurt School of Finance & Management, Titulaire d'un Master 2 Ethique Economique et ODD, Responsable du Pole Qualification vers l'Emploi a la Plate forme de Service de Cocody, Point Focal Convention des Maires Pour l'Afrique Subsaharienne/ Pacte mondial des maires pour le climat et l'energie pour la Mairie de Cocody , Point focal Reporting Data Climatique CDP et ICLEI Gouvernements locaux pour la durabilite, Membre du RASEP (Reseau des acteurs au service de la population de la commune de Cocody), Membre du Comité de Pilotage pour l'elaboration du Plan de Mobilité Urbaine Durable (SUMP) du District Autonome d'Abidjan. Membre du Comité de Pilotage pour l'elaboration de la Feuille de Route pour la Mobilité Durable en Cote d'Ivoire.

A Participer : A la 28eme Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques à DUBAI AUX EMIRATS ARABES UNIS du 30 Novembre au 12 Decembre 2023; A une convocation de la Convention Mondiale des Maires pour apporter notre contribution la Reunion regionale SUP du GIEC pour l'Afrique, un Resume a l'intention des decideurs urbains (SUP) du sixième rapport d'evaluation du GIEC (AR6) a Kisumu au Kenya en Mai 2022; Au Sommet Africites 9, neuvieme edition des journees panafricaines des collectivites territoriales a Kisumu, Kenya, du 17 au 21 Mai 2022; Atelier sur l'acces a l'energie durable et le plan d'action climatique pour le développement urbain en Afrique subsaharienne, Nairobi, Kenya du 3 au 6 juin 2019; Au Sommet Africites 8, huitieme edition des journees panafricaines des collectivites territoriales a Marrakech, Maroc, du 20 au 24 novembre 2018; Au Sommet Climate Chance-Afrique les 28 et 29 juin 2018 a Abidjan, Cote d'Ivoire; A la 23eme Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques à Bonn en 2017; A la 22eme Convention-cadre des Nations Unies sur les changements climatiques à Marrakech, Maroc en 2016.

Amanda Fléty Martínez - Amanda Fléty Martinez has served as Executive Coordinator of the Committee on Social Inclusion, Participatory Democracy, and Human Rights at UCLG since 2018 and is now the UCLG Head of Policy. She facilitates global policy exchanges and advocacy among cities and at the UN level, with a special focus on human rights-based approaches to topics like housing, migration, and violence against women. Amanda is the co-organizer of Gwangju's World Human Rights Cities Forum and serves as a jury member for the IODP's annual award.

Ana Rita Martinho Guimarães Moreira - Nasceu em junho de 1980. É Mestre em Engenharia do Ambiente, ramo Sanitária pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Fluente em inglês. Trabalha na Cascais Ambiente há 15 anos. Em complemento à sua formação académica de base, possui diversas formações complementares, destacando-se a pós-graduação de Técnica Superior de Segurança e Higiene no Trabalho.

António Fragoso - É Professor Catedrático de Ciências da Educação na Universidade do Algarve e Coordenador do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD). Foi membro do steering committee da European Society for Research on the Education of Adults (ESREA), para a qual criou a rede de investigação Between Global and Local: Adult learning and development, que dirigiu até 2011. Atualmente dirige (com Barbara Merrill e Andrea Galimberti) a rede de investigação Access, Learning Careers and Identities. António Fragoso é



editor do European Journal for Research on the Education and Learning of Adults. Tem participado em muitos projetos de investigado e publicado amplamente. Os seus interesses de investigação centram-se na educação de adultos, na Educação e Desenvolvimento Comunitário/Local, Estudantes não-tradicionais no Ensino Superior, Educação e Aprendizagem dos Adultos mais velhos, Participação e Cidadania. Desde 2023 é diretor técnico-científico do Orçamento Participativo da Universidade do Algarve.

Amanda São Vicente - É estudante do mestrado em Ciências da Educação na Universidade do Algarve e bolsista de investigação no Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD), no qual integra a equipa do projeto European Universities as Community Leaders of Education for Sustainable Development (ESDEUS), que visa promover o papel das universidades na educação para o desenvolvimento sustentável. Em 2023, destacou-se na 1ª edição do orçamento participativo da Universidade do Algarve, tendo duas de suas propostas selecionadas como vencedoras, incluindo a mais votada pela comunidade académica. Também está envolvida em um projeto de investigação sobre Planeamento e Gestão de Carreira de Estudantes e Diplomados da Universidade do Algarve. Os seus interesses de investigação incluem educação para o desenvolvimento sustentável, educação de adultos, educação e desenvolvimento comunitário/local, participação e cidadania, e orientação de carreiras no ensino superior.

Amira Khammassi - Avec 10 ans d'expérience dans les collectivités locales Tunisiennes (fonctionnaire d'Etat), j'ai mené plusieurs missions : Chargée de Communication depuis 2010, chargée BP (2014-2017) dans une commune de 120 000 habitants (Municipalité de La Marsa, Tunisie), coordinatrice nationale du budget participatif (qui rassemble 10 communes) avec un prix d'excellence en 2015 (Prix d'honneur 2015 du CGLU à Johannesburg).

En 2014, j'ai co-fondé le réseau MADINATI (16 Municipalités membres), dédié au développement de l'intercommunalité en Tunisie.

De 2017 à 2020, Chef de Service des Affaires sociales et culturelles, Responsable de la Communication et Coopération Internationale à la Municipalité de Sidi Bou Saïd.

Je suis venue en France depuis le 23 juillet 2020 dans un cadre de mobilité internationale, j'ai fondé l'association AID Patrimoine (février 2023) et j'ai réalisé une formation de formateur professionnel d'adultes (du janvier au juillet 2024).

Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino - É vice-presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Portugal.

É Presidente do Conselho de Administração da REVES: Rede Europeia de Cidades e Regiões para a Economia Social, desde 2021 e membro do GECES - Grupo de Peritos em Economia Social e Empresas Sociais da Comissão Europeia. Foi uma das relatorias do subgrupo Clusters de inovação social e ecológica.

Integra a direção de várias organizações: Vice-Presidente Executiva da Federação Europeia das Cidades Napoleónicas; Vice-Presidente da Associação para o Desenvolvimento Histórico e Turístico das Linhas de Torres Vedras; Vice-Presidente da Rede de Judiarias de Portugal; Membro da Direção da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis e da Artemrede - projeto de cooperação cultural.

É também membro de vários Conselhos Consultivos como a Cátedra Unesco: Gestão das Artes e da Cultura, Cidades e Criatividade.

Ana Carla Lopes Alves - Mãe de 3 lindas meninas, master em gestão de projetos e sistema da informação, Relações-Públicas e Publicitária de formação, apaixonada por Agilidade, transformação digital, inovação e tecnologias.

Head of business na Numen, Co-Founder Follow Trend TIC Consulting. 21 anos de atividades laborais e 14 anos das atividades abraçadas ao ecossistema das tecnologias.

Um Pitch de investimento premiado pelo banco mundial, Water Wise System, ESG na veia.

Um DECK de poio as mulheres, imigrantes e pessoas em vulnerabilidade, através de formações, mentorias em Tecnologias e metodologias ágeis. Board member da Women In Tech, organização sem fins lucrativos, presente em 64 países, com o objetivo de promover a equidade de genero nas STEMs e impactar/ apoiar 5 milhões de mulheres e crianças, no globo, até 2030.



Ana Luisa Jossias Vilanculos Massingue - Jurista de profissão, Funcionaria do Conselho Municipal de Maputo, desde 2005, Exerceu a função de Diretora Municipal Adjunta de Recursos Humanos, atualmente Diretora Municipal de Descentralização e Boa Governança.

Anders Nordh - Development manager at SALAR, supports, educate, inspire municipalities regarding citizens' participation since 2008.

Andrea Cervera Robles - Social communicator - journalist, master's in creative writing. Feminist, cyberactivity, researcher, and coordinator of knowledge management projects related to deliberative democracy and political innovation.

Andrés Barrios Arenas - Maestro en Innovación de Empresas. Desarrollador de software. Fundó el Observatorio Permanente del Sistema Estatal Anticorrupción de Jalisco, participó como consejero político en Wikipolítica Jalisco, y como consejero técnico en la plataforma ciudadana ¡Tómala!. Fue Director de Implementación de Instrumentos y Mecanismos de Participación en la Secretaría de Participación Ciudadana del Gobierno de Nuevo León. Actualmente es director del Centro de Estudios Aplicados y Profesor de la Escuela de Ciencias Sociales y Gobierno del ITESM.

Andrés Falck - Is Executive Director of Coglobal, a Spanish nonprofit that promotes participatory democracy among government bodies. MSc in Political Science. Consultant in participatory policies –PB, Youth PB and children's participation in or outside school contexts– with a focus on inclusive and transparent processes. Andrés Falck has co-authored several studies about children and youth participation.

António Barbot - Holds a PhD in Physical Sciences Education from the University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Portugal, focusing on the relationship between Water and Energy. He has a degree in Biological Engineering and a postgraduate diploma in Environmental Technologies from the University of Minho, Portugal. Currently, he is an Assistant Teacher at the School of Education of the Porto Polytechnic Institute, in the Department of Mathematics, Science, and Technology. He is also a member of the Research Centre for Didactics and Technology in the Education of Trainers (CIDTFF), located in Aveiro, Portugal. His main research interests lie in Physical Science Education in initial teacher training programs and the use of technology in science teaching.

António José Candeias Martins - Licenciado em Geografia e Planeamento Regional. Mestre em Desenvolvimento Comunitário e Empreendedorismo. Investigador no LIDERE - Laboratório de Inovação em Desenvolvimento Regional e Empreendedorismo/ Instituto Politécnico de Beja. Investigador no COIDESO - Centro de Investigação em Pensamento Contemporâneo e Inovação para o Desenvolvimento Social/Universidade de Huelva

Anzhelika Pylypenko - Born in 1970 in Dnipro, Ukraine, where I live all my life. I am a mother of two children. I am divorced. I have a degree in psychology, economics and law. I also have a PhD in law and an academic title of associate professor. From 2006 to 2020, I was a deputy of the Dnipro City Council (three terms). I have been heading the LDA of Dnipropetrovsk region since 2015. Our organization has the following priorities: - promoting the development of local democracy; - facilitating the adaptation of IDPs, military personnel and their families by providing psychological and legal assistance; - support of youth initiatives; - promoting gender equality in local communities. Our organization has successfully implemented 15 projects to support public participation in decision-making in the communities of Dnipropetrovsk region, as well as socially oriented projects for socially vulnerable groups.

Arlindo Cesário Ngozo - Docente de profissão, Especialista de Educação, Pós-Graduado em Ciências da Educação e em Políticas Públicas, Mestrado em Ensino de Geografia na extinta Universidade Pedagógica e em Gestão e Administração Educacional na Universidade Católica de Moçambique. Frequenta o Doutoramento em Ciências da Educação, Especialização em Educação Inclusiva e Pedagogia Diferenciada na UNIPIAGET.

Ao nível do Governo, desempenhou várias funções: foi de Diretor do Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Gondola; Diretor da Escola Secundária Geral Josina Machel em Gondola. Atualmente é Presidente do Conselho Municipal de Gondola.



Arnau Monterde - Manager of decidim.barcelona and co-founder of Decidim.org. Manager of Canòdrom - Center for Digital and Democratic Innovation. Ex-coordinator of Technopolitics at the Internet Interdisciplinary Institute (IN3-UOC). Doctor in Information Society and Knowledge by the UOC.

Ashok Sharma - Is a Community Engagement Specialist at the Center for Democracy Dialogue (CDD), where he partners with Amargadhi Municipality. Holding a Master's in Rural Development, Ashok brings four years of experience in fostering community involvement and driving development initiatives. His role involves implementing strategies to enhance civic engagement and support local governance. Passionate about promoting inclusive and sustainable development, Ashok leverages his expertise to build effective partnerships and empower communities. Unmarried and dedicated to his field, he is committed to advancing democracy and improving the quality of life in rural areas. As a Community Engagement Specialist at the Center for Democracy Dialogue (CDD), Mr. Ashok Sharma, designs and implements strategies to enhance civic participation and address local needs. Collaborating with Amargadhi Municipality, he facilitates dialogues, workshops, and training, fosters partnerships, and promotes inclusive decision-making to support sustainable development and effective governance.

Ben Palmquist - Leads Partners for Dignity & Rights' New Social Contract initiative, helping community power-building organizations reshape governance in the United States to advance equity, human rights and distributed democratic power. He previously worked in the U.S., Indonesia and Ecuador on health justice, community development, labor research and youth development, and has a Master of Urban & Regional Planning.

Benedetta - Italian professional with experience on urban development with a focus on culture, social inclusion and participatory democracy. After 4 years working at the Culture Sector of UNESCO, Benedetta is currently working as a policy officer at United Cities and Local Governments.

Bru Aguiló Vidal - Bru Aguiló es asesor en Innovación Democrática y Participación Ciudadana en la Diputación de Barcelona. Es sociólogo por la Universidad Autónoma de Barcelona, con un posgrado en Políticas Públicas para Ciudades Abiertas y un máster en Medios, Comunicación y Cultura. Ha desarrollado su carrera profesional como periodista, investigador y coordinador de proyectos en diversas organizaciones y medios, con un enfoque específico en la incidencia política, la defensa de los derechos humanos, la comunicación estratégica y la participación ciudadana. Desde 2017, es miembro activo de la comunidad Decidim.

Bruna Araújo Carvalho - Técnica de apoio psicossocial, experiência de 11 anos de intervenção no terreno no âmbito de processos participativos e inclusivos com crianças, jovens e adultos: programa Escolhas, programa Erasmus +, Câmara Municipal de Famalicão;

Bruno Castro - Fundador & CEO da VisionWare. Licenciado em Engenharia Eletrotécnica desde 2000, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra obteve, o grau de Mestre em Engenharia Informática (Segurança Informática), pela mesma faculdade, no ano seguinte. Em 2010, concluiu o MBA em Gestão de Empresas, na Escola de Negócios EUDEM, em associação com diversas escolas de negócios internacionais. Está credenciado NATO-SECRET e EU-SECRET, e ainda faz parte do grupo de auditores de segurança credenciado pelo Gabinete Nacional de Segurança. É igualmente Lead Auditor e Lead Implementer na norma ISO/IEC27001 e BS25999 atribuídas pela British Standards Institute (BSI). É atual membro da European Society of Criminology.

Especialista nas temáticas da Segurança da Informação, Cibersegurança e Investigação Forense, escreve regularmente para vários meios de comunicação social e participa em várias formações de nível superior nas principais Instituições Universitárias portuguesas e cabo-verdianas, públicas e privadas.

Bruno Venâncio de Abreu Costa - É bacharel em Ciências e Humanidades, e Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. Foi pesquisador voluntário no Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil; e professor voluntário no Projeto MONUEM do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo. Atuou como estagiário e atualmente é assessor técnico na Coordenadoria de Governo Aberto.



Carla de Paiva Bezerra - Received her PhD in Political Science from the University of São Paulo (USP) and a Bachelor of Laws from the University of Brasília (UnB). She is a member of the federal civil service as a specialist in public policy and government management since 2011, with experience in different government agencies, having worked both as a practitioner and as a scholar, in different moments of her career. Currently, She serves as Director of Digital Participation and Network Communication at the General Secretariat of the Brazilian Presidency of the Republic, being responsible for the Brasil Participativo Platform (brasilparticipativo.presidencia.gov.br).

Carla Güell Font - Facilitadora sistémica y articuladora territorial en el ámbito de la acción comunitaria y las políticas públicas rurales. Carla lleva más de 8 años trabajando en el campo de la democracia participativa y las estructuras de gobernanza comunitaria, especializada en áreas rurales. Graduada en Educación Social, con un máster en Políticas Públicas y Acción Comunitaria, Facilitadora Sistémica con una mención al estudio de sistemas vivos aplicada a contextos sociales, biomimesis. Dissenya, facilita y evalúa procesos innovadores de gobernanzas comunitarias y resiliencia territorial en áreas rurales.

Carola Gunnarsson - Vice-President of the Swedish Association of Local Authorities and Regions (SALAR), as Vice-President for Europe.

Celina Su - Is the Marilyn J. Gittell Chair in Urban Studies and a Professor of Political Science at the City University of New York. Her work focuses on everyday struggles for collective governance; her current book project centering radical democracy, *Budget Justice: Racial Solidarities & Politics From Below*, is forthcoming from Princeton University Press. Celina has served on New York City's participatory budgeting Steering Committee since its inception in 2011. Her publications include *Streetwise for Book Smarts: Grassroots Organizing and Education Reform in the Bronx* (Cornell University Press) and pieces in the *New York Times Magazine*, *Harper's Magazine*, and elsewhere.

César Silva - A mining engineer with a passion for promoting citizenship, especially through citizen participation. With 30 years' experience of public administration projects, has consulted for hundreds of participatory projects in Portugal, Spain and Scotland, through which several tens of millions euros were decided by citizens. To increase citizens trust and engagement in government is the main purpose of his work. Proud father of 3 and very involved in local sports and social ONG. In the spare time i love martial arts and firewalking.

Cesare Ottolini - Nació en 1956 en Padua (Italia), la ciudad donde reside. Se graduó, magna cum laude, en la Universidad de Padua con una licenciatura en Ciencias Políticas, presentando una disertación sobre "Normas de alquiler justo y conflictos sociales". Fue presidente nacional y secretario nacional de la Unione Inquilini, una de las organizaciones de inquilinos más importante y extendida de Italia.

Fue el coordinador mundial de la Coalición Internacional del Hábitat. Actualmente es el coordinador global de la Alianza Internacional de Habitantes, una red mundial de organizaciones de base de habitantes y movimientos sociales comunitarios. En esta calidad, ha organizado iniciativas durante los Foros Sociales Europeo y Mundiales, especialmente las Asambleas Mundiales de Habitantes, y Foros Sociales populares alternativo a los de ONU-Hábitat. Es miembro del Consejo Internacional del Foro Social Mundial.

A nivel nacional es miembro de la secretaría nacional de la Unione Inquilini.

Apoya activamente las campañas contra los desalojos, desplazamientos y violaciones del derecho a la vivienda (Campaña Cero Desalojos) en todos los continentes y colabora con el Relator Especial de las Naciones Unidas sobre el derecho a la vivienda.

Como miembro del (antiguo) Grupo Asesor sobre Desalojos Forzosos de ONU-Hábitat (AGFE por su sigla en inglés) ha coordinado misiones a Roma, Italia y a Argentina.

En 2011 fue cofundador, y sigue siendo miembro del Comité Directivo Internacional y del Jurado, del Tribunal Internacional de Desalojos.

Es cofundador y vive en una cooperativa de vivienda de propiedad colectiva, la Cooperativa Coralli, con migrantes e italianos.

Ha publicado artículos e investigaciones en los ámbitos de los derechos al hábitat y los estudios urbanos.

Idiomas escritos y hablados (por orden de conocimiento): Italiano (lengua materna), francés, español, inglés, portugués.



Chumba Chhuni Aangmu - Is a Senior Facilitator at Capacity Building International Network (CBIN), where she excels in enhancing the skills and effectiveness of individuals and organizations involved in governance and community development. Her role involves designing and leading training programs that empower leaders and stakeholders to drive positive change. Ms. Aangmu also partners with Amargadhi Municipality, contributing her expertise to strengthen local governance and foster participatory processes. Her dedication to building capacity and promoting effective civic engagement has made a significant impact on democratic development in her community. With a passion for collaborative problem-solving and sustainable growth, Ms. Aangmu continues to be a driving force in advancing democratic resilience through strategic capacity-building initiatives.

Claudia Guzman - Presidenta regional para América Latina y el Caribe y fundadora del Instituto para el Desarrollo Democrático y Competitividad (IDDECO); Es Diseñadora Gráfica por la Universidad La Salle, estudió grafología, Religiones del Mundo, cursó estudios de Psicología, es licenciada en Administración Pública y cuenta con estudios de post grado en Derecho por la Universidad Latinoamericana, es graduada del Máster en Negocios Internacionales por la ICC con Sede en Londres, experta en Estrategia, Desarrollo Empresarial, Desarrollo Democrático, Cultura Política y Asuntos públicos con Perspectiva de Género.

Acompaña el trabajo estratégico e instalación de los nodos y capítulos de IDDECO en otros países de la región y para Europa sus trabajos se realizan desde Barcelona, comenzando con su próximo capítulo con sede en esta misma ciudad.

Es integrante de la Red de Observación del IECM y de la Red de Observación en Justicia Electoral del TEPJF y observadora internacional de las Misiones de Observación Electoral en Latinoamérica, sus últimos despliegues han sido en las actuales elecciones de Bolivia, Perú, Argentina, El Salvador, Ecuador, Brasil, Colombia, Guatemala. Ha sido jefa de misión en la elección 2022 en Costa Rica y la única representante mexicana acreditada de las 45 organizaciones internacionales observadoras de la elección en Colombia.

En Coparmex Nacional ocupó hasta febrero 2021 el cargo de vicepresidenta de la Comisión Nacional de Desarrollo Democrático e integrante de la Comisión Nacional Anticorrupción de la Coparmex Nacional. En COPARMEX CDMX, ha sido integrante del Consejo Directivo, fundó y presidió la Comisión de Mujeres Empresarias y la Comisión de Desarrollo Democrático; y tuvo bajo su responsabilidad el seguimiento y vigilancia de la instalación del sistema Local Anticorrupción.

Empresaria reconocida como una de las mujeres más influyentes en el sector público y privado por la Revista Expansión en su edición las 100 mujeres más poderosas del 2015. Fue nombrada Emprendedora del año por la Revista Mujer Ejecutiva en su edición 20 Líderes mexicanas, considerada una de ellas.

En Latinoamérica recibió el galardón mujer líder política de las Américas, en el 2020 y fue refrendado este reconocimiento en el 2021 por el Centro de Mujeres Líderes de las Américas, es presidenta del Foro Internacional de Mujeres Mexicanas y Latinoamericanas y organizadora de la Cumbre Mundial de Mujeres Líderes y Políticas: IDDECO WOMEN FORUM (IWF), a celebrarse el próximo noviembre 2025 en CDMX y Yucatán

Autora del libro mujer Causa Efecto y Coordinadora ejecutiva y coautora del libro Voto Luego Exijo. México después de las elecciones de 2018; de su Casa Editorial, Ediciones Ilyo.

Ha colaborado en el suplemento TODAS del diario Milenio y como Consejera Editorial de Nacional del Periódico Reforma.

Cristiano Gianolla - Cristiano Gianolla integra a linha temática sobre “Democracia, Justiça e Direitos Humanos” no Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra. É o Investigador Principal do projeto UNPOP (FCT) e PI e WP leader dos projetos PROTEMO e CO3 do Horizonte Europa. Cofundou e co-coordena o “Grupo Inter-Temático das Migrações” e coordena os cursos “Teorias e Instituições Democráticas” (Doutoramento) e “Diálogo Intercultural Crítico” (Mestrado). Cristiano investiga sobre teoria democrática, populismo, narrativa da emoção, pós-colonialismo, diálogo intercultural, cidadania e migrações;

Daniel Pereira - Aluno maior de 23 anos na Universidade do Algarve (UALG). Concluí a licenciatura em Ciências da Educação e da Formação em 2023. No mesmo ano, iniciei o mestrado em Ciências da Educação, também na UALG. O meu percurso académico demonstra o meu interesse com a aprendizagem contínua e a aplicação prática do conhecimento para contribuir positivamente no campo da educação. Além dos estudos, valorizo o desenvolvimento pessoal e profissional, procurando sempre novas oportunidades para crescer.



Diego Ramalho Freitas - Subcontrolador de Governo Aberto e Ouvidor-Geral do Estado de Goiás desde 2019. Foi Subcontrolador de Transparência no Distrito Federal entre 2015 e 2019. Foi diretor no DF do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral e criador do Projeto "Adote um Distrital". Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle, indicado pelo Departamento de Estado Americano para o International Visitor Leadership Program (IVLP) "Open Government and Access to Information". Formado em Gestão Pública (IESB) e Pós-Graduado em Master em Liderança e Gestão Pública (CLP).

Dolanath Sharma - Is a 26-year-old Democracy and Governance Specialist with the Center for Democracy Dialogue (CDD), a key partner of Amargadhi Municipality. He holds a Master's degree in Public Administration and brings four years of experience in advancing democratic processes and governance. Mr. Sharma's expertise lies in fostering participatory community engagement and enhancing democratic resilience. Unmarried and committed to his field, he continues to contribute significantly to strengthening democratic practices through innovative approaches and dedicated research. As a Democracy and Governance Specialist at the Center for Democracy Dialogue (CDD), Mr. Dolanath Sharma designs and implements strategies to strengthen democratic processes and governance. He conducts research on democratic resilience, leads community engagement initiatives, and advises local governments on participatory governance. Mr. Sharma also oversees projects to enhance transparency and accountability in public institutions, working closely with municipal officials and community leaders to integrate democratic values into policy and practice.

Diego Calvo - Is a technical specialist of the Consul Democracy platform for citizen participation.

Djossou Mahouton Marius Elvis - Est né en 1977. Après son baccalauréat littéraire, il a effectué des études universitaires en sciences juridiques et en géographie pour déboucher sur master dans le domaine des relations internationales, de la coopération pour le développement à l'université Poitiers (France) et en politiques et pratiques de développement à l'IHEID (Suisse). Les aptitudes qu'il a pu développer à la recherche et sa curiosité l'ont conduit à se spécialiser dans le domaine de la coopération décentralisée entre les collectivités territoriales béninoises et françaises avec le grade de Docteur en Géographie à l'université de Poitiers (France), il a exercé ses compétences pendant une dizaine d'années dans le domaine de la coopération. Devenu enseignant-Chercheur, il a mené des projets de recherches sur les faits de sociétés dans différents domaines tels que la Francophonie, les relations internationales, le tourisme durable, les changements climatiques, la gestion des risques en BTP ainsi que les sciences participatives.

Drissa Ouatarra - Est titulaire d'un Master en politique et pratiques du développement obtenu à l'Institut des Hautes Etudes Internationales et du Développement à Genève et d'une Maîtrise en macroéconomie et gestion du développement obtenu à l'université Thomas SANKARA. Il est actuellement le Chargé des programmes du CIFOEB. Il travaille sur les projets de mobilisation citoyenne ou de participation citoyenne, de transparence et de redevabilité sociale et a contribué à développer plusieurs outils et instruments de suivi et d'évaluation de la gouvernance locale notamment l'indice de mesure de la transparence budgétaire, l'indice genre qui mesure la prise en compte du genre dans les politiques publiques nationales et locales. Il assure par ailleurs une Assistance technique aux collectivités territoriales pour la mise en œuvre d'approches innovantes de participation citoyenne dans les collectivités territoriale.

Emerência Raquel da Silva Mendonça Teixeira - Licenciada em Biologia (Ramo Educacional e Ramo Científico), em 2004, pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Coordena e participa em projetos educativos, com impacto nas comunidades, nas áreas do Ambiente, Saúde e Tecnologia. No presente ano letivo leciona no grupo de recrutamento 520 (Biologia e Geologia) na Escola Secundária Inês de Castro.

Emilia Saiz - Emilia Saiz is Secretary General of United Cities and Local Governments (UCLG). She has worked with the international movement of local and regional governments in different capacities since 1997, leading programmes and initiatives on institutional capacity building, the participation of women in local decision-making and decentralized cooperation. She played a critical role in setting up the Global Taskforce of Local and Regional Governments, and has followed and represented local and regional governments in iconic international processes such as the Rio and Beijing +20 as well as the Climate Agreement, the SDGs and Habitat III and facilitated the contributions from local constituencies to the United Nations process.

Felipe Tannus Moreira da Costa - Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP). Gestor público municipal na agenda de governo aberto, idealiza e coordena projetos de educação cidadã e participação social nos territórios, unindo governo e sociedade



civil para renovar as políticas públicas. Foi diretor da Comunidade de Aprendizagem da ONG/Escola Projeto Âncora. Atual Diretor de Governo Aberto e Fortalecimento da Cidadania na Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura do Município de Osasco, Brasil. É membro da Rede de Práticas Anticorrupção da Transparência Internacional e coordenador do Grupo de Trabalho de Governo Aberto e combate à corrupção. Membro do Conselho Consultivo para a Educação Democrática da Rede Nacional de Educação Cidadã.

Garazi Uriarte - Soy una joven emprendedora que hace ya más de 7 años decidió emprender junto con otras compañeras Stay Bigel SLL. Desde entonces, creamos proyectos para impactar en la sociedad, con la educación como palanca y motor de la sociedad, trabajando para la movilidad social y la juventud. Googaz es uno de nuestros programas que tiene como objetivo motivar a las personas jóvenes a actuar y apropiarse de sus vidas. Desde 2017 se han realizado cinco ediciones, para acercar los Objetivos de Desarrollo Sostenible a la juventud a través de la realidad virtual, los retos y la educación. Estamos colaborando con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat desde el año 2023 con Misión ODS. Vivimos en un mundo cambiante y lleno de estímulos, donde los desafíos del futuro son parte del presente. Generación Z, Y, millennials y boomers convivimos con androides. ¿Cómo hacemos que la tecnología sea parte de nuestros desafíos sociales? ¿Cómo avanzamos nosotras, como jóvenes digitales, para construir un futuro sostenible? Es difícil comprometerse con un futuro sin ser consciente del presente. A través de la realidad virtual, en Googaz te acercamos las diferentes realidades del mundo.

Gbenagnon Lagrange Fidèle Sinmenou Agnankpe - Né le 25 Avril 1985 à Cotonou, Monsieur Gbenagnon Lagrange SINMENOU AGNANKPE est Spécialiste en intelligence stratégique, communication et diplomatie, béninois d'origine et gabonais par alliance, marié et Père de Cinq Enfants. Il a travaillé dans le domaine de la diplomatie bilatérale et multilatérale pendant une décennie avant de devenir Consultant, Formateur. Il anime depuis quelques années des conférences publiques sur les questions diplomatiques, de sécurité, de démocratie et de développement du continent africain. Fondateur et Directeur Exécutif du Laboratoire de Recherches et d'Actions Diplomatiques (LaRAD OING) qui œuvre pour la démocratie le développement social, économique, durable à travers des recherches, formations, enquêtes, sondages, sensibilisations, et met son expertise au service des États, des gouvernants, des partenaires techniques et financiers. Le LaRAD est également axé sur les questions de femmes et de jeunes d'Afrique.

Geraldina Safira Bonifácio - Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento – Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Trabalhou na Assembleia da República onde exerceu os seguintes cargos: Chefe de Repartição de Estatística e Vencimentos – Departamento de Recursos Humanos; Chefe do Departamento de Aprovisionamento na Assembleia da República; Chefe do Gabinete da Mulher Parlamentar na Assembleia da República; Chefe do Gabinete da Juventude Parlamentar na Assembleia da República; Foi docente de Alfabetização e Educação de Adultos; Foi pesquisadora em Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos no Fórum Parlamentar da (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) SADC de 2019 a 2024".

Em 2023 foi eleita Presidente do Município da Vila de Boane, cargo que exerce atualmente.

Gisele Craveiro - Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, credenciada no Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Líder do grupo de pesquisa Colaboratório de Desenvolvimento e Participação (CoLab-USP). Pesquisadora sênior da Iniciativa Latinoamericana por los Datos Abiertos (ILDA). Ex-membro do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA). Fundadora e ex-presidente da Open Knowledge Brasil.

Guðný Bára Jónsdóttir/Sigurlaug Anna Jóhannsdóttir - Are both political scientists with a master's degree in public administration from the University of Iceland. Both of them have also taught political science at the University of Iceland. Sigurlaug previously worked as a project manager for a research project on direct democracy at the local level in Iceland at the University of Iceland and has published articles on the subject. Guðný Bára is the project manager of the project My neighborhood (Reykjavíks PB project), and Sigurlaug works as a democracy advisor at the Human rights and Democracy Office at the City of Reykjavík.

Hélder Bento Namburete - Tem a primeira formação em estradas e pontes e quadro da Administração Nacional de Estados, Delegação Provincial da Inhambane.

É advogado e membro da ordem dos advogados de Moçambique. Frequenta o curso de Mestrado em Administração Pública.



Em 2018 foi eleito, como membro da assembleia Municipal de Maxixe foi eleito Chefe da Comissão de Legalidade, Administração de Património e Ordem Pública.

Desde Janeiro de 2024 exerce a função de Presidente da Assembleia Municipal da Maxixe e membro do Conselho Nacional da ANAMM.

Igor Unica Grego - Doutorando em Democracia no Século XXI, Universidade de Coimbra.

Iñigo Iturrioz - El objetivo de Googaz es motivar a las personas jóvenes a actuar y apropiarse de sus vidas. Desde 2017 se han realizado cinco ediciones, para acercar los Objetivos de Desarrollo Sostenible a la juventud a través de la realidad virtual, los retos y la educación. Estamos colaborando con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat des de el año 2023 con Misión ODS. Vivimos en un mundo cambiante y lleno de estímulos, donde los desafíos del futuro son parte del presente. Generación Z, Y, millennials y boomers convivimos con androides. ¿Cómo hacemos que la tecnología sea parte de nuestros desafíos sociales? ¿Cómo avanzamos nosotras, como jóvenes digitales, para construir un futuro sostenible? Es difícil comprometerse con un futuro sin ser consciente del presente. A través de la realidad virtual, en Googaz te acercamos las diferentes realidades del mundo.

Irakli Jgharkava - Is the Belarus, Southern Caucasus, and Central Asia Coordinator at ALDA, based in Tbilisi, Georgia. Before joining ALDA, he gained significant experience as a Programme Assistant and Consultant with the European Endowment for Democracy (EED), contributing to democracy promotion in the EU's Eastern Partnership region. He also worked as a researcher at the Georgian Institute of Politics, focusing on Georgia-EU relations, media polarization, information warfare, national security, and nationalism.

Irakli holds an MA in Managing Disruption and Violence from the Daniel Morgan Graduate School of National Security (Washington, D.C.) and a Master's degree in European Public Affairs and Policies from the College of Europe in Natolin. He completed his undergraduate studies in International Relations at Tbilisi State University.

Irati Arejita - El objetivo de Googaz es motivar a las personas jóvenes a actuar y apropiarse de sus vidas. Desde 2017 se han realizado cinco ediciones, para acercar los Objetivos de Desarrollo Sostenible a la juventud a través de la realidad virtual, los retos y la educación. Estamos colaborando con el Ayuntamiento de Esplugues de Llobregat des del año 2023 con Misión ODS. Vivimos en un mundo cambiante y lleno de estímulos, donde los desafíos del futuro son parte del presente. Generación Z, Y, millennials y boomers convivimos con androides. ¿Cómo hacemos que la tecnología sea parte de nuestros desafíos sociales? ¿Cómo avanzamos nosotras, como jóvenes digitales, para construir un futuro sostenible? Es difícil comprometerse con un futuro sin ser consciente del presente. A través de la realidad virtual, en Googaz te acercamos las diferentes realidades del mundo.

Isabel Xavier - With a degree in Social Policy from the Institute of Social and Political Sciences, she has been a public servant for 28 years at Cascais City Council.

With a postgraduate degree in Sustainability and XXI Agenda completed at the Catholic University of Porto and another in African Studies at ISCTE, her great passion is people.

As a leader since 2011, she has always seen teams as a challenge.

Today she leads the team at the Department of Citizenship and Participation and is responsible for managing the Participatory Budget and Youth Participatory Budget, Cultural Associations and Volunteering teams.

She truly believes that "everything starts with people"!

Isabel Celeste Fonseca - Doutorada em Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desde 2007;

Docente da Escola de Direito da Universidade do Minho (EDUM), desde 1996.

Diretora do Mestrado em Direito Administrativo, desde 2011.

Diretora do Curso de Formação Especializada em Governança Pública e Direitos Fundamentais na Era Digital.



Investigadora do JusGov, Centro de Investigação em Justiça e Governação, da Escola de Direito da Universidade do Minho, onde coordenou o project "Smart Cities and Law, E.Governance and Rights: Contributing to the Definition and Implementation of a Global Strategy for Smart Cities" (NORTE-01-0145-FEDER-000063).

Membro do Conselho de redação das Revistas: Cadernos de Justiça Administrativa, Revista de Direito Local and Revista de Direito Administrativo. E Associate editor na European Review of Digital Administration & Law (ERDAL) (<http://www.erdalreview.eu>) e na Portuguese Law Review (PoLaR) (<http://www.portugueselawreview.pt>).

Autora de monografias e artigos científicos na área do direito administrativo e em particular nos domínios do Direito da Contratação pública, Direito da Organização Administrativa, Direito Processual administrativo e direito administrativo digital.

Isabel Luciano - With a decade of experience helping governments engage communities that have been excluded from traditional decision-making processes in allocating public funds, Isabel has dedicated herself to opening access to our democracy. Isabel spent the first half of her career guiding cities & institutions across North America to implement participatory budgeting (PB). More recently, she has focused on creating youth programming that resources youth to lead their own engagement innovations and has developed curriculum designed to help communities and institutions design and run participatory budgeting.

Isabella Rusconi - Architect and urban planner (FAUMack-São Paulo); Master in Regional and Urban Planning (University of Aveiro-UA); member of "Mulheres na Arquitectura" association. She worked in several offices and cities: Rino Levi Arquitectos Associados and Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas-ATECH, in São Paulo; Turull Sorensen Arquitectos and Jordi Casadevall i Dalmau in Barcelona and founded, with Carlos Pedro Sant'Ana, S'A Arquitectos, in Lisbon. Founder of Ilhabela Quer / Colaboratório, a civic participation platform and workgroup. Has organised various collaborative experiences on participation in urban issues. Collaborated as a researcher at the Planning and Public Policy Laboratory of the Department of Social, Political and Territorial Sciences (L3P/UA), developing methodologies and participatory processes related to urban, territorial and environmental planning. Currently a PhD student and assistant researcher at DINÂMIA'CET / ISCTE-IUL, with a FCT doctoral scholarship. Develops research with the provisional title "Participation and Institutionalisation: methodologies and democratic innovations in the production of cities".

Isber Sabine Issa - Is a Syrian archaeologist specializing in cultural heritage management during conflicts. Since 2011, he has led projects on protecting cultural heritage in conflict zones. He is the chair and co-founder of the NGO Heritage for Peace, and since 2013, he has spearheaded cultural initiatives in various conflict-affected countries. Dr. Sabine leads the Abuab Initiative, a social project using cultural heritage for intercultural dialogue with refugees and immigrants from the Middle East, North Africa, and Ukraine. He also founded and directs the Arab Network of Civil Society Organizations to Safeguard Cultural Heritage (ANSCH).

Jaqueline Damasceno - Has a background in Economics, having graduated in 2016 and obtained a Master's degree in Applied Economics in 2018 from the Federal University of Goiás (UFG). Currently, she is pursuing a Ph.D. in Interdisciplinary Political Economy at the Faculty of Economics of the University of Coimbra (FEUC), in collaboration with the School of Economics and Management of the University of Lisbon (UL) and the University Institute of Lisbon (ISCTE), with the Center for Social Studies (CES) as the host institution. Her doctoral thesis project is titled "THE WELFARE STATE REGIME AMONG POPULISMS: A Study on the Dynamics of Inequalities in Brazil in the post-stabilization period," funded by the Foundation for Science and Technology. Her research primarily focuses on Brazilian Economic History and the Development and Socioeconomic Inequalities.

Jens Kimmel - Coordinates the Consul Democracy global user base.

João Baracho - João Baracho é Diretor Executivo do CDI Portugal – Organização Não-Governamental.

É Diretor-Geral do Apps for Good Portugal, membro do Conselho de Administração da EUCLID Network e membro do Conselho Fiscal da ACEPI.

Foi Presidente da Associação Portuguesa para a Inovação Social e administrador de empresas na área das tecnologias como Datacomp, Digidoc, Megamedia, Siemens Computers, Compaq Computers e Diretor Comercial na Portugal Telecom.



João Carlos Gomes Ferreira - Natural de Chimoio, Província de Manica, residente na Cidade de Chimoio. nascido a uma hora do dia 15 de Agosto de 1973, proveniente de uma família de origem Portuguesa, humilde, trabalhadora e criado dentro de um ambiente rural.

É formado em Engenharia de Construção Civil, pela Universidade Católica de Moçambique e Administração Pública, pela Universidade Católica de Moçambique com o grau de Mestre.

Foi eleito como Presidente do Conselho Municipal de Chimoio em 2018, altura em foi igualmente eleito Vice-Presidente da ANAMM e em 2023 foi reeleito Presidente do mesmo município e eleito a Presidente da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM).

João Nuno Gusmão - Planeamento Territorial e Urbanístico; Colaboração interdepartamental, nomeadamente no âmbito do Urbanismo e Obras Particulares e Loteamentos, através da elaboração de pareceres diversos; Membro da equipa constituinte do Processo da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia; Membro do Núcleo SIG (construção e implementação do Sistema de Informação Geográfica do Município da Maia); Membro do Grupo Coordenador do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável; Membro do Grupo de Trabalho para a Integração Urbanística do Aeroporto Francisco Sá Carneiro - Revisão das Servidões Aeronáuticas; Participação no grupo de trabalho para a elaboração do Plano Estratégico do Ambiente do Grande Porto; Membro da equipa de criação implementação do SIG Metropolitano (Sistema Municipal de Informação Geográfica da Área Metropolitana do Porto); Membro da Equipa do Processo da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Maia; Membro dos Grupos de Trabalho para os Procedimentos de Delimitação Administrativa do Concelho da Maia; Coordenação dos trabalhos de elaboração da Carta Educativa do Concelho da Maia (1.ª edição); Participação na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Concelho da Maia, em parceria com o Laboratório de Planeamento da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;

João Paulo Ferreira Delgado - Doutorado pela Universidade de Santiago de Compostela em 2003. Concluiu o Título de Agregado em 2010 pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desde 2009 é professor adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e Professor Coordenador principal desde 2023. É Presidente do Conselho Pedagógico na Escola Superior de Educação, coordenador do Mestrado em Administração das Organizações Educativas e investigador integrado no INED - Centro de Investigação e Inovação em Educação, e membro da sua Direção, desde 2013. As principais áreas de investigação são as relacionadas com a Pedagogia/Educação Social, nomeadamente as relacionadas com crianças e jovens em situação de perigo, sistema de proteção, bem-estar subjetivo e direitos da criança, participação, acolhimento residencial, acolhimento familiar e tomada de decisão. Mais recentemente, tem desenvolvido investigação na área da Administração Educacional.

Joe Mathews - Joe Mathews is a journalist and the founder-publisher of Democracy Local, a planetary publication on local democracy, and a fellow in the democracy program at the Berggruen Institute. He serves as Democracy editor and syndicated California columnist at Zócalo Public Square.

He is co-author of The California Crackup (2010) and author of The People's Machine: Arnold Schwarzenegger and the Rise of Blockbuster Democracy (2006) and The California Recall (2023).

Since 2008, Joe has been co-president of the Global Forum on Modern Direct Democracy, organizing 12 free, public forums across 5 continents. He is a member of Democracy International, IOPD, Democracy R&D network, and The Harvard Crimson graduate council.

Previously, Joe was a reporter at the LA Times, Wall Street Journal, and Baltimore Sun; and senior fellow at New America Foundation. Raised in Beijing and L.A., Joe lives with his wife and three sons, and coaches youth baseball, in Southern California.

José Carlos Batista da Mota - Assistant Professor at the Department of Social, Political and Territorial Sciences at the University of Aveiro and researcher at GOVCOPP. He was the Director of the Master in Urban and Regional Planning (2016-2020). He has been involved in several national and international research projects on territorial-based participatory planning. He has been promoting several civic initiatives in favor of cities and citizenship.

José Manuel Ribeiro - Presidente da Câmara Municipal de Valongo desde 2013. É licenciado em Relações Internacionais, com um MBA em Gestão de Empresas e pertence aos quadros seniores da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. É ainda, entre outros, Membro do Comité das Regiões Europeu; Membro do Conselho Político do Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, Presidente da Conselho de Administração da LIPOR - Associação



de Municípios para a Gestão Sustentável de Resíduos do Grande Porto; Presidente da Rede de Autarquias Participativas; Membro do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Conselheiro Político das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Durante a X (2006-2007) e XI Legislaturas (2009-2011), foi Deputado à Assembleia da República, Provedor Nacional do Consumidor entre 2006 e 2009, e membro de vários Órgãos Consultivos de Entidades Reguladoras.

Josselyn Guillarmou - As project manager and co-director of L'état du Québec (INM - Somme toute - Le Devoir), Josselyn Guillarmou has led numerous public participation projects at INM in Montréal, Québec, Canada. He also worked for several years as a consultant on freedom of expression at UNESCO in Paris. / Jennifer Teasdale-Raymond - As Senior Advisor and Coordinator, Citizenship Education, Jennifer carries out her mandates at INM with heart and dedication. Her structuring commitments to The YMCAs of Québec, to the presidency of the Forum jeunesse de l'île de Montréal and to Citoyenneté jeunesse have revealed her desire to uplift youth and increase civic participation in Québec. She has also worked as a project manager and political assistant, acquiring in-depth knowledge of the community and political ecosystem. Jovial Setina da Cruz - rofissão: Professora Formada em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica, Professora de Geografia de 2001- 2010; 2011- 2014, Formadora no Instituto de Formação de Professores Primário de Chicupe; Deputada da Assembleia da República de 2015-2023, Membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais Direitos e Legalidade da Assembleia da República de 2015-2023; Membro do Gabinete da Mulher Parlamentar 2015-2023; Membro do Gabinete da Juventude Parlamentar 2015-2019; Presidente do Conselho Municipal da Vila de Homóine (2024); Vice-Presidente da ANAMM (2024); Vice-Presidente da Rede da Mulher Autárquica (2024).

Juan Domingo Viola - Nació el 13 de diciembre de 1976 en Córdoba, Argentina. Es un abogado egresado de la Universidad Nacional de Córdoba. A lo largo de su carrera, ha desempeñado diversas funciones en el ámbito público, donde ha demostrado un compromiso constante con la participación ciudadana y el desarrollo social. En la actualidad se desempeña como Secretario de Participación Ciudadana y Juventud de la Municipalidad de Córdoba, cargo desde el cual impulsa iniciativas que fomentan la inclusión y el protagonismo de los jóvenes en la construcción de una sociedad más participativa.

Su trayectoria en la función pública es amplia e incluye roles significativos como Secretario de Participación Ciudadana de la Municipalidad de Córdoba y Concejal de la ciudad. También, ha sido Director del Centro de Participación Comunal (CPC) Guíñazú, Vocal del Directorio de la Agencia Córdoba Deportes y Secretario de Desarrollo Social.

Juan Domingo Viola nació el 13 de diciembre de 1976 en Córdoba, Argentina. Es un abogado egresado de la Universidad Nacional de Córdoba.

A lo largo de su carrera, ha desempeñado diversas funciones en el ámbito público, donde ha demostrado un compromiso constante con la participación ciudadana y el desarrollo social.

En la actualidad se desempeña como Secretario de Participación Ciudadana y Juventud de la Municipalidad de Córdoba, cargo desde el cual impulsa iniciativas que fomentan la inclusión y el protagonismo de los jóvenes en la construcción de una sociedad más participativa.

Su trayectoria en la función pública es amplia e incluye roles significativos como Secretario de Participación Ciudadana de la Municipalidad de Córdoba y Concejal de la ciudad. También, ha sido Director del Centro de Participación Comunal (CPC) Guíñazú.

Julião Zacarias Gueze - Idade 39 anos, Naturalidade: Moçambique, Áreas de Formação: 1.Contabilidade e Finanças; 2.Economia; 3.Administração e Gestão de Empresas. Experiência Profissional: 1.Auditor Profissional 12 Anos, 2.Docente Universitário 16 anos, 3.Vereador das Finanças 10 anos.

Katy Rubin - Is a Legislative Theatre practitioner and creative civic strategist based in the UK. She works in partnership with local and national governments, advocacy organizations, and community groups to co-create equitable and innovative public policy, through participatory processes that are joyful, creative, and inclusive. She is currently collaborating with cities around Europe, implementing policy-change projects on housing and homelessness, health and welfare, the climate crisis, and more. Katy is also a Senior Fellow with People Powered: Global Hub for Participatory Democracy, an Associate with Shared Future CIC, and a Senior Atlantic Fellow at London School of Economics, as well as former executive director of Theatre of the Oppressed NYC. Her Legislative Theatre work with the Greater Manchester Combined Authority was awarded the International Observatory of Participatory Democracy's 2022 award for Best Practice in Citizen Participation.



Khadim Rassoul Gueye - Est Chargé de Projets à l'Observatoire International de la Démocratie Participative (OIDP Afrique), où il est impliqué dans la mise en œuvre de projets visant à renforcer la démocratie participative, tels que "Building Inclusive Democracy" et "Mainstreaming Participatory Democracy", mis en œuvre avec People Powered et d'autres partenaires à travers le Monde. Il est également responsable de la gestion des relations avec les partenaires, et s'implique dans l'organisation de discussions thématiques et d'événements majeurs comme le Forum International de la Démocratie Participative en Afrique (FIDEPA).

Son parcours académique comprend un Master en Management de Projets de Développement de l'Institut Supérieur de Développement Local au Sénégal, ainsi qu'un Master 2 en International Business Development de l'Université de Caen Normandie en France. En plus de ses compétences en gestion de projet, Khadim est trilingue (français, anglais, espagnol) et est certifié en coaching anti-corruption et en facilitation du budget participatif.

Laura Thomas - Laura manages the European City Network, coordinating, organising, and moderating 3 in-person meetings a year as well as monthly webinars. She also leads the call for cities to apply to become the next European Capital of Democracy. Prior to this, she worked as an English language teacher in Vienna.

Laxmi Prasad Upadhyaya - Is a seasoned public administration professional with 19 years of experience, currently serving as the Chief Administrative Officer at Amargadhi Municipality, Government of Nepal. At 52 years old, Mr. Upadhyaya holds a Master's Degree in Education, Planning and Management, reflecting his deep expertise in municipal management and governance. His extensive career is marked by a commitment to effective administration and community development, contributing significantly to the local governance landscape. As Chief Administrative Officer at Amargadhi Municipality, Mr. Laxmi Prasad Upadhyaya oversees the administration and implementation of municipal policies and programs. His role involves managing daily operations, coordinating with various departments, and ensuring efficient service delivery to the community. With nearly two decades of experience, he plays a key role in enhancing local governance and fostering development within the municipality.

Liza Rodriguez - Administradora de Empresas , con especializacion en Administracion de Salud, Maestria en Estudios y gestión del desarrollo y Doctora Cum Laude en Desarrollo Territorial. Me he desempeñado como Asesora de Equidad de Género de la Alcaldía de Cali entre 2014-2016, Subsecretaria de Programas Sociales de la Gobernación del Valle del Cauca encargada de implementar la Política Social del Departamento entre los años 2016-2019, coordinadora del Equipo de Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer adscrito a Vicepresidencia de la República 2019-2021, apoyo a la dirección en el Partido de la U 2021-2023, Gerente de la campaña Dilian Francisca Toro Gobernadora 2024-2027 y actualmente Secretaria General de la Gobernación del Valle del Cauca.

Lucas Rohan - Jornalista, professor, investigador atualmente no ICNOVA. Doutorando em Ciências da Comunicação com investigação sobre uso das redes sociais por projetos de participação cidadã. Mestre em Novos Media pela NOVA/FCSH.

Lluís Rabell - Regidor de Barcelona y Secretario General del OIDP

Regidor - Consell Municipal; Regidor - Regidoria del Pla de Barris; Regidor - Regidoria d'Educació i Persones Grans; Regidor del Districte - Regidoria del Districte d'Horta-Guinardó; Membre - Comissió de Govern; Membre - Comissió de Presidència, Seguretat i Règim Interior; Vocal - Institut Municipal de Serveis Socials de Barcelona; Vicepresident - Institut Municipal d'Educació de Barcelona; Vicepresident - Institut Municipal del Paisatge Urbà i la Qualitat de Vida; President - Foment de Ciutat, SA

Lusine Aleksandryan - Lusine Aleksandryan has been involved in civil society sector since 2006 while joining "Women for Development" NGO and working with different stakeholders on community development issues, promoting Peace Education and Peace Building in the schools of target communities and brought participation in a number of trainings/meetings of capacity building and experience sharing. While joining ALDA (European Association for Local Democracy) the projects mostly targeted local authorities and civil society empowerment, cross-border cooperation, youth and women involvement in decision-making processes.

Lusine Aleksandryan through different approaches and initiatives of different fields (culture, tourism, media) implemented bilateral dialogues between civil society and authorities at local and national level, was involved in monitoring and evaluation of community related issues. As a foundation director she was invited by Council of Europe and CONCORD as a speaker and an expert on local democracy and civil society engagement, participated in a number of trainings and workshops organized by CORLEAP, Kettering foundation, ALDA, Black Sea NGO Forum.

As a local consultant Lusine Aleksandryan has cooperated with OSCE election observation missions in Armenia.



Lyndsay Gavin - Manages the City of Durham Innovation Team, where she works to bridge the gap between research and public services. Previously, she was a senior behavioral scientist at the Center for Advanced Hindsight, using applied research to bring behavioral insights to public policy and focusing on sustainability, transportation, public health, and civic engagement. Lyndsay worked for the California EPA Office of Environmental Health Hazard Assessment and as an Environmental Engineer for an oil company before discovering a passion for local government. She holds a Masters of Public Health from Yale University and a Bachelors in Biological Engineering from the University of Wisconsin-Madison.

Mamadou Bachir Kanoute - A été, pendant vingt ans (2003-2023) Directeur Exécutif de Enda ECOPOP (www.endaecopop.org). Présentement, il est le Secrétaire Général de l'Afrique de l'Observatoire International de la Démocratie Participative (OIDP Afrique) www.oidp-afrique.org, une organisation panafricaine qui couvre 31 pays et compte plus de 2000 collectivités territoriales.

Bachir a accompagné les Gouvernements centraux et locaux de plusieurs pays africains et Expert de plusieurs institutions internationales (Banque Mondiale, ONU HABITAT, Union Africaine).

M. Kanoute a rédigé plusieurs livres portant sur "La Gouvernance et Leadership Local", "Budget Participatif en Afrique Francophone", "Participation et engagement citoyen dans les politiques publiques".

Bachir donne des cours aux Universités Cheikh Anta DIOP de Dakar-Sénégal, Gaston Berger de Saint Louis. Il est membre du Comité Consultatif Sectoriel de l'Université numérique Cheikh Hamidou KANE du Sénégal.

Bachir est également Président du Conseil d'Administration de l'Organisation Internationale Enda Tiers Monde (<https://endatiersmonde.org/>), comprenant une vingtaine d'entités à travers l'Afrique, l'Amérique latine et l'Asie (depuis Décembre 2023) et Membre du Groupe consultatif des parties prenantes (Stakeholder Advisory Group Enterprise) ONU-Habitat (2024) <https://unhabitat.org/partners/stakeholder-engagement>.

Maddalena Alberti - Is an expert in the field of migration, with over 15 years of experience, specializing in the reception and integration of refugees and asylum seekers. Currently she is the director of "ADL Zavidovici Association", a non-profit organization that focuses on international cooperation projects and the reception and protection of asylum seekers and refugees. She is also part of the governing board of ALDA (European Association for Local Democracy). She graduated in Arabic and Hebrew languages and specialized in the relationship between migrations and international cooperation. Additionally, her expertise extends to ethno-clinical mediation. Previously she was engaged in a two-year mission in Kosovo. She also worked for several Italian municipalities as an expert in migration, designing services, processes and building multi-stakeholder relationships with migrant citizens.

Manuel João Cruz - Doutorado em Ciências da Comunicação. Atua na área de Ciências Sociais com ênfase nas Ciências da Comunicação e Ciência Política. É investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC), onde integra a linha temática de Democracia, Justiça e Direitos Humanos. No CES, Manuel João Cruz integra o projeto "UNPOP: Desmontar o Populismo: Comparando a formação de narrativas da emoção e os seus efeitos no comportamento político". Principais interesses de investigação: Media, Populismo, Democracia, Estudos Narrativos.

Marco Meloni - Is a Research Fellow at the University of Southampton (UK), Faculty of Social Sciences, where he collaborates on various research projects among them the Horizon 2020 project PHOENIX - The rise of citizens voices for a Greener Europe. He also maintains a longstanding partnership with the Complutense University of Madrid (Spain). Dr Meloni earned his PhD in Democracy in the 21st Century from the Centre for Social Studies (CES) at the University of Coimbra (Portugal). He has extensive experience as a project manager on European Union-funded initiatives under frameworks such as Horizon 2020 and Erasmus+. His research focuses on Democratic Innovations, Intra-Party Democracy, digitalisation, impact evaluation, digital participation, and gamification. Dr Meloni has published in Information, Communication & Society, Policy Studies, South European Society and Politics, Parliamentary Affairs. , and The Routledge Handbook of Language and the Global South/s.

Maria Inês Cardoso - Jornalista desde 1998, com funções de Direção desde 2014 e atualmente diretora-geral editorial da Notícias Ilimitadas, proprietária do JN, TSF, O Jogo e outros títulos.



Maria Tereza Zolyomy Torres - Doutoranda em Democracia no Século XXI no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2022-2026), o qual desenvolve a tese "As emoções no (anti)populismo: um comparativo entre Brasil e Portugal a partir da (des)construção do conceito de democracia" (FCT 2023-2027). Mestre em Direito em Ciências Jurídicas-Políticas com menção em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra/Portugal (2022) com reconhecimento do diploma estrangeiro pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Especialista em Direito Tributário pelo IBET (2021). Advogada. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2018).

Mario Mancino Valdivieso- Prefecto de Loja y Representante de la CONGOPE. Mario Mancino es ingeniero en Administración de Empresas; licenciado superior en Economía y Administración Agropecuaria; y Técnico en Administración Agropecuaria. Fue funcionario del Gobierno Provincial de Loja como asesor de producción en la actual administración. Estrechamente vinculado a la ganadería, entre 2005 y 2007 fue presidente de la Asociación de Criadores de Ganado Bovino de Loja; y desde hace cuatro años es miembro destacado del directorio y director financiero de la Asociación Holstein Friesian del Ecuador.

Marta Daniela Costa - É psicóloga. Trabalhou com pessoas jovens em diferentes contextos privados e públicos, desde associações juvenis a estabelecimentos de ensino e formação e município com intervenção a nível individual e grupal mas é a intervenção comunitária e a possibilidade de contribuir para a mudança dos territórios que a apaixonou. É chefe da Divisão de Juventude do Município de Valongo.

Mehdi Mribah - Mehdi Mribah has a master's degree in psychology. He specialises in youth project management, designing and running non-formal education training courses, and helping young people to set up projects. With over eight years' experience with NGOs such as 4motion ASBL, ALDIC and EPI Foundation, he is also a trainer for the Council of Europe, for Service National de la Jeunesse in Luxembourg and the Bureau International Jeunesse in Belgium. He is the founder of Youth Work Synergy, an organisation dedicated to the provision of affordable housing for young people in Luxembourg.

Mehmet Ballazhi - Born on 09.04.1967 in the village of Puset e Nikës, Hani i Elezit. He completed his primary schooling in Hani i Elezit, and high school in Kaçanik, Kosovo. He graduated from the Higher Pedagogical School "Albanian Language and Literature" in Prishtina, the School of Career Officers at the "Hamez Jashari" Defense Academy, as well as the Faculty of "German Language and Literature" at the University of Tetova.

Raised in other families with patriots, who has been dedicated to the issues of Kosovo for its liberation, as an organizational part of the demonstrations for freedom and democracy, active member of the "National Movement"; later he served as a teacher of the Albanian language and German language at the "Ilaz Thaçi" elementary school until 2021.

In the political spectrum, he is the Chairman of the Branch of the Democratic Party of Kosovo(PDK) in the Municipality of Hani i Elez.

Mehmet Ballazhi is the Mayor of Hani i Elez Municipality.

He is married, father of three children.

Miguel Silva Graça - Arquitecto. Doutorado em Urbanismo e Ordenamento do Território (IUU-UVa, Espanha). Mestre em Administração Pública (ISCTE-IUL, Portugal). Licenciado em Arquitectura (FAUTL, Portugal). Investigador integrado do Centro de Investigação do Território, Transportes e Ambiente da Universidade de Coimbra (CITTA- UC), desde 2011. Chefe de Divisão de Planeamento, Estudos e Projetos, da Autoridade Tributária e Aduaneira, desde 2023. Técnico Superior da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, desde 2017. Técnico Especialista do Gabinete da Secretária de Estado da Inovação e Modernização Administrativa, no XXII Governo Constitucional, de 2020 a 2022. Assessor para as áreas da Participação Pública e Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, de 2018 a 2020. Assessor para as áreas da Habitação e Direitos Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2007 e 2017. Autor de diversas publicações e artigos, em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Dinamarca, Grã-Bretanha, E.U.A, México, Brasil, Grécia, Chipre, Albânia, Turquia e Filipinas.

Miguel Valdez - is a Senior Lecturer in Technology and Innovation Management in the School of Engineering and Innovation, The Open University, UK. His research investigates innovation in urban technologies with attention to the institutional capacities in planning, governance and sense-making required to support more sustainable, equitable and inclusive ways of living in cities. He has published in journals such as: Technology Analysis & Strategic Management, Urban Geography, Geoforum, and Contemporary Social Science.



Mohamed Moutaoukid - Est un spécialiste de la gouvernance démocratique et du développement inclusif, avec plus de 20 ans d'expérience dans l'administration territoriale et décentralisée et des formations multidisciplinaires de haut niveau au Maroc et à l'international. Il contribue à la conception et à la mise en œuvre des réformes politiques visant à renforcer les institutions démocratiques participatives, la transparence et la redevabilité, à travers des programmes de décentralisation et de lutte contre les disparités sociales et territoriales. Il coordonne des initiatives innovantes pour garantir la participation active des groupes marginalisés au développement économique, social et durable de leurs territoires par l'encouragement de l'engagement politique de proximité, la participation à la planification territoriale et l'élaboration des stratégies et budgets participatifs et inclusifs. Il est le point focal régional de certains programmes d'organisations internationales telles que l'USAID et la GIZ pour l'inclusion économique socio-économique des jeunes et des femmes, le développement régional intégrée et la participation citoyenne.

Mohammed Mustafa - Is the Project Manager and Coordinator of ALDA's Migration Flagship, leading EU-funded projects with a focus on migration and human rights. He has extensive experience managing projects of different programmes like AMIF and CERV, backed by a Bachelor's in Mechanical Engineering, Development Project Management, and a Master's in International Relations, Cooperation, and Development.

He began his career in East Africa, working with refugees and migrants, and later managed projects across East and North Africa. In Italy, Mohammed worked with E4Impact Foundation on various African and Middle Eastern initiatives. His skills include project development, monitoring and evaluation, budgeting, and strategic planning, with certifications in PMD Pro+, PMP, and more. He has also served as a Country MEAL and Reporting Specialist at COOPI, a Coordinator for UN-IOM in East Africa, and collaborated with the Danish Refugee Council on disaster response at the Sudan-Ethiopia border.

Mónica Corrigan - Monica Corrigan is a dedicated advocate and expert in the field of inclusion and integration of migrants. With over a decade of experience, she has coordinated numerous projects aimed at supporting immigrant communities, particularly youth, in Lisbon and across Europe. As the founder and president of AEQUALITAS, Monica has developed and implemented initiatives focused on empowering vulnerable groups, including migrants, through education, community engagement, and non-formal learning. Her work with the Asylum, Migration and Integration Fund (AMIF) and various grassroots organizations underscores her commitment to fostering social cohesion and ensuring that migrants have access to essential resources and opportunities for integration. Monica's approach is rooted in her deep understanding of the challenges faced by migrants, combined with her innovative strategies for promoting inclusion and social justice.

Nelly Ouassenan- Nelly Patricia Awa OUASSENAN is a company lawyer and a graduate of the Abidjan Law School. She is the Administrative and Legal Director of a life insurance company in Côte d'Ivoire. She has also been Deputy Mayor of Cocody, in the Autonomous District of Abidjan, since 2018. She was the organiser of the 20th IOPD conference, held in Abidjan in 2021, which focused on promoting participatory democracy to build sustainable cities.

Niamh Kelly - Is the Engagement Officer in the Belfast City Council's Belfast 2024 project (a creative programme of new events, initiatives and artworks for the city) and Culture team. Niamh has a background in creative participation in the culture, arts and heritage sector. She is particularly interested in how creative and cultural participation impacts people's sense of belonging, personal confidence and civic pride. In her role, Niamh has set up a participatory budgeting programme for creative ideas across the city of Belfast called the Bank of Ideas.

Nolito Quilang - A practicing lawyer until he is elected as City Councilor when he worked full time in the City Government of Ormoc. A graduate of degrees in Philosophy and Sociology and finished his Master's degree in Demography. He also finished his doctorate degree in public administration. As last term City Councilor, he is elected as the majority floor leader and also chair three legislative committees, namely: laws and ordinances, education and manpower development, and cooperatives, accreditation of civil society organizations, and people's participation. He is married with 4 children.

Nuno da Cruz - Is an Associate Research Professor at the research unit on Governance, Competitiveness, and Public Policies (GOVCOPP) of the University of Aveiro, where he is the Coordinator of the Public Policies, Institutions and Innovation (PI2) research group. Before joining GOVCOPP in 2024, Nuno spent 10 years at the London School of



Economics and Political Science as an Assistant Professorial Research Fellow. He is now a Senior Associate at LSE Cities, an international centre that investigates the complexities of the contemporary city.

Dr da Cruz is an interdisciplinary academic working in the field of urban governance. His work is multidisciplinary in nature and global in reach, engaging with a wide range of policy challenges across different sectors. He is interested in the various forces that shape governance - how public policy decisions **are made, and what factors regulate or impact on those multiscale processes.**

Olga Maria Azevedo Almeida - Has been a secondary school teacher since 1983 and a permanent teacher at Valongo Secondary School, where she has been teaching since 1990. She holds a degree in Modern Languages and Literature and a Master's degree in Anglo-American Literature and Cultures from the Faculty of Arts of the University of Porto. She was an internship supervisor for the subjects English and German in collaboration with the Faculty of Arts of the University of Porto. She was the coordinator of the Language Department and was a member of the General Council of Valongo Secondary School. She is a researcher at CETAPS – Centre for Translation and Anglo-Portuguese Studies. She integrated research projects within the scope of utopia, food, sustainability and active citizenship and developed projects with students with an impact on the community: Food and Zero Waste, Circular Economy, Biodiversity and Well-Being, Utopian Minds in Valongo.

She has been coordinating the “Utopia 500” project from a pedagogical and field-based perspective at primary and secondary education levels since 2008. She has also been responsible for the outreach project Valongo, Cidade Utopica regarding the activities developed in the schools. This Project is a result of a protocol between Flup, ESV and Câmara Municipal de Valongo.

Oliver José Peña Estévez - Càrrec Actual: Tercera Tinença d'Alcaldia. És membre del Ple Municipal i de la Junta de Govern Municipal. Coordinació de l'Àmbit d'Acció de Govern de Ciutadania i Ciutat de Drets. Regidories de Drets Socials, Habitatge i Diversitat Funcional. Inclou les regidories de: Drets Civils i Ciutat Inclusiva, que assumeix Carlos Durán; Participació, que assumeix Sara Forgas; Benestar Animal; Cooperació, Solidaritat i Pau; i Memòria Democràtica, que assumeix Maribel Aguilera. Regidories de Recursos Humans; i de Serveis Jurídics, Contractació i Compres (incloses a l'Àmbit d'Acció de Govern Intern i Ciutat Innovadora). Regidoria de Salut (inclosa a l'Àmbit d'Acció de Govern de Cicles de Vida i Ciutat Saludable). Regidoria de Districte de Can Vidalet. Representant de la Corporació a la Mancomunitat Intermunicipal de la Font Santa. Representant de la Corporació al Consell Escolar del centre CEIP Joan Maragall. Representant de la Corporació al Consell Escolar del centre IES Joanot Martorell. Representant de la Corporació al Consell de Participació de la Llar- residència per a persones amb discapacitat intel·lectual d'Esplugues. Representant de la Corporació al Consell de Participació de la Residència Geriàtrica Fèlix Llobet Nicolau. Representant de la Corporació al Patronat de la Fundació Privada Asproseat-Proa Esplugues. Representant de la Corporació al Consell de Ciutat. Representant de la Corporació al Consorci del Govern Territorial de Salut del Baix Llobregat Centre-Font Santa.

Orlando Rodrigues - Orlando Gaspar Rodrigues nasceu a 13 de setembro de 1963. É natural de Campo, onde reside. É professor, com Mestrado em Administração Escolar. Exerceu funções de Diretor do Agrupamento de Escolas de Campo e de representante eleito dos docentes do Ensino Básico no Conselho Municipal de Educação. Foi presidente da Assembleia de Freguesia de Campo, membro da Assembleia Municipal de Valongo e da Assembleia Metropolitana do Porto. Exerceu as funções de Vereador na Câmara Municipal de Valongo, no mandato 2013-17, tendo assumido os pelouros da Educação, Juventude e Desporto.

Oscar Gussinyer Galceran - Diseñador, facilitador y asesor en desarrollo regenerativo. Oscar lleva más de 25 años trabajando en el campo del desarrollo sostenible, la sistémica y el diseño coactivo para la transformación, con alta experiencia en territorios rurales y zonas de guerra. Licenciado en Ciencias Ambientales, un máster en Sostenibilidad de la Cátedra UNESCO, un Postgrado en Diseño para la Sostenibilidad con Gaia Education y Diplomado en Permacultura aplicada, certificado como «practitioner» de Desarrollo Regenerativo con Regenesys, California. También es profesor en distintos centros universitarios como la Universidad de Girona, Barcelona, Vic y la Universidad Internacional de Colombia.

Paulo Esteves Ferreira- Paulo Esteves Ferreira nasceu a 4 de setembro de 1972, licenciou-se em Engenharia Civil, no Instituto Superior de Engenharia do Porto e é membro da Ordem dos Engenheiros. Iniciou a sua atividade profissional como perito avaliador, em 1996, tendo optado depois pela direção e gestão de obras. Trabalhou em várias empresas de construção civil até constituir a sua própria empresa. Geriu obras de elevada envergadura quer na área de edificações, quer na das infraestruturas. Assumiu diversos cargos de direção e projetos emblemáticos, nomeadamente durante a Expo 2001 e o Euro 2004. Para além da engenharia civil, obras e promoção imobiliária, investiu ainda no Desporto enquanto proprietário de dois



negócios ligados às atividades físicas e de bem estar. Em 2013, assumiu funções de adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Valongo.

Patma Tarki Tamang - Is a Capacity Building Specialist at Capacity Building International Network (CBIN). In his role, he focuses on developing and implementing programs designed to enhance the skills and capabilities of individuals and organizations involved in community development and governance. Mr. Tamang collaborates closely with Amargadhi Municipality, where he applies his expertise to strengthen local governance and improve participatory practices. His work is instrumental in building the capacity of local leaders and institutions to drive effective and inclusive community engagement. Mr. Tamang's commitment to fostering growth and resilience through targeted capacity-building initiatives underscores his dedication to advancing democratic processes and enhancing civic participation in his community.

Patrícia Marques dos Santos - É graduada em Administração de empresas, pela Fundação de Escola e Comércio Álvares Penteado, pós-graduada em gestão de negócios pela Fundação Armando Álvares Penteado. Possui 17 anos de atuação como administradora no setor privado. Em 2017 ingressou no serviço público municipal, e desde 2018 é Coordenadora do Programa Governo Aberto na Cidade de São Paulo. É formada em Governabilidade, Gerência Política e Gestão Pública pela FGV/RJ - 2023, e pós-graduanda em Gestão de Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas do TCM/SP.

Paula Cardoso - Licenciada em Ciências da Comunicação, exerce as suas funções de técnica superior na Divisão da Juventude, da Câmara Municipal de Gaia, nomeadamente no acompanhamento e desenvolvimento de projetos que contribuam para a implementação do Plano Municipal da(s) Juventude(s). Integrou a equipa organizadora do II Congresso Internacional de Educação Empreendedora e Cidadania, e da XV Internacional Tool Fair - Back to The Future que decorreram em Gaia em outubro de 2021, e julho de 2022. Foi gestora dos projetos "Nova Voz à(s) Juventude(s) e do EU/ON SCALING UP, projetos de Diálogo Jovem, apoiados pelo Erasmus+ Juventude em Ação. É agente multiplicador do Democracy Reloading. Desempenhou funções de Gestora de Projetos durante 20 anos na Fundação da Juventude, tendo sido mentora e coordenadora de vários projetos europeus aprovados no âmbito do Erasmus+, Juventude em Ação e Educação e Formação; Interreg IV; Cultura 2000; SIAC; entre outros.

Paula Fontinha - Mestre em Administração Pública pelo ISCTE, Licenciada em Publicidade e Marketing pela Escola Superior de Comunicação de Lisboa, IPL, exerce o cargo de Chefe de Divisão de Juventude desde 16 de maio de 2022, exercendo as seguintes funções: coordenação, gestão da conceção e execução de iniciativas dirigidas a jovens nas diversas áreas, tendo em vista a realização dos objetivos estratégicos do Município, designadamente nos planos da cidadania, participação cívica e empreendedorismo social; coordenação e gestão da programação das atividades organizadas nos espaços e equipamentos municipais dirigidos aos jovens; coordenação e gestão da participação técnica nas estruturas de concertação concelhia, nomeadamente no Conselho Municipal de Juventude, Orçamento Participativo Jovem, assim como apoiar a Assembleia Municipal no seu projeto Assembleia Municipal de Juventude de Almada; coordenação e gestão de projetos destacando-se o Plano Municipal de Juventude de Almada e o Projeto "Somos Decisores! Não somos apenas vozes!", Programa Erasmus+ - KA154 - ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO JUVENIL, com a duração de 14 meses (junho 2023 a julho 2024).

Paulo Francisco - Currently serves as advisor of the Vice President of the Loures City Council, focusing on public participation and civic engagement. With a career dedicated to civic participation and administrative modernization, he joined the team at LABX/Agency for Administrative Modernization, where he contributed to the development of the Public Administration Innovators Network, National OGP Network, and civic participation initiatives, such as the National Participation Day.

He also joined PlanAPP in developing the Lab2050 project (a foresight initiative aimed at developing collective visions for a sustainable future). He also served as the Director of the Youth Department at the Portuguese Institute of Sports and Youth (IPDJ). He was the head of the Participation Division in Lisbon, responsible for implementing digital systems like the Lisbon Participation Portal and managing the Participatory Budget, in addition to promoting decentralization and innovation in public participation.

Also collaborates with the entity People Powered, as a mentor, consultant and member of a committee of experts in public participation processes and climate change.

Pedro Alexandre de Oliveira Brás - É natural de Lisboa e licenciado em Gestão pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Iniciou a sua atividade profissional, entre 2006 e 2013, na IBM Portugal exercendo



funções de analista de negócio. No plano desportivo, foi atleta de alta competição integrando a seleção nacional de natação adaptada. Foi, enquanto dirigente estudantil, Presidente da Associação de Estudantes do ISCTE e Vice Presidente da Associação Académica de Lisboa, entre outros cargos e funções. Em 2009, foi eleito, pelas listas do PS, autarca na freguesia de Massamá. Desde 2013, é Presidente da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, no Concelho de Sintra. É Coordenador da Delegação de Lisboa da ANAFRE- Associação Nacional de Freguesias, desde maio de 2018. Foi também coordenador da Juventude Socialista, durante 2007-2009 e coordenador da secção Queluz-Belas do Partido Socialista entre 2018 e 2020.

Priscila Delgado de Carvalho - Doutora e Mestre em Ciência Política e Bacharel em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Projeto de Democracia Participativa da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora de Pós-Doutorado do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/IDDC). Investiga temas como participação, cultura democrática e associativismo.

Ramanana fanomezantsoa Alain - DIRECTEUR GENERAL DE L'INSTITUT NATIONAL DE LA DECENTRALISATION ET DU DEVELOPPEMENT LOCAL. 20 années d'expériences professionnelles dans le domaine du management de Projet . 15 années d'expériences en appui au Développement Local, Décentralisation, renforcement de capacités et coaching des Collectivités Territoriales Décentralisées et de l'intercommunalité. 15 années d'expériences relatives à la mise en œuvre de la bonne gouvernance à Madagascar.

Roberto Falanga - Is an Assistant Researcher at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS). His research focuses on democratic innovations in public policy. He is currently Principal Investigator at the ICS of the international projects "INCITE-DEM - Inclusive Citizenship in a world in Transformation: Co-Designing for Democracy" (2023-2026), "INSPIRE - Intersectional Spaces of Participation: Inclusive, Resilient, Embedded" (2024-2027) and "INFRABLU - A natural, social and cultural device to enhance urban potential" (2023-2025). At ICS, he is co-coordinator of the RiGoP – Regimes, Institutions, Governance and Policies Research Group and the Democratic Innovations seminar series. In his professional career, he has worked with several national and international organisations, most notably as an international expert on democracy, civic participation and urban development with the European Commission and the Council of Europe.

Rodrigo Almeida - Rodrigo Almeida, Engenheiro Florestal e de Recursos Naturais pelo ISA e Mestre em Sustainable Forestry and Nature Management pela Georg-August-Universität, passando pela Finlândia, Dinamarca e Alemanha durante os estudos.

Desde 2022 é responsável pelo projeto Plantar Lousada envolvendo a comunidade local, desde proprietários, seniores e escolas. No final de 2025 prevê chegar às 150.000 árvores e arbustos plantados.

Roel Camps - Is a dynamic professional with a keen insight into solution-oriented strategies and extensive knowledge of implementation possibilities. With a decade of experience in projects focused on citizen participation and digital innovation in consultation, he combines his professional expertise with a passion for mountain biking. In his role as Expert Consultation, Policy Participation and Advisory Councils at the city of Antwerp, he contributes to shaping a youth-friendly environment through a broad youth policy. He provides policy advice and consultation to various business units and leads important projects in youth participation such as Take Over and international exchange projects such as European Capital of Democracy. As IT Manager Youth, he has played a crucial role in the development of the participation platform OOR 3.0 and 3.1, focusing on increasing digital self-reliance and stimulating a reflex for youth participation. His commitment to change and innovation in a driven, open-minded way makes him a valuable asset within the Youth Department of the city of Antwerp.

Sabrina Vieira Fialho - Bachelor's degree in Political Science and International Relations from NOVA University of Lisbon – School of Social Sciences and Humanities (NOVA FCSH), and a Master's Degree in Information Management from NOVA University of Lisbon – Information Management School (NOVA IMS). She is doing research at ICS-ULisboa (Instituto de Ciências Sociais of the University of Lisbon), and attending the PhD program in Climate Change and Sustainable Development Policies. Her research focuses on the role of children in climate-related public policies in Portugal. In April 2023, she presented at the XII Portuguese Congress of Sociology a paper titled "Cycling to School: Building the Case for Sustainable Micromobility Practices in Portugal". Her favourite quote, attributed to Dietrich Bonhoeffer, reflects her deepest motivations to pursue this research: "The ultimate test of a moral society is the kind of world that it leaves to its children".



Saïde Jamal - Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra, Mestre em Democracia e Governação pelas Universidades de Coimbra em Portugal e Siegen na Alemanha, é Fellow da Sylff Association no Centro Interdisciplinar Ciência para a Paz da Universidade de Pisa em Itália, membro da ISPA/AISP - International Political Science Association e membro da Law and Development Research Network.

Actualmente, Saïde Jamal, é pesquisador do CEDEPA – Centro para Democracia Participativa e Direitos Humanos em Moçambique. Saïde Jamal, é igualmente docente universitário e consultor. Num passado recente, ocupou as funções de Assessor de Boa Governação no Conselho Municipal de Maputo e Director do Gabinete de Gestão da Presidência do ODP- Observatório Internacional da Democracia Participativa em África.

Os seus interesses de pesquisa centram-se em questões ligadas aos Direitos Humanos, Orçamento Participativo, Participação Cidadã, Inovações Democráticas e Descentralização.

Salissou Mahamane Mourtala - Mourtala Salissou is a distinguished individual who holds a bachelor's degree in accounting and business administration. He is an alumnus of the RLC YALI (Young African Leaders Initiative) in Dakar and the Mandela Washington Fellowship, where he pursued the Public Management Track. These experiences have further shaped his commitment to public service and leadership.

As the CEO of the association "Maçons de l'Education," Mourtala Salissou is dedicated to promoting quality education and actively engaging in youth and women empowerment initiatives. His organization works tirelessly to enhance educational opportunities for marginalized communities, ensuring that every individual has access to a high-quality education.

Mourtala's passion for public administration and anti-corruption issues in Niger is evident in his unwavering dedication to fostering transparency and accountability. He believes in the transformative power of good governance and actively contributes to the fight against corruption in his country.

Sheba Najmi - Founder & Executive Director of Code for Pakistan, which has pioneered civic technology advancements across Pakistan. In 2013, Sheba introduced the country's first civic hackathon and later collaborated with the Khyber Pakhtunkhwa (KP) government and the World Bank to launch Pakistan's inaugural Civic Innovation Fellowship Program. Under her leadership, Code for Pakistan has deployed 70 open-source public services, engaged 1.5 million citizens, and saved over 120,000 government hours. Sheba's initiatives include the KP Women's Civic Internship Program, KP Open Data Portal, and disaster response tools like FloodLight, used during the 2022 floods. She also spearheaded Pakistan's first Volunteer Tourism initiative with the Gilgit-Baltistan government. As a leader in the global Code for All network, Sheba is a recognized speaker on civic engagement and participatory democracy, having delivered a keynote at the Ukrainian Parliament. She holds Stanford University degrees and teaches at San Diego City College.

Sílvia Leiria Viegas - Doutorou-se em Arquitetura pela Universidade de Lisboa (2015) com a tese Luanda, Cidade (im)Previsível? Governação e Transformação Urbana e Habitacional: Paradigmas de Intervenção e Resistências no Novo Milénio; foi bolseira FCT (SFRH/BPD/118022/2016) de pós-doutoramento para desenvolver a pesquisa INSEhRE 21. Inclusão Sócio-Espacial e Habitacional dos Refugiados na Europa de Hoje: Lições da Diáspora Africana em Portugal (2017-2022) no Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES/UC); é investigadora do Centro de Investigação de Artes e Comunicação, Universidade do Algarve (CIAC/UAlg), com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (2021.03008.CEECIND/CT), para desenvolver o projeto Refugee Research for (Post)Covid-19. National Measures and Local Actions in the Algarve: a Digital Tour for Access to Adequate Housing and Living Conditions.

Sina Ataee - As co-founder of Mammut Urban Innovation Studio (MUIS), I specialize in developing innovative solutions for urban challenges. My expertise lies in leveraging co-creation techniques, asset-based planning, and urban branding to address complex city issues. At MUIS, my research focuses on crafting community-based planning processes that enhance public participation and good governance. I am particularly passionate about advancing restorative city concepts and fostering urban innovation clusters, always striving to create more vibrant, sustainable urban environments through social innovation and facilitation.

Sinara Sandri - Jornalista, PhD em Comunicação. Integrante da equipe do projeto PHOENIX

Sónia Files - Representante Regional do Norte do Portugal Inovação Social. Licenciada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto. Ao longo do seu percurso profissional, desenvolveu uma sólida experiência



como gestora de comunicação e marketing, trabalhando em empresas de diversos setores. Entre estas, destaca-se a sua passagem pela InvestAmarante, a equipa responsável pela atração de investimento e pelo desenvolvimento económico do Município de Amarante. Foi nesse contexto que se tornou embaixadora da IRIS, a primeira Incubadora Regional de Inovação Social.

Sophie Guillain - Is Res publica's Executive director. With more than 20 years of experience in public participation in Europe, Brazil and France, she is responsible for several projects in ecological issues, urban planning and transport. From 2000, she specialised in public participation, stakeholder management, public relations and issues relating to territorial development (urban planning, sustainable development, land use planning, environment, transport, waste management and water management). She works on a daily basis with all kinds of publics, civil servants, technicians and elected officials at all levels of local authorities, in France and abroad. She is also a trainer for elected officials and local authority executives, both in consultation and for their public speaking engagements. She teaches participation in urban planning masters. She was in charge in 2017 of the public debate on the development and requalification of the Port of Livorno in Italy. She co-designed, coordinated and facilitated the Great national French debate and the French Citizens' Climate Convention. On the European Horizon Phoenix project, she coordinates the work-package linked to the deployment of the TCCDs (territorial commission of co-design). She also coordinates 2 pilots of the project in France at a national and local scale.

Sophie Racine Mendéz - As a project manager in the citizenship education team, Sophie works mainly on the Démarche Jeunesse sur le vivre-ensemble, a youth initiative to promote living together. She is committed to working for a feminist, pluralist and inclusive society.

Soraia Gonçalves - Licenciada em Administração Pública pela Universidade do Minho e doutorada em Ciência Política pela Universidade de Santiago de Compostela. É professora Coordenadora do Departamento de Gestão da Escola Superior de Gestão do IPCA, onde coordena o Grupo Disciplinar de Administração e Finanças Públicas. É investigadora da Unidade de Investigação Aplicada em Gestão (UNIAG). As suas atuais áreas de interesse incluem os orçamentos participativos, participação cívica e governação local. Foi Diretora do Mestrado em Gestão das Organizações e do Mestrado em Gestão Autárquica. Exerceu o cargo de Diretora da Escola Superior de Gestão entre 2011 e 2017. Presidiu o Conselho Técnico Científico da Escola Superior de Gestão e o Conselho Coordenador de Avaliação Docente do IPCA. Integrrou em 2022 o Projeto Demola (co-creation Project). É membro eleito do Conselho Técnico Científico da ESG e do Conselho Geral do IPCA. É membro do WP3 da Regional University Network – European University (RUN-EU) – Future and Advanced Skills Academy (FASA). Assume atualmente o cargo de Pró-presidente para as áreas da Gestão Académica e Qualidade. Desde 2019 coordena a implementação do Orçamento Participativo para os Estudantes no IPCA.

Stefan August Lütgenau - Born 1964 in Wilhelmshaven, Germany. German citizen. Studied history, Eastern European history, contemporary history and political science in Marburg and Vienna. After years of activities in historical research and documentation, human rights protection and international development aid 2009 founding director of the Foster Europe Foundation, Eisenstadt and President of the Danube Civil Society Forum in the EUSDR (since 2014).

Stefan Sindelar - started his professional career in media and technology, entered politics for the launch of NEOS, serving as Director of the Parliamentary Group and Managing Director of the party. His work experience includes various settings: from NPOs and start-ups to companies and politics, with a strong focus on building, growing and developing disruptive products.

Susana Maria de Sousa Lopes da Silva - Licenciada em Artes Plásticas/Escultura pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto e doutorada em Estudos da Criança/Comunicação Visual - Expressão Plástica pela Universidade do Minho.

Professora Adjunta da UTC de Artes Visuais da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESE/IPP). UTC que coordeno atualmente. Também desempenho o cargo de Vice-Presidente do Conselho Pedagógico.

Leciono no Curso de Licenciatura em Artes Visuais e Tecnologias Artísticas e nos Cursos de Mestrado de formação de Professores do 1ºCEB e de Educadores de Infância.

Sou Investigadora colaboradora no InEd da Escola Superior de Educação do Porto nas áreas da educação artística e da mediação em arte.



Teresa Vicente - Is a sociologist who has been working for the Municipality of Cascais for over 20 years. She is currently part of the Social Planning and Networking Department, serving as a member of the support team for the "Rede Social de Cascais", which focuses on fostering synergies between social organizations by promoting collaborative and participatory planning processes.

Ulrika Stöök - Ulrika Stöök is a senior advisor within the field of participation. Her main focus is to help local authorities and regions develop participation and dialogues in complex issues. Ulrikas has a background in participation and social issues in the City of Gothenburg.

Viorica Tudos - joined ALDA in 2022 as a project manager and was promoted to director of the ALDA Chisinau branch a year later. In this role, she contributes to cross-country projects within the Eastern Partnership and manages EU-funded initiatives aimed at improving local governance and fostering citizen engagement and dialogue with local authorities.

Throughout her career, Viorica has gained extensive experience in project management, marketing and communications in the corporate, public and international development sectors. She is also an experienced consultant specializing in communications strategies for sectors such as justice, healthcare, tourism, light industry and non-profit organizations.

Viorica holds degrees in Public Relations and Social Communication, a master's degree in Marketing, and a CIM Level 6 Diploma in Professional Marketing from Oxford College of Marketing. She is a native Romanian speaker and is fluent in English and Russian.

Wojciech Firek - Lawyer, Phd Candidate at Doctoral School of Jagiellonian University in Kraków (Poland), Associate at Centre for Interdisciplinary Constitutional Studies, Researcher in the scientific project entitled "Civic participation as a tool for strengthening democracy" funded by the Polish National Centre for Science, President of the Democracy in Practice Association.

Zilda Maria Espedita Costa da Silva - Nasceu em Dezembro de 1958. Licenciada em Gestão pela Universidade Livre de Lisboa. Fluente em francês e espanhol. Trabalha em instituições públicas há mais de 20 anos. Em complemento à sua formação académica de base, possui diversas formações complementares em matéria de gestão pública na administração local e finanças.

Zoë Wilkins - leads the participatory climate democracy work at People Powered. This includes the Climate Democracy Accelerator, which supports civil society and government to use the tools of participatory democracy to increase accessibility of decision-making to navigate the climate emergency.

Prior to joining People Powered, Zoë was a senior researcher at the Centre for Deliberation at the National Centre for Social Research, the Institute for Community Studies and the Young Foundation, focusing on piloting new approaches at the intersection of deliberative democracy, participatory research and social action.

Most recently, she led the design and delivery of a citizens' assembly on the future of the natural environment in Wales and a deliberation with stakeholders and central government in the UK on environmental policy. She is excited about sharing lessons and reflections on designing participatory democracy processes on the climate crisis, and techniques to build capacity for more of this work.

Zoë Wilkins focuses on capacity-building for participatory and deliberative democracy at People Powered. She has a strong track record of working across participatory research, capacity building and community engagement to create more just and equitable practice. Previously, she led a national policy co-design programme in the UK with young people on the future of civic engagement for the national government. For this panel, Zoë will draw on lessons learned from People Powered's Building Inclusive Democracy program to discuss strategies for centring youth in participatory and deliberative spaces, from design through to impact. She will share resources and tools from the newly developed training on building inclusive democracy with youth.

